

**China e Portugal:  
Dez Anos de Parceria Estratégica Global**

**Pedro Miguel Assunção Ferreira Galinha**

**Dissertação de Mestrado em  
Ciência Política e Relações Internacionais  
Área de Especialização de Estudos Políticos de Área**

**Orientador: Tiago Moreira de Sá**

**Coorientadora: Carla Isabel Patrício Fernandes**

**Agosto de 2017**

## Declarações

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

A coorientadora,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de  
Especialização em Estudos Políticos de Área, realizada sob a orientação científica  
do Professor Doutor Tiago Moreira de Sá e coorientação científica  
da Professora Doutora Carla Isabel Patrício Fernandes.

## **Agradecimentos**

Dedico algumas linhas, talvez não suficientes, a todos aqueles que tornaram este trabalho uma realidade, dentro das limitações que não foram possíveis de ultrapassar: pela dedicação, disponibilidade e ajuda que demonstraram, da primeira ideia até ao derradeiro ponto final.

Reservo um especial agradecimento à professora Doutora Carla Fernandes, que acompanhou, desde o primeiro momento, o plano e o posterior desenvolvimento da investigação. As sugestões e retificações propostas serviram, sem dúvida, para melhorar o trabalho que agora vê a luz do dia. Deixo também uma palavra de apreço e amizade a todos os entrevistados que, em alguns casos, tiveram a amabilidade de me receber por mais do que uma ocasião. Os comentários apresentados pelo embaixador António Santana Carlos, pela investigadora Carmen Mendes, pelo embaixador José Manuel Duarte de Jesus, pelo antigo ministro Luís Amado, pelo investigador Miguel Santos Neves e pelo Chefe de Divisão da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia, Rui Pereira, foram preciosos guias para desenvolver um tema que, apesar de pouco estudado, tem inúmeras possibilidades de exploração.

Ao meu círculo pessoal de amigos e família, agradeço a presença de sempre e o apoio incondicional. À Cecília Lin, responsável pelas traduções de chinês para português, o meu muito obrigado. Neste capítulo, quero expressar ainda toda a gratidão aos meus pais, avós e à minha irmã, que têm sido um exemplo de vida. Não há forma possível de agradecer tudo o que me deram e continuam a dar. Finalmente, as últimas palavras vão para a Rita. Muito obrigado pela compreensão e paciência, pelo amor e apoio. A viagem das nossas vidas ainda agora começou.

# **China e Portugal: Dez Anos de Parceria Estratégica Global**

**Pedro Miguel Assunção Ferreira Galinha**

## **Resumo**

A 9 de dezembro de 2005, a República Popular da China e Portugal estabeleceram uma Parceria Estratégica Global, reforçando a cooperação em vários domínios, com especial enfoque para o diálogo político, a economia, língua, cultura e educação, ciência e tecnologia, justiça e saúde.

As parcerias estratégicas integram-se na estratégia internacional de Pequim. O regime chinês procura elevar o relacionamento com certos atores, sejam países ou estruturas multilaterais, apesar de não definir um resultado concreto. O objetivo principal passa por criar um contexto mais favorável para a evolução dos contatos. A igualdade e a procura de interesses comuns, assim como a não interferência nos assuntos internos, marcam este tipo de iniciativa, que está em consonância com a matriz histórica da política externa da República Popular da China.

No caso português, a Parceria Estratégica Global representa uma atualização das relações bilaterais. Desde meados do século XVI a 1999, Macau foi o grande tema que centrou o relacionamento entre os dois países. Concluída a transferência de poderes do território, Pequim e Lisboa avançaram para este acordo, que teve como consequência mais notória o aumento dos contatos oficiais entre os responsáveis políticos.

Atualmente, a República Popular da China é a segunda maior economia do mundo, tendo investimentos em todos os continentes. De 2005 a 2015, período abrangido pelo presente estudo, registou-se o incremento das relações comerciais e de investimento com Portugal. As aquisições de participações de empresas portuguesas por parte de empresas chinesas, em áreas como energia, em concreto renováveis, banca, seguros, saúde, telecomunicações ou plataformas logísticas, estão em consonância com as diretrizes das autoridades de Pequim, enquadradas na estratégia *going out*, que apoia a internacionalização das companhias estatais ou privadas do país.

A vertente europeia e lusófona de Portugal e das empresas portuguesas, que têm ainda presença em mercados onde as companhias chinesas continuam a ter dificuldades em entrar, é outro motivo de interesse para a República Popular da China. A Portugal falta uma estratégia e definição de prioridades no relacionamento bilateral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Parceria Estratégica Global, China, Portugal, Política Externa, *Soft Power*, Estratégia *Going Out*.

# **China and Portugal: Ten Years of Comprehensive Strategic Partnership**

**Pedro Miguel Assunção Ferreira Galinha**

## **Abstract**

On December 9th, 2005, People's Republic of China and Portugal established a comprehensive strategic partnership. At that time both countries agreed to enhance the cooperation in different fields, such as political dialogue, economy, language, culture and education, science and technology, justice and health.

The strategic partnerships are part of Beijing's international strategy. With this kind of initiatives, the Chinese authorities seek to strengthen relations with certain actors, whether countries or multilateral organizations. However, there is not necessary a concrete outcome. The main goal is to create a more favourable context for the exchanges between the two parties. Equality and the common interests, as well as non-interference in each other's internal affairs, are the main characteristics of the partnerships, which are in line with the historical background of China's foreign policy.

The comprehensive strategic partnership signed between People's Republic of China and Portugal represents an update of the bilateral relations. From mid sixteenth century to 1999, Macau was the main subject between the two countries. After the handover, Beijing and Lisbon established the comprehensive strategic partnership, which led to an increase of the contacts between government officials.

The People's Republic of China is the second largest economy in the world. Between 2005 and 2015, the country increased trade and investment relations with Portugal. Chinese's outbound acquisitions in Portugal are related to energy, renewable energy, banking, insurance, health, telecommunications and logistics. Those fields are in line with Beijing guidelines, which support Chinese companies' investments abroad.

The relations between Portugal and European Union and also Portuguese speaking countries motivate the interest of People's Republic of China. However, Portugal still lacks a strategy underpinning its relations with the People's Republic of China.

**KEYWORDS:** Comprehensive strategic partnership, China, Portugal, Foreign Policy, Soft Power, Going Out Strategy.

## Índice

Introdução .....	1
Capítulo I: Enquadramento e Análise do Tema de Projeto .....	5
1. Objeto de Estudo e Relevância do Tema.....	5
2. Objetivos, Pergunta Principal e Perguntas Derivadas .....	12
3. Estado da Arte .....	14
4. Metodologia, Abrangência Temporal e Estrutura da Tese .....	17
Capítulo II: Política Externa Chinesa.....	22
1. A Era Revolucionária de Mao Zedong.....	22
2. O Pragmatismo de Deng Xiaoping.....	39
3. Do Multilateralismo ao <i>Soft Power</i> e à Estratégia <i>Going Out</i> .....	51
Capítulo III: Relação Sino-Portuguesa.....	63
1. Perspetiva Histórica.....	63
2. Parceria Estratégica Global .....	80
3. Grandes Investimentos Chineses em Portugal .....	87
Capítulo IV: Visões da Relação China-Portugal.....	102
1. Portugal no “Discurso” Oficial Chinês .....	102
2. Das “Potencialidades” às “Hipóteses Perdidas” .....	126
Conclusão .....	134
Bibliografia .....	157
Anexo I. Declaração Conjunta dos Governos da República Portuguesa e da República Popular da China sobre o Reforço das Relações Bilaterais .....	181
Anexo II. Guião das Entrevistas.....	186
Quadro I. Parcerias estabelecidas pela RPC.....	187

## Índice de Gráficos

Gráfico I. Trocas comerciais entre a RPC e Portugal, 2003-2015 .....	79
--	----

## Lista de Acrónimos

AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

AIIB – Sigla inglesa para Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (*Asian Infrastructure Investment Bank*)

APEC – Sigla inglesa para Cooperação Económica Ásia-Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation*)

ARI – Autorização de Residência para Atividade de Investimento

ASEAN – Sigla inglesa para Associação de Nações do Sudeste Asiático (*Association of Southeast Asian Nations*)

ASEM – Sigla inglesa para Diálogo Asia-Europa (*Asia-Europe Meeting*)

BCP – Banco Comercial Português

BES – Banco Espírito Santo

BESI – Banco Espírito Santo Investimento

BPI – Banco Português de Investimento

BRICS – Sigla para o grupo das maiores economias emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*Brazil, Russia, India, China and South Africa*)

CCTV – Sigla inglesa para *China Central Television*

CDS-PP – Partido Popular

ChemChina – *China National Chemical Corp*

Chinalco – *Aluminum Corporation of China Limited*

CNOOC – *China National Offshore Oil Corporation*

CNPC – *China National Petroleum Corporation*

CPI – China Power Investment Corporation

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

CTG – *China Three Gorges*



Declaração Conjunta Luso-Chinesa – Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau

EDP – Energias de Portugal

EUA – Estados Unidos da América

FOCAC – Sigla inglesa para Fórum para a Cooperação China-África (*Forum on China-Africa Cooperation*)

Fórum Macau – Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

ICBC – Sigla inglesa para Banco Industrial e Comercial da China (*Industrial and Commercial Bank of China*)

MFA – Movimento das Forças Armadas

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MOFCOM – Sigla inglesa para Ministério do Comércio da República Popular da China (*Ministry of Commerce of the People's Republic of China*)

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas ou apenas Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCC – Partido Comunista Chinês

PCP – Partido Comunista Português

Plano de Ação – Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial do Fórum Macau

PIB – Produto Interno Bruto

PS – Partido Socialista

RAEM – Região Administrativa Especial de Macau

REN – Redes Energéticas Nacionais

ROC – Sigla inglesa para República da China/Taiwan (*Republic of China*)

RPC – República Popular da China

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SEATO – Sigla inglesa para Organização do Tratado do Sudeste Asiático (*Southeast Asia Treaty Organization*)

SAARC – Sigla inglesa para Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (*South Asian Association for Regional Cooperation*)

SALT – Sigla inglesa para Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas com Moscovo (*Strategic Arms Limitation Talks*)

ST – *State Grid*

UE – União Europeia

USD – Sigla inglesa para dólares americanos (*United States dollar*)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou apenas União Soviética

## Introdução

A República Popular da China (RPC) emerge, na Europa, como o mais importante e desafiante parceiro asiático. A crise financeira de 2008 empurrou mesmo o país para uma posição de proeminência, revelando que economias como a Alemanha, orientadas para as exportações, estão cada vez mais dependentes do mercado chinês. A interligação acontece ainda com as nações altamente endividadas do Sul, entre as quais Espanha, Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, uma vez que Pequim tem em carteira vários títulos de dívida destes países (Vogt, 2012, pp. 59-60).

A RPC é o segundo maior parceiro comercial da União Europeia (UE), atrás dos Estados Unidos da América (EUA). Em 2013, as trocas comerciais entre os dois polos atingiram 428,3 mil milhões de euros, em 2014, o valor chegou a 466,5 mil milhões de euros e, em 2015, fixou-se em 520,9 mil milhões de euros<sup>1</sup> (Comissão Europeia, 2016). Por sua vez, a UE é o principal parceiro comercial do gigante asiático.

A presença chinesa na Europa é também notada através de empresas estatais e privadas, que têm realizado grandes investimentos, principalmente, após a crise financeira. Ao contrário do comércio, esta vertente assume-se como um “compromisso de longo-prazo”, ainda longe de constituir a maioria do capital estrangeiro aplicado na UE. Há vários fatores por detrás do interesse da RPC nos países europeus. Por um lado, são “estáveis”, por outro, têm interesses securitários “limitados” na Ásia e reconhecem o princípio de “uma só China” (Le Corre & Sepulchre, 2016, pp. 1-2; Shambaugh, 2013, pp. 89-90).

De acordo com dados da Comissão Europeia (2016), o investimento direto chinês na UE totalizou 22,5 mil milhões de euros, em 2015. Trata-se de um valor recorde, verificando-se um aumento de 16 por cento, em relação a 2014. As aquisições e fusões estiveram na base de 90 negócios, que totalizaram 21 mil milhões de euros. O processo mais mediático foi a compra da fabricante de pneus italiana Pirelli pela China National Chemical Corp (ChemChina), fechado por mais de sete mil milhões de euros (Rodhium Group, 2016). A segunda aquisição mais significativa foi da seguradora

---

<sup>1</sup> Em 2013, a UE importou da RPC 280,1 mil milhões de euros e exportou 148,2 mil milhões (balanço negativo de 132 mil milhões de euros). Em 2014, a UE importou da RPC 302,1 mil milhões de euros e exportou 164,6 mil milhões de euros (balanço negativo de 137,5 mil milhões de euros). Em 2015, a UE importou da RPC 350,4 mil milhões de euros e exportou 170,5 mil milhões de euros (balanço negativo de 179,9 mil milhões de euros) (Comissão Europeia, 2016).

holandesa Reaal NV pela Anbang, estimada em 713 milhões de euros (Comissão Europeia, 2016).

O setor automóvel, devido ao negócio Pirelli-ChemChina, liderou as aquisições e fusões chinesas na UE, em 2015, seguindo-se o imobiliário/hotelaria (Louvre Hotels pela Jin Jiang e Club Med pela Fosun) e financeiro/segurador (Reaal NV pela Anbang e Banco Espírito Santo Investimento pela Haitong). Neste ano, Itália, França e Reino Unido foram os países que encabeçaram o destino do capital proveniente da China (Rodhium Group, 2016).

De acordo com dados do Ministério do Comércio da RPC (MOFCOM na sigla inglesa), o investimento direto chinês no estrangeiro fixou-se em 6,9 mil milhões de dólares americanos, em 2005. O valor passou para 118,02 mil milhões de dólares americanos, em 2015<sup>2</sup> (MOFCOM, 2006; MOFCOM, 2016).

A postura chinesa na UE – com uma forte vertente económica e um inegável cunho político – é enquadrada na chamada “nova diplomacia da China”, que tem sido desenvolvida a partir de 1990 e pode ser resumida em quatro pontos: primeiro, uma diplomacia passiva que passou para ativa; segundo, a atração do investimento externo evoluiu para a estratégia *going out*, lançada pelo Governo Central em 2001 e que incentiva as empresas chinesas a apostar no estrangeiro; terceiro, em vez de exercer um *hard power* começou a promover o *soft power*; quarto, definiu como trave-mestra o conceito de “desenvolvimento pacífico” (Zhiquan, 2010, pp. 216-231).

Deng Xiaoping estabeleceu as bases da política externa chinesa, que advoga uma posição *low profile* (*taoguang yanghui*) nos assuntos internacionais. Contudo, nos últimos anos, tem surgido um debate interno na RPC sobre a evolução desse posicionamento tradicional para uma China “mais proactiva”, que possa satisfazer o interesse nacional e a dimensão de grande poder que já representa. A crise financeira de 2008 e a ascensão a segunda maior economia do mundo justificam a “confiança” de Pequim. No entanto, o “aumento gradual de problemas domésticos” faz com que a liderança seja “mais cautelosa e hesitante” em alterar o seu papel nos assuntos internacionais (Dingding & Jianwei, 2011, pp. 195-216).

---

<sup>2</sup> Em 2015, é registado o 13.º ano consecutivo de aumento no investimento direto chinês no estrangeiro, a uma taxa média de 33,6 por cento (MOFCOM, 2016).

Na Constituição do Partido Comunista Chinês (PCC), cuja última revisão foi realizada em novembro de 2012, lê-se que a “política externa independente de paz” continua a ser o fundamento da política externa da RPC. Os grandes objetivos passam por procurar o “desenvolvimento pacífico” e promover uma “estratégia de abertura com resultados *win-win*”. Pequim opõe-se a qualquer forma de hegemonismo e defende o progresso humano para a construção de um “mundo harmonioso”, da “paz duradoura” e “prosperidade comum” (Constituição do PCC, 2012).

A ideia de igualdade e benefício mútuo estão subjacentes à política externa da RPC, que sobre Portugal tem projetado um crescente interesse económico e político-diplomático. A 9 de dezembro de 2005, os dois países inauguram um novo momento nas relações bilaterais com a assinatura da Parceria Estratégica Global (Cf. Anexo I), que tinha como objetivo reforçar a cooperação em diversos domínios: “diálogo político”, “economia”, “língua, cultura e educação”, “ciência e tecnologia”, “justiça” e “saúde”.

A Parceria Estratégica Global foi assinada dois anos depois da criação do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (adiante designado por Fórum Macau). Esta estrutura multilateral, criada em 2003, permitiu à RPC juntar oito Estados-membros lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe<sup>3</sup> e Timor-Leste.

O Fórum Macau, sediado na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), tem um secretário-geral nomeado pela China e, em termos genéricos, apresenta como principal objetivo o reforço das relações entre os vários países, com um especial enfoque nas vertentes económica e comercial. Não é possível estabelecer uma relação causa-efeito, mas desde a sua criação regista-se uma tendência de crescimento no valor das exportações e importações entre a RPC e Portugal. Por exemplo, de 1.235.860.000 dólares americanos, em 2005, passaram para 4.370.495.300 dólares americanos, em 2015 (Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa do Instituto

---

<sup>3</sup> Até dezembro de 2016, São Tomé e Príncipe mantinha relações diplomáticas com Taiwan. Depois de reconhecer o princípio de “uma só China”, o arquipélago africano passou a integrar o Fórum Macau, em março de 2017. Atualmente, Taiwan tem relações diplomáticas com um estado europeu (Vaticano), dois africanos (Burkina Faso e Suazilândia), seis da Ásia Oriental e do Pacífico (Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Nauru, Palau e Tuvalu) e onze da América do Sul e das Caraíbas (Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas) (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan, s.d.).

de Estudos Regionais da Universidade de Economia e Negócios Internacionais, 2013; Fórum Macau, 2016).

As relações sino-portuguesas são igualmente marcadas pelos investimentos chineses em Portugal, que têm vindo a aumentar após a visita de Hu Jintao, em 2010, estando enquadrados na estratégia *going out*. Entre os principais negócios está a compra de uma participação de 21,35 por cento da Energias de Portugal (EDP) pela China Three Gorges (CTG), por 2,7 mil milhões de euros, em dezembro de 2011 (EDP, 2012).

Com base neste quadro, a presente dissertação tem como objetivo analisar a evolução do relacionamento entre a RPC e Portugal, a partir da assinatura da Parceria Estratégica Global, em 2005. Pretendemos verificar se existe ou não uma convergência objetiva dos interesses entre os dois países, salientando que é importante notar a diferenciação nos contextos nacionais, regionais e globais de ambos.

# Capítulo I: Enquadramento e Análise do Tema de Projeto

## 1. Objeto de Estudo e Relevância do Tema

O objeto de estudo da presente dissertação é a relação entre a RPC e Portugal, analisada a partir da assinatura da Parceria Estratégica Global, uma parceria que deve ser enquadrada nos interesses nacionais e globais dos dois países. Sendo uma iniciativa e um mecanismo da política externa chinesa, projeta a imagem de Pequim e eleva o relacionamento com determinados parceiros, seja um Estado ou uma organização multilateral.

Até 2015, Pequim assinou mais de 50 parcerias estratégicas de vários tipos com países e organizações internacionais<sup>4</sup> (União Europeia, Associação de Nações do Sudeste Asiático e União Africana). A nível bilateral e dentro do contexto europeu, Portugal foi o quarto país a assinar um documento desta natureza, depois de Reino Unido (2004), França (2004) e Espanha (2005).

A diplomacia da RPC estabeleceu o conceito de “parceria estratégica”, que constitui um mecanismo de *soft power*, no início da década de 1990. Nessa altura, o país procurava romper com o isolamento e ceticismo da comunidade internacional, provocados pelos acontecimentos de Tiananmen, em 1989. Além disso, a liderança chinesa entendeu que, para prosseguir com o desenvolvimento interno e responder às necessidades da população, tinha de gerar dinâmicas de integração. As primeiras quatro parcerias estratégicas foram assinadas com Brasil (1993), Rússia (1996), Egito (1999) e Venezuela (2001). No caso do Brasil e da Venezuela, a motivação tinha que ver com a satisfação da procura interna, nas áreas agrícola e energética. No caso da Rússia, o objetivo passava por uma garantia de fronteiras estáveis e o apaziguamento de um importante vizinho. No caso do Egito, reconheceu-se que o país foi o primeiro a estabelecer relações diplomáticas com a RPC. Com Hu Jintao e Wen Jiabao no poder (2003-2013), as parcerias estratégicas chinesas foram alargadas, tendo sido assinadas mais de 40. Entre importantes atores como a Índia estavam ainda Estados como Portugal, Sri Lanka, Bielorrússia e Dinamarca (Souza, 2014, pp. 7-8).

---

<sup>4</sup> A China nem sempre é responsável pela assinatura das “parcerias estratégicas”, acedendo aos pedidos de alguns países (Feng & Huang, 2014, p. 9).

As parcerias estratégicas são definidas por Pequim sem que exista um resultado imediato e concreto. A ideia é criar “uma atmosfera mais amigável” ou um “contexto mais favorável”. A forma como a própria sociedade chinesa se organiza espelha o privilegiar do “inter-relacionamento”, partindo de uma tripla dimensão: como se interage, com quem e em que circunstâncias (Qin Yaqin citado por Souza, 2014, pp. 8-9).

Se analisarmos o exemplo da primeira “parceria estratégica” assinada pela RPC com o Brasil, do ponto de vista atual, parece natural que Pequim e Brasília tenham evoluído para este tipo de relacionamento. Moisés Lopes de Souza (2014, pp. 10-11) nota que os dois países são “influentes nas respectivas regiões” e “continentais, em tamanho e população”. Além disso, “estão entre as dez maiores economias do mundo, são atores ativos em fóruns multilaterais e organizações internacionais, e têm um grande relacionamento económico”. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, enquanto o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina. No caso de Portugal, o principal ponto de aproximação residiu sempre na questão de Macau, cuja transferência de poderes, em dezembro de 1999, encerrou um capítulo nas relações bilaterais. A assinatura da Parceria Estratégica Global, em 2005, inaugura uma nova fase, com resultados crescentes, especialmente nas áreas comercial, de investimento e político-diplomática.

O conceito de “parceria estratégica” ainda está pouco explorado ao nível da literatura e do debate político. De acordo com o dicionário enciclopédico chinês *Cihai*, “parceria” (*huoban*) refere-se “àqueles que se juntam a uma mesma organização ou estão envolvidos nas mesmas atividades”, enquanto “estratégia” (*zhanlue*) é “um plano, uma política ou uma tática com implicações globais, abrangentes e decisivas”, se o termo for aplicado nos campos da economia e política (Feng & Huang, 2014, p. 7).

Um discurso do antigo primeiro-ministro chinês Wen Jiabao, em 2004, sobre o significado da “parceria estratégica” assinada entre a China e a UE, é ilustrativo da forma como a liderança de Pequim encara este mecanismo: “Por ‘global’ entende-se que a cooperação deve ser multidimensional, abrangente e multicamadas. Abrange as áreas económica, científica, tecnológica, política e cultural, contém níveis bilaterais e multilaterais, e é realizada por ambos os Governos e grupos não-governamentais. Por ‘estratégica’ entende-se que a cooperação deve ser de longo-prazo e estável, enquadrada na amplitude das relações China-UE. Transcende as diferenças de ideologia e de



sistema social, e não é sujeita ao impacto de acontecimentos particulares que ocorrem de tempos a tempos. Por ‘parceria’ entende-se que a cooperação deve ser igualitária, mutuamente benéfica e [com resultados] ‘win-win’. Os dois lados devem ter por base o respeito mútuo e a confiança mútua, procurar expandir interesses convergentes e procurar um espaço comum sobre as principais questões, enquanto são resolvidas as diferenças menores” (Missão da RPC na UE, 2004).

Feng Zhongping e Huang Jing (2014, pp. 8-9) afirmam que, apesar de “clara”, esta descrição contrasta com a não existência de um “critério” para a assinatura deste tipo de documento. Como anteriormente referimos, a China estabelece a primeira “parceria estratégica” com o Brasil, em 1993. Posteriormente, a lista vai sendo aumentada com a inclusão de países dos diferentes continentes (Cf. Quadro I). No entanto, alguns considerados velhos aliados, como o Nepal e a República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte), nunca foram envolvidos neste tipo de iniciativa.

Su Hao (2009, pp. 35-36) nota que a diplomacia chinesa encara a “parceria estratégica”, que pode tomar definições como “global” ou outras, como o nível “mais elevado” numa relação bilateral ou multilateral. Por isso, há um conjunto de pressupostos que estão na sua base: “nenhum dos lados deve tomar o outro como o inimigo”; “ambos relacionam-se com igualdade e respeito”, “não existe interferência nos assuntos internos dos outros países”; “procura-se o interesse político e económico comum”, “manutenção e promoção do desenvolvimento das relações”; e “coordenar e cooperar nos assuntos internacionais”.

Existem igualmente visões ocidentais sobre o significado de “parceria estratégica”, dividindo-se em duas correntes, sendo que versam, sobretudo, sobre este tipo de relação quando envolve a UE. Por um lado, afirmam Sven Biscop e Thomas Renard (2009, pp. 6-8; 2010, citados por Schmidt, 2010, pp. 3-4), e Günther Maihold (2009 e 2010, citado por Schmidt, 2010, pp. 3-4), a falta de uma clarificação conceptual pode ser problemática porque cria “falsas expectativas”, havendo o risco de ter um conteúdo “vazio”; por outro, Giovanni Grevi (2008, citado por Schmidt, 2010, pp. 3-4) nota que esta ausência de definição permite uma “flexibilidade e ambiguidade construtiva”, que é indispensável nestes casos.

De acordo com a perspetiva clássica do realismo, defendida por Hans Morgenthau (1948, pp. 15-17 e 134-145), os Governos “atuam movidos pelo interesse”,

o que pressupõe um exercício de “poder”. Sobre a política internacional, o mesmo autor acrescenta que é um processo pelo qual os interesses nacionais são “acomodados ou decididos com base na diplomacia ou na guerra”. No entanto, esta perspectiva não contempla o conceito de “parceria”, referindo apenas a possível existência de uma “aliança”, quando aborda a questão do equilíbrio de poderes.

G. John Ikenberry (2001, pp. 10-13) afirma que o realismo define a melhor resposta à pergunta “como é que os Estados criam uma ordem?”, ao enunciar duas teorias: “equilíbrio de poderes” e “hegemonia”. O equilíbrio de poderes explica que a ordem – e as regras e instituições que emergem – é “produto de um processo contínuo de equilíbrio e ajustamento de concentrações de poder opostas ou de ameaças entre Estados que estão sob uma condição de anarquia”, mas que mantêm a sua “autonomia”. Já a hegemonia sustenta que a ordem “é criada e mantida por um estado hegemónico”, que organiza as relações com “incentivos”, “positivos e negativos”.

Robert Gilpin (1981, pp. 9 e 25-39) assinala que o sistema internacional influencia o comportamento dos Estados e vice-versa. Estes últimos procuram sempre “avançar nos seus interesses”. Por sistema internacional, o autor parte do conceito proposto por Robert Mundell e Alexander Swoboda, que integra “diversas entidades”, “interação regular” e “forma de controlo”. Os interesses dos atores envolvidos vão sendo alterados de acordo com os desenvolvimentos de natureza económica, tecnológica, entre outros. Quando o sistema muda, existe uma “nova distribuição do poder”.

Tendo ainda por base a abordagem realista, existem três categorias de distribuição do poder, ou seja, formas que o sistema internacional pode assumir: unipolar, bipolar e multipolar. Um exemplo de estrutura unipolar verifica-se no pós-Guerra Fria, com a posição hegemónica dos EUA. Já a estrutura bipolar pressupõe a existência de duas grandes potências, de que é exemplo a Guerra Fria, com a divisão entre os blocos norte-americano e soviético. No caso de uma estrutura multipolar, três ou mais potências pontificam no sistema internacional (Sá, 2015, pp. 17-28).

Na presente dissertação, o limite temporal definido na primeira fase abrange a fundação da República Popular, em 1949, e a morte de Mao Zedong, que conseguiu influenciar a estrutura bipolar vigente e fazer do país um poder estratégico. De aliado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a cooperante com os EUA, a China

acaba por manobrar um triângulo, tendo por base o interesse nacional, essencialmente económico e securitário, e a procura de um *status* internacional. Com a chegada ao poder de Deng Xiaoping, esses pressupostos são reforçados<sup>5</sup>.

Este quadro de transição política coincide com o estabelecimento de relações diplomáticas entre Pequim e Portugal, em 1979. Nos anos seguintes, é a questão de Macau que domina os contatos entre os dois países, até 1999. Durante as duas décadas, importa realçar que a China inaugurou uma fase sofisticada da política externa do país, fazendo parte, de forma progressiva, de várias instituições multilaterais, com especial enfoque no plano regional, onde os EUA mantiveram uma posição dominante, garantida desde 1945 e reforçada com a desintegração da URSS e o final da Guerra Fria.

Entre a comunidade política chinesa do pós-Guerra Fria, acabou por surgir uma visão de uma estrutura multipolar de equilíbrio de poderes. Mas os EUA iriam assumir uma posição destacada, fazendo com que fosse assumida por Pequim a ideia de “uma superpotência, muitas grandes potências” (*yichao duoqiang*) (Deng, 2005, pp. 57-58).

John Gerard Ruggie (1998, p. 109) defende que o multilateralismo é “uma forma institucional que coordena as relações entre três ou mais Estados, tendo por base princípios de conduta generalizados, isto é, princípios que especificam uma conduta apropriada para um grupo de ações, sem ter em conta interesses particulares das partes ou exigências estratégicas que possam existir em momentos específicos”. No caso chinês, o conceito prático de multilateralismo “é consistente com a ênfase” dada pela liderança a uma estrutura multipolar do mundo, no pós-Guerra Fria, defendem Guoguang Wu e Helen Lansdowne (2008, pp. 7-8). Os dois autores argumentam que, “para um poder mais fraco como a China”, construir a sua posição como um “polo entre outros poderes” exige um esforço que deve incluir o “envolvimento multilateral”. Kai He (2008, pp. 65-78) complementa esta análise ao identificar que, no pós-Guerra Fria, quatro explicações são consideradas “prevalecentes” para justificar a diplomacia chinesa orientada para o multilateralismo. A primeira corresponde a uma estratégia para garantir uma espécie de novo sistema bismarckiano de alianças, que tem como objetivo “ajudar Pequim a aliviar as suspeições e a desencorajar um equilíbrio militar por parte de outros países”. A segunda tem por base uma tática “enganadora” para abrigar “ambições revisionistas” que, no limite, levariam a China a abandonar as instituições

---

<sup>5</sup> O poder centralizado de Mao Zedong e Deng Xiaoping também se refletiu nas grandes decisões de política externa da RPC, entre 1949 e 1992 (Wankun & Yu-shek, 1998; Qingmin, 2014).

multilaterais quando atingisse o poder. A terceira aponta para a construção de uma “zona sónica de influência”. A quarta argumenta que o multilateralismo é adotado por Pequim a partir de um “processo gradual de socialização” de diplomatas e agentes políticos em instituições internacionais. No entanto, o autor sugere uma alternativa – baseada naquilo que chama de “realismo institucional” – em que existem “dois fatores sistémicos” a manter Pequim no caminho de um equilíbrio multilateral: distribuição de poder e interdependência económica.

Se, durante a década de 1990, a China reforçou as relações regionais, a nível multilateral e bilateral, o mesmo aconteceu com outros blocos e nações. De facto, a terceira, quarta e quinta geração de líderes estabeleceram “parcerias estratégicas” com os países desenvolvidos e em desenvolvimento, e “diálogos estratégicos” de alto-nível com várias grandes potências. Além disso, a diplomacia económica de Pequim passou a apresentar-se “robusta e multifacetada”, incluindo comércio bilateral, investimento direto no estrangeiro, acordos de livre comércio e ajuda ao desenvolvimento. A diplomacia militar levou à autorização de uma “extensa participação em atividades de manutenção da paz das Nações Unidas”, “intercâmbios de defesa de alto nível”, “exercícios conjuntos” e “formação” (Medeiros, 2009, pp. 61–192).

A RPC é um ator global cada vez mais importante e, em relação a Portugal, projeta um crescente interesse. Neste sentido, na presente dissertação, pretendemos analisar as relações sino-portuguesas, entre 2005 e 2015. A relevância do estudo, em primeiro lugar, foca-se no desenvolvimento deste relacionamento bilateral. Historicamente, existe uma interligação entre os dois países devido à questão de Macau. A presença portuguesa permanente no território remonta a meados do século XVI, quando as autoridades chinesas autorizaram o estabelecimento de um interposto comercial, mediante o pagamento do “foro do chão” e o cumprimento de algumas tarefas defensivas na costa (Jin & Wu, 2007, pp. 490-492; Fok, 1996, pp. 50-69).

Inicialmente, os portugueses apresentavam uma atitude de obediência. A isenção do pagamento do “foro do chão” só foi requerida em 1843 e, a partir da ação do governador Ferreira do Amaral, houve um rompimento total com a autoridade chinesa em Macau, numa afirmação do poder colonial de Portugal (Morbey, 1990, p. 47; Jin & Saldanha, 2000, p. 109).

Em 1928, o Governo nacionalista do Kuomintang revogou todos os tratados denominados “desiguais”, que tinham sido celebrados pela China com as potências ocidentais. Entre estes está um tratado de 1887, que incluía um artigo sobre a “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal” (Conceição, 1988, pp. 153-179; Morbey, 1990, p. 48). No entanto, em fontes chinesas, existe a visão de que nunca existiu qualquer acordo sino-português a efetivar a cedência do território (Yee, 2001, pp. 33-34).

Com a fundação da RPC, Portugal adotou uma posição de não reconhecimento do regime comunista chinês, apesar de a hipótese ter sido aventada, por diversos atores diplomáticos e políticos nacionais. O estabelecimento das relações só se tornou numa realidade, em 1979, tendo sido também acordado que os dois países iriam iniciar os contatos para definir o futuro de Macau. As negociações terminaram, em 1987, com a assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, que definiu o ano de 1999 para a transferência de poderes. Posteriormente, Pequim decidiu atribuir ao território um papel de plataforma para o universo lusófono, tendo criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em 2003, sediado na agora Região Administrativa Especial da China. Portugal é um dos Estados-membros.

O principal marco, que serve de enquadramento ao estudo, é o estabelecimento da Parceria Estratégica Global, que lista um conjunto de domínios em que a cooperação deve ser reforçada. A partir da assinatura deste acordo, em 2005, é notória a intensificação das relações bilaterais. Além disso, a presença chinesa em Portugal, concretamente ao nível de investimentos, também tem vindo a ampliar-se. O país foi integrado em importantes projetos da RPC, destacando-se a iniciativa “Uma faixa, uma rota”, que recupera a antiga Rota da Seda e explora a vertente atlântica portuguesa, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB na sigla inglesa), que pretende ser uma alternativa ao Banco Mundial e está direcionado para a promoção do investimento nos setores de energia, transportes, telecomunicações, entre outros.

Perante este quadro, torna-se pertinente compreender as motivações chinesas e as diversas ramificações que o relacionamento sino-português, cada vez mais estreito, apresenta. Em particular, perceber se: a Parceria Estratégica Global assinada entre a China e Portugal resulta num jogo de soma positiva, em que a cooperação e o

intercâmbio são favoráveis para ambos; a sua abrangência é tão vasta quanto concordaram os responsáveis políticos dos dois países, em 2005; e qual é a posição portuguesa na estratégia de internacionalização chinesa.

## **2. Objetivos, Pergunta Principal e Perguntas Derivadas**

Atualmente, a complexidade e a influência crescente no panorama internacional colocam a China numa posição de relevo, em termos regionais e globais. A estratégia de Pequim é transversal a todos os continentes e, em Portugal, os interesses passam por áreas específicas, como energia, em concreto renováveis, banca, seguros, saúde, telecomunicações ou plataformas logísticas. Em quase todos os casos, os investimentos realizados direcionam-se para empresas reconhecidas e sólidas, mas com algumas carências financeiras.

A crise de 2008, agudizada em Portugal a partir de 2011, é o enquadramento para uma nova abordagem de aproximação da China. Curiosamente, em 2009, numa conferência sobre as relações sino-portuguesas organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, o então embaixador da RPC, Gao Kexiang, referiu: “Em chinês, a palavra ‘crise’ é composta por dois caracteres: um representa perigo, o outro oportunidade. A crise atual é, com certeza, um desafio duro, mas também nos oferece uma nova oportunidade que devemos agarrar sem demora para aprofundar ainda mais as relações bilaterais” (Instituto Diplomático, 2010, pp. 19-21).

A crise e o programa de privatizações acabam por potenciar um crescente volume de investimentos chineses. As áreas que abrangem são específicas, por isso, procuramos verificar se existe um paralelismo com aquilo que são as prioridades e diretrizes estabelecidas pelo MOFCOM. Em relação a Portugal, vamos avaliar o impacto dos investimentos das empresas da RPC, em termos de liquidez para os recetores nacionais, criação de postos de trabalho, novas tecnologias e parcerias internacionais.

As aquisições chinesas nunca são o ponto final do processo, uma vez que os negócios se revestem de uma componente estratégica. As ramificações e o acesso a determinados mercados são exemplo disso. A aquisição de *know-how*, tecnológico e

humano, assim como a experiência e o nome em determinados setores mostram que os interesses da RPC – estatais ou privados – são sempre direcionados.

A Parceria Estratégica Global sino-portuguesa impulsionou o reforço dos contactos oficiais entre as autoridades dos dois países. Todavia, ainda é difícil analisar a visão chinesa sobre as relações bilaterais. Embora a imprensa chinesa possa constituir uma importante fonte secundária para esta análise, iremos utilizar dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da RPC, um órgão que se assume como o principal polo agregador de informação oficial. Em particular, analisaremos dados quantitativos e qualitativos apresentados na publicação *China's Foreign Affairs* do Departamento de Planeamento Político.

Portugal, em termos de inserção internacional, tem uma tripla mais-valia ao fazer parte da UE, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Comunidade Ibero-Americana. Esta dimensão europeia, lusófona, com ligações a África e à América do Sul não passa despercebida à RPC. No caso específico da lusofonia, o gigante asiático delineou uma estratégia concreta, tendo para isso criado o Fórum Macau, que funciona como um espaço adicional de encontro entre os Estados-membros, focando-se em aspetos comerciais, económicos, culturais e de formação.

Apesar de terem sido registados vários desenvolvimentos nas relações sino-portuguesas, entre 2005 e 2015, ainda há margem de evolução. De acordo com dados do Banco de Portugal, citados pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), o *stock* de investimento direto chinês passou de 3,8 milhões de euros, em dezembro de 2011, para 1272,3 milhões de euros, em dezembro de 2015. Este último valor representa 1,2 por cento do total de investimento direto estrangeiro em Portugal (AICEP, 2016). Durante 2016, são registadas novas aquisições de empresas portuguesas por parte de entidades da RPC. O futuro das relações comerciais também pode ser atualizado, uma vez que o modelo económico chinês passa a estar assente no aumento do consumo interno e não na vertente exportadora.

Na presente dissertação pretendemos analisar as relações entre a RPC e Portugal, a partir da Parceria Estratégica Global, datada de 2005. Perante este objetivo geral, elaborámos a seguinte pergunta principal: “Como evoluiu a relação entre a China e Portugal desde a assinatura da Parceria Estratégica Global?”.

Para responder a esta questão, definimos as seguintes perguntas derivadas:

- 1.<sup>a</sup> – “Como evoluiu a política externa chinesa desde 1949?”;
- 2.<sup>a</sup> – “Como evoluiu a relação entre a China e Portugal, entre 1949 e 2005?”
- 3.<sup>a</sup> – “A Parceria Estratégica Global sino-portuguesa atualizou a relação bilateral?”
- 4.<sup>a</sup> – “Qual é o papel de Portugal no projeto de internacionalização da RPC?”;
- 5.<sup>a</sup> – “Qual é a perceção chinesa sobre a relação Portugal-China?”.

### **3. Estado da Arte**

O estado da arte tem como objetivo reunir e analisar as informações publicadas sobre o objeto do tema da presente dissertação. A literatura selecionada está organizada de forma lógica e em função dos pontos mais relevantes do problema investigado, sem que a mesma corresponda a uma cronologia.

No que às relações sino-portuguesas diz respeito, encontramos maior número de obras, destacando-se os trabalhos desenvolvidos pelos embaixadores Bernardo Futsher Pereira (2006) e Duarte de Jesus (2007 e 2013), assim como Arnaldo Gonçalves (2009). A ligação a Macau e, especificamente, a análise do Fórum Macau é um dos temas centrais das análises realizadas por Carmen Mendes (2010 e 2013). São também importantes os estudos de Miguel Santos Neves e Maria Beatriz Rocha-Trindade (2008) sobre a comunidade de negócios da RPC radicada em Portugal e as respetivas redes de paradiplomacia utilizadas pelos empresários chineses. Do ponto de vista económico e comercial, os trabalhos de Rui Pereira (2005), Fernanda Ilhéu (2010) e Luís Monteiro (2010) oferecem perspetivas abrangentes sobre acordos bilaterais, cooperação empresarial, seguro de crédito à internacionalização das empresas portuguesas, importância de Macau na entrada de empresas portuguesas na China e dados macroeconómicos dos dois países.

Para contextualizar o atual estado das relações sino-portuguesas, utilizámos bibliografia com origem em Macau. O território é, aliás, o principal ponto de contato entre a China e Portugal, desde o século XVI. Fok Kai Cheong (1996), Jin Guoping e António Vasconcelos de Saldanha (2000), e Jin Guoping e Wu Zhiliang (2007) têm algumas das obras mais completas sobre a fixação dos portugueses, após os primeiros intercâmbios comerciais promovidos nas costas de Fujian e Zhejiang. O posterior



processo de transferência de poderes do território, enquadrado na política de reunificação da RPC, direciona-nos para os estudos de Francisco Gonçalves Pereira (2010) e Carmen Mendes (2013). O contexto para o estabelecimento das relações diplomáticas entre Pequim e Lisboa, em 1979, é desenvolvido por Marco António Martins (2010), aprofundado numa extensa cronologia de Moisés Silva Fernandes (2000 e 2002) e recordado pelo diplomata João de Deus Ramos (2016), responsável pela abertura da embaixada de Portugal em Pequim.

No quadro geral, é possível afirmar que existe uma vertente mais notada que considera as relações dos Estados com a China como benéfica e mutuamente vantajosas. Neste campo destacam-se Yong Deng (2008), Jean-Pierre Cabestan (2010) ou David Shambaugh (2013). Após a realização das entrevistas também comprovámos que existe uma visão de que o país não tem intenções de domínio global, apesar de projetar interesses em determinadas áreas geográficas.

Para a RPC, e tendo em conta a análise da publicação *China's Foreign Affairs* do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a relação com Portugal tem sido consolidada, sobretudo, a partir de 2005. A Parceria Estratégica Global dá origem a novos avanços e resultados frutíferos em variadas áreas. No entanto, é difícil comprovar se a teoria consubstancia-se na prática devido à ausência de debate e produção académica. Certo é que este tipo de acordo configura uma relação privilegiada na visão chinesa, defendem Su Hao (2009), Feng Zhongping e Huang Jing (2014), e Souza (2014).

Esta é apenas uma das sofisticações da política externa da China. Após a fundação da RPC, a principal matriz pressupunha a defesa dos interesses de um bloco sino-soviético. Mas a Primeira Crise do Estreito de Taiwan iniciou o caminho para a cisão com a URSS, que nunca apoiou um ataque chinês ao regime do Kuomintang refugiado na ilha. O Partido Comunista Chinês também começou a discordar com os soviéticos na forma como lideravam o movimento comunista internacional e defendiam a revolução permanente. Contudo, em 1969, verificou-se um retorno às normas de “comportamento diplomático” por parte da liderança chinesa. Nesse ano, Mao Zedong considerou a adoção de uma nova política em relação aos Estados Unidos, notam Thomas W. Robinson (1994), Chen Jian (2001), John W. Garver (2003), Yafeng Xia (2008) e Henry Kissinger (2012).

Na caracterização da política externa chinesa, partimos de um pressuposto defendido por autores como Franklin Zhang Wankun e Joseph Cheng Yu-shek (1998), e Qingmin Zhang (2014) de que as grandes decisões são personalizadas, tanto sob a liderança de Mao Zedong como de Deng Xiaoping. Tendo em conta esta realidade, concentrámo-nos em fontes históricas, como Archie Brown (2009), mas também em bibliografia assinada por atores envolvidos em negociações com os líderes chineses, como Zbigniew Brzezinski (1983) e Henry Kissinger (2012).

A análise à postura internacional da RPC permite identificar um primeiro traço que rompe com o tradicional isolamento da era de Mao Zedong: o multilateralismo. Deng Xiaoping e, mais tarde e com maior incidência, Jiang Zemin usaram-no como forma de limitar o poder dos EUA no plano global. O *soft power* e a estratégia *going out* complementam a nova diplomacia chinesa, reforçada por Hu Jintao e Xi Jinping. Para completar toda a bibliografia, são analisados dados da Comissão Europeia, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Sobre a Parceria Estratégica Global assinada entre a RPC e Portugal verifica-se uma escassez de bibliografia. As informações existentes, na maior parte dos casos em forma de artigos, apenas fazem referência à existência deste acordo, sem que o contexto ou os desenvolvimentos sejam apurados. Perante esta escassez e para completar a nossa análise, realizámos entrevistas a especialistas ligados às relações sino-portuguesas. Para complementar estas visões e tentar perceber o interesse chinês em algumas empresas portuguesas, que detêm presença em mercados internacionais, recorremos a relatórios e contas. É possível constatar que os objetivos dos grupos estatais e privados da China estão inseridos na chamada estratégia *going out* de Pequim, que passa por incentivos à internacionalização das empresas chinesas, de forma a alcançarem novos mercados, *know-how* e mais receitas, conforme descrevem Marc Lanteigne (2009), Evan S. Medeiros (2009), Zhu Zhiqun (2010) e Li Xiaofei (2010). O caso português com maior peso é a aquisição de uma participação da EDP pela China Three Gorges. Através deste negócio, a empresa estatal chinesa ganhou acesso a mercados na Europa, na América do Sul e na América do Norte. De acordo com informações solicitadas à EDP, quadros chineses estão a receber formação em Portugal.

O contributo do presente trabalho é aprofundar o estudo das relações entre a China e Portugal, após a assinatura da Parceria Estratégica Global, colmatando a

escassez de literatura nesta área específica. Numa primeira fase, traçámos a natureza do documento e a razão da sua existência, enquadrada na política externa chinesa. Numa segunda fase, analisámos os contactos políticos e as visitas oficiais dos principais líderes dos dois países, tal como os desenvolvimentos da relação bilateral.

Um dos aspetos mais marcantes dos dez anos em estudo passa pelo aumento das trocas comerciais e do investimento chinês. Neste último caso, procuramos verificar se as áreas abrangidas estão de acordo com as diretrizes do MOFCOM. Além disso, pretendemos mapear as ligações internacionais das empresas portuguesas que receberam capitais da China. Desta forma, atestamos se os interesses de Pequim se concentram na América do Sul e em África, mas também são estendidos a mercados tradicionalmente avessos à presença chinesa, como os Estados Unidos.

Numa fase final da dissertação, vamos analisar a visão oficial da RPC sobre o relacionamento sino-português, desde a assinatura da Parceria Estratégica Global. Iremos utilizar dados das entrevistas, para ampliar a nossa análise desta relação, apresentando algumas possibilidades de cooperação e críticas construtivas sobre os passos a dar para elevar o relacionamento entre Pequim e Lisboa.

#### **4. Metodologia, Abrangência Temporal e Estrutura da Tese**

A seleção, recolha e o processamento de informação na presente dissertação foram feitos através de um leque diversificado de fontes primárias e secundárias<sup>6</sup>. Entre estas destacamos discursos (Deng, 1994), entrevistas, autobiografias ou livros em que a experiência pessoal do autor é amplamente divulgada (Brzezinski, 1983; Shirk, 2007; Kissinger, 2012), documentos governamentais e de organizações internacionais (*Strategic Arms Limitation Talks*, *Taiwan Relations Act*, Resoluções das Nações Unidas) ou informação produzida por altos cargos (Nogueira, 1993), relatórios e contas (Banco Espírito Santo Investimento, EDP, Haitong e Redes Energéticas Nacionais). Em termos de fontes secundárias referimos os livros que abrangem a evolução do regime de Pequim e a construção da política externa chinesa (Schram, 1989; Harding, 1992; Robinson, 1994; Wankun & Yu-shek, 1998; Chen, 2001; Garver, 2003 e 2006; Lüthi,

---

<sup>6</sup> Os artigos científicos podem ser considerados fontes primárias ou secundárias, dependendo da forma como estão organizados e do contributo final.

2008; Yafeng, 2008; Brown, 2009; Vogel, 2011; Gaspar, 2013), as obras que apresentam e analisam o posicionamento internacional da RPC (Caporaso, 1993; Medeiros & Fravel, 2003; Deng, 2005 e 2008; Kurlantzick, 2007; Guoguang & Lansdowne, 2008; Kai, 2008; Jianwei, 2008; Medeiros, 2009; Su, 2009; Andornino, 2010; Cabestan, 2010; Lanteigne, 2010; Taylor, 2010; Zhiquan, 2010; Dingding & Jianwei, 2011; Qingmin, 2014), as que abrangem a dimensão económico-estratégica da RPC (Breslin, & Zha, 2010; Xiaofei, 2010; Monteiro, 2012; Davies, 2013; Feng & Huang, 2014; Souza, 2014; Xinquan & Huiping, 2015), as sobre as relações sino-portuguesas e a questão de Macau (Keil, 1990; Fok, 1996; Jin & Saldanha 2000; Fernandes, 2000 e 2002; Yee, 2001; Pereira, 2005; Jin & Wu, 2007; Neves & Rocha-Trindade, 2008; Gonçalves, 2009; Pereira, 2010; Mendes, 2013), e ainda artigos de imprensa sobre Portugal, Macau e a China Continental.

Adotámos uma análise bibliográfica essencialmente qualitativa, tendo seguido um modelo explicativo e compreensivo da contextualização da política externa chinesa, desde 1949. Foi também adotada uma análise quantitativa, especialmente para alguns dados referentes aos investimentos chineses em Portugal, recolhidos de relatórios e contas de empresas, da imprensa portuguesa, de Macau e da China Continental, e de dados do Fórum Macau. Além disso, são utilizados dados da Comissão Europeia, da OCDE e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O estilo utilizado na bibliografia é a norma APA, sendo a referenciação automática feita através do Microsoft Word. O presente trabalho está redigido com a regras do atual Acordo Ortográfico.

Como anteriormente referimos, a literatura sobre o tema principal – a análise da relação China-Portugal a partir da assinatura da Parceria Estratégica Global –, sobretudo em artigos e revistas de especialidade, é muito escassa. Para colmatar esta limitação, foram realizadas entrevistas estruturadas a várias personalidades que estiveram ou estão ligadas à RPC e a Portugal: Luís Amado, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, que desempenhou o cargo durante grande parte do tempo em análise neste trabalho; António Santana Carlos, embaixador que liderava a missão diplomática portuguesa, em Pequim, em 2005; José Manuel Duarte de Jesus, antigo embaixador em Pequim, docente universitário e investigador; Rui Pereira, chefe da Divisão de Relações Internacionais da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia, que participou na negociação da Parceria Estratégica Global, e

investigador; Carmen Mendes, docente universitária e investigadora com extensa obra sobre a China e Macau; Miguel Santos Neves, docente universitário, investigador, tendo desempenhado funções de assessor do governador de Macau, integrado na assessoria diplomática, e perito do Grupo de Ligação Luso-Chinês sobre a questão do estatuto internacional de Macau.

Durante a realização das entrevistas (Cf. Anexo II), as perguntas colocadas foram, essencialmente, abertas. Os entrevistados, que autorizaram a identificação do seu nome, tiveram a liberdade para conduzir e desenvolver determinados tópicos. As análises e os comentários efetuados constituem aquilo que consideramos ser a mais-valia do trabalho. Colocamos na bibliografia as informações referentes aos interlocutores, como nome e cargos ocupados.

Inicialmente, pretendíamos estender as entrevistas a académicos, diplomatas e personalidades chinesas. A impossibilidade de obter um visto para a RPC, quando todas as entrevistas já estavam marcadas, inviabilizou essa vertente de pesquisa para o nosso trabalho. Para ultrapassar esta limitação, recorremos à análise da publicação anual *China's Foreign Affairs* do Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da RPC porque apresenta a perspetiva oficial e detalha o que de mais relevante acontece nas relações bilaterais entre a China e outros países, permitindo-nos através da análise do discurso comunicacional inferir a perspetiva de Pequim sobre a relação com Portugal.

Toda a investigação foi feita em Macau, à exceção das entrevistas, que foram realizadas em Portugal. A presença numa Região Administrativa Especial da RPC possibilitou o acesso a um número mais vasto de bibliografia específica sobre a China e um contato direto com muitos dos temas que dominam a política interna e externa do país. Entre as bibliotecas públicas e de instituições de ensino superior, destacamos a possibilidade de aceder à Biblioteca Central de Macau e ao extenso acervo da Universidade de Macau, que dispõe de livros, coletâneas de discursos de líderes chineses e artigos científicos. A língua inglesa domina a maior parte da literatura utilizada. No entanto, há também fontes em língua portuguesa, espanhola e chinesa. Neste último caso, foram consultadas na Biblioteca de Cantão, na Universidade Sun Yat-sen, em Cantão, e na Biblioteca Nacional da China, em Pequim. Posteriormente, a tradução ficou a cargo de uma intérprete-tradutora profissional de Macau.

Concluído o processo de recolha, procedemos à seleção da informação relevante, enquadrada em termos cronológicos e lógicos. A partir destes diversos aspetos e do cruzamento de dados com aquilo que esteve na base da assinatura da Parceria Estratégica Global, pretendemos analisar: se foram registados avanços, em que pontificam aspetos positivos e atritos mínimos; se existe proximidade de pontos de vista em determinados assuntos; se Portugal está integrado naquilo que é apresentado como a estratégia de internacionalização da China; se a relação foi atualizada à medida que avança; se existe uma visão de longo prazo; se a visão chinesa em relação a Portugal é positiva ou negativa.

A presente dissertação tem uma abrangência temporal de dez anos, prolongando-se entre 2005 e 2015. O período foi escolhido tendo em conta o primeiro prazo de entrega estipulado, que seria o ano de 2016. O tema surgiu devido ao crescente interesse que fui desenvolvendo sobre a temática das relações sino-portuguesas, já que resido em Macau, desde 2011, sendo um observador direto. Como objetivo pretendemos apurar os diferentes estágios do relacionamento bilateral entre a RPC e Portugal, desde a assinatura da Parceria Estratégica Global. No entanto, é importante referir que a realização de uma análise à política externa chinesa leva-nos a recuar até ao ano da fundação da RPC, em 1949. No que diz respeito às relações sino-portuguesas, é feita uma contextualização histórica.

Em termos de estrutura, a presente dissertação foi dividida em cinco capítulos. O Capítulo I inclui um enquadramento sobre o tema de projeto, onde será contextualizada a existência de parcerias estratégicas criadas pela RPC, enquanto formas de elevar o relacionamento do país com outros atores. O estado da arte, a metodologia e a abrangência temporal do estudo também são integrados neste capítulo. O Capítulo II analisa a evolução da política externa chinesa, desde a fundação da RPC, em 1949. Passando em revista as diversas lideranças, iremos identificar e analisar as várias prioridades e metas estabelecidas por Pequim. As questões internas, ideológicas, securitárias e territoriais, assim como as pressões externas, necessidades energéticas ou a participação em estruturas multilaterais vão ser tidas em contas para entender a evolução da prática chinesa. O Capítulo III centra-se, em primeiro lugar, numa perspetiva histórica da relação sino-portuguesa. Macau surge como ponto de encontro entre os dois países desde o século XVI, mas o estabelecimento de laços diplomáticos entre Pequim e Lisboa, em 1979, é outro marco histórico. A partir deste entendimento, a

“questão” de Macau começou a ser negociada, tendo a transferência de poderes, em 1999, encerrado uma fase no relacionamento bilateral. A assinatura da Parceria Estratégica Global, em 2005, e os recentes investimentos chineses em Portugal representam a nova face. O Capítulo IV apresenta a visão oficial de Pequim sobre as relações bilaterais com Lisboa e refere algumas “hipóteses perdidas”, que devem ser entendidas como negociações e processos já concluídos que poderiam ter tido um desfecho diferente, com Portugal a obter algumas concessões das entidades estatais ou privadas da RPC. Na Conclusão iremos demonstrar se existiu ou não uma convergência dos interesses entre os dois países, nos resultados atingidos ao longo de uma década, respondendo à pergunta principal e às perguntas derivadas estabelecidas.

## Capítulo II: Política Externa Chinesa

### 1. A Era Revolucionária de Mao Zedong

A chegada de Mao Zedong ao poder, a 1 de outubro de 1949, marcou uma viragem na política externa chinesa. Numa primeira fase, a nova liderança “não estava disposta a ir atrás do reconhecimento ocidental ou a estabelecer relações diplomáticas com os países ocidentais” (Chen, 2003, pp. 38-39). As prioridades de Pequim passavam por cinco aspetos: “unidade nacional; revolução socialista; exportação da ideologia comunista; antiamericanismo/pró-sovietismo; e restauração da primazia chinesa na Ásia” (Robinson, 1994, p. 556). O *status* internacional da RPC é assim marcado pela “independência” e o discurso oficial sublinha sempre a “história de vitimização da China”<sup>7</sup> (Deng, 2005, p. 58). No entanto, o líder chinês “viu como essencial” a união com a URSS devido à “polarização do mundo entre os campos revolucionário e imperialista” (Garver, 2003, pp. 127-128).

A visita de Mao Zedong a Moscovo, a 16 de dezembro de 1949, pode ser vista como o “primeiro ato importante de política externa” da RPC. O objetivo da viagem passava por “formar uma aliança com a superpotência comunista”, mas inaugurou “uma série de movimentos que culminarão na transformação da desejada aliança numa diplomacia triangular por meio da qual os Estados Unidos, a China e a União Soviética manobravam uns com os outros e uns contra outros” (Kissinger, 2012, p. 133).

Os primeiros sinais de desafio surgiram a 14 de fevereiro de 1950, quando Pequim e Moscovo concluíram o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua. O acordo teve um preço para a RPC: “minas, caminhos-de-ferro e outras concessões, na Manchúria e em Xinjiang; o reconhecimento da independência da Mongólia Exterior; a utilização soviética do Porto de Dalian; e o uso, até 1952, da base naval de Lushun” (Kissinger, 2012, p. 137).

---

<sup>7</sup> A ideia do “século de humilhação”, em que a China foi subjugada ao imperialismo, compreende o período entre meados do século XIX, por altura da Primeira Guerra do Ópio, até ao estabelecimento da RPC, que marcou a expulsão de potências estrangeiras do país.



Ainda que Mao Zedong tivesse como objetivo a paz, “durante um período de três a cinco anos” após a fundação da RPC<sup>8</sup>, o país acabou em confrontação direta com os EUA (Wilson Center, s.d.). A Guerra da Coreia<sup>9</sup> marcou um novo capítulo na história recente do regime comunista chinês.

O lançamento da ofensiva da Coreia do Norte, liderada por Kim Il-sung, contra a Coreia do Sul, contou com o apoio da URSS e da RPC. Esta ação conjunta convenceu os EUA de que o novo bloco sino-soviético estava em marcha. Josef Estaline foi o grande impulsionador do conflito, tendo garantido amplo apoio a Kim Il-sung<sup>10</sup>. Mao Zedong, apesar de concordar com os princípios ideológicos por detrás da guerra, sempre temeu o alto risco de intervenção norte-americana, ao lado da Coreia do Sul, que se confirmou depois (Garver, 2012, p. 143).

A política militarizada dos EUA para a RPC surgiu nesta altura. Dois dias depois do início da Guerra da Coreia, o presidente norte-americano Harry S. Truman afirmou que as forças sino-soviéticas “desafiaram as ordens do Conselho de Segurança das Nações Unidas para preservar a paz e a segurança internacionais” e deixou no ar que Pequim se preparava para tomar Taiwan. De forma a “prevenir qualquer ataque”, Washington decidiu enviar para a zona a Sétima Esquadra da Marinha, contrariando uma comunicação presidencial anterior em que estava expresso que os EUA não iriam sair em defesa da República da China (ROC), caso fosse registado um ataque da RPC (Truman Library, s.d.).

A nova posição de Truman espelhava que “os argumentos de longa data sobre a utilidade da ilha de Taiwan assumiram um novo significado no novo contexto geoestratégico” (Garver, 2003, p. 131). Além disso, “firma o apoio ao Governo nacionalista” do Kuomintang, que se havia refugiado na ilha, após a derrota na guerra civil chinesa<sup>11</sup> (Yafeng, 2008).

Posto isto, a participação da China na Guerra da Coreia teve várias consequências: “causou a perda de dezenas de milhares de soldados nos campos de

---

<sup>8</sup> A declaração foi feita no primeiro encontro entre Mao Zedong e Josef Estaline, durante a visita do líder chinês a Moscovo.

<sup>9</sup> O conflito estendeu-se entre 25 de junho de 1950 e 27 julho de 1953.

<sup>10</sup> A 18 de março de 1950, em vésperas do conflito na península coreana, Josef Estaline informou Kim Il-sung sobre a aprovação do envio de “armas, munições e equipamentos técnicos”, por parte do Governo soviético para a Coreia do Norte (Wilson Center, s.d.).

<sup>11</sup> Terminada a II Guerra Mundial, os nacionalistas do Kuomintang de Chiang Kai-shek lutaram com os comunistas de Mao Zedong, até à proclamação da RPC, a 1 de outubro de 1949.

batalha; forçou despesas de milhões de dólares para fins militares em detrimento da reconstrução económica da China; impediu Pequim de recuperar Taiwan; fez de Pequim, pelo menos no curto prazo, mais dependente de Moscovo do que antes; e excluiu Pequim da ONU até ao início de 1970” (Chen, 2003, p. 137).

Se a URSS e a Coreia do Norte eram os grandes aliados de Pequim, é necessário realçar que o regime de Mao Zedong estabeleceu outras relações diplomáticas com Estados comunistas, como Bulgária, Roménia, Hungria, Checoslováquia, Polónia, Mongólia, República Democrática da Alemanha e Albânia, em 1949. No ano seguinte, a primazia foi dada a nações asiáticas, como Birmânia (atual Myanmar), Índia, Vietname do Norte e Indonésia. De referir que o Reino Unido também integrou este grupo restrito, em 1950, a par de Noruega, Dinamarca e Holanda – todos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A diplomacia chinesa desta época ficou marcada pela doutrina dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”: “respeito pela soberania e integridade territorial; mútua não-agressão; mútua não-ingerência nos assuntos internos; igualdade; e mútua coexistência benéfica e pacífica”<sup>12</sup>. Estes princípios, associados às humilhações perpetradas pelas potências ocidentais na China, estiveram em foco durante a Conferência de Bandung, na Indonésia, entre 18 e 24 de abril de 1955. O encontro envolveu delegações de 29 países asiáticos e africanos, tendo promovido a solidariedade Ásia-África.

Bandung contribuiu ainda para que a China iniciasse um novo papel entre as nações do “Terceiro Mundo”<sup>13</sup> e acabou por projetar o país além da ordem mundial bipolar EUA-URSS, muito por culpa da intervenção do então primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai. O governante referiu na ocasião: “Os povos da Ásia e de África criaram civilizações antigas brilhantes e fizeram contributos tremendos para o desenvolvimento da Humanidade. Mas, na época moderna, a maioria dos países da Ásia e de África, em vários níveis, foi vítima do saque e da opressão colonialista, e por isso foram obrigados a continuar numa situação de pobreza e atraso” (Wilson Center, s.d.).

---

<sup>12</sup> O primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, referiu os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, durante um encontro com uma delegação indiana, a 31 de dezembro de 1953 (MNE da RPC, s.d.).

<sup>13</sup> O termo apareceu, pela primeira vez, em 1952, pelo demógrafo Alfred Sauvy, por analogia com o terceiro Estado. Simbolicamente criado em 1955, com a Conferência de Bandung, o “Terceiro Mundo” designou um conjunto de países heterogéneos, cujo traço comum consistia em não terem efetuado a Revolução Industrial no século XIX (Sousa, 2005, p. 190).

A “estreita associação com os países em desenvolvimento” e “forte oposição às superpotências” são consideradas características principais da política externa chinesa na era de Mao Zedong, tal como a “linguagem bombástica” e o “relativo isolamento em relação às organizações internacionais” (Medeiros & Fravel, 2003, pp. 23-24). No entanto, a retórica nem sempre foi uma forma de colocar estes pressupostos em marcha.

Após a Guerra da Coreia, Pequim voltou a envolver-se num conflito armado: a Primeira Crise do Estreito de Taiwan<sup>14</sup>, iniciada em setembro de 1954 com o ataque do Exército de Libertação Popular a posições da ROC nas ilhas Jinmen e Mazu. A Sétima Esquadra da Marinha norte-americana já tinha sido retirada da região, por decisão de Dwight D. Eisenhower<sup>15</sup>, sucessor de Truman na presidência dos EUA. Com o ataque aos nacionalistas do Kuomintang, Mao Zedong quis testar o “empenhamento de Washington na defesa multilateral da Ásia” (Kissinger, 2012, p. 175). A confrontação entre os dois países tornou-se ainda mais aguda quando a nova administração dos EUA começou a negociar um tratado de defesa mútua com Taiwan, que entrou em vigor a 3 de março de 1955 (Departamento de Estado dos EUA, 1957). Antes, foi criada a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO)<sup>16</sup>.

A Primeira Crise do Estreito de Taiwan também é vista como fulcral nas relações com Moscovo. De facto, o conflito iniciou o “caminho para a separação” com a URSS, que nunca apoiou a libertação de Taiwan. Entre 1956 e 1957, as relações sino-soviéticas pareciam decorrer de forma normal, com a URSS a providenciar “vasta assistência económica e militar”. Mas Mao Zedong começou a radicalizar as políticas económicas internas, cunhando um “socialismo diferente” em relação a Moscovo (Schram, 1989, p. 20 e 113; Chen, 2001, p. 74; Kissinger, 2012, p. 174).

---

<sup>14</sup> A Primeira Crise do Estreito de Taiwan começou a 3 de setembro de 1954 e prolongou-se até 1 de maio de 1955.

<sup>15</sup> Dwight D. Eisenhower anunciou a intenção de retirar a Sétima Esquadra da Marinha norte-americana do Estreito de Taiwan durante um discurso do Estado da União, a 2 de fevereiro de 1953. O presidente dos EUA justificou a medida com o facto de a frota ter sido mobilizada para “prevenir” ataques da RPC e da ROC. Numa altura em que os comunistas chineses, “com grande impunidade, matavam” os soldados norte-americanos, Eisenhower afirmou que não existia “qualquer lógica” em manter a força naval (Eisenhower Presidential Library, s.d.).

<sup>16</sup> Aliança de segurança coletiva criada pelo Tratado de Manila, a 8 de Setembro de 1954, constituída por Austrália, EUA, Filipinas, França, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido e Tailândia. Estabelecida em Bangucoque com o objetivo de travar a expansão comunista na região, a SEATO, ao contrário da OTAN, nunca contou com forças próprias, sendo fundamentalmente um órgão consultivo. Foi invocando este acordo que os EUA procuraram justificar o emprego das suas forças armadas no Vietname do Sul. A SEATO foi extinta em 1977 (Sousa, 2005, p. 135).

A campanha intitulada “O Grande Salto” (*Da yue jin*)<sup>17</sup>, que vigorou entre 1958 e 1960, resume a nova postura chinesa. A iniciativa combinava “aspectos de política económica, exaltação ideológica e política externa” (Kissinger, 2012, p. 205). Um dos objetivos de Mao Zedong foi apresentado a 18 de novembro de 1957, durante uma conferência de partidos comunistas, em Moscovo: ultrapassar a produção de aço da Grã-Bretanha em tempo recorde. Anteriormente, a URSS também estabeleceu uma meta idêntica em relação aos EUA<sup>18</sup>.

Visto como uma “campanha lunática para superar o Ocidente”, “O Grande Salto” forçou “os camponeses a fazer parte de enormes comunas”, dedicadas à produção industrial. O resultado foi “a maior fome do século XX em qualquer lugar do mundo: 25 a 30 milhões de pessoas morreram” (Shirk, 2007, p. 18).

Se Mao Zedong “foi transformando a sua própria emoção revolucionária para a dinâmica de ‘O Grande Salto’, não é surpreendente que tenha adotado a mesma postura orientada para o desafio em lidar com seus camaradas soviéticos” (Chen, 2001, p. 77). De facto, as relações entre Pequim e Moscovo eram uma prioridade para Mao Zedong, na primeira metade da década de 1950. “Os contactos entre os dois Governos eram frequentes e as negociações bilaterais eram normalmente conduzidas por responsáveis de topo”, mas “o Partido Comunista Chinês começou a discordar com os soviéticos na forma como avaliavam [o legado de] Estaline e na direção que o líder Nikita Khrushchev<sup>19</sup> estava a orientar o movimento internacional comunista” (Yafeng, 2008).

“O Grande Salto” coincidiu com a Segunda Crise do Estreito de Taiwan<sup>20</sup>, que arrancou pouco tempo depois de uma visita de Khrushchev a Pequim<sup>21</sup>. No entanto, Mao Zedong não comunicou os “planos táticos” que tinha ao líder soviético (Chen, 2001, p. 77). A desconfiança que cresceu do lado da RPC ficou patente em vários momentos. “A União Soviética não sabia detalhes sobre os acontecimentos em curso na China desde o final de agosto de 1958”, “o Governo chinês sistematicamente cortou os

---

<sup>17</sup> “O Grande Salto” ou “O Grande Salto em Frente” foi apresentado, oficialmente, na segunda sessão do 8.º Congresso do Partido Comunista Chinês, em maio de 1958 (Schram, 1989, p. 131). Nesse ano, Mao Zedong deixou o cargo de presidente da RPC, sendo sucedido por Liu Shaoqi, mas manteve-se na liderança do PCC.

<sup>18</sup> Mao Zedong declarou: “Neste momento, a Grã-Bretanha produz 20 milhões de toneladas de aço e, em 15 anos, pode chegar a 30 milhões de toneladas de aço. E a China? Em 15 anos, podemos alcançar 40 milhões de toneladas” (Wilson Center, s.d.).

<sup>19</sup> Josef Estaline morreu em março de 1953. Líder do Partido Comunista da URSS, durante mais de 20 anos, foi sucedido por Nikita Khrushchev, que se manteve no cargo até 1964.

<sup>20</sup> A Segunda Crise do Estreito de Taiwan começou a 23 de agosto de 1958 e prolongou-se até 22 de setembro do mesmo ano.

<sup>21</sup> Khrushchev chegou à capital chinesa no dia 31 de julho de 1958.

contactos da embaixada soviética no outono de 1958” e “Mao tentou prevenir fugas de informação” (Lüthi, 2008, p. 109).

A Segunda Crise do Estreito de Taiwan também começou com ataques às posições nacionalistas em ilhas costeiras da China Continental. Por um lado, Mao Zedong tinha como objetivo “amarrar” os EUA, já que existia um “descontentamento com o desenvolvimento das relações sino-americanas nos últimos dois anos”<sup>22</sup> (Lüthi, 2008, p. 80). Por outro lado, “Pequim procurava, outra vez, pôr à prova os limites do compromisso norte-americano de defender Taiwan” (Kissinger, 2012, p. 194). Contudo, o líder chinês “não tinha um plano estabelecido para invadir Taiwan ou para envolver a China numa confrontação militar direta com os Estados Unidos” (Chen, 2001, p. 77).

Os EUA não foram os únicos visados na Segunda Crise do Estreito de Taiwan. Mao Zedong terá pensado que, se o conflito “fosse levado até à beira da guerra, Khrushchev podia ter de optar entre a sua nova política de coexistência pacífica<sup>23</sup> [com o Ocidente] ou a sua aliança com a China” (Kissinger, 2012, p. 195). O líder chinês é bem-sucedido, já que a URSS prometeu fazer “tudo” para defender o pacto comunista (Lüthi, 2008, p. 102). Além disso, os EUA interpretaram que os soviéticos tinham de saber os planos da RPC para bombardear posições nacionalistas da ROC, uma vez que Khrushchev tinha viajado até Pequim em vésperas dos ataques. Ou seja, as manobras de Pequim tornaram Moscovo numa peça da “organização diplomática” chinesa contra a vontade soviética (Kissinger, 2012, p. 195).

Até ao início da década de 1960, vários temas foram motivo de desacordo entre os aliados comunistas: “os chineses discutiram com os soviéticos a questão da desestalinização, a proposta soviética de construção de uma estação de rádio de onda longa conjunta e de uma frota de submarinos nucleares na China, diferentes interpretações do marxismo-leninismo, a tentativa de Khrushchev para chegar a um acordo com o Ocidente” (Yafeng, 2008).

---

<sup>22</sup> A RPC pretendia retomar as conversações com os EUA, como tinha sido acordado durante a Conferência de Genebra, que decorreu entre 26 de abril e 20 de julho de 1954. O encontro serviu para discutir questões relacionadas com a Guerra da Coreia, a unificação do Vietname e a paz na Indochina. Pequim e Washington encetaram contatos a nível consular, mas a questão de Taiwan separou sempre os dois lados. A 5 de setembro de 1958, Zhou Enlai declarou que a China queria retomar o diálogo a nível de embaixada. Um dia depois, a Casa Branca anunciou que o embaixador norte-americano em Varsóvia iria representar o país nas futuras conversações (Kissinger, 2012, pp. 180, 181 e 196).

<sup>23</sup> O líder soviético defendeu o restabelecimento dos laços com o Ocidente, durante um discurso, em 1956, e introduziu o conceito de “coexistência pacífica”. Khrushchev denunciou ainda as práticas violentas de Estaline e as purgas levadas a cabo pelo antecessor (Labor Research Institute, 1957).

Há ainda outros dois momentos-chave no afastamento. A visita de Khrushchev aos EUA, em setembro de 1959, e o recuo na promessa da URSS providenciar a bomba atômica à RPC, registrado três meses antes. Em 1960, Moscou chamou os técnicos soviéticos colocados na China e cancelou todos os projetos de ajuda ao país (Kissinger, 2012, p. 201). Esta decisão não foi, de todo, mal recebida por Mao Zedong, que a usou como “bode expiatório” para as consequências nefastas de “O Grande Salto” (Chen, 2001, p. 82; Brown, 2009, p. 320).

Vencida a grande fome desse período, o mundo poderia esperar contenção de Pequim. Mas a “revolução contínua”, que implicava a restauração das fronteiras históricas do país, levaram o regime chinês a um novo conflito militar, desta feita com a Índia<sup>24</sup>, junto à fronteira entre os dois países nos Himalaias. A questão do Tibete dominou as relações sino-indianas durante séculos. Com a queda da Dinastia Qing<sup>25</sup>, a região autoproclamou-se independente, em 1912. Um ano após a fundação da RPC, em 1950, Pequim voltou a estender a influência sobre a região, com a promessa de “reformas” e “respeito pela forma de vida” (Lüthi, 2008, p. 139).

Durante a década de 1950, as posições chinesas e indianas no Tibete caracterizaram-se por um “certo equilíbrio”, até porque Mao Zedong e o líder indiano Jawarharlal Nerhu tinham criado “relações amigáveis” (Chen, 2001, p. 78). Em 1954, os dois países assinaram um “acordo comercial e sobre as relações”, que encerrou as pretensões indianas (Lüthi, 2008, p. 139; ONU, 1958, pp. 70-81). Nesta altura, Pequim continuou a restabelecer a ordem política na região, mas alguns acontecimentos precipitaram uma rebelião. Por um lado, as ameaças de mudanças de “O Grande Salto” foram “suficientes para criar graves perturbações” no Tibete (Brown, 2009, p. 317). Além disso, a 12 de março de 1959, começaram a circular “rumores infundados” sobre o rapto do Dalai Lama<sup>26</sup> pelo Exército de Libertação Popular (Lüthi, 2008, p. 139).

Apesar de ter sido “rapidamente reprimida” por Pequim, a rebelião provocou tensões com a Índia, que viu nascer “paixões nacionalistas e simpatias pelos budistas do

---

<sup>24</sup> A Índia foi o primeiro país não socialista a estabelecer relações diplomáticas oficiais com a RPC, em abril de 1950.

<sup>25</sup> Com a queda da dinastia Qing e a fundação da República da China, a 1 de janeiro de 1912, o Tibete autoproclamou-se independente. Após a revolução comunista, o território foi invadido pelo Exército de Libertação Popular, em 1950. A gênese da crise sino-indiana de 1962 estava nas fronteiras imperiais chinesas ao longo dos sopés meridionais dos Himalaias, que englobava o Tibete do Sul, mas que a Índia administrava como Estado de Arunachal Pradesh. As demarcações da altura resultavam da chamada “Linha McMahon” (Kissinger, 2012, pp. 208-210).

<sup>26</sup> O líder tibetano acabou por se exilar na Índia, em 1959.

norte dos Himalaias” (Lüthi, 2008, pp. 139-140). Para a RPC, era claro que o Governo de Nehru “apoiou os rebeldes tibetanos, permitiu que levassem a cabo atividades anti-China em território indiano e até disponibilizou treino militar” (Garver, 2006, p. 90). Nesta altura, a Índia começou também a reclamar territórios na fronteira sino-indiana. Em 1961, Nova Deli adotou a “Política para a Frente”, que passava por deslocar postos militares para junto de posições chinesas, localizadas na linha de demarcação existente (Kissinger, 2012, p. 209).

A postura indiana em relação ao Tibete e à zona dos Himalaias, na visão do Exército de Libertação Popular, justificava-se por motivos geoestratégicos. A região poderia funcionar como “zona tampão” para garantir a segurança do país, que tinha objetivos de “preencher o vazio” deixado pelos britânicos e criar um “grande império” no Sul da Ásia (Garver, 2006, pp. 89-90).

A 6 de outubro de 1962, Pequim definiu que iria realizar um grande ataque para obrigar a Índia ou à “negociação” ou ao “fim das incursões”<sup>27</sup> em território chinês. Mas a decisão só aconteceu depois de garantir que os EUA não tinham planos para apoiar Chiang Kai-shek numa ofensiva contra a RPC a partir de Taiwan (Kissinger, 2012, pp. 212-213).

A Guerra Sino-Indiana começou a 20 de outubro, na região de Tawang<sup>28</sup>. Quatro dias depois, Zhou Enlai ainda colocou em cima da mesa a hipótese de negociações, mas Nehru rejeitou (Garver, 2006, p. 122). O papel da URSS em todo o processo foi dispar, passando da quase não ingerência ao apoio à RPC. A liderança do PCC atribuiu essa “reversão gritante” da política de Moscovo na disputa sino-indiana ao “desejo soviético de ter o apoio chinês em caso de guerra com os Estados Unidos na questão de Cuba”<sup>29</sup> (Garver, 2006, pp. 120-121).

O resultado da Guerra Sino-Indiana foi idêntico ao das crises no Estreito de Taiwan. “A China não conquistou qualquer território”, mas Mao Zedong saiu reforçado, ainda que com “adversários declarados em todas as fronteiras” (Kissinger, 2012, pp.

---

<sup>27</sup> Em abril de 1960, Nehru rejeitou uma proposta chinesa, endereçada por Zhou Enlai, para que a Índia deixasse de fora as suas pretensões a Oeste dos Himalaias. O mesmo seria feito no sector Este, por parte de Pequim (Garver, 2006).

<sup>28</sup> O conflito prolongou-se até 21 de novembro de 1962.

<sup>29</sup> A “Crise dos Mísseis de Cuba” estendeu-se entre 16 e 28 de outubro de 1962. Este foi um dos momentos de maior tensão durante a Guerra Fria. A URSS instalou mísseis nucleares em Cuba, na sequência de uma ação semelhante por parte dos EUA, um ano antes, em três países – Turquia, Inglaterra e Itália – e da Invasão da Baía dos Porcos. O final desta crise deu início ao chamado “processo de desanuviamento” entre os EUA e a URSS (Sousa, 2005, p. 63).

213-215). Posteriormente, a China formou “uma relação próxima com o Paquistão”, vendendo-lhe “tecnologia nuclear e mísseis”<sup>30</sup> para equilibrar forças com a vizinha Índia, que passou a estar “sob o patronato da União Soviética” (Shirk, 2007, p. 115). Para se distanciar ainda mais das superpotências, a RPC tentou criar uma frente unida de nações com independência ou autonomia nacional em relação aos EUA e à URSS. A materialização da nova estratégia levou Mao Zedong a elaborar a doutrina das “duas zonas intermédias” (Lai, 2007, p. 69). A “primeira zona intermédia” era constituída pelos países do “Terceiro Mundo”, situados em África, na Ásia e na América Latina; a “segunda zona intermédia” juntava pequenas e médias potências da Europa e Oceânia, e o Canadá<sup>31</sup>.

Em fevereiro de 1963, Pequim organizou uma conferência com povos africanos, asiáticos e latino-americanos<sup>32</sup>. Mas também tentou “melhorar as relações com a ‘segunda zona intermédia’, principalmente com nações da Europa Ocidental, que já tivessem tido laços com a RPC, através de diplomacia, comércio e atividades culturais” (Lai, 2007, p. 69). O esforço de estabelecimento de relações bilaterais foi sendo construído desde 1949 e fica bem patente no número de viagens ao estrangeiro por parte dos principais líderes políticos do país<sup>33</sup>. Na primeira década de RPC, registaram-se 23 visitas oficiais e, entre 1960 e 1970, o número aumentou para 44 (Medeiros, 2009, pp. 72-74).

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) da China ainda hoje destaca três périplos realizados pela liderança na Ásia e em África, nos primeiros anos comunistas. O primeiro, do final de 1955 até ao início de 1957, levou o primeiro-ministro Zhou Enlai e o vice-primeiro-ministro He Long a oito países: Vietname, Camboja, Índia, Birmânia, Paquistão, Afeganistão, Nepal e Ceilão (atual Sri Lanka). Na primavera de 1960, Zhou Enlai e o vice-primeiro-ministro Chen Yi deslocaram-se a seis nações, repetindo algumas visitas: Birmânia, Índia, Nepal, Camboja, Vietname e Mongólia. De 13 de dezembro de 1963 a 4 fevereiro de 1964, os dois responsáveis viajaram até dez países africanos: República Árabe Unida (atual Egipto), Argélia,

---

<sup>30</sup> A partir de 1964, a RPC possui tecnologia nuclear.

<sup>31</sup> A distinção da conceção teórica das “duas zonas intermédias” ficou bem expressa no editorial do Diário do Povo (*Renmin Ribao*), de 21 de janeiro de 1963 (Fernandes, 2002, p. 570).

<sup>32</sup> Cuba foi o primeiro país latino-americano com o qual a RPC estabeleceu relações diplomáticas oficiais, em 1960. Ou seja, no ano seguinte à revolução socialista liderada por Fidel Castro.

<sup>33</sup> Os principais líderes, referidos por Zhang Qingmin e Liu Bing, eram: presidente, primeiro-ministro, presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional e presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.



Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália. Seguidamente, entre 14 e 26 de fevereiro de 1964, visitaram a Birmânia e o Paquistão. Já na companhia da vice-presidente chinesa Song Chingling, dirigiram-se para o Ceilão, onde permaneceram de 26 a 29 de fevereiro (MNE da RPC, s.d.).

A dimensão diplomática da RPC não se esgotava nas visitas de alto nível ao exterior. Entre 1960 e 1965, Mao Zedong recebeu, em Pequim, 18 delegações de movimentos de libertação nacional provenientes de Ásia, África e América Latina (Qingmin, 2015, p. 54). A liderança chinesa insistia “continuamente” que todos os Estados comunistas deveriam apoiar os esforços dos “povos oprimidos” de “áreas coloniais ou semicoloniais” e criticava a URSS por ter “falhado” neste capítulo. No entanto, calcula-se que, em 1965, a RPC estava envolvida de diversas formas<sup>34</sup> em “apenas 23” lutas armadas de um total de cerca de 120 (Ness, 1970, p. 82).

Nesta altura, é ainda possível destacar o crescente reconhecimento do regime do PCC. Se, em 1955, só 25 países, “a maioria com Governos socialistas”, tinham relações diplomáticas com a China, em 1965, o número “mais do que duplicou” (Qingmin, 2015, p. 56). Entre estes estava França, que estabeleceu laços formais com a RPC em janeiro de 1964. Pequim via neste acontecimento uma forma de poder desenvolver laços com outras nações da Europa Ocidental (MNE da RPC, s.d.).

França é apenas o oitavo país do Ocidente a reconhecer a China do pós-revolução de 1949. Para estreitar as relações com outros Estados, especialmente europeus, a RPC lançou uma ofensiva diplomática, com “condições comerciais atrativas”, que foi desbloqueando a “solidariedade anticomunista” da época e o embargo imposto pelos EUA (Lai, 2007, pp. 69-70).

Pequim estabeleceu laços comerciais com vários países da Europa Ocidental, até 1965 (Lüthi, 2008, p. 180). Mas, no plano interno, começou a ferver um dos períodos mais negros da história chinesa: a Revolução Cultural (*wuchan jieji wenhua*), oficialmente decretada através da “Circular de 16 de Maio” de 1966<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> A RPC também prestou ajuda monetária aos chamados países não-alinhados. O primeiro acordo foi estabelecido com o Camboja, em 1956. Depois, seguiram-se Nepal, Ceilão, Birmânia, República Árabe Unida e Cuba (Qingmin, 2015, p. 54).

<sup>35</sup> A “Revolução Cultural” ou a “Grande Revolução Cultural Proletária” prolongou-se entre 1966 e 1976. Seguiu-se a outros períodos marcantes na era de Mao Zedong: Campanha de Repressão aos Contrarrevolucionários (*zhenya fangeming*), entre 1950 e 1951; Campanha das Cem Flores (*bihua yundong*), entre 1956 e 1957; ou Campanha Antidireitista (*fan you yundong*), entre 1957 e 1959.

A nova campanha político-ideológica surgiu num “momento de potencial emergência nacional”, que Mao Zedong preferiu utilizar para “esmagar o Estado chinês e o Partido Comunista”, através da dissolução de Governos locais em “violentos confrontos com as massas”, provocando uma “carnificina humana e institucional espetacular” (Kissinger, 2012, pp. 215-216). O sistema educativo, pilar da ordem social chinesa, foi igualmente afetado. O líder da RPC “encerrou as escolas e convocou os estudantes para se tornarem Guardas Vermelhos e fazerem a revolução contra professores, diretores e outros profissionais definidos como ‘especialistas burgueses’” (Shirk, 2007, p. 13).

Quando a “Revolução Cultural” arrancou, o presidente do PCC tentou combater o “revisionismo” e levou a cabo purgas, sendo que os “principais alvos” eram o próprio sucessor de Mao Zedong na presidência da RPC, Liu Shaoqi<sup>36</sup>, então rotulado de “Krushchev da China”, e o secretário-geral do partido, Deng Xiaoping (Chen, 2001, p. 84). No exterior, os diplomatas mergulharam em “apelos à revolução” e promoveram “leituras sobre o ‘Pensamento de Mao Zedong’”. Em Pequim, “multidões de Guardas Vermelhos atacavam embaixadas estrangeiras” (Kissinger, 2012, p. 217).

Entre 1966 a 1968, o regime chinês continuou a fomentar alguns movimentos estrangeiros revolucionários para “alterar radicalmente o equilíbrio internacional do poder” (Hamrin, 1994, p. 101). Em reação a esta política surgiu a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>37</sup>. Ao longo da segunda metade da década de 1960, o apoio da RPC a estes grupos era “desorganizado” e “refletiu o caos da liderança da China antes e durante a Revolução Cultural” (Mitchell & McGiffert, 2007, pp. 15-17). Mas é necessário sublinhar que, por exemplo em África, “nenhuma tentativa foi feita” para “incentivar a dissidência em países com os quais Pequim tinha laços diplomáticos” e que assistiam ao surgimento de movimentos contestatários (Snow, 1994, pp. 304-305).

---

<sup>36</sup> Liu Shaoqi foi um dos responsáveis chineses na área económica, na década de 1950 e 1960. A “principal objeção” de Mao passava pelo facto de ter introduzido alguns “incentivos materiais”, na lógica das comunas, como terrenos ou bónus monetários. Durante a Revolução Cultural, Liu Shaoqi foi acusado de querer introduzir valores capitalistas na RPC, como a iniciativa privada (Lai, 2007, pp. 75-78). Perseguido pelo líder chinês, foi torturado publicamente e acabou por morrer a 12 de novembro de 1969.

<sup>37</sup> A ASEAN surgiu depois da extinção da SEATO. “Criada em Agosto de 1967, pela Declaração de Bangkok, a organização nasceu num contexto de identidade anticomunista de cinco países da região – Malásia, Singapura, Tailândia, Filipinas e Indonésia (tendo o Brunei aderido em 1984) –, com objetivos de desenvolvimento económico, social e cultural, assim como a paz e segurança regionais, através do reforço da cooperação política. Com o desaparecimento da ameaça comunista, vieram a aderir à ASEAN o Vietname (1995), o Laos e a Birmânia (1997), e o Camboja (1999)” (Sousa, 2005, p. 21).

A análise à “Revolução Cultural”, feita pela cúpula comunista chinesa, é sintomática. Numa resolução<sup>38</sup>, adotada em junho de 1981, lê-se que este “grave erro” foi “responsável pelo revés mais grave e pelas perdas mais pesadas da República Popular”. A proposta de “renovação moral e intelectual” terminou com o PCC destruído e um culto à personalidade de Mao Zedong justificado em nome da “coesão” (Kissinger, 2012, pp. 253-254). A economia ficou “à beira do colapso”, perdendo terreno para as regiões vizinhas, como os “quatro pequenos dragões” – Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan –, e o modelo de comunas e das empresas estatais de então revelou-se “pouco eficiente” (Lin, Cai, & Li, 2003, pp. 138-140).

No plano diplomático, contudo, é de realçar que, em 1969, verificou-se “um retorno urgente às normas de comportamento diplomático” por parte da liderança chinesa (Snow, 1994, p. 305). Nesse mesmo ano, Mao Zedong começou a “considerar a adoção de uma nova política em relação aos Estados Unidos”, já que sobe de tom a ameaça da URSS (Chen, 2001, pp. 244-245).

A cisão entre a RPC e os soviéticos tinha ganhado novos contornos em meados da década de 1960, por questões territoriais e de política externa. O líder chinês reabriu a questão da Mongólia Exterior (parte deste território corresponde à atual Mongólia), cuja independência foi reconhecida por Pequim em 1950, “talvez como resposta” à assinatura de um acordo de defesa do país com a URSS, em julho de 1964. Mao Zedong reivindicava ainda a faixa entre o Lago Baikal e Vladivostok, em território administrado por Moscovo, e colocou-se ao lado da pretensão japonesa em recuperar as Ilhas Curilas, também sob a égide soviética desde o final da II Guerra Mundial (Lüthi, 2008, p. 276).

Nesta primeira fase, já com Leonid Brejnev como sucessor de Krushchev, a URSS estava focada em “problemas domésticos”, o que causou algum alívio à parte chinesa na arena internacional (Lai, 2007, p. 70). Quanto aos EUA, em 1965, mantinham que a RPC era uma ameaça e essa visão até foi utilizada para justificar a intervenção norte-americana no Vietname (Kissinger, 2012, p. 231).

Já na Primeira Guerra da Indochina, que decorreu entre dezembro de 1946 e agosto de 1954, a RPC garantiu apoio às forças lideradas por Ho Chi Minh, que lutavam contra o regime colonial francês. A título de exemplo, entre abril e setembro de 1950,

---

<sup>38</sup> A “Resolução sobre algumas questões na história do nosso partido desde a fundação da República Popular da China” foi adotada durante o 11.º Comité Central do PCC (Myers, Domes, & Yeh, 1995, pp. 43-94).

Pequim forneceu aos comunistas vietnamitas “14 mil armas, 1700 metralhadoras, cerca de 150 peças de diferentes tipos de artilharia, 2800 toneladas de cereais e grandes quantidades de munições, medicamentos, uniformes e equipamentos de comunicações”. Em sentido inverso, foram enviados homens para a província chinesa de Yunnan, onde receberam treino do Exército de Libertação Popular (Chen, 2001, p. 126).

Com a Conferência de Genebra, em 1954, foi acordada a independência e divisão do Vietname em dois blocos. No Norte, comunista e com capital em Hanói, o poder estava a cargo da República Democrática do Vietname. No Sul, não comunista e com capital em Saigão (atual Ho Chi Minh), o controlo pertencia à República do Vietname. A unificação de ambas estaria dependente de eleições, em Julho de 1956, que nunca foram realizadas.

A oposição ao escrutínio parte da República do Vietname, que não reconhecia as decisões saídas dos Acordos de Genebra. Em resposta, a República Democrática do Vietname tentou a unificação através da força. Com a escalada da violência, a administração norte-americana de Lyndon B. Johnson deixou um aviso a Hanói, na primavera de 1964, para que “deixasse de apoiar a insurgência no Vietname do Sul” (Whiting, 1994, p. 514). Em antecipação à intervenção de Washington, o apoio militar e económico chinês à República Democrática do Vietname foi “renovado no verão de 1964”, o que contrasta com o “pouco interesse” até aí demonstrado pela URSS, sob a liderança tanto de Estaline como de Khrushchev (Lüthi, 2008, p. 302).

No entanto, de outubro de 1964 a fevereiro de 1965, o apoio soviético aumentou. Neste último mês, os EUA bombardearam posições no Vietname do Norte e, em março, desembarcaram tropas no Vietname do Sul, o que aumentou os receios de Pequim em termos de segurança<sup>39</sup> (Ness, 1970, p. 133).

Em abril de 1965, uma declaração de Lyndon B. Johnson sobre o conflito no Vietname colocou o regime chinês na mira: “Por cima desta guerra, e de toda a Ásia, existe outra realidade: a sombra que se aprofunda da China comunista. Os dirigentes de Hanói são incitados por Pequim”. O receio da RPC, que estava na antecâmara da Revolução Cultural, levou a uma atitude pragmática. Pequim “só combateria os Estados Unidos na China”, ou seja, Mao Zedong nunca propôs uma ofensiva chinesa no Vietname. O apoio registado passava por “equipamento militar, forte encorajamento

---

<sup>39</sup> “Durante 1965, o pessoal militar norte-americano no Vietname do Sul aumentou de 23.500 conselheiros militares e pilotos para 184.500 soldados, a maioria tropas terrestres” (Lüthi, 2008, p. 316).

moral e uns cem mil sapadores chineses” responsáveis por trabalhar em “comunicações e infraestruturas no Vietname do Norte” (Kissinger, 2012, pp. 229-230).

A RPC queria manter o conflito nas fronteiras vietnamitas, mas recusou a cooperação com Moscovo para desenvolver uma estratégia com Hanói. A desconfiança entre os antigos aliados era visível e já tinha tido um episódio bem ilustrativo, em 1963, quando a escalada de violência no Vietname quase chegou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, através de uma posição comum da URSS e dos EUA. Mao Zedong começou a ficar num beco sem saída. Se os Estados Unidos ou a União Soviética atacassem a China, o outro podia pôr-se ao lado do atacante”. Ainda assim, em 1968, foi defendido um entendimento com Moscovo, entre alguns membros da liderança chinesa (Lüthi, 2008, p. 309; Kissinger, 2012, pp. 232-234).

Em agosto desse ano, a URSS invadiu a Checoslováquia, com os membros do Pacto de Varsóvia<sup>40</sup>, numa resposta à Primavera de Praga promovida pelo líder reformista do país Alexander Dubček. Este foi um dos episódios que levou Mao Zedong a ter uma “profunda preocupação sobre a política expansionista” da URSS, tendo chamado os militares veteranos Chen Yi, Ye Jianying, Xu Xiangqian e Nie Rongzhen – todos afastados dos círculos do poder no início da Revolução Cultural – para “prestar atenção” aos assuntos internacionais (Chen, 2001, pp. 244-246).

Dado o clima hostil, entre 1968 e 1969, tanto Pequim como Moscovo enviaram milhares de militares para zonas fronteiriças dos dois países. A confrontação consumou-se na ilha de Zhenbao<sup>41</sup> (Damansky em russo), localizada na Manchúria, sendo que os líderes soviéticos “chegaram a considerar a realização de um ataque nuclear preventivo contra o antigo aliado comunista”, que também detinha capacidade nuclear desde 1964 (Chen, 2001, p. 240). Outras escaramuças foram registadas em Xinjiang.

No virar da década de 1960 para 1970, o isolamento chinês era uma realidade. Por um lado, a guerra sino-indiana e o golpe militar que aniquilou o Partido Comunista da Indonésia terminaram com a relação que existia entre Pequim e dois dos principais

---

<sup>40</sup> O Pacto de Varsóvia, estabelecido em Maio de 1955, instituiu o grupo de oposição à OTAN e, teoricamente, foi iniciado como resposta à adesão da República Federal Alemã a esta organização nesse mesmo ano. A estrutura militar era conhecida como Organização do Tratado de Varsóvia, tendo por membros a União Soviética, Albânia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia e Roménia. A estrutura unificada de comando militar estava sob o controlo de Moscovo. A dissolução deu-se em julho de 1991 (Sousa, 2005, p. 138).

<sup>41</sup> Em março de 1969, uma “aparente provocação e emboscada chinesa” contra tropas soviéticas, na ilha de Zhenbao/Damansky, agudizou a crise entre a RPC e URSS. O conflito, apesar de circunscrito, prolongou-se até agosto desse ano (Whiting, 1994, p. 517).

parceiros asiáticos no “Movimento dos Não Alinhados”. Por outro lado, a maior parte dos países comunistas seguiu a União Soviética e, “com exceção da Coreia do Norte, do Vietname do Norte, da Albânia e da Roménia, todos se afastaram da China” (Gaspar, 2013, pp. 111-112).

Neste contexto surgiram os primeiros sinais de reaproximação entre a RPC e os EUA. Em novembro de 1968, Washington deu um passo inicial ao propor o reatar das conversações de Varsóvia, ao nível de embaixada, acordadas quase dez anos antes. Pequim respondeu “positivamente”, mas, em fevereiro de 1969, um funcionário diplomático chinês destacado na Holanda<sup>42</sup> recebeu autorização de asilo por parte das autoridades norte-americanas, facto que levou à suspensão dos contactos. Durante um périplo mundial que começou em julho desse mesmo ano, o presidente dos EUA, Richard Nixon, pediu ao homólogo paquistanês Mohammad Yahya Khan e ao líder romeno comunista Nicolae Ceaușescu – ambos mantinham boas relações com a RPC – para transmitirem a Pequim que “a Ásia não poderia andar para a frente se uma nação tão grande como a China permanecesse isolada” (Chen, 2001, pp. 245 e 249-250).

Mais tarde, em outubro de 1970, Mao Zedong declarou ao jornalista Edgar Snow<sup>43</sup> que os problemas entre chineses e norte-americanos “teriam de ser resolvidos” com Richard Nixon. Entre dezembro do mesmo ano e janeiro de 1971, o então conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Henry Kissinger, recebeu duas mensagens de Zhou Enlai, vistas por Mao Zedong e pelo seu futuro sucessor da altura, Lin Biao<sup>44</sup>, em que é aberta a porta a um encontro de alto nível. Nas missivas, Pequim descrevia Taiwan como a única questão “pendente” das relações sino-americanas (Kissinger, 2012, pp. 253 e 256-258).

Nos tempos que se seguiram, as duas partes procuraram estabelecer um modo de convergência, com alguns avanços e reveses. No entanto, numa atitude de abertura, Mao Zedong endereçou um convite à equipa de pingue-pongue dos EUA para visitar a China, tendo a mesma sido realizada em abril. A chamada “diplomacia pingue-pongue” iniciou uma nova era nas relações sino-americanas. Pouco tempo depois, a 10 de maio,

---

<sup>42</sup> Liao Heshu desempenhava as funções de encarregado de negócios da RPC, na Holanda, quando decidiu desertar para os EUA, em fevereiro de 1969.

<sup>43</sup> Edgar Snow foi um jornalista norte-americano, conhecido pela proximidade que tinha com o regime chinês e, em particular, Mao Zedong.

<sup>44</sup> Lin Biao morreu a 13 de setembro de 1971, num aparente acidente de avião. Pequim explicou que o sucessor designado de Mao Zedong tinha preparado um golpe contra a liderança da RPC. Outra versão dá conta de que estava em fuga por temer ser purgado.

Washington acabou por aceitar o convite de Zhou Enlai para uma visita de alto nível. Henry Kissinger foi encarregue de viajar até Pequim em duas ocasiões (missões secretas intituladas Polo I e Polo II). O culminar dos encontros foi a presença de Richard Nixon na China, entre 21 e 28 de fevereiro de 1972<sup>45</sup>. Em cerca de um ano, a RPC e os EUA passaram do “conflito irreconciliável” e de uma “retórica de duas décadas” para um “objetivo estratégico fundamental de um diálogo geopolítico”, que conduziu a uma “reformulação da ordem internacional da Guerra Fria” (Kissinger, 2012, p. 262).

Do histórico encontro entre Richard Nixon e a liderança chinesa resultou um comunicado conjunto, em que os dois Estados declararam: “Nunca deve ser procurada a hegemonia na região da Ásia-Pacífico e cada um opõe-se aos esforços de qualquer outro país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia; [...] O Governo da República Popular da China é o único Governo legal da China; Taiwan é uma província da China, que retornou à pátria; a libertação de Taiwan é assunto interno da China no qual nenhum outro país tem o direito de interferir; e todas as forças norte-americanas e instalações militares devem ser retiradas de Taiwan; [...] Os Estados Unidos reconhecem que todos os Chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan consideram que só há uma China e que Taiwan faz parte da China”<sup>46</sup> (Departamento de Estado dos EUA, s.d.).

A viagem de Richard Nixon abriu caminho a uma nova ordem mundial. Seguiram-se “visitas equivalentes dos líderes de outras democracias ocidentais e do Japão” à China. Em encontros posteriores, os líderes da RPC até manifestaram o apoio ao “envolvimento das forças armadas dos EUA no Médio Oriente para reagir aos soviéticos” (Kissinger, 2012, p. 301 e 309).

Neste contexto de cisão sino-soviética e aproximação entre Washington e Pequim, exemplo prático de *realpolitik*, os revolucionários comunistas procuraram substituir a ROC nas Nações Unidas. Após o anúncio da visita de Richard Nixon, em julho de 1971, a intenção antiga ganhou cada vez mais força. No final do mesmo ano, a resolução 2758, votada na 26ª Assembleia Geral da ONU<sup>47</sup>, reconheceu a RPC como “única representante legítima da China nas Nações Unidas”, tendo recebido 76 votos a

---

<sup>45</sup> Richard Nixon viajou até à China entre os dias 21 e 28 de fevereiro de 1972. O então presidente norte-americano, que passou por Pequim, Hangzhou e Xangai, classificou a visita como “a semana que mudou o mundo”, colocando um ponto final a “22 anos de hostilidades” (United Press International, 1972).

<sup>46</sup> O Comunicado de Xangai data de 27 de fevereiro de 1972.

<sup>47</sup> A resolução de 25 de outubro de 1971 decretava a expulsão de “todos os representantes” de Chiang Kai-shek da ONU e de outras organizações relacionadas (ONU, 1971).

favor e 35 contra (Xinquan & Huiping, 2015, p. 101; ONU, 1971). Desta forma, o país ganhou um dos cinco assentos permanente no Conselho de Segurança<sup>48</sup>.

Em abril de 1974, Deng Xiaoping, perseguido durante a “Revolução Cultural” e, entretanto, reabilitado pelo regime, apresentou a nova doutrina de Mao Zedong sobre os “Três Mundos” (*san ge shijie de lilun*), na ONU. A até aí defendida luta de classes internacional foi substituída por uma visão do mundo em que as duas superpotências – EUA e URSS, que correspondem ao “Primeiro Mundo” – tinham um lugar separado dos outros países desenvolvidos – Japão, Europa e Canadá, que formam o “Segundo Mundo” – e dos países em vias de desenvolvimento – o “Terceiro Mundo”, onde estava integrada a China, assim como todas as nações africanas, asiáticas (com exceção do Japão) e latino-americanas (MNE da RPC, s.d.)<sup>49</sup>.

Esta “revisão da teoria estratégica” foi “mais um passo para ultrapassar os delírios ideológicos da ‘Revolução Cultural’” (Gaspar, 2013, p. 116). Deng Xiaoping enfatizava que a URSS era o “principal inimigo” da RPC, relegando os EUA para segundo plano. Paralelamente, abriu a porta a uma maior cooperação entre a China e o Ocidente para captar “capital e tecnologias modernas”, com vista a melhorar a vida da população chinesa (Lai, 2007, pp. 100-102).

A aproximação entre Pequim e Washington acabou por esfriar em meados da década de 1970, que ficou marcada pela resignação de Richard Nixon, na sequência do escândalo *Watergate*. Nesta altura, a RPC também enfrentou uma “turbulência interna” com o afastamento sucessivo de Zhou Enlai, no início de 1974, e Deng Xiaoping, dois anos depois, em vésperas da morte de Mao Zedong. Ambos eram “relutantes a hipotecar o futuro da China à revolução permanente”, tendo enfrentado a oposição do “Bando dos Quatro”<sup>50</sup> (*siren bang*), que preconizava uma “viragem para dentro” através da purificação da cultura e política chinesas de “influências suspeitas” para “revigorar a ética de luta revolucionária e de igualitarismo radical” (Kissinger, 2012, pp. 323-332).

---

<sup>48</sup> Desde que integra o Conselho de Segurança da ONU, a RPC demonstra “três tendências dignas de menção” por ter utilizado o poder de veto em menor número, abster-se em várias ocasiões e não participar em algumas votações. De 1971 a 1981, os representantes chineses chegaram mesmo a não participar em alguns trabalhos do Conselho de Segurança (Andornino, 2010, p. 102).

<sup>49</sup> O “pensamento estratégico da divisão do mundo” de Mao Zedong era um reafirmar da desaprovação de tentativas hegemónicas, por parte das duas superpotências da Guerra Fria. De acordo com a visão atual, o então líder chinês pretendia reforçar o apoio às lutas dos povos “oprimidos” pelo “Primeiro Mundo” e “Segundo Mundo”. Os EUA e a URSS eram a fonte de “maior instabilidade” no mundo (MNE da RPC, s.d.).

<sup>50</sup> O “Bando dos Quatro” era composto por Jiang Qing, mulher de Mao, atriz e responsável pela radicalização da Ópera Tradicional de Pequim, Zhang Chunqiao, Yao Wenyuan e Wang Hongwen, radical tido como possível sucessor de Mao.



Em 1975, num último gesto público um ano antes de morrer, Zhou Enlai voltou a insistir no adormecido programa das “Quatro Modernizações”, apresentado antes da “Revolução Cultural” e direcionado para quatro setores-chave do país: agricultura, indústria, defesa nacional e ciência/tecnologia (Kissinger, 2012, pp. 331-332). Deng Xiaoping iria marcar a futura liderança chinesa, precisamente, com uma aposta na reforma interna<sup>51</sup>, de forma a posicionar a China nas tendências políticas e económicas globais da época.

## **2. O Pragmatismo de Deng Xiaoping**

Mao Zedong morreu a 9 de setembro de 1976 e, cerca de dois anos depois, Deng Xiaoping assumiu as rédeas da RPC, após ter sido perseguido e purgado em duas ocasiões. Ainda assim, foi Hua Guofeng quem se tornou na figura de transição da RPC, mantendo-se no cargo de primeiro-ministro e secretário-geral do Comité Central do PCC até 1981<sup>52</sup>.

Deng Xiaoping introduziu “um conjunto de mudanças económicas corajosas” para tentar “elevar os padrões de vida” dos chineses e “reconstruir o apoio social ao Partido Comunista”, dividido após a “Revolução Cultural” (Shirk, 2007, pp. 18-19). O novo líder tinha o “prestígio” de ser um veterano da “Longa Marcha” e da Guerra Sino-Japonesa, era membro do PCC desde 1924, apresentava uma “longa experiência em cargos superiores” e a sua “perspicácia política permitiu-lhe construir uma rede de apoiantes dentro das estruturas do partido”, não demorando muito tempo até se tornar numa “personalidade dominante na liderança pós-Mao” (Brown, 2009, p. 438).

Ao nível da política externa, Deng Xiaoping era favorável à normalização das relações entre a RPC e os EUA. A prova disso é que, a 22 de agosto de 1977, três dias depois de regressar ao trabalho como membro do Comité Permanente do Politburo,

---

<sup>51</sup> Após o “Grande Salto”, a tendência reformista de Deng Xiaoping, juntamente com Liu Shaoqi, já tinha ficado bem patente, na tentativa de recolocar a economia chinesa num “curso mais racional”, entre 1961 e meados dessa década (Brown, 2009, p. 318).

<sup>52</sup> Mao Zedong organizou a ascensão de Hua Guofeng que, depois da morte de Zhou Enlai, a 8 de janeiro de 1976, assumiu o cargo de primeiro-ministro. Ocupou os lugares de Mao como secretário-geral do PCC e presidente da Comissão Militar Central, embora não tenha herdado “necessariamente” a sua autoridade. Hua Guofeng é tido como um dos responsáveis pela prisão do “Bando dos Quatro” (Kissinger, 2012, pp. 358-359). Deng Xiaoping só consolidou o poder em fevereiro de 1980 (Vogel, 2011, p. 359).

reuniu-se com o então secretário de estado norte-americano, Cyrus Vance. O mesmo responsável de Washington manteve um encontro posterior com o ainda presidente chinês Hua Guofeng (Vogel, 2011, p. 311).

A normalização era, “definitivamente, do interesse da segurança da China, especialmente, devido ao aumento da ameaça soviética em relação à RPC” (Brzezinski, 1983, pp. 198-197). De facto, um terço das forças nucleares estratégicas da URSS foram mobilizadas para o Extremo Oriente a partir de 1977 e até 1986; em relação ao crescente apoio da URSS ao Vietname, a China via com satisfação que os seus vizinhos não-comunistas do Sudeste Asiático revelassem inquietação (Lai, 2007, p. 110).

Os primeiros esforços de normalização sofreram “um revés durante a visita de Vance” (Brzezinski, 1983, p. 202). O secretário de Estado norte-americano apresentou uma proposta à RPC, que passava por “manter algum pessoal governamental em Taiwan”, mas Pequim rejeitou-a (Vogel, 2011, pp. 312-315).

Depois entrou em cena o então conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Zbigniew Brzezinski, que optou por uma abordagem mais inclusiva da RPC na procura de uma solução para o impasse. Num dos vários encontros que manteve com representantes chineses, para preparar uma possível viagem à China, o responsável norte-americano chegou a ceder um resumo da OTAN sobre o “problema estratégico global”, isto numa altura em que Washington estava a meio das Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas com Moscovo<sup>53</sup> (SALT, na sigla inglesa) (Brzezinski, 1983, pp. 203-204).

Em maio de 1978, Zbigniew Brzezinski partiu para Pequim com uma mensagem clara do presidente Jimmy Carter: “Vemos as nossas relações com a China como um tema central da política global dos EUA” (citado por Brzezinski, 1983, p. 207).

Durante os encontros com responsáveis chineses, Zbigniew Brzezinski colocou em cima da mesa várias propostas, que pretendiam envolver a RPC: “promover a paz no Médio Oriente”, “cooperar mais estreitamente em assuntos como o Afeganistão, a ajuda ao Paquistão e a assistência aos esforços do Sudeste Asiático contra o apoio soviético do expansionismo vietnamita”. Mas a questão central para a normalização das relações

---

<sup>53</sup> As Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas (em inglês, *Strategic Arms Limitation Talks* ou SALT) foram rondas de negociações bilaterais e consequentes tratados internacionais sobre o controlo de armas nucleares, ratificados pelos EUA e pela URSS.

sino-americanas era Taiwan, onde Washington tinha “planos para reduzir as tropas”, ainda que reservasse “o direito” de vender armas ao regime da ROC (Brzezinski, 1983, pp. 211-212).

Em resposta, mas sem se alongar no assunto, Deng Xiaoping afirmou que a normalização das relações sino-americanas dependia da questão de Taiwan. Depois, indicou o interesse em “obter mais acesso à tecnologia americana” e fazer uma viagem aos EUA (Brzezinski, 1983, pp. 214-215).

Deng Xiaoping expôs ainda as “desvantagens” das SALT para os EUA. Zbigniew Brzezinski reforçou que se tratava de uma medida para “obter estabilidade estratégica”, “acompanhada de esforços renovados de segurança” (Brzezinski, 1983, p. 215).

Depois da visita do conselheiro de Segurança Nacional dos EUA a Pequim, as duas partes começaram negociações secretas sobre a normalização das relações. Num dos encontros, o então secretário-adjunto de Estado norte-americano, Richard Holbrooke, e o vice-diretor do Gabinete de Ligação da RPC em Washington, Han Xua, trocaram argumentos sobre a questão de Taiwan.

Por um lado, Richard Holbrooke referiu que as armas que seriam vendidas ao território governado pelo Kuomitang teriam apenas uma “natureza defensiva”; por outro lado, Han Xua notou que este ponto não estava “em conformidade com o espírito do Comunicado de Xangai” (Vogel, 2011, pp. 325-326).

Deng Xiaoping acreditava que, sem material militar, Taiwan “sentiria que não tinha uma escolha realista senão chegar a um acordo para a reunificação com a China Continental”. No entanto, para obter vantagem noutros aspetos, como acesso a “conhecimento, capital e tecnologia” norte-americano, aceitou abdicar de alguns princípios (Vogel, 2011, p. 326). O concertar de posições ficou bem patente na antecâmara do anúncio do estabelecimento das relações entre os EUA a RPC. Washington declarou: “Os Estados Unidos deixam claro que vão continuar a negociar com Taiwan, incluindo a venda de armas de defesa, após o término do tratado de defesa, para que não sejam prejudicadas as perspectivas de paz na região. O lado chinês não

apoia a posição dos Estados Unidos sobre este assunto, mas isso não impediu que ambos concordemos em normalizar as relações.”<sup>54</sup>

O acordo final foi anunciado na manhã de 16 dezembro em Pequim (noite de 15 de dezembro em Washington). A partir de 1 de janeiro de 1979, os dois lados estabeleceram relações diplomáticas e, a 1 de março do mesmo ano, foram abertas as embaixadas dos dois países em solo norte-americano e chinês (Harding, 1992, p. 81). “É possível” que Deng Xiaoping tenha calculado que o processo de normalização entre os EUA e a RPC fosse uma forma de reforçar a sua posição entre a liderança chinesa (Vogel, 2011, p. 332).

De facto, em dezembro de 1978, o Comité Central do PCC reuniu-se para definir o lema “reforma e abertura” (*gaige kaifang*), que caracterizou a política da futura liderança. Além disso, começou a ser defendida a apologia de “procurar a verdade nos factos”, numa alusão àquilo que foi a liderança de Mao Zedong. Um conjunto de “políticas pragmáticas”, que fazia eco do programa das “Quatro Modernizações”, foi ainda posto em prática (Kissinger, 2012, pp. 364-365). Deng Xiaoping saiu deste encontro com o estatuto de figura política mais proeminente de Pequim. No entanto, manteve-se no cargo de vice-primeiro-ministro da RPC.

Nos meses anteriores, a importância de Deng Xiaoping era bem patente. Não só por ter sido fundamental na normalização das relações sino-americanas, mas também por ter embarcado num conjunto de viagens ao exterior. Em janeiro de 1978, visitou a Birmânia; em fevereiro, o Nepal; em setembro, a Coreia do Norte; em outubro, o Japão<sup>55</sup>; e, em novembro, seguiu para Malásia, Singapura e Tailândia<sup>56</sup> (Vogel, 2011, pp. 276-291). Neste périplo, abordou o recém-tratado assinado entre a URSS e o Vietname, que colocaria em causa a paz na região Ásia-Pacífico, conforme reportou o jornalista do New York Times, Henry Kamm (Kamm, 1978).

Esta preocupação, como já referimos anteriormente, estava relacionada com o processo de normalização das relações entre Pequim e Washington. Para Deng Xiaoping, existia “um risco real” da União Soviética avançar para o Vietname e, depois,

---

<sup>54</sup> Deng Xiaoping acreditava que, depois da normalização das relações entre os EUA e a RPC, iria usar “todas as oportunidades” para pressionar Washington a reduzir a venda de armas para Taiwan (Vogel, 2011, p. 332).

<sup>55</sup> Em agosto de 1978, a RPC e o Japão assinaram um tratado de paz e amizade, baseado nos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” (China Internet Information Center, s.d.).

<sup>56</sup> Depois de visitar os EUA, Deng Xiaoping não voltou a sair da China.

via Tailândia e Malásia, para o Estreito de Malaca. Com a acordada cooperação sino-americana, a URSS ficaria “mais cautelosa” (Vogel, 2011, pp. 332-333).

Tanto a RPC como os EUA temiam a criação de uma Federação da Indochina, controlada pelo regime comunista do Vietname e apoiada pela URSS. A invasão vietnamita do Camboja<sup>57</sup>, em dezembro de 1978, aumentou os receios. O tema acabou por estar em foco na visita de Deng Xiaoping aos EUA, que se prolongou entre 29 de janeiro e 4 de fevereiro de 1979. A viagem, a primeira de um líder chinês desde a fundação da RPC, incluiu encontros com o então presidente norte-americano Jimmy Carter e passagens por Washington, Filadélfia, Atlanta, Houston e Seattle.

Deng Xiaoping terá abordado um possível ataque militar ao Vietname – a “Cuba do Oriente”, nas palavras do responsável chinês –, que acabou por acontecer entre 17 de fevereiro e 16 de março de 1979. A incursão não obteve o apoio expresso de Washington, apesar de se ter seguido à visita. Mais tarde, Deng Xiaoping confidenciou a Henry Kissinger o que disse a Jimmy Carter: “A China tratará desta questão [guerra com o Vietname] independentemente e, se houver algum risco, a China assumi-lo-á sozinha.”<sup>58</sup> O ataque chinês ao Vietname – sem uma resposta soviética – voltou a provar que a URSS não pretendia correr “quaisquer riscos de uma guerra mais alargada”. Ou seja, o apoio de Moscovo ao regime de Hanói era igual ao que tinha sido prestado à RPC, durante as crises do Estreito de Taiwan, na década de 1950 (Kissinger, 2012, p. 401).

Ainda sobre a visita de Deng Xiaoping aos EUA, importa referir que Pequim e Washington assinaram vários acordos, nas seguintes áreas: comércio, ciência, tecnologia, cultura e diplomacia. Ao nível da educação, passou a verificar-se um aumento crescente de alunos chineses a estudar nos EUA. Se existiam cerca de 50, no início de 1979, o número cresceu para 1025, em 1980, e 14 mil, quatro anos depois, sendo que “dois terços” estudavam nas áreas de física, saúde e engenharia (Vogel, 2011, pp. 340 e 346).

---

<sup>57</sup> A invasão do Camboja pelo Vietname, entre 25 de dezembro de 1978 e 7 de janeiro de 1979, derrubou o regime Khmer Vermelho, apoiado pela RPC.

<sup>58</sup> Excerto de uma conversa entre Deng Xiaoping e Henry Kissinger, um mês depois de as tropas chinesas se terem retirado do Vietname. O líder chinês referiu que todas as zonas defensivas de Hanói foram ocupadas (Kissinger, 2012, pp. 402-403). Desde 1977, quando o regime de Hanói enviou tropas para o Laos, Deng Xiaoping temia uma movimentação semelhante para o Camboja. Apesar de o líder do país, Paul Pot, ter requerido “voluntários” chineses, o responsável de Pequim preferiu apoiar os cambojanos com uma campanha “rápida” e “decisiva” no Vietname, semelhante àquela levada a cabo na fronteira sino-indiana, em 1962 (Vogel, 2011, pp. 526-535).

Sobre a questão de Taiwan, em abril de 1979, Jimmy Carter tornou oficial o *Taiwan Relations Act*, que confirmava a responsabilidade de Washington na defesa da ilha. O documento nota que “a paz e estabilidade na área estão nos interesses políticos, securitários e económicos dos Estados Unidos” (Congresso dos EUA, 1979). Este facto não impediu Jimmy Carter e Zbigniew Brzezinski de quererem uma “China forte e segura” (Brzezinski, 1983, p. 217). Por isso, foi acordada a transferência de tecnologia militar para assegurar o “equilíbrio global” e a própria “segurança nacional norte-americana” (Kissinger, 2012, p. 405).

Em janeiro de 1980, o então secretário da Defesa norte-americano, Harold Brown, visitou a China. Numa comunicação a partir de Pequim, onde manteve encontros oficiais com a liderança chinesa, o responsável realçou que, “para conter a expansão soviética”, a RPC apoiava “a necessidade de uma OTAN fortalecida” e uma “estável e próspera Ásia do Nordeste [península coreana e Japão]”, “ambas intimamente ligadas aos EUA” (Departamento de Estados dos EUA, 1980)<sup>59</sup>. Apesar de existir uma crescente cooperação, Taiwan manteve-se como um tema sensível entre as duas partes. Deng Xiaoping, insatisfeito com o conteúdo do *Taiwan Relations Act*, que “violava a premissa básica da normalização das relações”, fez lóbi junto de vários países para que o território fosse “afastado de organizações regionais e internacionais” (Vogel, 2011, pp. 478-481).

Com a vitória de Ronald Reagan sobre Jimmy Carter, a liderança chinesa mostrou-se preocupada com a postura do novo chefe de Estado norte-americano. Durante a campanha eleitoral, o candidato que sairia vencedor prometeu tratar Taiwan “com dignidade” e pretendia estabelecer laços formais com o regime do Kuomintang, facto que enfureceu Deng Xiaoping (Vogel, 2011, p. 481). Depois de Ronald Reagan assumir funções, Pequim manteve receios de que Washington passasse a tratar Taiwan como um país. O resultado desta preocupação surgiu numa estratégia de reunificação com nove pontos, apresentada pelo então presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o marechal Ye Jianying, a 30 de setembro de 1981.

A título de exemplo, o plano passava por: “conversações entre o Partido Comunista e o Kuomintang”; “os dois lados devem facilitar comércio, ligações aéreas, envio de remessas, turismo e correio entre o Continente e Taiwan”; “os cidadãos de

---

<sup>59</sup> Telegrama de Harold Brown endereçado ao presidente Jimmy Carter, ao secretário de Estado, Cyrus Vance, ao vice-secretário da Defesa, W. Graham Claytor Jr., e ao conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski.

Taiwan são bem-vindos a investir e a exercer atividade no Continente”; “depois da reunificação, Taiwan pode gozar de um elevado grau de liberdade e manter o seu próprio exército” (Vogel, 2011, p. 483). Este último ponto, mais concretamente a questão do “elevado grau de liberdade”, foi aprofundado no princípio “Um país, dois sistemas”<sup>60</sup>, aplicado após a transferência de poderes de Hong Kong, em 1997, e Macau, em 1999. O processo de negociação de retorno à pátria dos dois territórios é visto como um dos “principais sucessos da política externa” de Deng Xiaoping e uma forma de enquadrar Taiwan no plano de reunificação (Medeiros, 2009, pp. 14-15).

No primeiro mandato de Ronald Reagan, a relação sino-americana foi marcada por uma postura de “contradições quase incompreensíveis”, com o presidente norte-americano a discordar da venda de equipamento militar à RPC. No entanto, o seu secretário de Estado, Alexander Haig, procurou “maneiras de chegar a um entendimento com Pequim, pelo qual os Estados Unidos fornecessem armas tanto à China como a Taiwan” (Kissinger, 2012, pp. 415-416).

Com este enquadramento, foi acordado um novo comunicado conjunto, a 17 de agosto de 1982. Os dois lados, tal como aconteceu nas anteriores comunicações oficiais desta natureza, reafirmaram os princípios básicos da relação sino-americana: a RPC argumentava que Taiwan era um “assunto interno” e os EUA defendiam uma “solução pacífica” (Embaixada da RPC nos EUA, 1982).

Sobre a polémica questão da venda de armas a Taiwan, o documento realçava que as duas lideranças mantiveram conversações, em outubro de 1981. A parte norte-americana notou, especificamente, que foram alcançados desenvolvimentos sobre este tema devido à nova abordagem chinesa para a reunificação pacífica. O resultado prático, apesar de não estar delimitado em qualquer quadro temporal, foi o compromisso de Washington em descartar “uma política a longo prazo” de venda de armas a Taiwan. Com esta posição, os EUA prosseguiram “relações amigáveis com ambos os lados do Estreito de Taiwan” e cooperaram com a RPC em “imperativos antissoviéticos comuns”, ao passo que a liderança chinesa, ainda que “desapontada” com o comunicado, manteve a “assistência norte-americana” e prosseguiu o desígnio de construir um “poderio económico e militar”, aliado à “capacidade de desempenhar um papel independente nos assuntos mundiais” (Kissinger, 2012, p. 420).

---

<sup>60</sup> O princípio “Um país, dois sistemas”, que acabou por derivar de um dos pontos da estratégia para Taiwan divulgada em fevereiro de 1981, foi apresentado por Deng Xiaoping a um professor universitário (Qingmin, 2014, p. 908).

Em setembro de 1982, no discurso de abertura do 12.º Congresso do PCC, Deng Xiaoping abordou esta questão da “independência”: “Nenhum país estrangeiro deve alimentar a ideia de que a China seja sua vassala ou de que aceite algo que possa prejudicar os seus interesses. Aplicamos, firmemente, a política de abertura ao exterior e aumentamos, de maneira ativa, os intercâmbios com o estrangeiro, tendo por base os princípios de igualdade e de benefício mútuo” (Deng, 1994, pp. 7-10).

Desde a fundação da RPC, o posicionamento internacional chinês conheceu diversas formulações. Na década de 1950, seguiu uma política de ‘inclinarse para um lado’ (*yi bian dao*), o da União Soviética; na década de 1960, adotou o princípio de “lutar contra os Estados Unidos e a União Soviética” (*liang ge quan tou da ren*); na década de 1970, virou-se para “uma linha da diplomacia” (*yi tiao xian*), que consistia na cooperação com os Estados Unidos para conter a União Soviética; e na década de 1980, advogava uma “política externa independente de paz”. Resumindo, enquanto Mao Zedong admitia que “guerra e revolução” eram conceitos-chave das relações externas, Deng Xiaoping abriu caminho a uma estratégia marcada por “paz e desenvolvimento” (Wankun & Yu-shek, 1998, pp. 95-105; Qingmin, 2014, p. 917).

Deng Xiaoping procurou combinar um “ambiente internacional favorável” à “contínua reforma interna” e “modernização” da RPC (Medeiros, 2009, pp. 50-51). Um dos principais desafios do novo líder chinês era mudar a imagem do país no estrangeiro<sup>61</sup>. Numa primeira fase, procurou espelhar que a China passou “de rival revolucionária para vítima semelhante dos desígnios geopolíticos soviéticos e vietnamitas”, o que representava “desvios impressionantes da tradição da política chinesa” (Kissinger, 2012, pp. 388-389). As oito viagens que realizou – Birmânia, Nepal, Coreia do Norte, Japão, Malásia, Singapura, Tailândia e EUA – são prova disso.

Outro desenvolvimento foi registado nas relações sino-indianas. Incluído na campanha de “boa vizinhança”, Deng Xiaoping manteve um encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Nova Deli, Atal Bihari Vajpayee, em fevereiro de 1979 (Shirk, 2007, p. 116). Mais tarde, o líder chinês explicou que a definição de algumas fronteiras era o “único problema” que subsistia com a Índia, sendo que a resolução implicava “concessões recíprocas” (Deng, 1994, pp. 25-26).

---

<sup>61</sup> De 1971 a 1981, os principais responsáveis chineses realizaram 20 viagens. Posteriormente e até 1991, o número cresceu para 122 (Medeiros, 2009, p. 73).



Em 1980, a RPC abandonou o apoio à posição do Paquistão sobre Caxemira, que defendia um referendo sob os auspícios da ONU como solução para a disputa territorial com a Índia. Para Pequim, que passou a adotar uma “posição neutra”, os dois países deveriam tratar a questão “pacificamente” (Shirk, 2007, p. 116).

No Médio Oriente, onde Mao Zedong apoiava com uma “retórica forte” as causas árabes e, em concreto, os palestinianos, Deng Xiaoping apostou numa abordagem “mais prática”, procurando melhorar as relações com Israel<sup>62</sup> para aceder a “armas convencionais” e “tecnologia” (Medeiros, 2009, p. 161). Com o Japão foi aplicado o mesmo sentido pragmático. Depois de assinarem o tratado de paz e amizade, em agosto de 1978, e da visita de Deng Xiaoping, em outubro do mesmo ano, Pequim e Tóquio acordaram visitas de delegações económicas, intercâmbios culturais e investimentos. Em dezembro de 1980, foram negociadas condições vantajosas para o Fundo de Cooperação Económica do Exterior do Japão financiar projetos na China<sup>63</sup>.

No início da década, a RPC passou também a estar representada no Banco Mundial e aderiu ao Fundo Monetário Internacional – dois instrumentos da ordem financeira que o país, anteriormente, havia combatido. Nesse período, chegou mesmo a ser um dos recetores de mais empréstimos do Banco Mundial, reunindo 5,5 mil milhões de dólares americanos para 52 projetos (Mitchell & McGiffert, 2007, pp. 17-18). No entanto, a grande mudança no cenário estratégico chinês dos anos 1980 foi a reaproximação a Moscovo. Os primeiros passos aconteceram com o estabelecimento de contatos diplomáticos, em 1977 e 1978, a reabertura das negociações para melhorar a relação sino-soviética, em 1979, e o anúncio da “política externa independente de paz”, após o esfriar da aliança com os EUA, em 1982. No entanto, Pequim esperava concessões do lado da URSS, que não foram satisfeitas no imediato: fim da presença militar junto às fronteiras sino-soviéticas da Sibéria e Mongólia; retirada do Afeganistão; e um ponto final no apoio dado ao Vietname no Camboja (Vogel, 2011, pp. 535-538; Kissinger, 2012, pp. 420-423; Harding, 1992, pp. 174-175).

Em meados e finais da década de 1970, a URSS de Leonid Brezhnev avançara para o mundo em vias de desenvolvimento, como Angola, Afeganistão, Etiópia e

---

<sup>62</sup> A RPC começou a importar armas de Israel na década de 1980, mas só normalizou as relações diplomáticas em 1992 (Medeiros, 2009, p. 161).

<sup>63</sup> De 1979 a 2007, o Fundo de Cooperação Económica do Exterior do Japão foi responsável por conceder o maior número de fundos à China, totalizando 25 mil milhões de USD (Vogel, 2011, pp. 308-310). Desde 1999, este mecanismo está integrado no Banco Japonês de Cooperação Internacional.

Indochina. Porém, o restabelecimento das relações entre a RPC e os EUA acabou por constituir um “importante baluarte contra uma maior expansão” soviética, contribuindo para o isolamento de Moscovo (Kissinger, 2012, pp. 420-421). Este quadro permitiu uma nova abordagem da China, que se mostrava crítica da posição de Washington em algumas matérias, designadamente: política para o Médio Oriente e África do Sul; presença militar na Coreia do Sul; pressão sobre o Japão para que o país aumentasse os custos com a defesa; intervenção em Grenada, em 1983; e os bombardeamentos na Líbia, em 1984 (Harding, 1992, p. 180).

Os responsáveis chineses começaram a usar o termo “normalização” para se referirem ao futuro da relação com Moscovo, precisamente, entre 1983 e 1984. A partir daí, o comércio entre a RPC e a URSS aumentou, Pequim aceitou a oferta soviética para modernizar algumas fábricas que Moscovo tinha ajudado a construir, na década de 1950, e registou-se um crescente intercâmbio de jornalistas, académicos e delegações parlamentares (Harding, 1992, p. 175). As mudanças internas na URSS também facilitaram um novo cenário<sup>64</sup> e, em 1985, um relatório da CIA descrevia que a China estava a “manobrar no triângulo” (RPC-EUA-URSS), cultivando laços mais estreitos com a União Soviética (Kissinger, 2012, p. 426).

O período de reforma de Deng Xiaoping acaba por ter um duplo resultado: lançou as bases para o “crescimento espetacular”<sup>65</sup> da China e permitiu que o país se tornasse num “ator eficaz no sistema internacional” (Wankun & Yu-shek, 1998, p. 91). Em maio de 1989, a normalização das relações entre a RPC e a URSS foi acertada com uma cimeira, que juntou Deng Xiaoping a Mikhail Gorbachev, em Pequim<sup>66</sup>. Esta foi a primeira visita de um líder soviético desde Krushchev (Brown, 2009, p. 445). O encontro incluiu “a assinatura dos acordos de delimitação das fronteiras entre os dois Estados” e serviu para abrir caminho ao futuro da cooperação sino-soviética, numa altura em que estava em curso a retirada da URSS do Afeganistão (Gaspar, 2013, p.

---

<sup>64</sup> A liderança da URSS mudou de Leonid Brezhnev para Iuri Andropov, em 1982, depois para Konstantin Chernenko, em 1984, e, finalmente, para Mikhail Gorbachev, em 1985.

<sup>65</sup> As diferenças entre o antes e depois da reforma económica ilustram os seus resultados. Por exemplo, em 1979, a produtividade que advinha do progresso tecnológico contribuiu para 2,48 por cento do crescimento económico chinês. Já em 1989, a taxa fixou-se em 28,5 por cento (Lin, Cai, & Li, 2003, pp. 183-188). Entre esse mesmo ano de 1979 e 2010, o crescimento do PIB atingiu uma média de 9,91 por cento, sendo que o valor mais elevado foi de 15,2 por cento, em 1984 (Banco Mundial, s.d.). Hu Yaobang e Zhao Ziyang foram os colaboradores mais próximos de Deng Xiaoping, mas acabaram “incompatibilizados” com o líder chinês, por terem tentado transpor os princípios da reforma económica para o campo político (Kissinger, 2012, p. 432).

<sup>66</sup> A visita de Gorbachev a Pequim estendeu-se entre 15 e 18 de maio de 1989.

118). No entanto, marcou também uma viragem nos movimentos contestatários estudantis,<sup>67</sup> que não abandonaram a Praça de Tiananmen, onde Mikhail Gorbachev deveria ser recebido, obrigando à declaração da lei marcial e, mais tarde, à intervenção do Exército de Libertação Popular, que terminou com a morte de “300 a 2600 pessoas”, na noite de 3 para 4 de junho de 1989 (Vogel, 2011, pp. 624-636).

Os acontecimentos de Tiananmen afetaram, desde logo, as relações sino-americanas. A Administração dos EUA, agora liderada por George H. W. Bush, decidiu aplicar uma série de sanções à RPC, incluindo um embargo à venda de armas, o adiamento de todos os intercâmbios militares de alto-nível, a suspensão do apoio da Corporação para Investimentos Privados Internacionais e o cancelamento do acordo de cooperação nuclear de 1985 (Harding, 1992, pp. 225-226).

A Comunidade Europeia<sup>68</sup> e o Japão também aplicaram sanções económicas. Em julho, o G7<sup>69</sup> denunciou a “repressão violenta contra os direitos humanos” levada a cabo por Pequim (Lai, 2007, p. 137). Já o Banco de Desenvolvimento Asiático e o Banco Mundial decidiram “parar novos empréstimos” à China (Harding, 1992, p. 227).

Internamente, a prioridade da liderança chinesa dos pós-Tiananmen passava por reorganizar o PCC, com a nomeação de Jiang Zemin<sup>70</sup> como secretário-geral do partido, em substituição de Zhao Ziyang. O novo responsável foi instruído a “manter a unidade” interna e a “prosseguir o caminho de reforma e abertura” (Vogel, 2011, pp. 643-646).

Apesar de os acontecimentos de Tiananmen terem alterado a relação sino-americana, George H. W. Bush<sup>71</sup>, eleito há menos de cinco meses, “não estava à

---

<sup>67</sup> Na primavera de 1986, foram registados os primeiros protestos estudantis, em Hefei e perto de Nanjing e Xangai. Os jovens pediam “poder para o povo” e uma “democracia de estilo ocidental”. Em Taiwan, nesse mesmo ano, surgiu um partido de oposição ao Kuomintang (Vogel, 2011, p. 576).

<sup>68</sup> Em outubro de 1990, foram reatadas as relações entre a Comunidade Europeia e a RPC, ao nível de “comércio, questões económicas, ciência e tecnologia” (Lai, 2007, p. 137). No entanto, até hoje, mantém-se o embargo de armas.

<sup>69</sup> O G7 é composto pelas sete economias mais industrializadas e desenvolvidas. Os Estados-membros são: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

<sup>70</sup> Após os acontecimentos de Tiananmen, Deng Xiaoping manteve-se como a figura mais proeminente da liderança chinesa, apesar de não ter desempenhado, formalmente, qualquer cargo de topo. Foi da sua responsabilidade a escolha de Jiang Zemin, como secretário-geral do PCC, depois de este se ter destacado como responsável máximo do partido em Xangai, desde 1985. Sem ser um “reformador”, Jiang Zemin também não era visto como um “fundamentalista marxista-leninista ou maoísta”, ocupando uma posição moderada dentro do Politburo. Ainda em 1989, passou a desempenhar as funções de presidente da Comissão Militar Central e, em 1993, foi nomeado Presidente da RPC (Brown, 2009, pp. 447-448).

<sup>71</sup> Entre outubro de 1974 e dezembro de 1975, George H. W. Bush chefiou o Gabinete de Ligação norte-americano em Pequim (Departamento de Estado dos EUA, s.d.) Em 1985, visitou a China como vice-presidente e, em fevereiro de 1989, regressou ao país, naquela que foi a terceira visita oficial que fez ao

vontade com as consequências de longo alcance das sanções”, ainda que a repressão dos protestos colocasse em causa “os valores mais profundos” dos EUA (Kissinger, 2012, pp. 446-458). Depois de uma troca de correspondência entre o presidente norte-americano e Deng Xiaoping, dois enviados de Washington – o conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, e o vice-secretário de Estado, Lawrence Eagleburger – viajaram, secretamente, até Pequim para expressarem a vontade de as relações com a RPC não sofrerem um revés. Mas o líder chinês fez notar que a reação norte-americana aos acontecimentos de Tiananmen era uma ingerência nos assuntos internos do país (Vogel, 2011, pp. 648-654).

Em novembro de 1989, Henry Kissinger foi convidado a viajar até Pequim para “formar” as suas próprias opiniões junto dos líderes chineses. Depois de um encontro com o então ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Qian Qichen, concluiu que a China “agiria ao seu próprio ritmo”, tendo por base o “interesse nacional, que não podia ser prescrito por estrangeiros” (Kissinger, 2012, pp. 456-459).

O final da Guerra Fria e a desintegração da URSS exigiram prudência a Deng Xiaoping, que adotou uma estratégia “low profile” (*taoguang yanghui*), já que a estrutura bipolar do mundo dava lugar a uma nova ordem internacional. Por um lado, era algo difusa, mas, por outro, fazia sobressair, claramente, a hegemonia dos EUA (Wankun & Yu-shek, 1998, p. 100). Neste contexto foi definida a “Estratégia dos 28 Caracteres”, que, ainda hoje, é tida como fundamental na posição internacional da China (Deng, 2008, p. 41): “observar e analisar o desenvolvimento calmamente” (*lengjing guancha*); “proteger a nossa posição” (*wenzhu zhenjiao*); “lidar com a mudança com confiança” (*chenzhuo yingfu*); “esconder as nossas capacidades” (*taoguang yanghui*); “ter habilidade para manter um ‘low profile’” (*shanyu shouzhuo*); “nunca assumir o papel de líderes” (*juebu dangtou*); “fazer boas contribuições” (*yousuo zuowei*). Esta fórmula pretendia: quebrar o isolamento do pós-Tiananmen; melhorar a imagem do Estado chinês; explorar o sistema comercial e internacional de modo a aumentar os benefícios do comércio livre e concretizar os interesses económicos nacionais; reforçar a segurança nacional; e contrabalançar a influência norte-americana no mundo (Medeiros & Fravel, 2003, pp. 24-25).

---

estrangeiro como presidente, depois de se deslocar ao Canadá e Japão (Departamento de Estado dos EUA, s.d.).

É certo que a repressão na Praça de Tiananmen afetou as relações com os EUA e, de um ponto de vista mais alargado, com o Ocidente. Mas com os países do Terceiro Mundo e, em concreto, com África, Pequim passou a dar uma “relevância renovada”, sendo desde então uma “pedra angular” na política externa dos Governos chineses (Taylor, 2010, p. 188).

Qian Qichen, considerado o padrinho da diplomacia contemporânea chinesa, referiu: “Foram os nossos amigos africanos que estiveram connosco e estenderam uma mão amiga nos tempos difíceis, após a turbulência política em Pequim, quando os países ocidentais impuseram sanções à China” (citado por Taylor, 2010, p. 188). Para quebrar o isolamento internacional, a China tentou ainda aumentar e reforçar as relações com os países asiáticos. A “diplomacia de boa vizinhança” (*mulin waijiao*) resultou em sucesso, já que Pequim estreitou relações com os Estados-membros da ASEAN, até então firmes opositores do comunismo. As controvérsias territoriais das Ilhas Spratly foram colocadas de parte (Zhiquan, 2010, pp. 1-2).

Neste período, importa referir que a RPC estabeleceu relações diplomáticas com Indonésia (1990), Singapura (1990), Brunei (1991) e Coreia do Sul (1992), normalizou as relações com Mongólia (1989) e Vietname (1991), e começou a construir laços bilaterais e multilaterais com Cazaquistão, Tadjiquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turquemenistão (1992) (Shirk, 2007, p. 111). A transição de poder de Deng Xiaoping para Jiang Zemin revelou o esforço por um maior envolvimento regional e global de Pequim. Alguns autores defendem que é a partir deste momento que se desenvolveu a “nova diplomacia chinesa”.

### **3. Do Multilateralismo ao *Soft Power* e à Estratégia *Going Out***

Mao Zedong e Deng Xiaoping centralizavam o poder e as grandes decisões em matéria de política externa, tendo como grande objetivo a estabilidade interna necessária para cimentar o regime comunista e o desenvolvimento económico. No entanto, a terceira e a quarta geração de líderes, enquadradas nos mandatos presidenciais de Jiang Zemin (1992-2002) e Hu Jintao (2002-2012), revelaram uma “nova diplomacia chinesa”, mais sofisticada e disposta a um engajamento internacional diferente.

Quatro grandes transformações foram registadas nos dois períodos atrás analisados. A nova diplomacia da China deixou de ser passiva e assumiu-se ativa, passou de exercer um *hard power* para promover o *soft power*, de atrair investimento externo evoluiu para a estratégia *going out*, incentivando as empresas chinesas a apostar no estrangeiro, e tinha como trave-mestra o conceito de “desenvolvimento pacífico” (Zhiquan, 2010, pp. 216-231).

Tendo em conta a definição destas quatro transformações, desenvolvemos, em primeiro lugar, a nova dimensão ativa da diplomacia de Pequim. Um dos aspetos mais marcantes, além do estreitamento dos laços com os países vizinhos, passava por contrariar a “aversão a instituições multilaterais, que Deng Xiaoping sempre temeu que poderiam ser usadas para punir ou limitar a China”. A RPC começou a reconhecer que, a partir destas organizações, o país podia “promover os seus interesses comerciais e de segurança”, além de equilibrar o poder dos EUA (Medeiros & Fravel, 2003, pp. 24-25).

No final de 1991, a China integrou o fórum para a Cooperação Económica Ásia-Pacífico<sup>72</sup> (APEC, na sigla inglesa). No âmbito de um encontro da APEC, em 1993, Jiang Zemin encontrou-se, pela primeira vez de forma formal, com o homólogo norte-americano, Bill Clinton, colocando um ponto final no isolamento diplomático internacional do pós-Tiananmen (Deng, 2005, p. 61).

A partir de 1994, a RPC começou a participar no Fórum Regional ASEAN<sup>73</sup>. Posteriormente, em 1996, criou com a Rússia os “Cinco de Xangai” – que contavam ainda com Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão – para tratar a definição de algumas fronteiras, assim como reforçar a confiança mútua<sup>74</sup>. Quatro anos depois, o Usbequistão foi incluído no grupo, que mudou a designação para Organização de Cooperação de Xangai (Lanteigne, 2010, pp. 166-176).

Em 1996, surgiu o Diálogo Ásia-Europa (ASEM), que junta os Estados-membros da ASEAN, UE, China, Coreia do Sul e Japão. Em 1997, foi a vez do acordo ASEAN+3, entre as nações da ASEAN, China, Coreia do Sul e Japão,

---

<sup>72</sup> A APEC é composta por 21 países e territórios: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Coreia do Sul, EUA, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, RPC, Rússia; Singapura, Tailândia, Taiwan e Vietname.

<sup>73</sup> A ASEAN é composta por Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietname. A Papua Nova Guiné e, mais recentemente, Timor-Leste têm o estatuto de observadores. O Fórum Regional ASEAN junta ainda outros parceiros de diálogo: Austrália, Canadá, Coreia do Norte, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Mongólia, Nova Zelândia, Rússia e UE.

<sup>74</sup> A designação deriva de a cimeira inaugural ter sido realizada na cidade chinesa de Xangai.

institucionalizado, mais tarde, em 1999. No ano de 2002, a RPC tornou-se membro do Diálogo para a Cooperação Asiática, que tem como objetivo aproximar organizações regionais, como a ASEAN, a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional<sup>75</sup> (SAARC) e o Conselho de Cooperação do Golfo<sup>76</sup>. No entanto, há quem considere que “a melhor coisa que aconteceu às relações regionais da China” foi a adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Economias asiáticas que costumavam vender a maior parte dos seus produtos para os Estados Unidos e para a Europa aumentaram o comércio com a China. O país tornou-se o principal parceiro da Coreia do Sul, do Vietname e do Japão (Shirk, 2007, p. 132).

As relações com África também foram reforçadas no plano multilateral. Em 2000, Pequim estabeleceu o Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC), que junta 45 Estados do continente africano. Todos não reconhecem Taiwan. Em 2003, surgiu o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com sede na Região Administrativa Especial de Macau e composto por oito países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O interesse chinês no multilateralismo pode ser resumido em três objetivos: “melhorar a imagem”; “aumentar a cooperação económica”; e “expandir a influência” (Medeiros, 2009, pp. 77-80). O envolvimento multilateral e a defesa da multipolaridade, o que leva, consequentemente, à rejeição do modelo hegemónico com origem nos EUA, foram resumidos por Jiang Zemin, em 2000, na Cimeira do Milénio da ONU: “O mundo é multicolorido. Assim como o universo não pode ter apenas uma cor, o mundo também não pode ter apenas uma civilização, um sistema social, um modelo de desenvolvimento ou um conjunto de valores.”<sup>77</sup>

De facto, a RPC passou de uma “inicial relutância e suspeição” sobre as instituições multilaterais para uma posição em que está “muito mais ativa nos assuntos internacionais”. Esta posição também é evidente no “Diálogo a Seis” para a resolução pacífica das preocupações relativas ao desenvolvimento do programa nuclear da Coreia

---

<sup>75</sup> Oito países fazem parte da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. O bloco tem ainda nove observadores: Austrália, Coreia do Sul, EUA, Irão, Japão, Maurícias, Myanmar, RPC e UE.

<sup>76</sup> O Conselho de Cooperação do Golfo integra seis Estados: Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Omã e Qatar.

<sup>77</sup> Deng Yong (2008, p. 45) explica que, a partir deste argumento de Jiang Zemin, o sucessor Hu Jintao construiu a visão de “mundo harmonioso”, que marcou a sua liderança.

do Norte, que abandonou o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 2003. O envolvimento nos esforços internacionais no Sudão e no Irão, e o combate à pirataria são outros exemplos (Kai, 2008, pp. 67-68 e 215; Zhiquan, 2010, pp. 216-217).

As questões energéticas marcaram igualmente a transição do século XX para o século XXI. Na década de 1990, a China tornou-se num estado importador de petróleo<sup>78</sup> e começou a dar uma importância crescente às relações com os países produtores. No início de 2000, o foco estava direcionado para a Arábia Saudita, o Irão e Omã, no Médio Oriente, que representavam metade das importações. Angola, Nigéria e Sudão, em África, tinham um peso de 30 por cento. A Venezuela e, ainda que com menos impacto, o Brasil eram também pontos de compra, na América do Sul (Cabestan, 2010, pp. 8-10).

A cooperação em organizações multilaterais, o relacionamento mais estreito com os vizinhos asiáticos e o poder de atração para conquistar parceiros fazem com a RPC transmitisse a ideia de uma ascensão “benigna e pacífica” (Shirk, 2007, p. 138). Wu Jianmin (citado por Zhiquan, 2010, pp. 218-219), que serviu como diplomata na ONU, na década de 1970, nota também que até o envolvimento chinês em missões de paz no estrangeiro cresceu, quando antes o país não participava ou abstinha-se destes processos.

A diplomacia chinesa da década de 1990 levou também Jiang Zemin a “abandonar”, de certa forma, a “Estratégia dos 28 Caracteres” definida por Deng Xiaoping. O então presidente chinês apostou numa diplomacia de “grande potência” (*daguo waijiao*), inaugurando uma fase de “estabelecimento de acordos de parceria com grandes países ou grupos de países, como a UE<sup>79</sup> e a ASEAN” (Cabestan, 2010, pp. 1-2). A título de exemplo, foi assinada uma “parceria estratégica” com o Brasil, em 1993, que pretendia assinalar os frutos da “cooperação sul-sul” e a “maturidade” das relações bilaterais. Ambos representavam as potencialidades dos grandes países em desenvolvimento. A “parceria estratégica” com a Rússia, em 1996, colocava ênfase na questão da “coordenação”, “igualdade” e “confiança”, para o século XXI, em que as duas nações poderiam representar um papel no desenvolvimento de um “novo padrão

---

<sup>78</sup> Em 1959, a descoberta das reservas petrolíferas de Daqing, na província de Heilongjiang, garantiu a autossuficiência até 1993, quando a China começou a importar petróleo.

<sup>79</sup> Em 1998, a Comissão Europeia adotou uma comunicação intitulada “Desenvolvimento de uma Parceria Global com a China”, que foi estabelecida, mais tarde, em 2001 (Comissão das Comunidades Europeias, 1998).



internacional”. Na “parceria estratégica construtiva” assinada com os EUA, em 1997, a tónica estava colocada no futuro das relações sino-americanas<sup>80</sup> (Su, 2009, p. 39). Neste último caso, Pequim e Washington acordaram visitas de alto nível de Jiang Zemin aos EUA e de Bill Clinton à RPC, em 1997 e 1998, respetivamente, das quais resultaram “extensos comunicados” e “instituições consultivas”, pondo fim “à atmosfera de confronto” (Kissinger, 2012, pp. 503-504).

Apesar de uma nova dimensão, Pequim não deixou de fazer uso do *hard power* através da força militar. A Terceira Crise do Estreito de Taiwan, que se prolongou entre 21 de julho de 1995 a 23 de março de 1996, foi um exemplo. Além disso, em meados da década de 1990, a RPC decidiu “intimidar” outros países da Ásia, enviando navios para zonas em disputa no Mar do Sul da China, e deixou um apelo para que abandonassem as alianças com os EUA, argumentando que eram “obsoletas” no pós-Guerra Fria. A estratégia provocou uma forte oposição regional e fez com que Washington reforçasse a sua posição. Contudo, a posterior assistência chinesa durante a crise asiática de 1997 atenuou as tensões regionais (Kurlantzick, 2007, p. 38).

Em maio de 1999, o bombardeamento da Embaixada da RPC em Belgrado<sup>81</sup>, durante uma campanha da OTAN, deu origem a um importante debate diplomático e estratégico na China. Apesar de ter sido reavivado o sentimento nacionalista, foi defendida uma posição de que o país deveria continuar a procurar os seus interesses e

---

<sup>80</sup> Entre o encontro de Jiang Zemin e Bill Clinton, à margem de uma reunião da APEC, em 1993, e a assinatura da “parceria estratégica construtiva”, em 1997, as relações RPC-EUA registaram vários desafios. Washington pretendia “um mundo de democracias prósperas” que cooperassem umas com as outras e vivessem em paz, o que Pequim interpretou como uma tentativa de tornar a China “fraca”. O discurso norte-americano sobre os direitos humanos também se adensou, tendo sido acompanhado de uma ameaça de suspensão do estatuto de Nação Mais Favorecida da RPC. Também se verificou um impasse em questões como o acesso da China ao Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas, mais tarde incluído na OMC, e a candidatura aos Jogos Olímpicos de 2000. Em 1994, o então presidente de Taiwan, Lee Teng-hui, fez escala no Havai, para reabastecer o avião em que viajava até à América Central. Em 1995, o mesmo responsável fez um discurso sobre as “aspirações do povo taiwanês”, durante uma visita “pessoal e não oficial” a Cornell. O culminar destes acontecimentos resultou na Terceira Crise do Estreito de Taiwan, que abrangeu as eleições parlamentares e presidenciais da ROC, em dezembro de 1995 e março de 1996, respetivamente, e que se seguiu à “Proposta dos Oito Pontos” de Jiang Zemin para a reunificação. Pequim fez exercícios militares em zonas costeiras de Fujian, enquanto Washington chegou a enviar forças navais para uma zona próxima do Estreito de Taiwan. Na sequência da crise, as relações sino-americanas melhoraram (Kissinger, 2012, pp. 494-511; Gaspar, 2013, pp. 121-122).

<sup>81</sup> Três cidadãos chineses morreram no bombardeamento, que provocou várias manifestações anti-EUA na China. A embaixada em Pequim e outras representações diplomáticas norte-americanas foram atacadas, em ações só semelhantes durante a “Revolução Cultural”. É importante referir que, antes deste incidente, a RPC mostrou-se descontente com a intervenção da OTAN na antiga Jugoslávia porque o Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde a China tem assento permanente com poder de veto, “foi ignorado” (Deng, 2009, p. 99).

um estatuto de grande potência, evitando, “tanto quanto possível”, o confronto político aberto e aliviando as “disputas existentes ou potenciais” (Cabestan, 2010, p. 2).

Em abril de 2001, já sob o mandato presidencial norte-americano de George W. Bush, foi desencadeada uma nova crise bilateral entre RPC e EUA, quando um avião militar norte-americano e um avião militar chinês colidiram no espaço aéreo da China<sup>82</sup>. Pequim exigiu um pedido de desculpas, que os EUA rejeitaram. No final, os dois lados acordaram subscrever uma carta de pesar em que não foi admitida qualquer culpa por ambos (Kurlantzick, 2007, p. 27). A crescente interdependência económica sino-americana ditou a estratégia de equilíbrio e, no pós-11 de setembro de 2001, a cooperação ganhou um novo fôlego. A RPC, que estava preocupada com o impacto do terrorismo global no próprio território, concretamente em Xinjiang, começou a partilhar informação dos serviços secretos com os EUA (Yun-han, Chih-cheng, & Myers, 2004, p. 7). Todos estes acontecimentos antecederam a saída do poder de Jiang Zemin, que durante o 16.º Congresso do PCC, em 2002, referiu que os próximos 20 anos da China iriam ser um “período de oportunidade estratégica” para o desenvolvimento e crescimento do país (Medeiros, 2009, pp. 22-23). Uma das formas encontradas para alcançar novas metas foi a aposta no *soft power* (*ruan shili*), numa primeira fase, junto das nações vizinhas em desenvolvimento do Sudeste Asiático e, posteriormente, em África, na América Latina e na Ásia Central.

De acordo com Joseph S. Nye, o *soft power* ou “poder brando” passa por “alcançar os resultados desejados cativando os outros, em vez de os manipular ou ameaçar” (Nye, 2008, p. 49). A quarta geração de líderes defendeu um empenho neste sentido para “afastar o argumento da ameaça” e “assegurar ao mundo a ascensão pacífica” da China, salientando que o *soft power* é um elemento tradicional da “ideologia, cultura e das estratégias para o estrangeiro” (Lai, 2012, p. 2). Os instrumentos do *soft power* chinês são variados: “um discurso político de confiança”; uma conduta diplomática que inclui a “autocontenção sobre questões controversas”; a “diplomacia cultural e pública”; “o comércio e a assistência [internacional]” (Lai, 2012, p. 2).

Esta “ofensiva de charme” permite alcançar vários objetivos: a economia da China continua a crescer, mantém-se o regime e evitam-se protestos a nível nacional; a

---

<sup>82</sup> O piloto chinês morreu e a aeronave norte-americana foi obrigada a aterrar de emergência na ilha de Hainão, onde a tripulação ficou retida (Gaspar, 2013, p. 122).

promoção da paz impulsiona a prosperidade, já que se criam oportunidades para as empresas chinesas procurarem mercados no exterior para os seus produtos; e os recursos energéticos entram e saem do país, abrindo portas a desenvolvimentos científicos e tecnológicos (Kurlantzick, 2007, p. 39). A aposta de Pequim no *soft power* é justificada à luz dos problemas da política externa dos EUA na sequência da Guerra do Iraque, em 2003<sup>83</sup> (Lanteigne, 2009, p. 30). No entanto, existe o argumento de que surgiu para contrariar a ideia de “ascensão pacífica”, que poderia sugerir que a China estava a tentar fazer com que o resto do mundo aceitasse o seu crescente estatuto (Mierzejewski, 2012, p. 78).

A ideia de “ascensão pacífica” (*heping jueqi*)<sup>84</sup> começou a ser referida pelo teórico do PCC Zheng Bijian, assim como por Hu Jintao e Wen Jiabao, a partir de 2003. No entanto, para a ala moderada do regime comunista chinês, o sentido de “ascensão” estava longe de ser “reconfortante”. Já para a ala mais dura, um compromisso com uma postura “pacífica” era “inaceitável” por configurar uma “limitação” em questões como Taiwan<sup>85</sup>. O resultado obtido foi a adoção do conceito de “desenvolvimento pacífico” (*heping fazhan*)<sup>86</sup>, que consegue uma associação “gradual” a “soluções win-win”, ao *soft power* e ao “mundo harmonioso” (*hexie shijie*). Este último aspeto foi transversal no discurso da liderança de Hu Jintao (Cabestan, 2010, pp. 2-3).

À medida que o intercâmbio entre a China e o resto do mundo aumentou, foram criados mecanismos como o Instituto Confúcio, que promove a língua e cultura chinesas no exterior desde 2004<sup>87</sup>. A instituição beneficia das experiências bem-sucedidas do Reino Unido (*British Council*), de França (*Alliance Française*), da Alemanha (*Goethe-Institut*) e de Espanha (*Instituto Cervantes*). Em 2015, o Instituto Confúcio tinha 500 representações e mil salas de aulas. No mesmo ano, estavam

---

<sup>83</sup> A RPC mostrou descontentamento na sequência da intervenção militar dos EUA e dos seus aliados no Iraque porque não foi mandatada pelas Nações Unidas. A este facto acresceu a interrupção do trabalho dos inspetores da ONU, que se deslocaram ao país para procurar armas de destruição em massa (Lanteigne, 2009, p. 140).

<sup>84</sup> De acordo com Zheng Bijian (2005), a China “não procura a hegemonia ou a predominância nos assuntos internacionais”, mas defende uma “nova ordem política e económica”, que pode ser alcançada através de “reformas graduais” e da “democratização das relações internacionais”. O desenvolvimento da RPC refere, “depende da paz mundial” e é essa paz que vai “reforçar o desenvolvimento”.

<sup>85</sup> A partir de 2002, Pequim pretende que Taipé discuta formas de melhorar as relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. O regime comunista convidou os taiwaneses a visitar a China Continental, enquanto a ROC flexibilizou as regras que proibiam os cidadãos do território de investir na RPC (Yunhan, Chih-cheng, & Myers, 2004, p. 7).

<sup>86</sup> A partir de abril de 2004, a “ascensão pacífica” da RPC deixou de estar presente nas comunicações da liderança chinesa. Só Zheng Bijian está autorizado a fazê-lo (Cabestan, 2010, p. 2).

<sup>87</sup> O primeiro Instituto Confúcio abriu portas em Seul, na Coreia do Sul.

inscritos 1,9 milhões de alunos e existiam 43.551 professores. As despesas de funcionamento ascendiam a 186 milhões de dólares americanos (Instituto Confúcio, 2016).

A tradição confucionista também tem sido apontada como uma dimensão do *soft power* chinês. Depois de abandonada e marginalizada na “Revolução Cultural”, esta escola filosófica, que assenta em noções de harmonia, é usada para “procurar alianças” regionais e está ainda ligada às “aspirações” de Pequim para alcançar o estatuto de grande potência. No entanto, existe uma escassez de resultados para afirmar que pesa na transformação da imagem da RPC (Hess, 2010, pp. 52-54).

Mais evidente é a “diplomacia de liderança” (*lingdao waijiao*), que tem levado os principais responsáveis chineses a viajar para o estrangeiro. De 1992, ano em que Jiang Zemin assumiu o poder, até 2006, ou seja, em meados do mandato presidencial de Hu Jintao, as visitas multiplicaram-se, chegando a 424 (Medeiros, 2009, pp. 72-73). As viagens oficiais, o *soft power* ou a participação em estruturas multilaterais foram também formas de a China desenvolver a “diplomacia económica”, direcionada particularmente para países ricos em petróleo e outros recursos de África e da América Latina, o que é visto como uma forma de servir o desenvolvimento interno. O relacionamento político foi passado para segundo plano porque a prioridade estava nos “benefícios económicos mútuos” (Jianwei, 2008, p. 27). A diplomacia chinesa já não é apenas um instrumento para proteger a soberania e a segurança regional/internacional. Por isso, nota o diplomata Wu Jianmin, “um embaixador que não fale sobre economia vai ser motivo de chacota” (Medeiros, 2009, pp. 51-52).

A importância crescente da diplomacia económica no desenvolvimento interno está espelhada nos acordos de comércio livre. Para Pequim, é uma abordagem eficaz de integração na economia global e de reforço da cooperação com países, regiões ou blocos. A China tem 14 acordos de comércio livre com ASEAN, Austrália, Chile, Coreia do Sul, Costa Rica, Hong Kong, Islândia, Macau, Nova Zelândia, Paquistão, Peru, Singapura, Suíça e Taiwan. Mais 19 estão em fase de negociação ou a serem desenvolvidos (MOFCOM, s.d.).

Outra estratégia diplomática de Pequim, intitulada *going out* ou *go global* (*zou chu qu*), tem que ver com o apoio a atores económicos chineses fora das fronteiras da RPC. Em traços gerais, esta política “convida” as empresas a aventurarem-se em

mercados externos. No período de reforma de Deng Xiaoping, o apelo era feito ao contrário, no sentido de captar investimento estrangeiro (Lanteigne, 2009, p. 44; Medeiros, 2009, p. 66; Zhiquan, 2010, p. 216). A estratégia *going out* foi adotada no final da década de 1990 e reforçada a partir de 2003. Os objetivos a alcançar pelas empresas, estatais e privadas, podem ser resumidos em três pontos: “aumentar as receitas”, “aprender a serem competitivas a nível mundial” e, “se possível, avançar para a aquisição de marcas internacionais” (Medeiros, 2009, p. 66).

Existem limitações nesta política, em parte, devido ao grau de desenvolvimento das empresas chinesas, comparando com as realidades dos EUA, do Japão e da Europa. Desta forma, foram produzidos resultados “mistos”: se a empresa de informática Lenovo conseguiu adquirir a divisão de computadores pessoais da IBM, em 2005, a Haier, que comercializa produtos de linha branca, não fechou a compra da Maytag, no mesmo ano (Lanteigne, 2009, p. 44). O consultor da Divisão de Investimento da OCDE Ken Davies (2013), num relatório sobre a política de investimento da China, explica que alguns acordos de aquisição/fusão são bloqueados por existirem “suspeitas” sobre as “intenções” chinesas. Além de citar o caso Haier-Maytag, dá outros exemplos de negócios falhados, como as parcerias entre: a petrolífera China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e a companhia de prospeção norte-americana Unocal, em 2005; a gigante de telecomunicações Huawei e a também norte-americana 3Com, em 2008; e a Aluminum Corporation of China Limited (Chinalco) e a multinacional anglo-australiana do setor dos minérios Rio Tinto, em 2009. Ainda assim é evidente a crescente capacidade de investimento das empresas chinesas, que está relacionada com as “enormes reservas de divisas estrangeiras” (Zhiquan, 2010, pp. 6-7). O então primeiro-ministro chinês Wen Jiabao referiu a um grupo de diplomatas, em 2009: “Devemos acelerar a implementação da nossa estratégia *going out* e combinar a utilização das reservas de divisas estrangeiras com a saída das nossas empresas” (citado por Financial Times, 2009).

As áreas para as quais os investimentos chineses se direcionam são variadas: indústria manufatureira, agricultura e pecuária, desenvolvimento de recursos, transportes, restauração, turismo, consultoria de serviços, comércio, finanças e imobiliário (Xiaofei, 2010, p. 2). O setor dos recursos<sup>88</sup> é um dos mais importantes e,

---

<sup>88</sup> A liderança de Hu Jintao colocou o foco do investimento direto no estrangeiro na questão dos recursos naturais. Esta estratégia ficou definida no 17.º Congresso do PCC, em 2007 (Xiaofei, 2010, p. 3).

como tal, tem promovido as relações da RPC com África, América Latina, Médio Oriente e Ásia. Nestes mercados, economias emergentes como a chinesa procuram satisfazer as necessidades energéticas (Zhiquan, 2010, pp. 21-110).

O relatório sobre o Investimento Mundial em 2005 (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 2006) nota que, apesar de as empresas dos EUA e da Europa dominarem o setor do petróleo em África, a CNOOC expandiu a influência, a par da malaia Petronas e da indiana ONGC Videsh. Na Ásia, a China National Petroleum Corporation (CNPC)<sup>89</sup> assumiu o controlo da Petrokazakhstan. O mesmo documento aponta que a China e a Índia procuraram e, por vezes, até cooperaram para adquirir ativos em petróleo. Nesse ano de 2005, o investimento direto no estrangeiro atingiu 6,9 mil milhões de dólares americanos (MOFCOM, 2006). Já em 2015, o valor fixou-se em 118,02 mil milhões de dólares, completando um ciclo de 13 anos de crescimento contínuo, a uma taxa anual de 33,6 por cento (MOFCOM, 2016).

No 12.º Plano Quinquenal 2011-2015, desenvolvido na transição de poder de Hu Jintao para Xi Jinping (2013-...), o investimento direto no estrangeiro continuou a ser uma prioridade. De acordo com o documento: “A China deve adaptar-se a um modelo de crescimento mais equilibrado, em que colocamos igual ênfase nas importações e nas exportações, atraindo capital estrangeiro e promovendo os investimentos no exterior, em vez da atual dependência só nas exportações e no capital estrangeiro” (Câmara de Comércio Britânica na China, s.d.).

Com a economia chinesa a figurar na segunda posição mundial, atrás dos EUA, e a crescente influência da RPC no sistema internacional, é colocado em equação o futuro equilíbrio unipolar mundial. G. John Ikenberry (2008, pp. 23-37 ) refere que a ascensão chinesa não vai levar a uma “luta” com os EUA sobre a liderança e organização global. Washington tem apenas de garantir que o regime comunista respeita as regras e instituições da ordem que tem marcado o passado recente.

A nova liderança de Xi Jinping, marcada pela retórica do “sonho chinês” e do “rejuvenescimento da nação”, coincidiu com o encerrar de um período de cerca de três décadas de “híper crescimento económico” da RPC. Entre 1979 e 2011, o aumento anual do Produto Interno Bruto (PIB) chinês atingiu uma média de 9,9 por cento. No

---

<sup>89</sup> Um dos primeiros negócios no exterior de empresas chinesas registou-se em 1993, quando uma subsidiária da CNPC comprou um campo petrolífero no Peru, por 25 milhões de dólares (Breslin & Zha, 2010, p. 67).

entanto, em 2012, passou para 7,8 por cento. Nesse mesmo ano, registou-se a primeira diminuição na classe trabalhadora (15-59 anos), desde 1949. O modelo da economia, assente nas exportações, também foi afetado, devido à conjuntura mundial, que levou, por exemplo, à queda da procura. O novo desígnio chinês passa agora por reforçar o consumo interno (Lu & Yao, 2015, pp. 93-108).

O 18.º Congresso do PCC, realizado em novembro de 2012 e que levou Xi Jinping à liderança do partido, revelou uma retórica ao nível da política externa pautada por: “evolução pacífica do *status quo* internacional”, incluindo multipolaridade e globalização; “continuação da estratégia *win-win*” sob a bandeira “da paz, do desenvolvimento, da cooperação e do benefício mútuo”; e forte oposição à “hegemonia” e ao “neointervencionismo”. Esta última referência, apesar de não identificada, surgiu como alusão à presença cada vez mais notada dos EUA, no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental (Dittmer, 2015, pp. 49-55).

No primeiro encontro entre Xi Jinping e Barack Obama, em junho de 2013, o atual presidente chinês afirmou que a RPC “seguirá, firmemente, o caminho do desenvolvimento pacífico, aprofundará, inabalavelmente, a reforma e abertura, e trabalhará duro para realizar o sonho chinês da grande revitalização da nação”. O líder comunista indicou ainda que Pequim e os EUA concordaram em “construir um novo modelo de relações entre os grandes países, com base no respeito mútuo e numa cooperação *win-win*”. Mas a reunião ficou marcada pela segurança cibernética, já que, na altura, os dois países trocavam acusações de ciberespionagem e roubo de informações (Xi, 2014, pp. 337-339). Ou seja, é inevitável que a relação entre as duas principais potências não passe por momentos de fricção.

A liderança de Xi Jinping tem revelado uma crescente centralização do poder. Fora de portas, a RPC mostra-se mais ativa em várias frentes, como é o caso da iniciativa “Uma faixa, uma rota”, que parte do conceito da antiga Rota da Seda, terrestre e marítima. Apresentada em 2013, esta política de desenvolvimento económico tem por base as estruturas viárias e ferroviárias, as condutas de gás e petróleo, e infraestruturas existentes desde a região de Xian, até Xinjiang, que, depois, ligam vários países da Ásia Central e da Europa, inclusivamente Portugal. O plano estende-se ainda a África (Le Corre & Sepulchre, 2016, p. 6). Em 2015, as empresas chinesas conduziram investimento direto em 49 países abrangidos pela iniciativa “Uma faixa, uma rota”,

correspondendo a 14,82 mil milhões de dólares americanos, o que significa um aumento anual de 18,2 por cento<sup>90</sup> (MOFCOM, 2016).

É possível afirmar que a liderança de Xi Jinping é mais ativa do ponto de vista externo. Em 2013, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, referiu que com uma “diplomacia mais proactiva, a China está pronta para responder às expectativas da comunidade internacional” e “identificar os interesses comuns”<sup>91</sup> (MNE da RPC, 2013). No mesmo ano, foi anunciada a intenção de criar o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB na sigla inglesa). Trata-se de uma instituição financeira internacional, proposta pela RPC, considerada uma alternativa ao Banco Mundial. No final de 2015, 57 países formalizaram a criação do AIIB. Portugal estava entre os membros fundadores (AIIB, s.d.).

---

<sup>90</sup> A iniciativa “Uma faixa, uma rota” foi apresentada durante as visitas de Xi Jinping ao Cazaquistão e à Indonésia, em 2013.

<sup>91</sup> A declaração de Wang Yi foi feita no Fórum Mundial da Paz, em 2013.



## Capítulo III: Relação Sino-Portuguesa

### 1. Perspetiva Histórica

A história entre a China e Portugal remonta, de uma forma indireta, ao século XV, quando mercadores chineses e portugueses se encontraram na Índia. Vasco da Gama, quando regressou da primeira viagem, apresentou ao rei D. Manuel “porcelanas que se compraram em Calecute”, onde os chineses possuíam uma feitoria chamada “Chinacota”, que significava a fortaleza dos chins (Keil, 1990, pp. 7-19). As conquistas de Goa e Malaca, em 1510 e 1511, respetivamente, abriram caminho até ao Extremo Oriente. A partir deste último entreposto, em 1513, partiu o junco carregado de pimenta que levou Jorge Álvares à costa da China<sup>92</sup> (Jin & Wu, 2007, pp. 13-29).

A “má reputação” de “conquistadores e guerreiros” com “perícia no manejo de armas” marcava a imagem dos portugueses, chamados de “bárbaros”, na China do início do século XVI. Há registos de batalhas com a marinha Ming, nos primeiros anos da década de 1520, e os mercadores estavam proibidos de visitar Cantão, mas desenvolviam atividades comerciais, de forma clandestina, colaborando com “contrabandistas chineses e japoneses”, nas costas de Fujian e Zhejiang (Fok, 1996, pp. 11-27).

Com o tempo, a visão da China sobre os estrangeiros passou a incorporar a questão dos “benefícios”. Os portugueses foram autorizados a fazer comércio em Cantão, “por um curto período de tempo”, nos finais da década de 1550, tendo, depois, de voltar ao sistema de trocas comerciais nas ilhas ao largo da costa. Numa tentativa de inseri-los, foram remetidos para Langbaiao (Lampacau) e Shangchuan (São João). Só em 1553<sup>93</sup>, “sob o pretexto” de que alguns navios estavam danificados e existia a necessidade de secar as mercadorias, os mercadores lusos desembarcaram em Macau, um “local remoto e obscuro” que se assumiu como o “centro das atenções na primeira fase das relações sino-ocidentais” (Fok, 1996, pp. 47-49 e 54).

---

<sup>92</sup> Tamão terá sido a primeira terra chinesa que cinco portugueses, encabeçados por Jorge Álvares, pisaram, em 1553 (Jin & Wu, 2007, pp. 45-97).

<sup>93</sup> O vice-comissário da defesa marítima Wang Po permitiu, alegadamente, através de subornos que os portugueses se estabelecessem de forma temporária em Macau. Mais tarde, o território tornou-se numa feitoria comercial, ficando, inicialmente, na dependência de Goa (Fok, 1996, p. 101; Pereira, 2010, pp. 19-21).

A escolha deste território não foi feita por acaso. Por um lado, estava próximo de Cantão, o grande “empório comercial”. Por outro, a ligação de Macau através de um istmo ao continente chinês permitia o “controlo” e a “defesa militar”. A construção das Portas do Cerco, em 1574, possibilitava que, em caso de “litígio ou conflito entre ambas as partes”, o poder central da China cortasse “todo o abastecimento de víveres” à cidade (Jin & Wu, 2007, pp. 490-491).

A expressão “Fórmula Macau” descreve a forma como foi feito o estabelecimento em permanência dos portugueses, a partir de 1557<sup>94</sup>. Esta ideia, apesar de ser motivo de várias interpretações, foi adotada pelo então Império do Meio por questões comerciais<sup>95</sup> e considerações práticas de defesa, uma vez que os mercadores ofereciam “serviços extras”, como a segurança da costa chinesa (Fok, 1996, pp. 50-69). Nos primeiros tempos de Macau, os portugueses eram “bastante servis” para com as autoridades de Guangdong, sobretudo do Distrito de Xiangshan. A administração do território era garantida pelo pagamento do “foro do chão”, que pressupunha uma “cessão de arrendamento”<sup>96</sup> (Jin & Wu, 2007, pp. 491-492; Queiró, 1976, p. 379). Os portugueses apenas requereram a “isenção do foro” em 1843 (Jin & Saldanha, 2000, p. 109). A posterior ação do então governador Ferreira do Amaral, que rompeu com a “tradicional obediência subserviente” às autoridades chinesas<sup>97</sup>, constituiu o “símbolo visível da dominação colonial” sobre Macau (Morbey, 1990, p. 47).

Sobre a legitimidade governativa, é importante referir que o tratado sino-português de 1862, não ratificado pelas autoridades chinesas, era omissivo em relação à soberania portuguesa, ao passo que o tratado de 1887 incluía um artigo sobre a “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”<sup>98</sup> (Conceição, 1988, pp. 26-45 e

---

<sup>94</sup> Há fontes que indicam 1555 como o ano da fixação dos portugueses. Em 1955, o Governo de Macau pretendeu assinalar os 400 anos da presença portuguesa, mas as comemorações foram canceladas por pressão da RPC (Fernandes, 2000, pp. 132-134).

<sup>95</sup> Jin Guo Ping e Wu Zhiliang (2007, p. 496) notam que o académico Tang Kaijian, da Universidade de Jinan, descreve Macau como a “Zona Especial da Dinastia Celestial durante 300 anos”. Curiosamente, Shenzhen e Zhuhai, perto das fronteiras terrestres da China Continental com Hong Kong e Macau, foram incluídas nas Zonas Económicas Especiais da era da “reforma e abertura” de Deng Xiaoping.

<sup>96</sup> O documento mais antigo da Dinastia Ming, que contém uma definição dos termos em que se processa o estabelecimento dos portugueses, data de 1631. A forma chinesa para descrever a situação é uma “autorização temporária de pousar” (*zhanxuqixi*) (Jin & Saldanha, 2000, p. 10).

<sup>97</sup> Ferreira do Amaral lançou os trabalhos de construção de vias de comunicação no norte da cidade, que resultaram na profanação de sepulturas, em clara ofensa ao culto dos antepassados dos chineses, e terminou com a atividade das autoridades aduaneiras da China em Macau, que constituía um símbolo da soberania chinesa (Morbey, 1990, p. 47).

<sup>98</sup> Fontes chinesas defendem que Macau, ao contrário de Hong Kong, nunca foi cedido a Portugal por um acordo. O Tratado de 1887 “apenas transfere os direitos de administração”. Além disso, por diversas ocasiões, as autoridades chinesas lembraram que a soberania pertencia à China. Exemplo disso foram as

153-179). Em 1928, o Governo nacionalista do Kuomitang revogou todos os tratados celebrados com as potências ocidentais (Morbey, 1990, p. 48).

Estando exposta, em traços gerais, a forma como foi estabelecida a presença portuguesa em Macau, principal ponto de contacto entre China e Portugal ao longo dos tempos, passamos agora para o mesmo período temporal em que abordámos, no capítulo anterior, a política externa chinesa. A 9 de outubro de 1949, logo após a fundação da RPC, o então ministro de Portugal na China, João de Barros Ferreira da Fonseca, enviou uma nota a Zhou Enlai a comunicar que Lisboa não reconheceria o novo regime político chinês, apesar de pretender desenvolver relações amistosas. No mesmo ano, o regime comunista alegou que o Governo português de Macau apoiava a marinha de guerra do Kuomitang (Fernandes, 2000, pp. 71-77).

Os desafios, tanto para o novo regime de Pequim como para Portugal, eram vários. Os comunistas ainda estavam numa fase de consolidação do poder, receavam as atividades do Kuomitang com o apoio dos EUA, em Hong Kong e Macau, e viram partir milhares de refugiados do país para os dois territórios chineses sob administração estrangeira. Já Portugal temia que a posição de Macau pudesse estar ameaçada ou sob uma “forte pressão” (Leandro, 2008, p. 130).

No início de 1950, o governador Albano Rodrigues de Oliveira enviou um telegrama secreto ao ministro das Colónias, Teófilo Duarte, a recomendar o reconhecimento da RPC<sup>99</sup> (Fernandes, 2000, p. 82). O presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, defendia que Portugal deveria tomar uma decisão “não de forma isolada”, mas juntamente com as outras potências, nomeadamente os EUA e o Reino Unido<sup>100</sup> (Martins, 2010, pp. 249-250). Com o início da “Guerra da Coreia”, Lisboa seguiu a política de Washington e colocou-se ao lado do embargo económico e comercial contra o regime comunista (Yee, 2001, p. 7).

Entre maio e agosto de 1952, registaram-se confrontos armados junto às Portas do Cerco. No mesmo ano, foram feitos vários apelos por parte do Governo português para que fosse aplicado um regime de exceção para algumas exportações<sup>101</sup> de Macau

---

“imposições ou ameaças de corte ao abastecimento da cidade”, entre o século XVIII e XX (Yee, 2001, pp. 33-34).

<sup>99</sup> O cônsul-geral de Portugal em Cantão, José Calvet de Magalhães, autorizado a abandonar a China em agosto de 1950, também defendia o reconhecimento da RPC (Fernandes, 2000, p. 89).

<sup>100</sup> O Reino Unido reconheceu o regime comunista chinês em 1950.

<sup>101</sup> No final de 1951, o então governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro, referiu num ofício enviado ao ministro do Ultramar que o *modus vivendi* do território era garantido porque seguiam para a

para a China. A comunidade internacional aliada dos EUA repetia que Macau era um local de contrabando e passagem de mercadorias para a RPC (Fernandes, 2000, pp. 106-112 e 116).

Em julho de 1954, Pequim apoiou a tomada de Nagar-Aveli do Estado da Índia Portuguesa pela União Indiana, que se seguiu à invasão do enclave de Dadrá, e denunciou o colonialismo português. Em setembro de 1955, Nehru declarou que Macau deveria ser devolvido à China (Fernandes, 2000, pp. 125-126 e 131).

Lisboa continuou a apoiar o regime nacionalista, refugiado em Taiwan, e daí obteve um dos apoios para a entrada na ONU, em dezembro de 1955. Mas a situação de Macau merecia preocupação. Durante uma reunião com o ministro da ROC em Lisboa, Wang Huazheng, acerca da crise no Estreito de Taiwan, em setembro de 1958, o secretário-geral do MNE de Portugal, Henrique Caldeira Queirós, reconheceu que a soberania portuguesa do território era “inviável”, caso as autoridades da RPC fechassem as Portas do Cerco, a única fronteira terrestre com a China Continental e fonte do abastecimento da cidade (Fernandes, 2000, pp. 137, 154).

Entre 1959 e 1961, Portugal chegou a oferecer “apoio logístico e colaboração militar” ao Governo comunista chinês, após os confrontos na fronteira sino-indiana. Goa poderia funcionar como plataforma de “diversão” contra as forças de Nehru. No entanto, a cooperação foi rejeitada pela liderança de Pequim (Martins, 2010, pp. 249-250; Fernandes, 2000, p. 166 e 176).

A partir da década de 1960, começou a ganhar força o eventual reconhecimento do regime comunista da China por parte de Portugal. Esta hipótese foi alimentada por “um rumor lançado em Madrid pelo próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira” (Martins, 2010, p. 251). De notar que é também nesta altura que o apoio chinês aos movimentos de libertação na África lusófona se intensificou<sup>102</sup>. A 15 de dezembro de 1960, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma

---

China Continental algumas “quantidades de combustíveis” e, no sentido inverso, chegava arroz (Fernandes, 2000, p. 102).

<sup>102</sup> Durante 1960, membros do Partido Africano da Independência, como Amílcar Cabral, e do Movimento Popular de Libertação de Angola, como José Eduardo dos Santos, participaram na “Jornada de Solidariedade com as Nações Africanas Ainda Sob o Jugo do Imperialismo”. As duas delegações conseguiram estabelecer “acordos de cooperação político-militar”, “receber fundos” e obter “apoio diplomático chinês” nas campanhas internacionais. A Rádio Pequim (atual Rádio Internacional da China) também começou a emitir dois programas diários de teor anticolonialista em língua portuguesa para a África lusófona (Fernandes, 2000, pp. 170-171).

resolução que reconhecia Macau e as restantes províncias ultramarinas<sup>103</sup> como territórios a descolonizar. A deliberação recebeu 68 votos a favor, seis contra e 17 abstenções (Fernandes, 2000, p. 172).

Após a invasão de Goa, Damão e Diu<sup>104</sup>, o então presidente da Assembleia Nacional, Mário Figueiredo, proferiu um discurso em nome de Salazar, a 3 de janeiro de 1962, em que advogava uma “reorientação da política externa portuguesa”, assente na “redução da dependência” nas alianças tradicionais, com os EUA e o Reino Unido (Fernandes, 2000, p. 177). No caso norte-americano, o regime salazarista estava “profundamente agastado com a alegada falta de apoio” à questão colonial e a abstenção na votação da resolução S/5380<sup>105</sup> do Conselho de Segurança da ONU, que condenou a política portuguesa em África (Fernandes, 2002, pp. 570-571). No “Memorial Secreto”<sup>106</sup> de Franco Nogueira, o antigo ministro português dos Negócios Estrangeiros explicou: “Se Pequim abrisse relações com Portugal, membro da NATO e oficialmente aliado dos americanos, era uma ‘bofetada’ na política de Washington; por outro lado, Portugal tinha possibilidade de fornecer certas matérias-primas alimentícias (oleaginosas, açúcar, café, etc.) de que Pequim tinha urgente necessidade; e finalmente podíamos receber nos portos de Moçambique navios mercantes chineses e abastecê-los de combustível. Do ponto de vista português, o estabelecimento de relações com Pequim, além de vincar a nossa independência perante Washington e a NATO, poderia trazer vantagens à nossa posição no plano das Nações Unidas, e sobretudo aos nossos contactos com o Terceiro Mundo. Por absurdo que parecesse, imaginado o ‘golpe’, foi resolvido tentá-lo” (Público, 1993)

A RPC estaria disposta a estudar a hipótese e Portugal, em dois momentos diferentes, sondou Pequim<sup>107</sup>. Jorge Jardim foi o homem escolhido para a missão, em

---

<sup>103</sup> O Ato Colonial de 11 de abril de 1933 foi integrado na Constituição Portuguesa a 11 de maio de 1951. A partir desta data, as colónias passaram a ser designadas por províncias ultramarinas (Diário do Governo, 1951).

<sup>104</sup> Entre 18 e 19 de dezembro de 1961, as tropas da União Indiana avançaram para Goa, Damão e Diu, colocando um ponto final no Estado da Índia Portuguesa.

<sup>105</sup> Resolução do Conselho de Segurança da ONU em questão data de 31 de Julho de 1963 (ONU, 1963).

<sup>106</sup> O texto “Memorial Secreto” de Franco Nogueira foi publicado no jornal Público, entre os dias 25 e 26 de Abril de 1993. Trata-se de um documento confidencial, escrito após a eclosão do 25 de Abril, que foi entregue ao Movimento das Forças Armadas.

<sup>107</sup> Ho Yin, figura central da comunidade chinesa de Macau, então presidente da poderosa Associação Comercial e pai do primeiro Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, teve variadas vezes a responsabilidade de mediar os interesses entre a RPC e Portugal. A tentativa de estabelecimento das relações entre os dois países foi um desses casos (Fernandes, 2000, p. 206). O jornalista Edgar Snow, próximo do regime de Pequim, também fez parte do processo, tendo realizado várias questões combinadas sobre o reconhecimento de Portugal e de outros países ocidentais, numa conferência de

1964, mas Salazar acabou por recuar. No “Memorial Secreto”, Franco Nogueira recordou: “Alguma coisa transpira, a extrema-direita e alguns meios da União Nacional devem ter protestado fortemente: e Salazar – confessando ter receios da reação interna – fez suspender tudo e anulou o que se havia feito. O ‘golpe’, que poderia considerar-se um interessante trabalho político-diplomático, e oferecer boas perspectivas para a política externa portuguesa, foi frustrado. Pequim não ‘disse’ nada, nem fez perguntas. Não reagiu. [...] Nota curiosa, que comporta a sua lição: os chineses nunca ofenderam diretamente os símbolos da soberania portuguesa – o governador Nobre de Carvalho e a bandeira nacional – e deram a perceber que não queriam tomar Macau, cuja existência lhes é conveniente. Mas quiseram fazer-nos pagar o nosso recuo, impondo a exoneração e a irradiação de oficiais cujas culpas eram nenhuma. Quanto a Macau em si, a China devia perceber que não tinha os mesmos ‘complexos’ que a Índia, e que, com porto franco e desde que Pequim pudesse atuar na cidade com alguma liberdade, o ‘statu quo’ de Macau até lhe era benéfico” (Público, 1993).

Em 1962, o líder soviético Nikita Khrushchev criticou Mao Zedong por dar conselhos anti-imperialistas à URSS, enquanto ficava em silêncio perante a ocupação de Hong Kong e Macau. Em resposta, um editorial do Diário do Povo (*Renmin Ribao*), órgão oficial chinês, declarava: “No que respeita a questões que ainda subsistem e que são um legado do passado, sempre defendemos que, quando as condições estiverem maduras, tais questões deveriam ser resolvidas pacificamente através de negociações e que, enquanto a sua resolução estiver pendente, o *status quo* deveria ser mantido. Nesta categoria incluem-se as questões de Hong Kong e Macau” (Diário do Povo, 1963, citado por Pereira, 2010, pp. 64-65).

O regime comunista fez diversas declarações sobre a manutenção do estatuto de Macau, desde 1949. Nem os sucessivos votos contra de Portugal em relação ao reconhecimento da RPC como legítimo representante da China na ONU, nem os ataques e atos de sabotagem do Kuomintang a partir de Macau alteraram a posição chinesa (Fernandes, 2000, p. 186). A Pequim interessava manter o *status quo* porque o território era usado para “furar” o embargo comercial e económico que vigorava contra a China Continental. Já Portugal pretendia preservar o sistema das províncias ultramarinas, um dos pilares do regime de Salazar. Durante a década de 1960, a RPC começou a exercer

---

imprensa com Zhou Enlai, aquando da visita do então primeiro-ministro chinês à Guiné-Conacri, em 1964 (Martins, 2010, p. 254).

pressões às autoridades portuguesas, que culminaram com a alteração da política em relação aos nacionalistas. Por instrução de Lisboa, em setembro de 1963, o Governo de Macau emitiu uma nota em que afirmava que não consentia atividades que pudessem ameaçar a segurança do Continente, o que provocou um protesto da legação da ROC em Portugal. Em março de 1965, foi encerrado o comissariado dos Negócios Estrangeiros da ROC em Macau (Fernandes, 2000, pp. 197-198 e 215-217). De referir ainda que, em 1965, o apoio chinês “explícito e implícito” aos movimentos de libertação das colónias portuguesas em África era uma realidade. Durante essa década, as principais organizações revolucionárias de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique enviaram delegações a Pequim, não estando contabilizado o contributo total da RPC a estes grupos (Ness, 1970, p. 90 e 144).

Se a África portuguesa estava a braços com a guerra, Macau também passou por um período delicado durante a “Revolução Cultural”. O incidente, que na memória popular ficou conhecido por “1 2 3”, em dezembro de 1966, revelou a “visível debilidade do poder exercido pelo Estado português” e o “consequente reforço do papel desempenhado, direta e indiretamente, pelas autoridades chinesas em Macau” (Pereira, 2010, pp. 66-67).

Tudo começou com o fervor maoísta e a campanha de purificação do PCC, que levou grupos de Guardas Vermelhos até à fronteira das Portas do Cerco<sup>108</sup>. Mas o verdadeiro clímax da crise foi originado por um conflito entre setores pró-Pequim de Macau, como a Associação Geral dos Moradores, e a polícia, após o embargo nas obras de construção de uma escola patriótica na Taipa. Os acontecimentos não foram um “mero desacato” ou uma “violação da ordem pública”, mas um “ato político com o escopo de provocar uma atuação irrefletida por parte das forças de segurança” (Fernandes, 2000, pp. 238-239). A confrontação subiu de tom no dia 3 de dezembro de 1966, quando foram registadas tentativas de invasão do Palácio do Governo, depois de não terem sido satisfeitas cinco reivindicações estabelecidas pelos manifestantes pró-Pequim<sup>109</sup>. A administração de Macau chegou a declarar a lei marcial e a crise adensou-

---

<sup>108</sup> No início de setembro de 1966, o encarregado do Governo de Macau, o coronel Mota Cerveira, informou o ministro português do Ultramar, Silva Cunha, que começaram a aparecer grupos de Guardas Vermelhos perto de Macau. O Consulado de Portugal em Cantão foi assaltado e registaram-se comícios em que era reivindicada a entrega das cidades “decadentes” de Hong Kong e Macau. No entanto, Ho Yin garantia que, apesar de estes atos não contarem com a reprovção dos dirigentes chineses, Pequim não apoiava as pretensões (Fernandes, 2000, pp. 235-236 e 238).

<sup>109</sup> As reivindicações eram: punição para os responsáveis que carregaram sobre os manifestantes; reatamento das obras na escola; indemnizações para os feridos e para cobrir os prejuízos; revogação de

se ainda mais com o recurso a diversas “formas de pressão” por parte das autoridades chinesas: “ancoragem de barcos de guerra ao largo de Macau, concentração de tropas nas fronteiras e boicote organizado à satisfação das necessidades básicas da população portuguesa” (Pereira, 2010, pp. 66-67).

Entregar Macau “não era opção” para Salazar, por isso a manutenção da administração portuguesa com “limites rigorosos” foi considerada a decisão “menos humilhante”. No início de 1967, coube ao então governador Nobre de Carvalho assinar um duplo acordo com a população local e as autoridades de Guangdong, referido como a capitulação, que resultou num “maior controlo do território” por parte das fações pró-Pequim. Uma das imposições feitas foi o cumprimento da proibição de qualquer tipo de atividades subversivas contra a RPC a partir de Macau<sup>110</sup> (Mendes, 2013, p. 16). A resolução da crise levou à “dissolução da soberania”, conforme notou Franco Nogueira: “Não éramos soberanos: sob fiscalização alheia, administrávamos em condomínio” (Nogueira, 1987, citado por Pereira, 2010, p. 67). Entre a assinatura do documento de capitulação e o mês de abril, foram deportados mais de 500 refugiados chineses para a RPC. A decisão levou o Alto Comissariado dos Refugiados das Nações Unidas a fazer duras críticas a Portugal (Fernandes, 2000, p. 283).

Dois anos após a crise de 1966, Macau não tinha um “Governo efetivo” e as autoridades policiais “raramente” se aventuravam nas ruas com medo de serem atacadas” (Yee, 2001, pp. 34-35). Portugal reconhecia Macau como um território chinês *de facto*, mas, uma vez que a prioridade da altura para a RPC era a recuperação de Taiwan, é discutível se poderia ou não ter sido alcançado um acordo mais proveitoso (Mendes, 2013, p. 16).

Com a década de 1970, o quadro externo da RPC alterou-se. O regime comunista conseguiu ocupar o lugar da ROC na ONU, em 1971. Portugal votou a favor da mudança de representação, tendo referido o governador Nobre de Carvalho que a decisão foi “muito bem” recebida em Macau. No entanto, a política colonial portuguesa continuou a ser alvo de condenações por parte da liderança chinesa, que, ironicamente,

---

uma sentença aplicada a um dos membros da Associação Geral dos Moradores; e garantia da não ocorrência de novos casos semelhantes (Fernandes, 2000, pp. 240-241).

<sup>110</sup> O Governo de Macau emitiu uma ordem em que proibia “o hasteamento de bandeiras e a exibição de símbolos considerados hostis à RPC”, o que motivou um novo protesto da ROC, em Lisboa (Fernandes, 2000, p. 266).



não apoiava posições ou movimentos de libertação no território (Mendes, 2013, p. 17; Fernandes, 2000, pp. 316-317).

Esta foi também a fase de aproximação entre a RPC e os EUA, que culminou com a visita de Richard Nixon à China, em 1972. Nesse ano, o então representante permanente chinês na ONU, Huang Hua, enviou um memorando ao presidente da Comissão Especial para a Descolonização, Salim Ahmed Salim, em que reiterava o não reconhecimento dos chamados “tratados desiguais” do século XIX e defendia que Hong Kong e Macau deveriam ser retirados da lista de territórios sob regime colonial. Huang Hua referiu que “Hong Kong e Macau são partes do território chinês ocupado pela Grã-Bretanha e Portugal. A resolução da questão de Hong Kong e Macau é uma questão que cai no âmbito da soberania chinesa. [...] o Governo chinês tem referido que tais questões deveriam ser resolvidas de forma adequada, quando as condições forem propícias” (citado por Pereira, 2010, pp. 68-69). Desta forma, a RPC limitou ao plano bilateral os dois casos. Ou seja, evitou que a resolução incluísse uma terceira parte e sublinhou que uma eventual decisão sobre futuras negociações iria surgir no momento certo, que seria sempre após a recuperação de Taiwan (Mendes, 2013, p. 17).

Com o 25 de Abril de 1974, a questão de Macau registou um “consenso fundamental” entre a RPC e Portugal. No programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), a lei constitucional n.º 7/74 consagrava o princípio de que “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. A 6 de janeiro de 1975, uma nota do MNE português<sup>111</sup> expressava que Macau poderia ser “motivo de negociações no momento que for considerado apropriado pelos dois Governos” (Pereira, 2010, p. 70).

Um novo período foi inaugurado e a chegada do governador Garcia Leandro a Macau revestiu-se de uma importância assinalável. Coube ao novo representante do Estado português nomear uma comissão para redigir o projeto do futuro Estatuto Orgânico de Macau, que deveria incluir uma Assembleia Legislativa, “eleita ou semi-eleita”<sup>112</sup>, de forma a garantir uma maior autonomia legislativa, administrativa,

---

<sup>111</sup> Nesta nota, Portugal declarou a intenção de estabelecer relações diplomáticas com todos os países, incluindo a China. O documento também indicava que a RPC era o “representante legítimo do povo chinês” e Taiwan “parte integral” do seu território (Mendes, 2013, pp. 25-26).

<sup>112</sup> Garcia Leandro desejava um sistema político de democracia representativa em Macau, mas acabou por ceder à vontade dos representantes da população chinesa, que eram favoráveis à “não adoção do sufrágio universal, direto e secreto, para a eleição de todos os deputados da Assembleia Legislativa” (Morbey, 1990, p. 65). O antigo governador recorda: “De início, admiti, ingenuamente, a hipótese de a Assembleia

económica e financeira. Como não existiam relações diplomáticas entre Pequim e Lisboa, a visão do regime comunista seria apresentada através de associações ou por iniciativa dos cidadãos. Além disso, foi criado um grupo de trabalho para formar as Forças de Segurança de Macau, que teriam por “missão exclusiva a segurança interna” do território, uma vez que não era considerada a existência de qualquer ameaça externa. Paralelamente, foi decidido que as unidades e os efetivos das Forças Armadas iriam abandonar Macau até 31 de dezembro de 1975 (Leandro, 2011, pp. 56-57).

O Estatuto Orgânico de Macau e a subsequente consagração pela Constituição da República Portuguesa de 1976 deixou claro que o território não era parte integrante de Portugal. Formalmente, as autoridades portuguesas eram apenas administradoras. A hipótese de Macau ser entregue à RPC, após o 25 de Abril de 1974, tem sido objeto de vários pontos de vista. Por um lado, há uma corrente que admite que Lisboa estaria preparada para abdicar da administração do território. No entanto, responsáveis políticos e Garcia Leandro insistem que a tese não corresponde à verdade (Mendes, 2013, pp. 24-25).

Pequim e Lisboa iniciaram o processo de restabelecimento das relações diplomáticas, em Paris, em agosto de 1975. António Coimbra Martins foi o responsável indicado, durante os dois primeiros Governos constitucionais de Mário Soares (de 23 de julho de 1976 a 29 de agosto de 1978). O embaixador português na capital francesa notou que, apesar de a ação diplomática para reconhecer a RPC ter sido imediatamente consecutiva ao 25 de Abril, as autoridades chinesas aguardaram até determinadas condições estarem preenchidas, designadamente: a questão de Macau; a descolonização; e o futuro posicionamento de Portugal no plano internacional, isto é, se ficaria ou não sob influência da URSS. De realçar que o pedido português de adesão à CEE, em 1977, tranquilizou a China (Martins, 2010, pp. 258-259; Mendes, 2013, pp. 26-27).

Numa primeira fase, o resultado prático das conversações foi a instalação de uma delegação da Xinhua, em Lisboa, em março de 1978. Até meados do mesmo ano, as negociações pautaram-se por um “pragmatismo” e uma atitude “aberta”. Sobre Macau, os dois lados concordaram que se tratava de um problema da história. Portugal não se opunha ao princípio da soberania chinesa no território, concordando que o *status*

---

Legislativa ser toda eleita por sufrágio direto. Era, evidentemente, um grave erro que denotava falta de conhecimento local” (Leandro, 2011, p. 87).

*quo* deveria ser mantido até ser encontrada uma solução definitiva para a questão (Mendes, 2013, p. 29).

A 10 de junho de 1978, o embaixador chinês em França, Han Kehua, marcou presença nas comemorações do Dia de Portugal. Até esta data, os encontros entre os representantes da RPC e de Portugal eram mantidos em segredo. A 8 de fevereiro de 1979, Han Kehua e Coimbra Martins assinaram o acordo que estabeleceu as relações diplomáticas entre os dois países, em Paris. No comunicado conjunto emitido lê-se que os Governos de Pequim e Lisboa decidiram “trocar embaixadores no prazo de três meses” e defendiam os “princípios de respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, de não ingerência mútua nos assuntos internos, de igualdade e de vantagens recíprocas”. Portugal reconheceu o regime comunista como “o único Governo legal da China” e “Taiwan como parte integrante” do território chinês<sup>113</sup>. Os dois embaixadores também discutiram a questão de Macau. Na ata das conversações (conhecida como Ata Secreta) lê-se que Han Kehua declarou que “Macau faz parte do território chinês e será restituído à China”, no “momento julgado oportuno” e “por meio de negociações”. As autoridades portuguesas “devem respeitar e proteger os interesses legítimos dos habitantes chineses”, “sem permitir à União Soviética, às autoridades de Taiwan ou a outras forças políticas que utilizem Macau para se entregarem a atividades prejudiciais” à RPC. Coimbra Martins referiu que “o Governo português dá o seu acordo em princípio à posição do Governo chinês” (Diário de Notícias, 1987, citado por Fernandes, 1997, p. 537).

Na preparação da instalação da embaixada de Portugal em Pequim, João de Deus Ramos – enviado para a China como Encarregado de Negócios com Cartas de Gabinete – notou a “falta de traquejo luso-sínico”, tendo o MNE português traduzido para inglês República Popular da China como “Popular Republic of China”. A dimensão da “ignorância” portuguesa sobre a China, sustenta o diplomata, é consequência de os assuntos chineses serem tratados através de Macau (Ramos, 2016, pp. 43-44).

António Ressano Garcia foi o primeiro embaixador português na RPC. Yan Qiliang ocupou o cargo homólogo em Lisboa. No ano seguinte ao estabelecimento das relações diplomáticas entre a RPC e Portugal, o então governador de Macau, Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio, foi convidado a visitar Pequim, tendo sido recebido por

---

<sup>113</sup> Portugal cortou as relações diplomáticas com a ROC a 6 de janeiro de 1975.

Deng Xiaoping. A viagem arrancou a 10 de março de 1980 e foi a primeira de um representante da administração portuguesa desde 1949.

Após a definição da já referida estratégia com nove pontos para a reunificação de Taiwan, enumerada pelo marechal Ye Jianying e enquadrada na Constituição de 1982 (People's Daily, 2004), que previa a possibilidade se serem estabelecidas regiões administrativas especiais pelo estado chinês sob “condições específicas”, ficou definido o retorno à pátria de Hong Kong e Macau. Deng Xiaoping também fez uma declaração sobre a reintegração dos dois territórios sob o princípio “Um país, dois sistemas”. No ano seguinte, o embaixador chinês em Lisboa declarou que o futuro de Macau já tinha sido discutido na Ata Secreta (Mendes, 2013, p. 37).

No caso de Hong Kong, as negociações para a entrega prolongaram-se por dois anos, terminando em setembro de 1984. A RPC e o Reino Unido assinaram uma declaração conjunta em que fica definida a data de transferência de poderes: 1 de julho de 1997<sup>114</sup>. De referir que Deng Xiaoping, durante um encontro com a então primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, enumerou as três questões essenciais que deveriam ser tratadas: a soberania; a forma como o território seria administrado, a partir de 1997; e os mecanismos de consulta apropriados que deveriam ser criados para evitar “graves distúrbios” nos quinze anos antes da reunificação (Deng, 1994, p. 18).

A solução para Macau seria idêntica à de Hong Kong. Em novembro de 1984, o então presidente chinês, Li Xiannian, visitou Portugal. A viagem começou com referências à Ata Secreta, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Wu Xueqian, sobre a questão de as negociações para a transferência de poderes poderem ser desencadeadas. Mais tarde, em fevereiro de 1985, o documento voltou a ser abordado, durante um encontro entre Li Xiannian e o então governador de Macau, Vasco Almeida e Costa (Mendes, 2013, p. 43).

A visita de Ramalho Eanes à China marcou um novo ponto na história. O então presidente da República de Portugal reuniu-se com o primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, no dia 22 de maio de 1985. Um dia depois, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, Jaime Gama e Wu Xueqian, emitiram um comunicado

---

<sup>114</sup> Depois da derrota na Guerra do Ópio, a China foi obrigada a assinar os termos do Tratado de Nanjing, em agosto de 1842, entregando a ilha de Hong Kong aos britânicos. Com a segunda guerra sino-britânica foi firmada a *Convention of Peace and Friendship*, em outubro de 1860, e confirmado o Tratado de Tianjin, que ditava a anexação da península de Kowloon ao território colonial. Posteriormente, foi feito um acordo de arrendamento dos Novos Territórios, em junho de 1898, por um período de 99 anos.

conjunto em que declararam que vão ser iniciadas, “num futuro próximo, negociações por via diplomática para a resolução da questão de Macau”<sup>115</sup> (Pereira, 2010, pp. 77-78; Mendes, 2013, p. 45).

No total foram realizados quatro encontros entre 30 de junho de 1986 e 26 março de 1987. O experiente embaixador Rui Medina, antigo representante de Portugal na ONU, liderou a parte portuguesa, enquanto o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Zhou Nan<sup>116</sup>, chefiou a delegação chinesa.

Portugal não incluiu qualquer representante ou residente de Macau nas negociações. José Henrique de Jesus, antigo secretário-adjunto para os Assuntos da Economia de Macau, aquando da governação de Melo Egídio, e Nuno Lorena, à época cônsul-geral em Hong Kong, eram os elos mais próximos da região. João de Deus Ramos, responsável pela abertura da embaixada portuguesa em Pequim, Carlos Gaspar, assessor do Presidente da República, Mário Soares, e João Ascensão completavam a delegação, que contou com o apoio de Octávio Neto Valério, então embaixador em Pequim.

Durante as negociações foi revelada uma “relativa falta de experiência negocial com a China”. Há também registo das limitações dos intérpretes oriundos de Macau, que dominavam plenamente o cantonês ao invés do mandarim e não tinham “especialização em terminologia de Ciência Política ou Direito”, ao contrário dos chineses (Ramos, 2016, p. 77). A preparação dos envolvidos revelou-se “apressada e superficial” (Mendes, 2013, p. 112). Os principais temas que conduziram a um impasse nas negociações foram a data da transferência e a questão da nacionalidade de entre 80 a 100 mil chineses de Macau, que tinham passaporte português<sup>117</sup>. No primeiro caso, Pequim pretendeu resolver a questão de forma rápida, por razões internas de consolidação do poder, e antes do final do século XX, por razões simbólicas. A imprensa foi usada para tornar público que o objetivo passava por definir 1997 como o ano da transferência de poderes de Hong Kong e também Macau. Portugal opôs-se,

---

<sup>115</sup> A comunidade macaense sentiu-se “traída” porque esperava ser ouvida sobre o processo (Mendes, 2013, p. 45).

<sup>116</sup> Zhou Nan acompanhou a questão de Macau durante muito tempo e integrou a parte chinesa nas negociações sino-britânicas sobre Hong Kong (Ramos, 2016, p. 76).

<sup>117</sup> Os números diferem de autor para autor. Carmen Mendes indica 80 mil pessoas, ao passo que Herbert Yee aponta para 100 mil. Atualmente, a RPC continua a não reconhecer a dupla nacionalidade. Na época das negociações, a questão dos chineses de Macau com passaporte português levou o Reino Unido a declarar na CEE que Portugal estaria a aumentar o número de cidadãos que poderiam circular livremente no espaço europeu (Mendes, 2013, pp. 55-56; Yee, 2001, pp. 11-12).

sendo acordada a data de 20 de dezembro de 1999. No segundo caso, os representantes chineses definiram a nacionalidade por *jus sanguinis* (etnicidade), enquanto os portugueses por *jus solis* (local de nascimento). João de Deus Ramos nota que foi necessário incluir dois textos, declarando o entendimento de cada uma das partes (Mendes, 2013, pp. 47-61; Ramos, 2016, p. 94).

Sobre a forma como decorreram as negociações, os representantes de Portugal adotaram uma estratégia “*low profile*” para “evitar conflitos”, o que permitiu ao lado chinês “definir a agenda”. Além disso, Portugal falhou “em proteger os seus interesses” em Macau, já que “poucas pessoas qualificadas” se mantêm, hoje, na máquina da administração e os macaenses “deveriam ter sido apoiados” para ocupar cargos de topo antes da transferência de poderes. O êxodo de outros profissionais portugueses foi uma realidade e a defesa do uso da língua portuguesa ficou como “uma causa perdida”. O futuro acordo sobre Macau também não fazia referência à aplicação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, à presença de forças militares<sup>118</sup> ou ao estatuto dado à língua portuguesa, como uma das duas línguas oficiais do território. Todos os assuntos foram levados ao Grupo de Ligação Conjunto (Mendes, 2013, p. 113).

O resultado das negociações consta na Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau<sup>119</sup> (adiante designada de Declaração Conjunta Luso-Chinesa). O documento, que prevê “autonomia territorial” e “liberdades socioculturais e económicas” na futura Região Administrativa Especial, foi assinado a 13 de abril de 1987 pelo então primeiro-ministro de Portugal, Aníbal Cavaco Silva<sup>120</sup>, e Deng Xiaoping (Mendes, 2013, p. 50).

---

<sup>118</sup> O estacionamento do Exército de Libertação Popular no território após a transferência de poderes marcou os últimos anos do primeiro período de transição. A partir da aprovação do Estatuto Orgânico de Macau, Portugal deixou de ter presença militar. Em setembro de 1998, a RPC informou que iria estacionar “uma quantidade apropriada e eficiente de tropas em Macau depois de 1999”. A entrada dos efetivos só se deu na manhã do dia 20 de dezembro de 1999, após a ameaça do então presidente Jorge Sampaio em não viajar até Macau para assistir às cerimónias de entrega da administração. O diferendo só ficou resolvido com a visita de Jiang Zemin a Lisboa, em outubro de 1999 (Vieira, 2010, pp. 333-349).

<sup>119</sup> A Declaração Conjunta Luso-Chinesa previa a criação do Grupo de Ligação Conjunto – “um órgão de ligação, consulta e troca de informações entre os dois Governos”, que “não interferirá na administração de Macau nem desempenhará qualquer papel de supervisão sobre a mesma administração” – e do Grupo de Terras – “um órgão para tratar dos contratos de concessão de terras em Macau e dos assuntos com eles relacionados” (Boletim Oficial, 1987).

<sup>120</sup> Depois de assinar a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, Cavaco Silva partiu para Macau, na primeira visita de um primeiro-ministro português ao território. Da viagem concluiu que o documento era “amplamente aceite” (Mendes, 2013, p. 60).

Com a Declaração Conjunta Luso-Chinesa, foram estipulados dois períodos de transição: o primeiro entre 15 de janeiro de 1988 e 19 de dezembro de 1999; o segundo, a partir de 20 de dezembro de 1999 e até 19 de dezembro de 2049. Este último período de 50 anos, também acertado para a Região Administrativa Especial de Hong Kong, era justificado por Deng Xiaoping em diversas ocasiões. Em dezembro de 1984, durante um encontro com Margaret Thatcher, o líder chinês explicou que a RPC necessitaria de “30 a 50 anos” para “se aproximar, para não dizer ultrapassar, os países desenvolvidos” e oferecer um nível “modestamente cómodo” para a população, que pudesse ser idêntico aos dos dois territórios (Deng, 1994, p. 111).

De referir ainda que tanto Hong Kong como Macau, desde as respetivas datas de transferência de poderes, são regiões regidas por uma Lei Básica<sup>121</sup>, aprovada pela Assembleia Popular Nacional da RPC. Durante um encontro com membros da comissão de redação do futuro texto fundamental da antiga colónia britânica, em abril de 1987, Deng Xiaoping declarou que o documento seria “exemplo para Macau e Taiwan” e poderia vigorar por “50 anos ou mais” (Deng, 1994, p. 224).

Após as negociações sobre Macau, começaram as viagens mais regulares de responsáveis políticos portugueses à China. Por exemplo, em Junho de 1988, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, viajou até Pequim. De salientar também que, entre o final de fevereiro e o início de março de 1989, o então Presidente da República, Mário Soares, deslocou-se a Macau e Hong Kong. Um ano mais tarde, na inauguração da Missão de Macau em Lisboa (atual Delegação Económica e Comercial de Macau em Lisboa), o chefe de Estado declarou que Macau era uma prioridade, semelhante à integração europeia, cooperação africana ou às relações luso-brasileiras. No entanto, durante o período iniciado em 1988, a maioria dos diplomatas que ganharam experiência nas negociações luso-chinesas foi enviada para postos não relacionados com Macau. As condições políticas internas, em que o Presidente da República nomeava o governador do território e a política externa era definida pelo primeiro-ministro e MNE, também limitavam a existência de uma estratégia (Mendes, 2013, p. 69 e 105).

---

<sup>121</sup> No caso de Macau, a Lei Básica é vista como “uma interpretação redutora da Declaração Conjunta”, que oferece um regime de “capitalismo autoritário” e “um persistente défice de democracia”. Ao contrário do que sucede com Hong Kong, não prevê o sufrágio universal como objetivo final nas eleições para a Assembleia Legislativa, a partir de um método gradual (Pereira, 2010, pp. 142-143 e 146).

Ao longo da década de 1990, registaram-se várias visitas de alto nível aos dois países por parte dos respetivos responsáveis políticos<sup>122</sup>. No âmbito das relações entre a RPC e Portugal, os acontecimentos de Tiananmen foram paradigmáticos. Há quem considere que “Lisboa não condenou ou criticou Pequim pelo massacre de estudantes nas manifestações de 4 de junho de 1989” (Yee, 2001, p. 35) ou que Portugal decidiu “ser menos rígido em relação à China do que outros países” para não perturbar os trabalhos do Gabinete de Ligação Conjunto (Ramos, 2016, p. 109). Outro argumento vai no sentido de uma postura mais suave de Lisboa para obter concessões, como a construção do Aeroporto Internacional de Macau, um projeto visto pela administração portuguesa como essencial para a autonomia do território. Além disso, é ainda importante salientar que, numa época em que o diálogo militar entre o regime comunista e a Europa estava suspenso, uma delegação da Força Aérea Portuguesa visitou Pequim. O Reino Unido também manteve os contatos com a RPC (Mendes, 2013, p. 100 e 110).

A reta final da administração portuguesa de Macau motivou críticas sobre a alegada manutenção do *status quo*, de forma a “retirar o melhor interesse económico e político” do território, marginalizando, por exemplo, questões como reformas políticas (Yee, 2001, pp. 35-36). O derradeiro período foi também marcado pelo escândalo de corrupção do Aeroporto Internacional de Macau e pela polémica em torno da Fundação Oriente. Porém, a transferência de poderes aconteceu sem registo de problemas. A cerimónia foi acompanhada pelos presidentes Jorge Sampaio e Jiang Zemin e pelos primeiros-ministros António Guterres e Zhu Rongji. No que diz respeito a Macau, o tempo prova que “o pluralismo económico coexiste com um persistente défice de democracia”. O sistema político, como se perspetivava antes de 1999, “é palco de um complexo jogo de ‘sombras chinesas’, protagonizado pelas instituições que, direta ou indiretamente, representam localmente os interesses da RPC<sup>123</sup>” (Pereira, 2010, pp. 105-106).

---

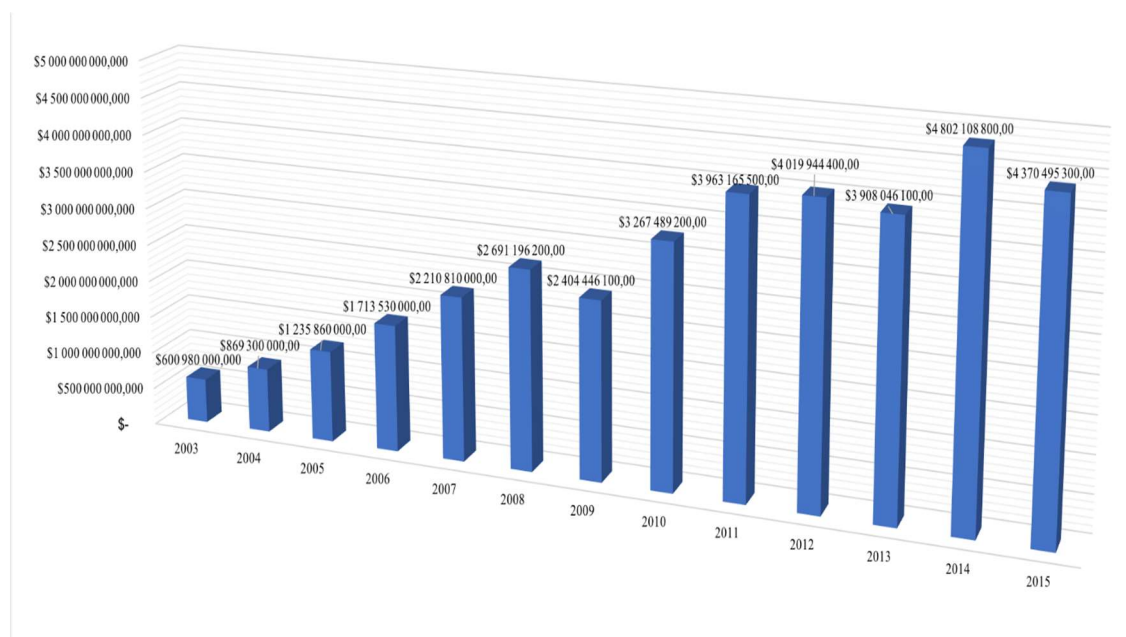
<sup>122</sup> Destas visitas destacam-se as do primeiro-ministro chinês, Li Peng, em fevereiro de 1992; do presidente da RPC, Jiang Zemin, em novembro de 1993; do primeiro-ministro português, Cavaco Silva, em abril de 1994; do presidente de Portugal, Mário Soares, em abril 1995; do presidente de Portugal, Jorge Sampaio, em fevereiro de 1997; do primeiro-ministro português, António Guterres, em abril de 1998; e do presidente da RPC, Jiang Zemin, em outubro de 1999.

<sup>123</sup> Francisco Gonçalves Pereira (2010, pp. 105-128) refere-se às atividades da Nam Kwong (criada em agosto de 1949, com vista a exercer influência junto da administração portuguesa de Macau, sob o pretexto de facilitar as relações comerciais entre o território e a China Continental), Xinhua, Associação Comercial de Macau, União Geral das Associações dos Moradores de Macau, Federação das Associações dos Operários de Macau, Associação Geral das Mulheres, Associação de Beneficência do Hospital Kiang Wu e Associação de Beneficência Tong Sin Tong.



Depois de resolvida a questão da transferência de poderes e estabelecida a Região Administrativa Especial de Macau, as relações entre Pequim e Lisboa “perderam atualidade, dinamismo e tornaram-se pouco mais do que um exercício de retórica, pelo menos da parte de Portugal”<sup>124</sup> (Gonçalves, 2009, p. 1). No entanto, em 2003, o país foi integrado no Fórum de Macau, a par de outros seis Estados lusófonos. No relatório sobre os primeiros dez anos de atividade, o Fórum de Macau é apresentado como “um órgão apolítico”. Os objetivos que tem passam por “reforçar a relação económica e comercial e a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa”, “desenvolver a capacidade de Macau como uma importante plataforma de comunicação entre as duas partes” e “promover o desenvolvimento comum” (Fórum Macau, 2016, p. 169). Não é possível estabelecer uma relação causa-efeito entre a criação do Fórum Macau, por parte de Pequim, e o aumento das trocas comerciais entre a China e os países lusófonos. Ainda assim, os números traduzem uma crescente interação<sup>125</sup>.

Gráfico I. Trocas comerciais entre a RPC e Portugal, 2003-2015



Fonte: Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa do Instituto de Estudos Regionais da Universidade de Economia e Negócios Internacionais (2013) e Fórum Macau (2016).

<sup>124</sup> As explicações são diversas: “a refocagem dos objetivos da nossa política externa no processo de integração europeia”, “na Aliança Atlântica” e “nas relações com os países de língua oficial portuguesa” (Gonçalves, 2009).

<sup>125</sup> O comércio entre a China e os países de língua portuguesa é atualizado, mensalmente, pelos Serviços da Alfândega da RPC e disponibilizados no portal do Fórum Macau.

Após o estabelecimento do Fórum de Macau, a relação entre a RPC e Portugal entrou numa nova fase com a Parceria Estratégica Global, assinada em dezembro de 2005. O documento foi tornado público durante uma visita oficial do então primeiro-ministro da RPC, Wen Jiabao, a Portugal. Em janeiro do mesmo ano, o então presidente português Jorge Sampaio também tinha viajado até à China<sup>126</sup>. Em termos de presença diplomática na RPC, Portugal tem uma embaixada, em Pequim. A missão completa-se com dois consulados, em Macau e Xangai. A reabertura do consulado em Cantão está prevista para 2017, tendo sido aprovada pelo Conselho de Ministros, em agosto de 2016. Segundo um comunicado de imprensa, a nova representação diplomática vai ter como área de jurisdição as províncias de Guangdong, Hainão, Hunan, Fujian e a Região Autónoma de Guangxi. A China dispõe de uma embaixada, em Portugal, na capital Lisboa.

## **2. Parceria Estratégica Global**

A carência de bibliografia sobre a Parceria Estratégica Global assinada entre a RPC e Portugal foi colmatada com a realização de entrevistas<sup>127</sup>. Antes de desenvolvermos o trabalho a partir da análise e dos comentários de académicos, diplomatas e personalidades ligadas ao Governo português, convém referir dois aspetos. Em primeiro lugar, a presença de Wen Jiabao para apresentar e ratificar o documento aconteceu 13 anos depois da última visita oficial de um primeiro-ministro chinês a Lisboa. Em segundo lugar, o responsável de Pequim propôs duplicar o comércio bilateral (Público, 2005), em três anos, o que acabou por ser registado.

Posto isto, tentamos analisar se a assinatura da Parceria Estratégica Global configura uma atualização da relação entre a RPC e Portugal, após a transferência de poderes de Macau. Rui Pereira (2016), quadro da Direcção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia de Portugal, esteve envolvido na negociação do texto que considera ser “abrangente”, mas também “algo inócuo, em termos de estabelecimento de compromissos concretos”. A “grande vantagem” que observa no

---

<sup>126</sup> Um pouco antes, em novembro de 2004, o então presidente chinês, Hu Jintao, encontrou-se com o então primeiro-ministro de Portugal, Pedro Santana Lopes. O chefe de estado da RPC fez escala na cidade do Porto.

<sup>127</sup> As seis entrevistas foram realizadas, em Portugal, entre o final de dezembro de 2015 e junho de 2016.

documento é o “aspecto simbólico de atribuição de importância a Portugal por parte da República Popular da China”, além da “Questão de Macau”, e argumenta que Pequim vê em Portugal potencial devido à “ligação” aos países de língua portuguesa e por constituir uma “espécie de porta de entrada” para a UE.

Em 2005, António Santana Carlos (2016) chefiava a missão diplomática de Portugal em Pequim. O embaixador refere que, depois de 1999, o relacionamento de Lisboa com a RPC “não ficou parado”, “continuou a desenvolver-se” com “empresas portuguesas interessadas em exportar e investir também na China, e vice-versa”. A assinatura da Parceria Estratégica Global foi uma forma de “dar um conteúdo escrito” a um movimento que surgiu “espontaneamente”. Além disso, “é um elemento institucional importante porque marca a vontade política dos dois países em continuarem e explorarem novas formas de relacionamento”.

António Santana Carlos (2016) chefiou também a delegação portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto, nos últimos três anos e meio do processo de transição de Macau para a China. Para o mesmo, a transferência de poderes foi uma questão “bem resolvida”, tendo “aproximado também o relacionamento” entre a RPC e Portugal. Duarte de Jesus (2016), também antigo embaixador em Pequim, partilha a mesma opinião, salientando que “havia um relacionamento muito especial” entre os dois países, sendo a Parceria Estratégica Global um acordo que “ajudou” e “consolidou” as “concretizações políticas”. No entanto, a curto-prazo, “não teve grande impacto”.

Durante o período em análise na presente dissertação, Luís Amado foi quem ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros durante mais tempo <sup>128</sup>. O antigo governante (2016) sublinha que “a China encara sempre Portugal como uma potência histórica” e definiu o país como um “parceiro importante do ponto de vista estratégico para os interesses na Europa e na relação com espaço de Língua Portuguesa”. A assinatura da Parceria Estratégica Global reflete um “empenhamento” e a “vontade política das duas partes de mudarem as relações bilaterais”.

No entanto, Miguel Santos Neves (2016) discorda da ideia defendida por António Santana Carlos. Com uma vasta produção sobre a China, Macau, Hong Kong, a comunidade chinesa a viver em Portugal, as ações de paradiplomacia das redes de

---

<sup>128</sup> Luís Amado desempenhou as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal entre 3 de julho de 2006 e 21 de junho de 2011. Aquando da assinatura da Parceria Estratégica Global entre a RPC e Portugal, o cargo era ocupado por Diogo Freitas do Amaral.

empresários da China na Europa, entre outros temas, Miguel Santos Neves defende que existia “exclusivamente uma relação política por causa de Macau”, com interesses “restritos”<sup>129</sup>. No entanto, concorda com a análise feita de que Pequim avançou para a Parceria Estratégica Global por entender que Portugal tem uma dupla dimensão, “enquanto membro da União Europeia” e “ponte para outros continentes”. A partir deste momento, surge “a oportunidade de uma intensificação das relações económicas com significado”, mas, “mais uma vez, Portugal estava numa posição passiva”, revelando a falta de uma “estratégia” para lidar com os investimentos chineses, que se acentuaram a partir de 2011.

Carmen Mendes (2015) também defende que, em 2005, as relações sino-portuguesas estavam “muito adormecidas”, após o dossiê Macau, com o assunto a ser, “deliberadamente, banido da opinião pública e da discussão mediática”. A académica, que se tem debruçado sobre a China e Macau, indica que a Parceria Estratégica Global “é o primeiro sinal” de um aproximar de posições a nível bilateral. As negociações do documento, recorda Carmen Mendes (2015), assentaram no plano político, mas também tiveram uma componente empresarial e académica. Neste último caso, as conversações incidiram sobre o Instituto Confúcio<sup>130</sup>, que abriu uma representação na Universidade do Minho, em 2006. Outros dois centros foram inaugurados, designadamente, na Universidade de Lisboa, em 2008, e na Universidade de Aveiro, em 2015<sup>131</sup>.

Referimos anteriormente que Portugal foi o quarto país europeu a assinar um documento desta natureza com a China, que tem também uma Parceria Estratégica Global com a UE. Para Rui Pereira (2016) a RPC “tenta tirar partido” desta “dupla via”. Por um lado, explora “o melhor possível o relacionamento institucional”,

---

<sup>129</sup> Miguel Santos Neves (2016) lembra que Portugal, na Comissão de Direitos Humanos, em Genebra, “tinha dois pesos e duas medidas”. Lisboa iniciava ações contra a Indonésia, devido à questão de Timor-Leste, mas não se pronunciava sobre os direitos humanos na China.

<sup>130</sup> O Instituto Confúcio funciona dentro de universidades. Em Portugal, a presença da instituição fica marcada por um incidente ocorrido numa conferência promovida pela Associação Europeia de Estudos Chineses, em julho de 2014. O evento foi organizado pela Universidade de Coimbra e pela Universidade do Minho. O Instituto Confúcio era um dos financiadores, que contou com a presença da sua presidente e vice-ministra chinesa, Xu Lin. No programa constava o nome de outros patrocinadores, como a Fundação Chiang Ching-kuo (nome do filho e sucessor político de Chiang Kai-shek) de Taiwan. Quando se apercebe disso, Xu Lin manda retirar todos os exemplares do documento que ainda não tinham sido distribuídos. Só depois aceita que fossem de novo redistribuídos, mas sem as páginas onde havia referências a Taiwan (Ponto Final, 2014). Miguel Santos Neves (2016) lembra que, noutros pontos da Europa, “já houve problemas graves com o Instituto Confúcio” com “interferências” em questões das universidades e “processos de espionagem”. “É preciso ser muito cauteloso com o relacionamento com a China”, remata o analista.

<sup>131</sup> Fora do período de análise da presente dissertação, registou-se a abertura do Instituto Confúcio na Universidade de Coimbra, em 2016.

nomeadamente com a Comissão Europeia. Por outro lado, segue a via bilateral com um conjunto de Estados, dando-lhes um estatuto especial.

Esta estratégia de *divide and rule* (dividir para reinar ou conquistar) de Pequim, realça Rui Pereira (2016), está sinalizada pela Comissão Europeia. Nas reuniões em que participa, em Bruxelas, há uma preocupação de que exista “algum tipo de alinhamento de posições dos vários Estados-membros em relação à China”. Em matéria de política comercial, foi mesmo adotado um documento intitulado *Lines to Take*, que prevê posições “harmonizadas” e “coordenadas” em assuntos “mais sensíveis”, como o estatuto de economia de mercado da RPC<sup>132</sup>. As instâncias europeias insistem numa “mensagem de cautela” sobre a “transparência” na entrada de capital chinês na UE. Rui Pereira (2016) explica que os investimentos estão a ser canalizados, “na sua grande maioria, por interesses estatais com ligação direta ao Governo” de Pequim e dirigem-se para “setores de importância estratégica para as economias dos países da Zona Euro”. Carmen Mendes (2015) também alerta para este duplo posicionamento da RPC. Sobre as relações bilaterais entre Pequim e os Estados europeus, a académica defende que “é inevitável que ajam em função dos seus interesses nacionais e não tanto em função dos interesses da UE como um grupo”.

Para Miguel Santos Neves (2016), o estabelecimento de uma Parceria Estratégica Global com um estado-membro da UE tem como objetivo “minar a coesão” e “enfraquecer a frente europeia”, em termos negociais. A RPC começa a firmar estes acordos numa “fase de ascensão”, pretendendo ainda “contrariar o protecionismo europeu, nomeadamente em termos comerciais”.

O modelo de Parceria Estratégica Global a nível bilateral não difere muito de país para país, sendo que os enquadramentos e as expectativas é que podem ser classificados de forma distinta. O caso do Reino Unido é paradigmático. Tal como Portugal, administrou um território chinês e, em 2004, assinou um documento cujo conteúdo é em quase tudo semelhante ao que foi ratificado por Wen Jiabao e José Sócrates. As principais aéreas que abrangia eram: comércio e investimento, finanças,

---

<sup>132</sup> Rui Pereira (2016) recorda os processos anti-*dumping*, em concreto, a quase “guerra comercial” entre a RPC e a UE no âmbito dos painéis solares. Uma posição concertada europeia também é esperada para a eventual suspensão do embargo para a venda de armas, que existe desde os acontecimentos de Tiananmen, em 1989.

tecnologias de informação e comunicação, energia, educação, ciência e tecnologia, ambiente, desenvolvimento sustentável e cultura<sup>133</sup>.

Miguel Santos Neves (2016) defende que o “peso” e a “relevância” de cada país ditam a rentabilização da Parceria Estratégica Global. No caso português, a posição é “passiva”, uma vez que se tratou de uma iniciativa chinesa para a qual Lisboa não tinha qualquer “estratégia”, estando isso patente nas privatizações das empresas Energias de Portugal (EDP) e Redes Energéticas Nacionais (REN), atualmente, “em mãos de empresas estatais chinesas”. De acordo com o analista, “empurrar Portugal para uma relação, essencialmente, bilateral [com a China] é contrária ao interesse” nacional. Lisboa deve “investir no plano da União Europeia”. “É aí que a relação com a China tem de ser disciplinada”, comenta.

No texto da Parceria Estratégica Global, o diálogo político é o primeiro domínio em que os dois países aceitaram reforçar a cooperação. Ambos acordaram “intensificar os encontros de alto nível” de chefes de Estado ou Governo e “incrementar as consultas políticas regulares” de responsáveis ministeriais. A política de “uma só China” foi reiterada por Portugal, que se comprometeu ainda a “continuar a trabalhar no seio da União Europeia com vista ao levantamento do embargo de armas”, que vigora desde 1989, e à “obtenção do estatuto de economia de mercado” por parte da RPC. Pequim e Lisboa destacaram a “importância do diálogo” entre a UE e o regime chinês “em matéria de direitos humanos na base da igualdade e do respeito mútuo”, salvaguardando, no entanto, as “respetivas situações internas”. Os dois países também prometeram “colaborar mais estreitamente na prossecução dos Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento em todas as suas vertentes”.

Luís Amado (2016) refere que, enquanto liderou o MNE, houve uma “crescente ação político-diplomática da China na relação com Portugal”, tendo por base “objetivos estratégicos”. O antigo ministro fala numa “consistente e progressiva ambição”. A estratégia, observa Luís Amado (2016), é enquadrada na consolidação de uma imagem de “potência global”, que pode fazer da RPC uma “referência fundamental na liderança do sistema internacional”. Carmen Mendes (2015) sustenta que a assinatura de uma Parceria Estratégica Global é um “cartão-de-visita”, uma vez que a China “é um país com interesse em considerar amigos estes países europeus”. A opção, admite, pode

---

<sup>133</sup> A Parceria Estratégica Global assinada entre a RPC e o Reino Unido é semelhante ao documento estabelecido com Portugal (Embaixada da RPC no Reino Unido, 2004).

ser enquadrada no *soft power* de Pequim e na “imagem que a China quer criar dela própria como um ator responsável”. Duarte de Jesus (2016) argumenta que existe uma “política de globalização” da RPC que “passa pela Europa”.

Ao domínio político seguia-se o económico. No texto da Parceria Estratégica Global, os dois Governos aceitavam “intensificar os contactos governamentais e empresariais” e “aprofundar a cooperação económica e comercial, com o objetivo de desenvolver relações bilaterais nos domínios do comércio, do investimento e do turismo”. No âmbito da Comissão Mista Económica, que se reuniu por oito ocasiões, até 2016, deveria nascer o Grupo de Trabalho sobre o Investimento Direto. A estrutura foi constituída em 2007<sup>134</sup>.

A Parceria Estratégica Global também previa a criação de outros grupos de trabalho. Um Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos foi assinado, em dezembro de 2005, mas só entrou em vigor mais de dois anos depois (Diário da República, 2008). No documento lê-se que a RPC e Portugal iriam incentivar “o estabelecimento de parcerias conjuntas e/ou consórcios no âmbito da candidatura a concursos públicos nos dois países”<sup>135</sup>. Além disso, salientava-se o “importante papel do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, onde Portugal nunca teve um representante em exclusivo. A Parceria Estratégica Global reafirmou também a cooperação ao nível de estágios para quadros portugueses, em empresas sediadas na China, ao abrigo do programa Inov-Contacto. O documento apontava que os dois países poderiam “cooperar em estratégias de marketing” e “incrementar os fluxos turísticos, criando documentação de promoção nas respetivas línguas”.

Tendo em conta que, depois de 2005, Portugal registou um aumento crescente de investimento chinês, conforme veremos à frente, é importante apurar se existe uma relação causa-efeito. Carmen Mendes (2015) expõe que “muitos líderes dizem” que a entrada de capital é facilitada pelo “cunho político” dado ao documento, mas conclui que é “difícil” estabelecer essa ligação, uma vez que o contexto português, chinês, europeu e mundial mudou ao longo tempo. Esta opinião é partilhada por Duarte de

---

<sup>134</sup> Portugal e China criaram o grupo de trabalho para o investimento bilateral, em Pequim, durante uma visita do então primeiro-ministro português, José Sócrates (Público, 2007).

<sup>135</sup> Não existem consórcios sino-portugueses. No entanto, em 2016, foi anunciada a entrada dos chineses da Hainan Airlines no capital do consórcio Atlantic Gateway, do empresário português Humberto Pedrosa e do norte-americano David Neeleman, que detém 45 por cento do capital da Transportadora Aérea de Portugal (TAP) (Expresso, 2016).

Jesus (2016) e por Rui Pereira (2016), defendendo ambos que não existe uma “relação direta” com assinatura do documento. O antigo embaixador português em Pequim admite que a aposta chinesa na UE resulta de um “aproveitar” da crise e de “um certo desmoronamento” do projeto europeu. Além de Portugal, dá o exemplo da Grécia, que também recebeu investimento da China em setores-chave. Rui Pereira (2016) diz que não foi a Parceria Estratégica Global, mas a “própria dinâmica dos acontecimentos”, que levou Portugal a pedir assistência financeira internacional e, depois, a avançar para um programa de privatizações, que configurou o “principal motor da vaga de investimento chinês em Portugal”.

Para Luís Amado (2016), “algum desse capital” vem “orientado a partir dessa parceria” e do “interesse estratégico das empresas chinesas em investirem nalguns sectores em Portugal”. A Parceria Estratégica Global assume-se como uma “vantagem mútua para as duas economias, embora a desproporção de potencial não permita avaliar com rigor quem ganha e quem perde no meio desta relação”.

Miguel Santos Neves (2016) reconhece que as empresas chinesas “sobressaíram com propostas mais vantajosas”, nos concursos públicos para algumas privatizações. “Isso tornou a entrada mais legítima”, opina o analista. No entanto, os investimentos têm “um planeamento político por detrás” e uma “ponderação geoestratégica”, uma vez que as companhias estatais e privadas estão “fortemente condicionadas” pelo regime. No caso da EDP, como veremos mais à frente, significou também uma entrada indireta da China no mercado dos Estados Unidos, que têm “barrado” os investimentos chineses no sector energético.

Além de Portugal ter uma ligação histórica aos países lusófonos e ser um Estado-membro da UE, o interesse da RPC não se esgota nestas mais-valias. Miguel Santos Neves (2016) enumera outras, como o acesso a *know-how*, a formação de quadros qualificados e a questão da plataforma continental portuguesa, que coincide com “o posicionamento estratégico da China no Atlântico”. Luís Amado (2016) completa esta ideia, defendendo que “a China tem sempre interesse em ter uma relação com Portugal também nessa perspetiva de influência no Atlântico”. A importância, justifica o ex-ministro com a tutela do MNE, está não só no próprio país, como também no espaço da CPLP, em particular, nos Estados africanos e no Brasil.



Carmen Mendes (2015) e Rui Pereira (2016) referem o acesso ao *know-how* português como um ponto de interesse das empresas chinesas em relação a Portugal. Para a analista da Universidade de Coimbra, o objetivo é os técnicos chineses aprenderem como se gerem empresas “à moda portuguesa ou europeia”. É por isso que, mesmo como acionistas majoritários, os investidores da China não querem modificar as administrações. Para Rui Pereira (2016), as empresas da RPC procuram “maior capacitação” em áreas estratégicas, como a energia, para “posterior transposição” para o próprio país. Este modelo tem sido repetido em vários Estados europeus, lembra Luís Amado (2016). O objetivo chinês passa por adquirir “participações de capital em empresas que têm projetos de negócios bem consolidados, com expectativa de crescimento e de quota de mercado”. Isso permite “aprender e absorver nova tecnologia” em sectores da economia portuguesa que, “apesar de tudo, têm unidades mais desenvolvidas e com mais capacidade tecnológica”.

O documento da Parceria Estratégica Global abarcava também os domínios da língua, cultura e educação. Depois de ratificado, previa-se que a RPC e Portugal concordassem em “reforçar a cooperação no ensino das respetivas línguas e culturas” e “desenvolver uma colaboração reforçada ao nível do ensino superior”. Outras áreas abrangidas passavam por ciência, tecnologia e saúde. No domínio da justiça destacou-se o reafirmar de esforços para negociar um Acordo de Extradução<sup>136</sup>, que só foi ratificado em 2007.

### **3. Grandes Investimentos Chineses em Portugal**

O ponto de viragem na área dos investimentos foi dado com a aquisição de uma participação de 21,35 por cento do capital social da EDP pela China Three Gorges, a maior produtora de energia hidroelétrica do mundo. A operação ficou acertada em dezembro de 2011 – após um concurso internacional ao qual se candidataram outras três empresas – e concretizada em maio de 2012 (EDP, 2012).

No total, o processo rendeu ao Estado português 2,7 mil milhões de euros, o que correspondeu a mais de metade de todo o investimento chinês na Europa em

---

<sup>136</sup> O Acordo de Extradução foi assinado durante uma visita a Pequim do então primeiro-ministro português, José Sócrates.

2011<sup>137</sup>. Com este negócio, a elétrica portuguesa ganhou liquidez e a CTG deu um novo passo na área da energia, sobretudo renováveis, e noutros mercados<sup>138</sup>.

No âmbito da parceria, a empresa chinesa acordou investir dois mil milhões de euros, incluindo cofinanciamento de investimento operacional, em participações de 34-49 por cento, em projetos de energia renovável correspondentes a 1,5 gigawatts (GW) líquidos (em operação e prontos a construir), até 2015. Nos primeiros 12 meses após a assinatura do negócio, o valor aplicado chegou a 800 milhões de euros. Adicionalmente, o acordo estipulava um compromisso de financiamento por parte de uma instituição financeira chinesa à EDP, ao nível corporativo, num montante até dois mil milhões de euros, com maturidade de até 20 anos.

Luís Amado (2016), que, atualmente, ocupa o cargo de vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (membro independente), nota que existem empresas portuguesas a atuar nos “mercados mais competitivos e mais desenvolvidos tecnologicamente”. O caso do setor energético e, em concreto, da EDP mostram isso, sendo uma das razões para o interesse chinês. Para Miguel Santos Neves (2016), a EDP está enquadrada nas empresas que “têm elevada rentabilidade”, o que permite “gerar um retorno rápido e significativo”. A escolha por parte da CTG tem que ver com o plano de negócios global, que “fica acessível de imediato” e “vai ao encontro da estratégia chinesa de expansão nessas várias regiões”. Carmen Mendes refere, no geral, o mundo lusófono, e, em particular, o Brasil<sup>139</sup>, onde foi criada a China Three Gorges Brasil, em 2013, que já está a participar em leilões de energia no país.

De acordo com dados oficiais acedidos em setembro de 2016, a EDP tem mais de 5,4 milhões de clientes de eletricidade e cerca de 560 mil de gás, em Portugal. A produção de energia através de fontes renováveis representa 47 por cento, sendo a capacidade instalada de 10.045 megawatts (MW). Os colaboradores totalizam 6683 pessoas. A EDP está também em Espanha, onde tem mais de um milhão de clientes de eletricidade e cerca de 836 mil de gás, dispondo de 1863 colaboradores. A energia

---

<sup>137</sup> Segundo um estudo do fundo euro-chinês A Capital, o negócio foi o maior investimento chinês na Europa no segundo trimestre de 2012 (citado por Jornal de Negócios, 2012).

<sup>138</sup> Em 2011, a EDP foi eleita “Empresa de Energia Mais Sustentável da América do Sul”, nos “New Economy Clean Tech & New Energy Awards 2011” (EDP, 2011).

<sup>139</sup> Depois de entrar na EDP, que tem ramificações no mercado brasileiro, a CTG criou a CTG Brasil, em 2013. Desde então, tem realizado “alianças estratégicas” com empresas reconhecidas no setor e com forte presença local (CTG Brasil, s.d.). Em novembro de 2015, a CTG Brasil adquiriu num leilão organizado pelo Governo brasileiro a operação das usinas hidroelétricas de Ilha Solteira e Jupia, ambas localizadas no rio Paraná, entre Mato Grosso do Sul e São Paulo (CTG Brasil, s.d.).

produzida a partir de fontes renováveis tem um peso de 33 por cento, enquanto a capacidade instalada é 5962 MW. Em França, a produção é somente feita através de fontes renováveis. A capacidade instalada é de 364 MW e o número de colaboradores ascende a 48 pessoas (EDP, s.d.).

Bélgica, Itália, Polónia e Roménia são outros dos países onde a EDP está presente. Nos quatro países, toda a produção de energia é realizada através de fontes renováveis. Na Bélgica (dois colaboradores), a capacidade instalada é de 71 MW; em Itália (22 colaboradores) de 100 MW; na Polónia (40 colaboradores) de 468 MW; e na Roménia (33 colaboradores) de 521 MW (EDP, s.d.).

Fora da Europa, a EDP tem uma forte implementação no Brasil. A empresa tem mais de 3,2 milhões de clientes de eletricidade. A produção de energia através de fontes renováveis representa 66 por cento, sendo a capacidade instalada de 2601 MW. Os colaboradores chegam a 2972 pessoas. Na América do Norte, a produção de energia da EDP é feita a partir de fontes renováveis. Nos EUA, a capacidade instalada é de 4203 MW, enquanto o número de colaboradores é de 373 pessoas. No Canadá, a capacidade instalada fixa-se em 30 MW e existem cinco colaboradores. A EDP tem ainda 37 colaboradores no Reino Unido e escritórios em Angola e na China. No México, cinco colaboradores estão a desenvolver um projeto, que terá uma capacidade de 200 MW (EDP, s.d.).

Para Rui Pereira (2016), o quadro atrás apresentado justifica a aposta da CTG, que procurou uma empresa com “*know-how*” e “provas dadas em matéria de energias renováveis, que é uma das áreas em que a China tem maior interesse em investir hoje em dia”. Por seu turno, a EDP “precisava de liquidez para poder expandir os seus investimentos”. De facto, no âmbito dos compromissos estratégicos assumidos entre a CTG e a EDP, foram acordados dois empréstimos em 2012. O Banco para o Desenvolvimento da China (China Development Bank) concedeu um crédito no montante de mil milhões de euros, por um prazo de cinco anos, e o Banco da China (Bank of China) atribuiu 800 milhões de euros à elétrica portuguesa, por um prazo de três anos (EDP, 2012, p. 160). As duas entidades são estatais.

Apesar de não estar enquadrado no objetivo da nossa tese uma análise económica ou ao impacto do processo de privatização, importa referir que, desde a entrada no capital social, o grupo CTG tem garantido participações em empresas do

grupo EDP através de processos de alienação. A consulta dos relatórios de contas permite verificar isso mesmo. Por exemplo, em 2012, “dando seguimento à parceria estratégica com a China Three Gorges”, foi acordada a venda de uma participação acionista representativa de 49 por cento do capital social da EDP Renováveis Portugal (e de 25 por cento dos suprimentos e prestações suplementares realizados a esta sociedade), por um preço global final de 368 milhões de euros, à CITIC CWEI Renewables, subsidiária do grupo CTG (EDP, 2012, pp. 142 e 248). A operação constituiu parte do acordo de alienação de ativos que a elétrica portuguesa assinou com a empresa estatal chinesa.

No relatório e contas de 2013 está expresso um acordo para a venda de 50 por cento das participações da EDP Energias do Brasil nos empreendimentos hidroelétricos de Cachoeira Caldeirão e de Jari ao grupo CTG. O mesmo documento revela ainda um acordo semelhante para a alienação de 49 por cento da participação no consórcio ENEOP, a ocorrer em 2015, e de uma participação de 33,3 por cento na empresa que detém os direitos de desenvolvimento da hidroelétrica de São Manoel, no Brasil (EDP, 2013, p. 41). Por sua vez o relatório e contas de 2014 indica que a EDP Energias do Brasil concluiu a venda supracitada de 50 por cento das participações detidas nas centrais hidroelétricas de Cachoeira Caldeirão e de Jari, por cerca de 130 milhões de Euros (EDP, 2014, p. 334), à CWEI (Brasil), subsidiária da China Three Gorges. No mesmo ano, a elétrica portuguesa fechou a venda de 50 por cento da sua subsidiária EDP Ásia<sup>140</sup>, por cerca de 94 milhões de euros, à ACE Asia, entidade participada pela CWEI Hong Kong Company Limited, subsidiária da China Three Gorges.

No relatório e contas de 2015 lê-se que o grupo EDP vendeu uma “parte minoritária” de parques eólicos no Brasil à CWEI (Brasil), subsidiária da CTG<sup>141</sup>. Além disso, é anunciada “a maior alienação” da parceria estratégica entre as duas empresas, através da venda de uma participação de 49 por cento do capital social em parques eólicos na Polónia e em Itália” (EDP, 2015, p. 10 e 144), no valor de 392 milhões de euros, à ACE Poland e ACE Italy, detidas pelo ACE Investment Fund LP, entidade participada pela CTG Hong Kong, que é uma subsidiária integral da CTG.

---

<sup>140</sup> A EDP Ásia detém uma participação de 21,2 por cento na Companhia de Eletricidade de Macau (CEM), que atua como concessionária exclusiva na RAEM, desde 1985.

<sup>141</sup> O acordo prevê que a CWEI (Brasil) “investirá um total de 385,7 milhões de reais, incluindo aportes de capital já realizados e uma estimativa de 86,8 milhões de reais de aportes de capital futuros relativos aos projetos atualmente em construção/desenvolvimento” (EDP, 2015, p. 144).

Sobre a entrada na EDP, Rui Pereira salienta que os representantes da CTG “não têm procurado interferir na estratégia da empresa”, privilegiando a “estabilidade” e, “por consequência, a estrutura acionista”. Até hoje, o Conselho de Administração Executivo da empresa portuguesa nunca teve qualquer representante chinês. António Mexia manteve-se sempre no cargo de presidente, transitando do período anterior à privatização (EDP, 2016). No Conselho Geral e de Supervisão da EDP, Eduardo Catroga, agora em representação da CTG (chegou a ter a mesma função, mas como independente), ocupa a presidência. Enquanto vogais, existem quatro representantes de subsidiárias da CTG. Os cargos são não-executivos (EDP, 2016).

Rui Pereira sublinha ainda que o investimento chinês na EDP está a ser aproveitado para “proporcionar formação a jovens quadros chineses”. Miguel Santos Neves também realça este facto, que outros entrevistados enquadram na questão do acesso ao *know-how*. A nossa pesquisa permitiu verificar que esta questão de formação de quadros é relevante. De acordo com dados solicitados à EDP, 45 formandos oriundos da RPC visitaram e receberam formação na empresa, desde a entrada de capital chinês, no final de 2011, até setembro de 2016<sup>142</sup>. Fonte da elétrica portuguesa explica que “são quadros da China Three Gorges ou de empresas participadas”. As áreas abrangidas são variadas: “renováveis, comercial, distribuição, *trading*, recursos humanos, *corporate finance*, *procurement*, etc.”. Sobre o número de técnicos da EDP que foram transferidos para a RPC, a empresa explica que “quatro colaboradores da EDP estiveram na CTG por períodos máximos de três meses” (dois estiveram dois meses e outros dois estiveram durante um mês e meio). Atualmente, um colaborador da EDP está em Macau (EDP Ásia) e outro em Hong Kong (Hydro Global), “em *long term assignments*”.

A EDP indicou ainda que as várias unidades de negócio da empresa “têm colaborado com a CTG nas áreas de investigação e desenvolvimento de novas tecnologias para o sector energético, na partilha de conhecimento técnico e na participação conjunta em projetos internacionais”. Por isso, foram realizadas “várias visitas e formações” de técnicos da EDP à RPC, no entanto, os dados sobre estas ações não foram disponibilizados.

---

<sup>142</sup> As informações foram solicitadas à EDP, via correio eletrónico, sendo que as respostas chegaram através da Direção de Relações Institucionais e Stakeholders da empresa, em setembro de 2016. Os dados referem-se ao período posterior à entrada de capital chinês na EDP, não estando balizados até 2015 por impossibilidade de a contagem ser feita dessa forma.

Em outubro de 2014, a EDP e a CTG inauguraram um centro de investigação, assinalando o arranque da cooperação tecnológica anunciada no início desse ano. O New Energy World (NEW), instalado em Sacavém, reúne competências da Labelec – Estudos, Desenvolvimento e Atividades Laboratoriais, subsidiária da EDP, e do Shanghai Investigation, Design & Research Institute, da CTG. A estrutura dedica-se a novas energias, assistência técnica mútua e ao apoio à participação conjunta em projetos internacionais desenvolvidos por outras entidades (EDP, 2014).

O então embaixador da RPC em Portugal, Huang Songfu, em 2014, afirmou que os investimentos chineses são “uma prova de amizade e de confiança política entre os dois países”. O diplomata referiu ainda o “modelo de cooperação muito importante” quando ambos, através de empresas, investem num terceiro país (Canal Macau, 2014). O exemplo mais concreto é o da Hydro Global Peru, constituída pela EDP e pela CTG, que pretende construir uma barragem no Peru. O projeto está orçado em 387 milhões de euros (Diário de Notícias, 2016).

Em fevereiro de 2012, foi a vez da State Grid (SG) se tornar parceira estratégica de longo prazo da Redes Energéticas Nacionais (REN), tendo investido numa participação de 25 por cento do capital social da empresa responsável pela gestão da rede elétrica e de gás natural em alta pressão. A operação concluiu-se em maio do mesmo ano, com o pagamento de 387,15 milhões de euros, por parte da empresa estatal chinesa (REN, 2012). No processo de privatização, a Oman Oil Company adquiriu 15 por cento da REN. A parceria estratégica entre a SG e a REN previa um acordo para acesso a financiamento no valor de mil milhões de euros. No relatório e contas referente a 2012 é possível constatar que o Banco para o Desenvolvimento da China (China Development Bank) concedeu 800 milhões de euros, em duas tranches (REN, 2012, p. 57). No relatório e contas de 2013 consta um crédito do Banco Industrial e Comercial da China (Industrial and Commercial Bank of China) de 160 milhões de euros, por cinco anos (REN, 2013, p. 67). Contudo, em 2015, o valor foi revisto para 120 milhões de euros e o período estendido até 2020 (REN, 2015). No relatório e contas de 2014 está um outro acordo para uma linha de financiamento do Banco da China (Bank of China), de 200 milhões de euros, por um prazo de cinco anos (REN, 2014, p. 75). Este também foi alterado, em meados de 2016, para 250 milhões de euros e até 2021 (REN, 2016).

A REN tem participações em empresas no mercado ibérico e em Moçambique. Além disso, detém de forma integral o capital social da Energia das Ondas (Enondas),

que recebeu do Estado português a concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar, em 2010 (REN)<sup>143</sup>.

O relatório e contas de 2013 indica que, nesse ano, a REN recebeu os primeiros dividendos da participação que detém na Hidroelétrica de Cahora Bassa, em Moçambique. Além disso, obteve a formalização do convite do Governo moçambicano para integrar o capital da Sociedade de Transporte de Electricidade, em parceria com a SG, a ESKOM da África do Sul e a Electricidade de Moçambique. O documento mostra também que foi assinado um acordo com o China Electric Power Research Institute (em representação da SG), para a constituição do centro de investigação e desenvolvimento R&D Nester, na área da energia, em Portugal, que contava com uma equipa de 14 colaboradores de nacionalidades portuguesa e chinesa. A REN estabeleceu ainda com a Jibei Electric Power Company, uma empresa da SG, um contrato de consultoria técnica relacionado com integração de energias eólicas na rede de transmissão na China (REN, 2013, pp. 9, 16, 17 e 92).

Em 2014, a REN assinou um contrato para o fornecimento de um transformador de potência para uma subestação com a Shandong Power Equipment Company (SPECO), empresa do grupo SG, no valor de cerca de 1,3 milhões de euros (REN, 2014, p. 383). Em 2015, foram adquiridos transformadores de potência para três subestações com a SPECO, por mais de três milhões de euros (REN, 2015, p. 399). Enquanto acionista, a SG designa membros para o Conselho de Administração da REN. De 2012 a 2015, foram sempre três, sendo que um ocupa as funções de vice-presidente. No entanto, à semelhança da EDP, não existiam cidadãos da RPC com funções executivas. Desde a privatização, Rui Cartaxo, Rui Vilar e Rodrigo Costa ocuparam o cargo de presidente executivo (REN, 2012; REN, 2013; REN, 2014; REN, 2015).

Sobre a formação de quadros chineses na REN, foram colocadas as mesmas questões respondidas pela EDP. No entanto, neste caso, a empresa não colaborou para a realização da presente dissertação.

Os investimentos no setor energético mostram que os bancos chineses são parte da estratégia, participando no financiamento tanto da EDP como da REN. A presença de instituições desta natureza também se faz notar, em Portugal, nos últimos anos. O Banco

---

<sup>143</sup> Em 2010, a Enondas recebeu do Estado português uma concessão para a produção de energia das ondas numa zona piloto, durante 45 anos. O acordo incluía a autorização para a implantação das infraestruturas e ligação à rede elétrica pública. A zona piloto engloba uma área de cerca de 320 km<sup>2</sup> e está situada perto de S. Pedro de Moel, entre a Figueira da Foz e a Nazaré (REN, s.d.).

da China, um dos quatro maiores bancos comerciais da RPC, abriu uma sucursal em Lisboa, no dia 1 de Julho de 2013 (Banco da China, 2013). Na Europa, a instituição já tinha e mantém operações no Reino Unido, na Rússia e na Hungria. Através de uma sucursal do Luxemburgo, continua a estar também presente na Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália, Polónia e Suécia (Banco da China, s.d.). Na cerimónia de inauguração da sucursal de Lisboa, o presidente da instituição, Tian Guoli, referiu que o banco pretendia “mais cooperação com a Europa, nomeadamente com Portugal e os países do Sul”. É também importante referir que a sucursal do Banco da China em Macau tem uma equipa dedicada aos países de língua portuguesa, com bilingues, que passaram por Portugal (Jornal Tribuna de Macau, 2015)<sup>144</sup>.

Outra presença chinesa no setor bancário português é registada quando o Novo Banco, o antigo Banco Espírito Santo (BES), vendeu a totalidade do capital social do BES Investimento (BESI) à sociedade financeira Haitong, por 379 milhões de euros, em 2014. O processo envolveu a instituição que detém o segundo maior banco de investimento da RPC (por valor de ativos totais e ativos líquidos) e ficou concluído em setembro de 2015 (Novo Banco, 2014; BESI, 2014, p. 23; Haitong, 2015, p. 1). Com este negócio, o grupo Haitong saiu, pela primeira vez, das fronteiras asiáticas, uma vez que, além de estar na RPC, só tinha presença em Macau, Hong Kong e Singapura. Além disso, herdou a presença do BESI, através de escritórios, em quatro continentes, via Brasil, Espanha, Estados Unidos, Índia, Irlanda, Malásia, México, Polónia e Reino Unido (Haitong, s.d.). Tal como a CTG na EDP e a SG na REN, o grupo Haitong – que alterou a denominação do BESI para Haitong Bank – manteve José Maria Ricciardi como presidente da comissão executiva, até dezembro de 2016<sup>145</sup>. A ambição da instituição passa por ser um dos “principais bancos de investimento do mundo” (Diário Económico, 2015).

O Banco Industrial e Comercial da China (ICBC na sigla inglesa), através da sucursal de Macau, também tem presença em Portugal, com um escritório de representação, instalado em 2012. Apesar de terem circulado notícias sobre um pedido para a abertura de uma sucursal, o Banco de Portugal nunca confirmou essa

---

<sup>144</sup> O Banco da China pretende “fortalecer a cooperação com os bancos dos países lusófonos” para promover a utilização do renminbi no comércio “entre a China e os países da língua portuguesa”. A instituição criou uma equipa de sete pessoas, das quais seis passaram por Portugal e são bilingues (Jornal Tribuna de Macau, 2015).

<sup>145</sup> Em dezembro de 2016, Ricciardi abandonou o cargo no Haitong, mas manteve-se como colaborador. Hiroki Miyazato, que também já estava na instituição, assumiu a liderança.



possibilidade, alegando ser uma informação sigilosa. A entrada do ICBC na Europa tem sido motivo de várias negociações. Por exemplo, em julho de 2015, foi assinado um Memorando de Entendimento com a Euronext para melhorar o acesso do banco chinês a mercados de capitais europeus, possibilitando o pagamento e liquidação em renminbi (Diário Económico, 2015).

É precisamente este aspeto que leva Rui Pereira a justificar o interesse da banca chinesa em Portugal, afirmando que existe a “pretensão de fazer com que o renminbi seja cada vez mais uma moeda de referência em termos de relações internacionais”. Miguel Santos Neves concorda e defende que o país é visto como um polo para a “promoção do renminbi como reserva internacional”. No entanto, o analista refere que a aposta no setor bancário, por parte de instituições da RPC, vai desacelerar, ao contrário do setor segurador. Neste âmbito, em janeiro de 2014, a sociedade de capital de risco Fosun ganhou a privatização da Caixa Seguros, garantindo a aquisição de 80 por cento da seguradora Fidelidade (com a possibilidade de mais cinco por cento, referente a ações reservadas para os trabalhadores), de 80 por cento da Multicare e de 80 por cento da Cares. A Caixa Geral de Depósitos recebeu cerca de mil milhões de euros pela operação concluída no mês seguinte (Longrun Portugal, 2014, p. 31)<sup>146</sup>. Só a Fidelidade tem uma forte presença no estrangeiro, dispondo de filiais e sucursais em Angola, Cabo Verde, Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Em junho de 2014, a Fosun também entrou na REN, ao adquirir uma participação de 3,948 por cento, através do pagamento de 56 milhões de euros (REN, 2014). A empresa chinesa reforçou a posição, passando a ter 4,94 por cento, em 2014, e 5,31 por cento, em 2015 (REN, 2014, p. 325; REN, 2015, p. 250). Ou seja, o capital chinês dominava cerca de 35 por cento da REN, em 2015. Enquanto a State Grid tinha 25 por cento, a China Three Gorges, através da EDP, detinha cinco por cento e a Fosun, via Fidelidade, possuía uma participação de 5,31 por cento.

Em novembro de 2014, a Fosun, por meio de uma oferta pública de aquisição também através da Fidelidade, garantiu 96 por cento do capital da Espírito Santo Saúde, transformando-a em Luz Saúde. A operação foi concluída com o pagamento de 460 milhões de euros (Fidelidade, 2014). Em outubro de 2016, a percentagem subiu para 98,7 por cento (Jornal de Negócios, 2016).

---

<sup>146</sup> A Longrun Portugal é uma empresa constituída pela Fosun.

Miguel Santos Neves (2016) explica que os investimentos chineses nos setores dos seguros e da saúde correspondem a uma ideia de “dominar produtos que possam responder à procura” da classe média e “preparar estas empresas, que serão sempre empresas estrangeiras na China, para quando houver abertura” no país. O investigador afirma que este é o grande “jogo de sombra chinesa”: por um lado, a RPC vai “controlar este processo de abertura ao investimento estrangeiro” e, por outro, “responder a necessidades do próprio mercado chinês com produtos de qualidade”.

Há ainda outros investimentos a envolver capital chinês em Portugal, no período que se estende a presente dissertação. Em 2012, a Huawei inaugurou um centro tecnológico, que correspondeu a um investimento de dez milhões de euros. A empresa chinesa de telecomunicações opera, em Portugal, desde 2004 (Jornal de Negócios, 2012)<sup>147</sup>. A empresa privada Wuhan Zhongye também está em Portugal. Em 2011, fixou-se em Oliveira de Azeméis, com um pequeno centro de corte de aço especial e máquinas à medida. No entanto, em 2014, foi anunciado um plano para alargar as operações através de um investimento de cerca de 27 milhões de euros. Até 2017, o objetivo passa por criar 60 postos de trabalho (Dinheiro Vivo, 2014)<sup>148</sup>.

A venda da Veolia Water Portugal, por parte de uma empresa espanhola, abriu as portas do mercado português e também europeu ao Beijing Enterprises Water Group, em março de 2013. O grupo chinês investiu um montante de 95 milhões de euros. A operação foi considerada a maior transação no setor de água, na Península Ibérica, desde 2009 (Público, 2013)<sup>149</sup>. No mesmo ano, a 360 Steel Materials, que resulta de uma parceria entre a siderúrgica Zhejiang Huadong e a Metal Rolo, investiu 13 milhões de euros na construção de uma unidade industrial na cidade de Ílhavo (Público, 2014)<sup>150</sup>. Fora de portas, em 2012, a Galp Energia vendeu 30 por cento da subsidiária Petrogal Brasil à Sinopec. O negócio foi fechado por 4,8 milhões de dólares (Público, 2012).

---

<sup>147</sup> Aquando da inauguração do centro tecnológico, a Huawei tinha cerca de uma centena de funcionários. Contudo, planeava contratar mais 50, dependendo da evolução do mercado nacional.

<sup>148</sup> O então vice-primeiro-ministro de Portugal, Paulo Portas, apresentou o plano da Wuhan Zhongye. Na altura, tratou-se do segundo maior investimento apoiado por um regime fiscal especial da AICEP.

<sup>149</sup> A Veolia Water Portugal opera, em Portugal, desde 1991, com negócios na gestão de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes. Quando foi adquirida pela Beijing Enterprises Water Group, tinha a gestão de quatro concessões, nos concelhos de Mafra, Ourém, Valongo e Paredes. Além disso, efetuava a prestação de serviços a empresas privadas e entidades municipais.

<sup>150</sup> O plano do investimento da 360 Steel Materials passava por criar 86 postos de trabalho.

A concessão de Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI) é outra forma de entrada de capital chinês em Portugal. O programa arrancou pela mão do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas. Desde 8 de outubro de 2012 até ao final de 2015, foram atribuídas 2788 ARI, totalizando um investimento de 169 mil milhões de euros. Os cidadãos chineses garantiram 2202 vistos, sendo que o investimento maioritário corresponde à aquisição de imóveis com um valor superior a 500 mil euros (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, s.d.). No entanto, o programa ficou marcado por um escândalo, envolvendo o antigo ministro português da Administração Interna, Miguel Macedo. A “Operação Labirinto” levou à detenção de 11 pessoas, em novembro de 2014, suspeitas de corrupção ativa e passiva, recebimento indevido de vantagem, prevaricação, peculato, abuso de poder e tráfico de influências (Observador, 2015)<sup>151</sup>.

Outros potenciais negócios não saíram das intenções. Foram os casos da aquisição do Novo Banco por parte dos grupos Fosun e Anbang, da Efacec pela State Grid ou do Banco Comercial Português (BCP) pelo ICBC. O Porto de Sines também é exemplo disso, mas o processo parece não estar esquecido, registando-se a visita do novo embaixador da RPC em Portugal, Cai Run, em outubro de 2015 (Setúbal na Rede, 2016). A infraestrutura, líder nacional na quantidade de mercadorias movimentadas, pode acolher todos os tipos de navios, encontra-se livre de pressões urbanas, tem capacidade de expansão a longo prazo, dispõe de acessibilidades terrestres adequadas para o tráfego atual e apresenta um plano de evolução rodoferroviário. Atualmente, é a principal porta de abastecimento energético do país (petróleo e derivados, carvão e gás natural), sendo que as autoridades responsáveis pela gestão afirmam o seu posicionamento como um importante porto de carga geral/contentorizada com elevado potencial de crescimento para ser uma referência ibérica, europeia e mundial. O Porto de Sines e a sua Zona Industrial e Logística de retaguarda têm mais de dois mil hectares (Porto de Sines, s.d.).

No período em análise na presente dissertação, é ainda importante mencionar que a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa tem registado um aumento significativo nos associados. De acordo com dados recolhidos junto do organismo, em 2005, existiam 134. Dez anos depois, o número ascendia a 245. Em 2012, surgiu a

---

<sup>151</sup> O despacho de acusação do antigo ministro Miguel Macedo foi citado pelo Observador, no dia 18 de novembro de 2015.

Associação de Jovens Empresários Portugal-China, que chegou a cerca de 200 membros diretos e 50 membros honorários, no final de 2015.

As consequências dos investimentos chineses na economia portuguesa merecem alguns comentários dos entrevistados. Duarte de Jesus (2016) considera que são “positivas” e não correspondem a “nenhuma ideia hegemónica chinesa relativamente à Europa”. Santana Carlos (2016) resume a opinião ao setor energético, onde a posição “tem sido correta”. Rui Pereira (2016) também acredita que “há mais razões para acreditar que é uma *win-win situation*”, referindo igualmente que a projeção de poder e influência “não é, claramente, o mais importante do ponto de vista chinês”. Contudo, Miguel Santos Neves (2016) defende que os investimentos chineses não tiveram “nenhum impacto nem nenhum benefício direto” porque não houve, praticamente, criação de emprego<sup>152</sup>, acesso a novos mercados ou transferência de tecnologia. No entanto, admite que “pode ser que isso venha a acontecer a longo prazo”. Para este analista, os processos são de fusões e aquisições, apresentando uma “enorme carga política”, mesmo se as empresas envolvidas não forem estatais, já que estão, “fortemente, condicionadas” pelo enquadramento interno da RPC. Ainda assim, representam um financiamento necessário para Portugal<sup>153</sup>.

Luís Amado (2016) nota que os investimentos chineses vão ao encontro de uma tendência registada em toda a Europa: não são criadores de emprego e também não estão ligados ao setor industrial, que “exige tempo, capital, estabilidade e visibilidade”, porque as empresas chinesas procuram projetos “consolidados”. Já Carmen Mendes (2015) coloca a questão na “ausência de competição estratégica” que Portugal representa para a China. Investir no país “não tem grandes riscos de passos dados em falso”, sublinha a académica.

As opiniões atrás expostas, assim como as características da entrada de capital proveniente da RPC em Portugal, enquadram-se em algumas análises realizadas. Um relatório do EU Asia Centre (2015, p. 3-4) sobre as tendências e implicações do investimento direto chinês na UE, da autoria de Jess Jia, indica que, no século XXI, existem três fases diferentes: pré-crise (2001-2008), crise (2009-2012) e pós-crise (2013-...). No primeiro momento, o investimento chinês era “insignificante”, estando fechado a alguns setores, como telecomunicações. No total, representava menos de um

---

<sup>152</sup> No final de 2011, mais de 1600 empresas estavam instaladas na UE, tendo criado cerca de 50 mil postos de trabalho (Wu, 2015, p. 136).

<sup>153</sup> Tanto a EDP como a REN garantiram empréstimos junto de instituições bancárias da China.

por cento do investimento direto estrangeiro na UE. Durante a crise financeira, ou seja, entre 2009 e 2012, as empresas chinesas concluíram vários negócios, uma vez que existia uma necessidade de liquidez na Europa. Alguns Estados passaram a “competir” pelo investimento, que chegou a áreas estratégicas como portos (Nápoles, em Itália, Pireu, na Grécia, e Antuérpia, na Bélgica) e antigos aeroportos militares (Parchim, na Alemanha). No pós-crise, os países europeus começaram a sair de uma situação financeira delicada, levando as empresas da RPC a procurar “novas oportunidades”. A partir de 2013, arrancaram as negociações sobre um acordo de investimento bilateral China-UE, de forma a facilitar a reciprocidade e a aumentar a transparência dos negócios.

É necessário referir que, entre 2000 e 2002, os projetos de investimento direto no estrangeiro tinham de ser analisados pelo Ministério do Comércio da RPC. Caso envolvessem recursos naturais e mais de 200 milhões de dólares americanos ou apenas mais de 50 milhões de dólares americanos, os processos teriam de passar pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma do Conselho de Estado (Shambaugh, 2013, p. 176).

Em julho de 2004, o Ministério do Comércio e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC lançaram as primeiras orientações para investimentos no estrangeiro, com os setores recomendados e um conjunto de 68 países “prioritários”. Em março de 2005, a lista foi atualizada com mais 28 nações e as aprovações foram simplificadas, nota David Shambaugh (2013, p. 176). Em 2011, foi lançado um novo conjunto de diretrizes, especificando áreas e indústrias preferenciais para investimento em 115 países. Energia, ambiente, seguros e saúde – onde empresas chinesas investiram em Portugal – eram setores indicados pelo Ministério do Comércio da RPC (MOFCOM, 2012).

Outro relatório sobre o investimento chinês na UE, do Serviço de Estudos do Parlamento Europeu, assinado por Laine Škoba (2014, p. 3), mostra que o investimento direto chinês na Europa “cresceu substancialmente”, a partir de 2008. De 2009 a 2010, o aumento foi de 102 por cento, uma vez que a crise das dívidas soberanas tornou o mercado europeu atrativo.

As fusões e aquisições são as formas “mais frequentes” de as empresas chinesas atuarem na Europa Ocidental, sendo que os recetores tradicionais são

Alemanha, França e Reino Unido. O investimento direto da RPC direciona-se para a obtenção de *know-how*, competitividade, participação de mercado, plataformas operacionais (portos, aeroportos, logística e transportes) e tecnologia. Para a China, a UE é um mercado “estável e previsível”. Uma tendência mais recente é a aposta no setor dos serviços, incluindo saúde, finanças, média, entretenimento e telecomunicações (Škoba, 2014, pp. 3-4). Esta visão é corroborada pelo relatório assinado por Jess Jia. Em primeiro lugar, as empresas europeias mantêm uma posição de liderança em termos de tecnologia, *know-how* e marcas, que as empresas chinesas não têm. A aquisição destes ativos intangíveis “vai ajudar as empresas chinesas a subirem na cadeia de valor” e, no mercado interno, a garantir clientes de classe média, que associam as marcas europeias a qualidade e segurança. Em segundo lugar, os mercados europeus têm aberto as portas aos investimentos chineses, ao contrário dos Estados Unidos, que continuam a “manter barreiras”. Em terceiro lugar, a China mantém um bom relacionamento bilateral com a UE e o novo acordo de investimento bilateral pode oferecer um “melhor acesso” a “médio e longo prazo”. Em quarto lugar, embora o mercado europeu ofereça uma menor taxa de retorno, “ainda é a primeira opção para muitos investidores chineses avessos ao risco” (Jia, 2015, p. 5).

Sobre o impacto do investimento chinês, existem visões sobre a necessidade de “regular” a entrada de capital da RPC, de forma a evitar, por um lado, o protecionismo e, por outro lado, os possíveis riscos que determinados investidores podem representar (Škoba, 2014, pp. 4-5). A questão das motivações políticas, enquadrada nos apoios estatais, é demonstrada pela existência de dois fundos: um estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e pelo Export Import Bank, ambos subordinados ao Conselho de Estado, e outro coordenado pelo Ministério da Economia e pelo Ministério do Comércio da RPC (Jia, 2015, p. 7).

Finalmente, importa detalhar os números do investimento direto chinês na UE. De acordo com o Ministério do Comércio da RPC, entre 2011 e 2015, o valor acumulado deveria chegar a 560 mil milhões de dólares americanos. Em 2020, ascenderá a um bilião de dólares americanos (Shambaugh, 2013, pp. 178-179). É necessário notar que, em muitos dados estatísticos do Ministério do Comércio da RPC, não constam os investimentos feitos por empresas chinesas através de Hong Kong. Os casos da EDP, REN e do Haitong Bank, em Portugal, são exemplo disso. Em 2005, o investimento direto chinês atingiu 12,26 mil milhões de dólares americanos. Dez anos

depois, o valor chegou a 118,02 mil milhões de dólares americanos (MOFCOM, 2006; MOFCOM, 2016).

Sobre a ideia de que a China está a “comprar a Europa”, Jess Jia (2015, p. 2) nota que o argumento é falso. Dando o exemplo de 2013, a investigadora explica que o investimento direto estrangeiro na UE se fixou em 327 mil milhões de euros. O capital chinês representava apenas sete mil milhões de euros.

Apesar de uma extensa descrição dos recentes investimentos chineses em Portugal, também existem casos de empresas portuguesas instaladas na RPC<sup>154</sup>. Em 2007, a Cimpor Chengtong Cement Corporation, participada da Cimpor, adquiriu 60 por cento do capital da Shandong Liuyuan, por cerca de dois milhões de euros (Jornal de Negócios, 2007). No ano seguinte, a cimenteira acordou a compra da totalidade da Liyang Dongfang Cement, por 25 milhões de euros (Jornal de Negócios, 2008). Em 2008, o empresário Vasco Pereira Coutinho investiu 15 milhões de dólares americanos numa fábrica de torrefação de café, em Macau (Diário Digital, 2008). Em 2013, a Salvador Caetano abriu uma unidade, em Dalian, numa parceria com a empresa chinesa Brilliance Auto Investment. O investimento atingiu oito milhões de euros. A Sodécia também escolheu a cidade portuária para aplicar 20 milhões de euros, numa linha de produção de peças de automóveis. Em 2014, a Sonae Sierra formalizou uma parceria com a CITIC Capital para o fornecimento de serviços de gestão de centros comerciais na RPC (Sonae Sierra, 2014).

---

<sup>154</sup> Até janeiro de 2014, o investimento direto português na China era assegurado por mais de 40 empresas (Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, 2014).

## Capítulo IV: Visões da Relação China-Portugal

### 1. Portugal no “Discurso” Oficial Chinês

Na presente dissertação, a análise da visão oficial do Governo chinês sobre Portugal é realizada com base na publicação anual *China's Foreign Affairs* do Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, que patenteia, entre outros temas, a perspetiva de Pequim sobre a situação internacional, a política externa e as suas relações bilaterais. Esta publicação será complementada por informação publicada na imprensa da China Continental, de Macau e de Portugal.

Na edição referente a 2005 (MNE da RPC, 2006, pp. 277-278), a relação bilateral sino-portuguesa é apresentada indicando que houve um “progresso significativo”, em resultado da assinatura da Parceria Estratégica Global. Concomitantemente, salienta que o intercâmbio e a cooperação entre os dois países, em vários campos, produziram “resultados frutíferos” e que as viagens de alto-nível foram “frequentes”. De facto, 2005 começou com a visita do presidente Jorge Sampaio à China, entre 11 e 17 de janeiro. A delegação portuguesa contava com mais de cem homens de negócios e foi a maior missão empresarial enviada por Portugal ao país<sup>155</sup> (Público, 2005). O chefe de Estado português reuniu-se com as três principais figuras da liderança chinesa, o seu homólogo Hu Jintao, o primeiro-ministro, Wen Jiabao, e o presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Wu Bangguo. De acordo com a publicação (MNE da RPC, 2006, pp. 277-278), os líderes chineses “enalteceram” o relacionamento entre os dois países e “expressaram a esperança de efetuarem esforços conjuntos com a parte portuguesa para aprofundar o intercâmbio e a cooperação no campo político, económico, cultural, educativo, científico e tecnológico, turístico, entre outros”<sup>156</sup>.

Esta visita terminou com um comunicado conjunto, que se destaca por ser o primeiro depois de as relações diplomáticas terem sido reatadas, em 1979. O presidente

---

<sup>155</sup> Esta foi a segunda visita de Jorge Sampaio a território chinês. A anterior tinha sido em 1997, durante o seu primeiro mandato.

<sup>156</sup> Durante a visita de Jorge Sampaio, em janeiro de 2005, a RPC e Portugal assinaram um novo Acordo de Cooperação Económica, substituindo um documento que vigorava desde 1982, e foi criado o Conselho Empresarial Luso-Chinês (Jornal de Negócios, 2005).



Jorge Sampaio evidenciou a “importância estratégica” da relação com a China e prometeu “maiores esforços para estreitar os laços bilaterais”, sobretudo nas áreas económicas, na cooperação comercial, no investimento e turismo.

Esta visita foi procedida pela deslocação oficial a Portugal do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, a Portugal, entre 9 e 10 de dezembro de 2005. Tratou-se da primeira visita de um primeiro-ministro chinês em 13 anos (Macauhub, 2005)<sup>157</sup>. Tal como a visita de Jorge Sampaio à China, esta deslocação do dirigente chinês tinha como objetivo aprofundar os laços de cooperação e entendimento entre os dois países, tendo sido durante a mesma assinada a Parceria Estratégica Global. Uma parceria, como anteriormente referimos, que elevava a relação bilateral com Portugal e que, no âmbito europeu, tinha apenas sido concedida a Reino Unido, França e Espanha.

Para Wen Jiabao, este acordo permitiria “expandir ainda mais” a relação com Portugal, “aprofundar a cooperação e o intercâmbio bilateral em várias áreas”, e “promover o crescimento contínuo, estável e saudável” das relações para “benefício das duas partes”. Por sua vez, o homólogo português José Sócrates reiterou o “compromisso” com a política de “uma só China” e declarou que o relacionamento sino-português estava no “topo das prioridades” de Portugal, esperando “expandir ainda mais a cooperação económica bilateral e os laços comerciais” (MNE da RPC, 2006, pp. 277-278).

Para além da Parceria Estratégica Global, foram assinados cinco acordos com vista a reforçar as relações “nas áreas económica, comercial, judicial, educacional e de saúde pública” (MNE da RPC, 2006, pp. 277-278). Durante a estadia de dois dias, o primeiro-ministro da RPC encontrou-se com dois altos líderes portugueses, o presidente Jorge Sampaio e o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, tendo participado ainda em dois seminários, um económico e outro sobre cooperação nas áreas da educação e da cultura.

Ao longo de 2005, outros responsáveis políticos dos dois países mantiveram vários encontros. Em setembro, o ministro português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, deslocou-se à China para participar no *International Risk Governance Council*. No mesmo mês, o vice-ministro da Educação da RPC, Zhang Xinsheng, liderou uma delegação até Portugal. Em outubro, seguiu-se o vice-presidente

---

<sup>157</sup> A última tinha sido do primeiro-ministro chinês, Li Peng, em 1992.

do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Zhou Tienong, que se encontrou com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

No sentido inverso, é de destacar, em setembro do mesmo ano, a deslocação do presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Manuel Fernando dos Santos Serra, para participar num congresso mundial de Direito. No plano militar, em novembro, o diretor de pessoal da Força Aérea Portuguesa, tenente-general Hélder Bernardo Rocha Martins, visitou a China. A negociação do Acordo de Extradicação, só ratificado dois anos depois, também decorreu em 2005.

Em termos económicos, a publicação oficial (MNE da RPC, 2006, pp. 277-278) refere que houve um “crescimento estável”, com um “aumento no volume comercial”. Portugal exportou “produtos competitivos”, como “moldes e madeiras coníferas”, ao passo que empresas chinesas fizeram “mais investimentos” no país, sem que sejam detalhados quais.

Como referimos anteriormente, as parcerias estratégicas definidas pela RPC pretendem desenvolver contextos favoráveis para as relações entre Pequim e países ou blocos. No ano em que a relação com Portugal fica marcada pela assinatura deste tipo de parceria, verificamos que se registaram viagens ao mais alto nível de responsáveis portugueses e chineses, as primeiras desde alguns anos. Além disso, ficou decidida a abertura do Consulado-Geral de Portugal em Xangai. Esta nova representação diplomática portuguesa em território chinês permitiu reforçar os contactos, potenciando novas formas de cooperação no futuro, ao nível económico, político, cultural, entre outras áreas. Em suma, é possível verificar que ambas as partes fizeram esforços para reforçar a relação e ter uma maior aproximação.

Na edição dedicada a 2006, o capítulo sobre Portugal (MNE da RPC, 2007, pp. 321-322) refere que os dois países dedicaram esforços para “reforçar e aprofundar” a Parceria Estratégica Global, tendo o intercâmbio e a cooperação em “todas as áreas” sido “frutíferos”, resultando ainda na “confiança política mútua”. De facto, voltou-se a assistir à “diplomacia de liderança”, evidenciada pelas visitas de alto nível em ambos os países. Em janeiro, o ministro da Defesa de Portugal, Luís Amado, visita a China para assinar um acordo de cooperação, sem que seja especificado o conteúdo do mesmo na publicação. De acordo com a Xinhua (2006), o governante português encontrou-se com o homólogo Cao Gangchuan, tendo ambos reafirmado a vontade da cooperação sino-

portuguesa ser ampliada. É importante referir que, no plano da Defesa, Lisboa apoia o fim ao embargo de armas da UE à RPC, que vigora desde os acontecimentos de Tiananmen, sendo que essa posição está bem expressa no texto da Parceria Estratégica Global.

Em março de 2006, o ministro da Informação da RPC, Wang Xudong, enquanto “representante especial” de Hu Jintao, marcou presença na tomada de posse de Aníbal Cavaco Silva, eleito presidente de Portugal. Em junho, seguiu-se a visita do vice-presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Wang Zhaoguo, que manteve encontros com Cavaco Silva, com o primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, e com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama<sup>158</sup>. Em maio, Zhang Jinan, do Secretariado do Comité Central do PCC, liderou uma comitiva de jovens do partido. O secretário com a área internacional do Partido Socialista (PS), José Lello, visitou a China, nesse mesmo mês. O Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, viajou a Portugal, em junho, reunindo-se com o presidente Cavaco Silva, com o primeiro-ministro, José Sócrates, com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Diogo Freitas do Amaral. Em agosto, o presidente da Assembleia Popular Nacional da RPC, Wu Bangguo, fez escala no Porto, tendo-se reunido com o presidente da Câmara Municipal da cidade, Rui Rio. Em setembro desse ano, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e o homólogo português, José Sócrates, encontraram-se à margem da 6.ª Cimeira da ASEM, em Helsínquia. O líder da RPC “elogiou as relações China-Portugal e expressou a prontidão da China em trabalhar com Portugal para alargar ainda mais” os laços bilaterais. Em novembro, Luís Amado, como sucessor de Freitas do Amaral, “troca ideias” sobre “questões de mútuo interesse” com o ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Li Zhaoxing, através de uma ligação telefónica. Nesse mês, o sub-reitor da Escola Central do PCC (organismo de formação de quadros do partido), Su Rong, participou no 15.º Congresso Nacional do PS. Em dezembro, o vice-ministro do Comité Central do PCC, Zhang Zhijun, liderou uma comitiva que participou no 7.º Congresso do Partido Socialista Europeu, realizado no Porto.

---

<sup>158</sup> A visita de Wang Zhaoguo ficou marcada pelo apelo às autoridades de Lisboa, no sentido de haver mais investimento português além de Macau, em “antigas zonas industriais do nordeste” e áreas “menos desenvolvidas do noroeste” da China. Também foi abordada uma visita do primeiro-ministro português, José Sócrates, à RPC “no horizonte de um ano” (Diário Digital, 2006).

Os laços comerciais entre a China e Portugal mantiveram-se igualmente “dinâmicos”. Em abril de 2006, Lisboa recebeu o segundo Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A primeira edição desta iniciativa, realizada no âmbito do Fórum Macau e de forma rotativa nos Estados-membros, foi organizada um ano antes em Angola. Entre 2005 e 2015, mais de quatro mil empresários oriundos da China e dos Estados lusófonos participaram nos vários encontros, contribuindo para a realização de mais de 3100 bolsas de contato, em vários domínios: infraestruturas, serviços financeiros, imobiliário, produtos alimentares, agricultura, turismo, energia, comércio e proteção ambiental. No total, foram celebrados 94 protocolos de cooperação (Portal para a Cooperação na Área Económica, 2016).

Acresce ainda que os “exércitos, partidos políticos e Governos locais” dos dois países ampliaram igualmente a cooperação e intercâmbios. A abertura do Consulado-Geral de Portugal em Xangai, evidenciada no livro branco sobre 2006 (MNE da RPC, 2007, p. 56), mostra o acordo entre os Estados para fomentar o desenvolvimento das relações comerciais, económicas, culturais e científicas, na maior cidade chinesa, que tem a principal praça financeira do país e um dos portos mais movimentados do mundo. As funções consulares têm também uma dimensão de informar todos os interessados, por meios lícitos, sobre as condições e a evolução do contexto do Estado recetor e, em concreto, da área a que se refere. Sendo Xangai um município (*zhixiashi*) com uma das maiores áreas metropolitanas do mundo, reveste-se de enorme importância a abertura deste posto consular de Portugal.

Na edição que se debruça sobre 2007 (MNE da RPC, 2008, pp. 236-237), é possível constatar que a China refere que as relações sino-portuguesas continuaram a “manter um bom momento de crescimento”, através da “cooperação proveitosa com benefício mútuo em vários campos” e o “enriquecimento” da Parceria Estratégica Global. As visitas de alto nível foram “frequentes”, com destaque para a viagem à China do primeiro-ministro, José Sócrates, entre 30 de janeiro e 3 de fevereiro de 2007, que levou uma comitiva com cerca de 70 empresários portugueses. O líder do Governo de Lisboa manteve encontros com o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e com o presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Wu Bangguo. Os dois países expressaram “esperança” em reforçar a cooperação, em áreas como “política, economia, comércio, justiça, cultura, ciência, tecnologia e educação” (MNE

da RPC, 2008, pp. 236). Como já foi referido anteriormente, esta visita serviu ainda para assinar um Acordo de Extradução<sup>159</sup>. Para além disso, foi ratificado um Memorando de Entendimento sobre cooperação financeira, que previa a criação de uma linha de crédito de 300 milhões de euros, para apoiar as exportações portuguesas para a RPC.

Em março de 2007, o membro do Comité Permanente do Politburo do PCC, Li Changchun, fez escala em Portugal, a caminho de uma visita a quatro países da América Latina (México, Venezuela, Suriname e Peru), tendo-se encontrado com o primeiro-ministro José Sócrates. Sendo um alto representante do poder de Pequim, importa salientar que Li Changchun afirmou que a China estava pronta a elevar a Parceria Estratégica Global a um “novo nível” (Xinhua, 2007).

Em setembro do mesmo ano, um elemento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, Qiao Zonghuai, teve reuniões com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, João Cravinho, e com o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, em Portugal. No mesmo mês, a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, visitou a China com uma delegação que incluiu representantes dos setores de portos, telecomunicações e construção. Em Pequim, foi assinado um Memorando de Entendimento nos campos de hidrovias, transporte rodoviário e infraestruturas. A viagem ficou também marcada pelo enfoque no sector marítimo-portuário, já que foi assinado um protocolo de colaboração entre o Porto de Sines e o Porto de Tianjin.

Em outubro de 2007, Portugal organizou a terceira sessão do Diálogo Estratégico China-Europa. O então presidente da Câmara Municipal de Lisboa<sup>160</sup>, António Costa, visitou Pequim e assinou com as autoridades da capital chinesa um acordo-quadro, que visava “promover a prosperidade e o desenvolvimento comum”. Além disso, previa a cooperação entre as duas cidades, em áreas como “economia, comércio, ciência e tecnologia, cultura, educação, desporto, saúde, qualificação do pessoal, entre outras” (RTP, 2007).

No mesmo ano foi acordada a abertura do segundo Instituto Confúcio, em Portugal. Inaugurado em 2008, ficou sediado na Universidade de Lisboa. Este instituto

---

<sup>159</sup> Em 2007, a França também subscreveu um acordo semelhante.

<sup>160</sup> Lisboa está geminada com Pequim. No total, 24 cidades portuguesas e chinesas têm acordos de gemação (Associação Nacional de Municípios Portugueses, s.d.).

representa um instrumento do *soft power* chinês, através do qual a língua e cultura chinesa são promovidas, apoiando a projeção da imagem do país no exterior.

Na edição dedicada a 2008 (MNE da RPC, 2009, pp. 262-264), as relações sino-portuguesas, consubstanciadas através da Parceria Estratégica Global, são apresentadas como tendo um “desenvolvimento estável”. A situação interna de Portugal (MNE da RPC, 2009, pp. 11-12) é destacada pela “recessão” económica e pelo registo de “problemas sociais”. No entanto, como a palavra chinesa para crise (*wei ji*) representa risco, mas também oportunidade, a situação portuguesa viria a ser positiva para a estratégia *going out* em Portugal e para o reforço das relações sino-portuguesas.

A principal visita de um membro da hierarquia de poder da RPC deu-se entre 20 e 23 de setembro de 2008, com o vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wang Gang, a manter encontros com José Sócrates. No total, mais de 20 responsáveis políticos chineses, com nível superior a vice-ministro, viajaram até Portugal, liderando comitivas em que estiveram incluídos, por exemplo, o presidente da Comissão Reguladora de Seguros da China, Wu Dingfu, e o presidente da Direção de Supervisão das Empresas Estatais, Yan Keqing. Como já indicámos anteriormente, os investimentos chineses verificados durante a crise financeira portuguesa acabariam por abranger o setor segurador e também várias empresas estatais chinesas.

Em maio de 2008, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Luís António Nascimento, visitou a China. Por seu turno, o diretor-geral do Departamento de Assuntos Europeus do MNE da RPC, Li Ruiyu, deslocou-se a Portugal para uma ronda de consultas. No mesmo mês, no sentido inverso, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, João Gomes Cravinho, reuniu-se com responsáveis do MNE chinês. Em agosto, o ministro português da Presidência, Pedro Silva Pereira, assistiu à cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim. Graças a este evento e também aos Jogos Paralímpicos, o número de líderes estrangeiros que se deslocaram à China, em 2008, ultrapassou a barreira dos 140 (MNE da RPC, 2009, pp. 36-37 e 263). Em outubro, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, Yang Jiechi e Luís Amado, reuniram-se à margem da 7.<sup>a</sup> Cimeira da ASEM, tendo expressado que “o progresso das relações bilaterais” e expressaram a vontade de “reforçar a cooperação mútua benéfica em vários campos” (MNE da RPC, 2009, pp. 263-264).

O comércio bilateral entre a RPC e Portugal registou um “crescimento constante”, em 2008. Seis projetos portugueses na China totalizaram um investimento de 3,16 milhões de dólares americanos. O grupo Nam Kwong estabeleceu uma plataforma logística para produtos chineses, em Portugal, virada para o mercado atlântico. A China UnionPay também começou a efetuar transações no país, que, pela primeira vez, passou a ter uma ligação direta naval com a China (MNE da RPC, 2009, pp. 263-264).

As consequências graves do sismo de 2008 na província de Sichuan levou a presidência e o Governo de Portugal a apresentar condolências e a oferecer assistência. A Assembleia da República aprovou igualmente uma resolução para expressar pesar e apelou à ajuda internacional. Entre os milhares de mortos, não houve registo de qualquer vítima portuguesa (MNE da RPC, 2009, p. 263).

Na edição de 2009 (MNE da RPC, 2010, p. 163), o Governo chinês nota que os dois países “aprofundaram a relação” tendo por base a Parceria Estratégica Global. O 30.º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal foi assinalado com os líderes a trocarem mensagens de congratulações e os dois ministérios dos Negócios Estrangeiros a realizarem exposições históricas. A Associação de Amizade do Povo Chinês com os Países Estrangeiros organizou uma receção oficial para comemorar a data.

Em janeiro de 2009, o ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Yang Jiechi, visitou Portugal, reunindo-se com o presidente de Portugal, Cavaco Silva, com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, com o primeiro-ministro, José Sócrates, e com o homólogo Luís Amado. As duas partes “elogiaram muito as relações China-Portugal” e “expressaram vontade para aproveitar a celebração do 30.º aniversário das relações diplomáticas para promover o desenvolvimento” da Parceria Estratégica Global (MNE da RPC, 2010, p. 163). Em setembro, o Diretor Geral de Política Externa, Nuno Brito, visitou a China.

Os organismos legislativos continuaram a manter “comunicações estreitas”. Em maio, o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, deslocou-se à RPC, tendo mantido encontros com o presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Wu Bangguo, e com o presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin. Durante a visita, os responsáveis expressaram a “vontade

na promoção do desenvolvimento aprofundado das relações” entre os parlamentos (MNE da RPC, 2010, p. 163).

A “boa” cooperação económica e comercial marcou 2009. Em julho, o ministro chinês do Comércio, Chen Deming, liderou uma delegação até Portugal, onde foi realizado o Fórum de Cooperação Económica e Feira Empresarial. No total, foram celebrados dez acordos entre os Governos e empresas, envolvendo áreas como “eletrónica, produtos agrícolas, energias renováveis e logística” (MNE da RPC, 2010, p. 163).

Os dois países também registaram “avanços” nas cooperações ligadas aos setores culturais, educativos e jurídicos. A Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin e a Universidade de Lisboa estabeleceram um acordo de cooperação interescolar e de intercâmbio de estudantes e professores. O juiz do Tribunal de Última Instância Popular da China, Zhang Jiannan, e o vice-procurador do Ministério Público Popular da China, Zhang Gengxian, visitaram Portugal, enquanto o ministro da Justiça de Portugal, Alberto Costa, deslocou-se à RPC (MNE da RPC, 2010, p. 163).

Os intercâmbios e as cooperações militares entre os dois países passaram a ser “cada vez mais estreitos”, em 2009. Da parte da China, em junho, o Comissário Político da Força Aérea do Exército Popular de Libertação da RPC, general Deng Changyou, chefiou uma delegação que participou numa audiência com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Luís Araújo, e numa apresentação sobre a estrutura e organização da Força Área Portuguesa, deslocando-se ainda à Base Aérea do Montijo (Força Aérea Portuguesa, 2009). Em novembro, o general Luís Araújo marcou presença no 60.º aniversário da Força Aérea Chinesa, marcando ainda presença num fórum sobre paz e desenvolvimento com representantes militares de mais de 30 países (MNE da RPC, 2010, p. 163; Jornal Tribuna de Macau, 2009).

Na edição dedicada a 2010 (MNE da RPC, 2011, pp. 272-274), a Parceria Estratégica Global é caracterizada pelo ritmo de crescimento “constante com resultados positivos”. No enquadramento das relações com a UE (MNE da RPC, 2011, pp. 11-12), Portugal aparece como um local de protestos, na sequência da crise das dívidas soberanas, que atingiu vários Estados-membros e levou as agências de notação financeira a cortar o *rating* do país.



O ano de 2010 fica marcado pela visita a Portugal do presidente da RPC, Hu Jintao. Na perspetiva apresentada pela publicação *China's Foreign Affairs*, abriu-se uma “nova fase histórica” nas relações sino-portuguesas, com o reforço da Parceria Estratégica Global. Entre 6 e 7 de novembro, Hu Jintao manteve encontros com o homólogo Aníbal Cavaco Silva, com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e com o primeiro-ministro, José Sócrates. Os vários temas abordados abrangeram o “reforço da comunicação e da coordenação na ONU e noutras instituições multilaterais”, o “combate aos desafios globais” e a “promoção da paz mundial e do desenvolvimento” (MNE da RPC, 2011, p. 272-273).

A versão oficial chinesa é um pouco vaga sobre o conteúdo da viagem, mas na imprensa é possível verificar algumas declarações que marcaram a viagem. No encontro com Cavaco Silva, Hu Jintao afirmou que tanto a China como Portugal são civilizações antigas, que contribuíram para o progresso humano. A solução harmoniosa da questão de Macau foi um exemplo para outras nações que lidam com disputas históricas pendentes. O presidente da RPC também referiu que os dois países não tinham conflitos de interesses (China Daily, 2010).

Importa ainda referir que, antes da deslocação, já o então embaixador da China em Portugal tinha avançado que a visita de Hu Jintao iria dar um grande impulso às relações bilaterais, com o líder da RPC a pretender reforçar a cooperação sino-portuguesa nos sectores da tecnologia e das energias renováveis, assim como aprofundar as relações políticas, económicas, culturais e na área da educação. Hu Jintao visitou Portugal acompanhado de diversos membros do Governo chinês e de uma comitiva de 50 empresários, tendo esta viagem sido precedida de uma deslocação a França. Na imprensa chinesa e portuguesa relatava-se que o líder da RPC iria apoiar uma saída para a crise da dívida soberana portuguesa<sup>161</sup> (Jornal de Notícias, 2010; Diário do Povo, 2010).

A importância da visita de Hu Jintao surge associada a vários aspetos. Do ponto de vista simbólico, há 11 anos que um chefe de Estado da China não viajava até Portugal. Do ponto de vista político-diplomático, ficou expresso um desejo de elevar a Parceria Estratégica Global sino-portuguesa, que tinha sido assinada em 2005 e estava numa fase de construção, sem muitos resultados à vista. Do ponto de vista económico,

---

<sup>161</sup> Na altura, as reservas cambiais chinesas totalizavam 2,65 biliões de dólares americanos (Jornal de Notícias, 2010; Diário do Povo, 2010).

existiam inúmeras oportunidades para as empresas estatais e privadas da China em Portugal, já que o Governo de José Sócrates defendia, no Programa de Estabilidade e Crescimento até 2013, um amplo plano de privatizações que abrangia a venda de parte das participações públicas detidas na EDP, na Galp e na REN, bem como a privatização da TAP, dos CTT e da área seguradora da Caixa Geral de Depósitos (Diário de Notícias, 2010).

Esta visita de Hu Jintao terminou com a assinatura de vários acordos, em áreas como economia, comércio, cultura, turismo, energia e banca. Entre estes destacam-se: Memorando de Entendimento entre o Banco Comercial e Industrial da China e o BCP; Acordo de Cooperação Estratégica entre a Portugal Telecom e a Huawei; Acordo de Cooperação entre a EDP e a China Power Investment Corporation (CPI); Acordo-Quadro de Cooperação entre o Banco Português de Investimento (BPI) e o Banco da China; Memorando de Entendimento entre a Zapp.pt e a ZTE; Acordo de Cooperação Estratégica entre o grupo Temple e o Grupo Bailian China; Acordo de Intenções de Cooperação entre a Servitécnica e a Impex-Europeia com a cidade de Foshan; Contrato de Exportação entre a Fisipe, Fibras Sintéticas de Portugal SA, e a Corporação Nacional de Fibras Químicas da China; Contrato de Intenções de Exportação de mármore entre a Dimpomar Rochas Portuguesas e a Corporação Nacional de Importação e Exportação de Produtos da Indústria Ligeira da China (Embaixada da RPC em Portugal, 2010). Os acordos tinham um valor mil milhões de dólares e, no final da visita, Hu Jintao referiu que a China estava disposta a “tomar medidas concretas para ajudar Portugal a enfrentar a crise financeira global” (China Daily, 2010).

Durante 2010, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, e o ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, José António Vieira da Silva, visitaram a RPC. Noutros encontros, sem a presença dos principais dirigentes, destaca-se a sétima reunião da Comissão Mista Económica e Comercial China-Portugal, em maio, que decorreu em Lisboa, onde estiveram em discussão novas formas de “promover a cooperação” (MNE da RPC, 2011, p. 273).

Dentro do quadro de análise das relações bilaterais China-Portugal, a partir de Macau, José Sócrates, representando Portugal, participou na III Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de

Língua Portuguesa, organizada em novembro de 2010. A RPC esteve representada ao mais alto-nível pelo primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao.

Todavia nem tudo decorreu de forma positiva em 2010, salientando-se o incidente com o Navio-Escola Sagres, que depois de aportar em Xangai foi impedido de parar em Macau, por se tratar de uma embarcação de guerra e pelo facto de o território não ter competências em matéria de defesa e política externa<sup>162</sup>. A visita de Hu Jintao também ficou marcada por um protesto da Amnistia Internacional contra “os inúmeros detidos na República Popular da China, por delito de opinião” e o Bloco de Esquerda recusou-se a estar presente na sessão parlamentar de receção ao presidente chinês (Público, 2010).

Na edição que expõe os desenvolvimentos da relação sino-portuguesa em 2011 (MNE da RPC, 2012, pp. 239-240), a Parceria Estratégica Global é caracterizada através da sua consolidação “de forma constante e relativamente rápida”. São feitas também considerações sobre a economia portuguesa, incluídas no relacionamento da RPC com os Estados europeus. A publicação (MNE da RPC, 2012, p. 9) expõe que a crise das dívidas soberanas se tornou “mais severa”, com impacto nos campos económico, político e social. Portugal, que elegeu um novo Governo, viu a economia “contrair”. Neste ano de 2011, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC faz questão de mencionar que o comércio com os 27 países da UE superou 567.213 milhões de dólares americanos, ou seja, mais 18,3 por cento do que em 2010. A UE foi o “principal parceiro comercial, mercado de exportações e fonte de tecnologia e importações” da China (MNE da RPC, 2012, p. 49).

Entre 27 e 30 de março de 2011, a vice-presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Uyunqimg, visitou Portugal, tendo-se reunido com o presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, e a vice-presidente Teresa Caeiro. Além disso, teve reuniões com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas do parlamento português. No mesmo mês de março, o vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e primeiro Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, foi galardoado com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito de Portugal. No mês seguinte, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho, visitou a China para uma ronda de consultas e encontrou-se com

---

<sup>162</sup> Esta proibição não é referida na publicação anual do MNE da RPC, mas esteve em destaque em toda a imprensa portuguesa (Visão, 2010).

o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Fu Ying. Em maio, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, esteve em Macau, onde assistiu à assinatura de um protocolo de cooperação entre o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Universidade de Macau.

Depois de o novo Governo português entrar em funções, o vice-ministro do Comércio da RPC, Jiang Yaoping, liderou uma delegação a Portugal, que contou com a presença do secretário para a Economia e Finanças da RAEM, Francis Tam. Durante a viagem, organizada em junho, foi mantido um encontro com o novo ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira. Em agosto, foi o vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Huang Mengfu, a viajar até Portugal. O responsável manteve conversações com o presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, Alberto Martins, com a secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, e com membros da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Em setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Yang Jiechi, e o homólogo de Portugal, Paulo Portas, encontraram-se à margem da 66.<sup>a</sup> sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, trocando “visões sobre as relações bilaterais e assuntos de ordem regional e internacional de mútuo interesse”<sup>163</sup> (MNE da RPC, 2012, p. 239). Em novembro, o ministro dos Transportes da RPC, Li Shenglin, visitou Portugal, mais concretamente o Porto de Sines. O livro branco do MNE chinês (MNE da RPC, 2012, pp. 239-240) indica apenas a deslocação do governante da RPC, mas não especifica detalhes do programa. A informação na imprensa também é quase inexistente, sendo apenas possível constatar que a agenda de Li Shanglin terá passado pelo Terminal XXI e a Zona de Atividades Logísticas. As autoridades de Lisboa, que foram representadas pelo secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, apresentaram os planos de expansão para o Porto de Sines, que passavam pela construção de um segundo terminal de contentores (Transportes & Negócios, 2011).

A nível militar, o ano de 2011 fica marcado pela visita à China do Chefe do Estado-Maior do Exército, general José Luís Pinto Ramalho, em junho, tendo-se

---

<sup>163</sup> O ministro chinês Yang Jiechi referiu a Paulo Portas que as relações bilaterais entre a RPC e Portugal têm um “grande potencial” de desenvolvimento. O ministro português notou que Lisboa pretendia “reforçar” o relacionamento e indicou que há vontade em avançar para a cooperação com a China em alguns países, tendo por base os históricos contactos em África e na América do Sul (Embaixada da RPC na Irlanda, 2011).

encontrado com o ministro da Defesa e membro da Comissão Militar Central do PCC, general Liang Guanglie, que sobre as relações entre os exércitos dos dois países afirmou que os intercâmbios ao nível de exercícios e no ramo das ciências militares aumentaram (Diário do Povo, 2011).

Na edição dedicada a 2012 (MNE da RPC, 2013, pp. 248-250), Pequim nota a “manutenção do crescimento estável e rápido” da Parceria Estratégica Global. Contudo, não é feita qualquer descrição da escala do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, na ilha Terceira, que se fez acompanhar por uma comitiva de mais de 100 pessoas, incluindo seis ministros da RPC, em junho<sup>164</sup>. No mesmo mês, o vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e primeiro Chefe do Executivo da RAEM, Edmund Ho, visitou Portugal, mantendo encontros com o presidente do país, Cavaco Silva, e com o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, nos quais trocou visões sobre as relações económicas e comerciais. Igualmente em junho, o ministro da Ciência e Tecnologia e vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wan Gang, também se deslocou a Portugal, onde se reuniu com o homólogo português, Nuno Crato, e com Passos Coelho.

Entre 30 de junho e 8 de julho, o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Paulo Portas<sup>165</sup>, viajou até à China, com uma comitiva de mais de 50 empresários dos setores da indústria agroalimentar, banca, logística, energia e tecnologias de informação – a maior delegação lusa em cinco anos. Paulo Portas manteve encontros oficiais com o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, com o ministro do Comércio, Chen Deming, com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi, e com o presidente da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais, Wang Yong.

A nível oficial, a publicação *China's Foreign Affairs* não oferece detalhes sobre as reuniões. Na página da internet do MNE da RPC é apenas identificada a visita do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e o encontro com o seu homólogo chinês. Sobre a relação bilateral, Yang Jiechi salientou que a China e Portugal são “bons amigos”, com relações em que pontificava a “confiança mútua” e um desenvolvimento

---

<sup>164</sup> O primeiro-ministro chinês foi recebido pelo secretário regional do Ambiente e do Mar, em representação do presidente do Governo dos Açores, Carlos César, e visitou Angra do Heroísmo. A escala foi realizada por Wen Jiabao quando se deslocava do Chile para a China (Governo dos Açores, 2012).

<sup>165</sup> A visita de Paulo Portas correspondeu também à “rutura” em relação ao afastamento que existia entre o PCC e o Partido Popular (CDS-PP).

com “esforços conjuntos”. Por sua vez, Paulo Portas referiu a “prioridade diplomática” de Lisboa em relação à China, convidou “mais empresas chinesas a investir em Portugal”, prometendo “promover a Parceria Estratégica Global bilateral e o desenvolvimento abrangente dos laços UE-China” (MNE da RPC, 2012).

No mesmo mês de julho, o ministro das Finanças de Portugal, Vítor Gaspar, na sua deslocação à RPC, reuniu-se com o homólogo chinês Xie Xuren. A breve estadia de apenas 24 horas coincidiu com a presença de Paulo Portas e contou na comitiva com a secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, que tinha estado, em junho, na China. De acordo com a responsável, a nova visita fazia parte do programa do Governo português para retomar os contactos com os investidores na dívida portuguesa e informá-los sobre os desenvolvimentos recentes do país. Na altura, Maria Luís Albuquerque salientou que a China era um “investidor relevante” (Jornal de Negócios, 2012).

Ainda a nível político, a publicação anual do MNE da RPC refere que o Partido Comunista Português (PCP) e o PS enviaram cartas de felicitações aquando da eleição de Xi Jinping como novo secretário-geral do PCC. Mais tarde, como indicámos anteriormente, o responsável assumiu o cargo de presidente da RPC.

Sobre 2012 são também evidenciados os “novos progressos” em termos “práticos” na cooperação bilateral, já que as empresas chinesas desempenharam um papel ativo na privatização de empresas estatais portuguesas (MNE da RPC, 2013, pp. 248-250). Perante as dificuldades, e tendo em conta que a crise se traduziu numa oportunidade, foram feitas as aquisições de participações de capital social da EDP pela China Three Gorges e da REN pela State Grid. O centro tecnológico da Huawei, que representou um investimento de dez milhões de euros, também é exposto na publicação chinesa.

É importante referir como a edição chinesa evidencia os “esforços efetivos” de investimento pelas empresas chinesas, enquadrados na política *going out*, em diversos países, em 2012. Dentro dos exemplos apresentados destacam-se os processos de aquisição da Weetabix do Reino Unido pela Shanghai Bright Dairy & Food – o maior investimento chinês na área alimentar –, da Heathrow Airport Holdings pela China Investment Corporation e da cimenteira alemã Putzmeister pelo Sany Group. O MNE chinês aponta que os investimentos na UE (excetuando de carácter financeiro)

ascenderam a 3,41 mil milhões de dólares americanos, em 2012. Em contrapartida, os Estados-membros europeus tinham 1698 projetos na China, no valor de 6,11 mil milhões de dólares americanos (MNE da RPC, 2013, p. 49).

A nível militar, e regressando à relação China-Portugal, uma delegação da RPC chefiada pelo vice-Chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação Popular, general Hou Shusen, esteve em Portugal, entre 4 e 8 de dezembro. No intercâmbio em Portugal, destacam-se a reunião de trabalho com o Estado-Maior General das Forças Armadas, as audiências com o ministro da Defesa Nacional, José Pedro Aguiar-Branco, e com o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Luís Araújo, e a visita à Academia Militar (Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, s.d.).

O ano de 2012 terminou com as primeiras emissões da Rádio Internacional da China, em Portugal, em dezembro. Este meio estatal chinês de difusão internacional foi fundado no dia 3 de dezembro de 1941, tendo como objetivo “apresentar a China ao mundo e vice-versa, assim como aumentar a compreensão e a amizade entre os povos da China e de outros países”. A transmissão de programas é feita em 61 idiomas e o tempo diário de transmissão acumulado ultrapassa as 1520 horas (Rádio Internacional da China, s.d.).

Na edição dedicada a 2013 (MNE da RPC, 2014, pp. 172), Pequim sublinha que a Parceira Estratégica Global “continua a ser aprofundada” e que a comunicação entre os vários níveis da hierarquia da RPC e de Portugal “estreitou-se”. De facto, esse aprofundamento é visível pelo nível das visitas de responsáveis dos dois países. Do lado chinês, como suprarreferimos, com a liderança de Hu Jintao (2003-2013) houve um aumento das viagens institucionais ao estrangeiro. É também, neste período, que diversas formas de parcerias estratégicas são estabelecidas, correspondendo a um maior engajamento internacional de Pequim, alicerçado tanto no *soft power* como numa forte diplomacia económica.

De Portugal também se assistiu a iniciativas de reforço nas áreas de cooperação, iniciadas com a presença da ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, na reunião sobre cooperação agrícola entre a China e os países do sul da Europa, em fevereiro de 2013. Na sua agenda, tinha vários dossiês de captação de investimento e aumento das exportações portuguesas para a China, salientando-se a

captação de investimento chinês para o Alqueva e o desbloqueio das exportações portuguesas de produtos laticínios e carne de porco (Expresso, 2013; TVI, 2013).

No mesmo mês, o ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, reuniu-se com o ministro da Ciência e Tecnologia e também vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Wan Gang, na China. Um ano antes, os dois responsáveis tinham discutido, numa reunião em Portugal, a cooperação científica bilateral, envolvendo empresas, universidades e centros de investigação. Nesta visita à RPC, faziam parte da sua comitiva representantes do Instituto Superior Técnico, da Universidade Nova de Lisboa, do Centro de Ciências do Mar (Universidade do Algarve), do Instituto de Engenharia Biomédica e do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia (Expresso, 2013). Um dos resultados da cooperação científica foi a criação, durante a estadia de Nuno Crato na China, do Centro de Inovação Conjunto em Materiais Avançados Portugal-China. O organismo, sediado na Universidade de Zhejiang, tem como objetivo fortalecer as atividades de investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia. O primeiro concurso-piloto abrangeu projetos colaborativos nas áreas de biomateriais, nanotecnologias e nanomateriais, materiais sustentáveis e materiais para a energia (Centro de Inovação Conjunto em Materiais Avançados Portugal, 2015). A publicação do MNE da RPC (2014, pp. 172) destaca ainda, na área da cooperação tecnológica em 2013, a assinatura de um protocolo de colaboração inédito entre a empresa portuguesa Technophage e o Instituto de Matéria Médica de Xangai, que são parceiros nos estudos de uma nova molécula para o tratamento da artrite reumatóide.

Enquadrado nas relações China-Portugal através de Macau, em novembro de 2013, o vice-primeiro-ministro de Portugal, Paulo Portas, representou o país na IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa, na RAEM, e reuniu-se com o vice-primeiro ministro da RPC, Wong Yang. De acordo com o Governo chinês (MNE da RPC, 2014, pp. 172), neste período chegou-se a um “consenso importante sobre as relações bilaterais e a cooperação pragmática em diversas áreas”, embora sem especificar quais.

As relações entre o PCC e os partidos portugueses também registaram “novos avanços”, com visitas de vários representantes à China. De referir que, entre 18 e 19 de maio desse ano, o presidente da Associação de Diplomacia Pública da China e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Li Zhaoxing, foi o principal convidado do



“Concelho de Estado”, um projeto pioneiro municipal de Arcos de Valdevez para reflexão e homenagem a figuras e estadistas de referência. A edição 2013 tinha como tema principal “A China e o Mundo”, debruçando-se sobre o posicionamento de Pequim nas relações internacionais, numa altura em que o relacionamento com Portugal tinha atingido uma nova fase, devido aos investimentos. Todo o programa cultural da iniciativa foi dedicado à China, com concertos, exposições, cinema e artes marciais chinesas (Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013).

A nível das forças armadas dos dois países continuou-se o ritmo anterior de contactos. Em abril, o vice-chefe da Frota do Mar da China Meridional, almirante Li Xiaoyan, esteve em Portugal, reunindo-se com o Chefe do Estado-Maior da Armada de Portugal, almirante José Saldanha Lopes. A viagem – apenas a segunda de uma frota militar chinesa a território português – insere-se na diplomacia militar de Pequim, tendo sido organizada como parte de várias visitas, que levaram a armada da RPC a Malta, Argélia, Marrocos e França. Na deslocação, Li Xiaoyan informou as autoridades de Lisboa sobre as operações da Marinha da RPC contra a pirataria no Golfo de Aden e nas águas ao largo da Somália, realizadas nos últimos quatro anos. As fragatas “Huangshan” e “Hengyang”, acompanhadas pelo navio de abastecimento “Qinghaihu”, estiveram abertos ao público, por um dia, sendo que os oficiais realizaram ainda um jogo de basquetebol (Xinhua, 2013).

Devido aos diversos contatos oficiais registados, Pequim nota que o relacionamento sino-português foi “mais ativo”, em 2013. A cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, cultura e diplomacia pública registaram um “novo avanço” (MNE da RPC, 2014, pp. 172). Salienta-se que delegações da Administração de Imprensa e Publicações da China e da estação estatal *China Central Television* (CCTV), entre outras, visitaram Portugal, em 2013, chegando a um “consenso sobre tradução de publicações e intercâmbio de programas de televisão”. Portugal acolheu o VIII Fórum Internacional de Sinologia, que integrava debates e atividades culturais (MNE da RPC, 2014, pp. 172).

No entanto, a publicação do MNE da RPC não refere a visita ao Porto de Sines de uma delegação do Banco para o Desenvolvimento da China (China Development Bank), instituição estatal, que pretendeu conhecer as potencialidades de investimento, com especial interesse nos projetos de expansão portuária, como o novo terminal Vasco da Gama. A infraestrutura portuária destaca-se pela capacidade de expansão existente

em todos os terminais especializados, tendo ainda condições para a receção de todos os tipos de navios e para a movimentação de qualquer tipo de carga (Cargo News, 2013).

O 35.º aniversário das relações diplomáticas entre a RPC e Portugal, assinalado em 2014, é destacado na edição referente a esse ano da publicação *China's Foreign Affairs* (MNE da RPC, 2015, pp. 183-184), sendo referido que os dois países continuaram a “aprofundar a relação” com base na Parceira Estratégica Global. No que se refere a visitas de Estado, é salientado que as de alto nível se mantiveram, mostrando a “confiança política mútua”. De facto, várias deslocações oficiais por parte de Portugal à China foram efetuadas, sendo a mais importante a do presidente Cavaco Silva, entre 12 e 18 de maio. Durante a visita, o chefe de Estado português encontrou-se com dirigentes chineses, em particular com o seu homólogo, Xi Jinping, com o primeiro-ministro, Li Keqiang, e com o presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Zhang Dejiang. O vice-primeiro-ministro de Portugal, Paulo Portas, também integrou a comitiva, tendo-se reunido com o vice-primeiro-ministro chinês, Wang Yang. Os ministros dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, da Economia, Pires de Lima, e da Educação e Ciência, Nuno Crato, completavam a delegação política. Outra presença a referir foi a do último governador de Macau, Vasco Rocha Vieira.

A deslocação do presidente Cavaco Silva à RPC ficou marcada pela assinatura de acordos de cooperação em áreas como ciência e tecnologia, finanças, energia e telecomunicações. É importante realçar que esta visita foi a primeira de um chefe de Estado português desde 2007 e a última de Cavaco Silva à China, sendo que o então presidente português foi uma figura incontornável do relacionamento sino-português, já que assinou a Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, em 1987.

Na visita de 2014, Cavaco Silva passou por Pequim, Xangai e Macau, o que fez com que a sua deslocação tivesse uma tripla dimensão: política, económica e histórica. Em Pequim, o chefe de Estado de Portugal encontrou-se com os três principais representantes da liderança chinesa. Xangai, enquanto centro financeiro e principal praça da RPC, representava as oportunidades para a comitiva portuguesa, composta por mais de cem empresários portugueses, de áreas como advocacia, arquitetura, banca, imobiliário, indústria agroalimentar e farmacêutica, turismo e vinhos. A visita coincidiu ainda com o fim do programa de ajustamento pelo qual o país passou. Quanto a Macau, encerrava uma vertente histórica e simbólica. No total, foram

assinados 29 acordos e memorandos entre os dois países, tendo Cavaco Silva afirmado que “nunca houve no passado algo semelhante” (Revista Macau, 2014). Por sua vez, Xi Jinping assinalou o estado da relação bilateral, afirmando que, desde 1979, “os dois países mantiveram sempre relações de amizade e cooperação”, que registaram um “desenvolvimento saudável e estável” (MNE da RPC, 2015, pp. 183-184).

No mesmo ano, outros responsáveis portugueses passaram pela China, nomeadamente, a ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, o secretário de Estado da Cultura, João Barreto Xavier, a secretária de Estado do Tesouro, Isabel Branco, o secretário de Estado do Turismo, Adolfo Mesquita Nunes, aproveitando para potenciar algumas áreas abordadas durante a visita de Cavaco Silva e outras que não tinham sido representadas na viagem oficial.

Da parte da China, é de assinalar duas visitas. A primeira, em junho de 2014, com a deslocação a Portugal de um membro do Comité Permanente do Politburo, Liu Yunshan, que se reuniu com Cavaco Silva, Passos Coelho e os líderes dos principais partidos. A comitiva chinesa integrou responsáveis das províncias de Guangdong, Guizhou e Zhejiang, e do município de Xangai. Como tem sido referido ao longo da presente dissertação, o Governo Central da RPC tem uma intervenção inegável na estratégia das empresas do país no estrangeiro. Mas existe uma influência crescente de atores provinciais, regionais e municipais que pode ser potenciada. Por exemplo, na Europa, verifica-se a promoção de determinadas regiões chinesas, através de ações de “paradiplomacia” das redes de empresários. Miguel Santos Neves e Maria Beatriz Rocha-Trindade<sup>166</sup> (2008, pp. 180-181) explicam que as províncias e os municípios envolvidos são aqueles que têm maior prosperidade e um elevado nível de integração na economia mundial, desenvolvendo “relações diretas” com regiões europeias. Na

---

<sup>166</sup> Miguel Santos Neves e Maria Beatriz Rocha-Trindade indicam que a comunidade de negócios chinesa tem um “elevado nível de empreendedorismo”, uma “grande mobilidade e visão integrada do mercado europeu, cujas vantagens explora com base na ativação de uma complexa rede de *guanxi*”. Há ainda registo de um “considerável nível de internacionalização, onde se incluem laços económicos significativos com a China. Por estas razões, os autores defendem que os empresários da RPC que emigraram para Portugal “podem e devem ser encarados como um fator estratégico de relevo na formulação de uma estratégia portuguesa coerente de longo prazo no relacionamento com a China”. Além disso, há potencialidades na “constituição de parcerias para a realização de investimentos” com as pequenas e médias empresas nacionais. Esta medida “permite reduzir os riscos políticos e os custos de transação na abordagem do mercado chinês”, que deve ser sempre “adequada à escala” da economia e das empresas portuguesas. Do ponto de vista institucional, também “existe uma oportunidade de descentralização e diversificação das relações”, através da promoção de “ligações mais regulares e diretas entre regiões ou municípios de Portugal (enquanto Governos locais) com províncias e sub-regiões na China” (2008, pp. 184-185).

Alemanha, Jiangsu tem como “centro” Dusseldorf, enquanto Zhejiang, Xangai ou Shandong apresentam “ligações privilegiadas” com a Baviera. Em Portugal, alguns empresários chineses foram nomeados “embaixadores económicos informais” de cidades da China Continental e têm “cargos formais nos Conselhos Consultivos Provinciais e Municipais”<sup>167</sup>.

A segunda visita, em julho de 2014, releva o possível interesse chinês na Base das Lajes. O presidente Xi Jinping esteve na ilha Terceira, nos Açores, durante cerca de oito horas, numa escala entre o Chile e a China, e reuniu-se com o vice-primeiro-ministro de Portugal, Paulo Portas. No final do encontro, o representante português falou das potencialidades a explorar nas áreas científica, tecnológica e de logística, evidenciando a economia do Mar, com a RPC. Esta foi a segunda visita aos Açores de um alto dirigente chinês, após a assinatura da Parceria Estratégica Global. A primeira decorreu em 2012, com Wen Jiabao, acompanhado por uma comitiva de mais de 100 pessoas (Açoriano Oriental, 2016).

A publicação *China's Foreign Affairs* (MNE da RPC, 2015, pp. 183-184) indica que as relações sino-portuguesas atravessavam “o melhor período da história”, em 2014, graças ao intercâmbio bilateral entre os dois países, com visitas de “alto nível, a expandirem o comércio bilateral, o investimento mútuo e a promoverem a cooperação”, em áreas como energia, telecomunicações, finanças, economia do mar e proteção ambiental. É ainda feita referência ao objetivo de fortalecer a comunicação e a coordenação nos assuntos internacionais, através de mecanismos como o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa, e de explorar a cooperação tripartida em África e na América do Sul. Estas ideias foram abordadas durante a visita de Cavaco Silva à China (Macauhub, 2014). É também evidenciado pela publicação chinesa que Portugal pretendia “expandir a cooperação” nas áreas económica e comercial, ambiente, turismo, ciência e tecnologia (MNE da RPC, 2015, pp. 183-184).

Os investimentos referidos que foram “expandidos” foram os negócios da Fosun no setor segurador da Caixa Geral de Depósitos, na REN e na Espírito Santo Saúde. Além disso, a China Three Gorges, em cooperação com a EDP, começou a “acelerar a expansão na América do Sul, em África e noutros mercados terceiros”. A

---

<sup>167</sup> De acordo com dados recolhidos nos últimos Censos, a população chinesa a viver em Portugal passou de 2176 pessoas, em 2001, para 11.458, em 2011 (INE, 2012).

China e Portugal obtiveram ainda um “avanço significativo nas cooperações em alta tecnologia de ponta”, sendo dado o exemplo do memorando assinado entre o Centro de Engenharia de Microssatélites de Xangai e a empresa portuguesa Tekever, para o desenvolvimento de equipamentos de telecomunicações e microssatélites. Hangzhou recebeu o 1.º Fórum Sino-Português para a Inovação em Materiais Avançados, em 2014. O Instituto de Matéria Médica de Xangai, que se dedica ao desenvolvimento de medicamentos, e a Universidade do Minho assinaram um Memorando de Entendimento com o objetivo de criar uma plataforma para promover a colaboração e proporcionar candidaturas conjuntas a programas de investigação na UE e na China<sup>168</sup>.

A nível cultural, o intercâmbio continuou a ser “frutífero”, com a CCTV e a Rádio e Televisão de Portugal (RTP) a acordarem a emissão de documentários. Portugal organizou o IX Fórum Internacional de Sinologia, sendo esta a última edição do evento, que teve como principal impulsionadora a investigadora Ana Maria Amado, falecida em 2015 (Ponto Final, 2014; MNE da RPC, 2015, pp. 183-184). É também de notar que ficou acordada a criação recíproca de centros culturais. No caso de Portugal, o protocolo passava por transformar a secção cultural da Embaixada em Pequim num espaço de promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas, com mais cursos e atividades (Jornal de Negócios, 2014).

No plano militar, houve “novos avanços”, apesar de serem referidas apenas as visitas de responsáveis. Em julho de 2014, o membro da Comissão Militar Central e diretor do Departamento Político Geral do Exército de Libertação Popular, Zhang Yang, visitou Portugal. Em dezembro, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general José Pinheiro, deslocou-se à China, mantendo um encontro com o ministro chinês da Defesa, Chang Wanquan, sendo referido que a RPC pretendia promover a cooperação, nas áreas da formação e ciência.

Na edição dedicada a 2015 (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179) é assinalado o 10.º aniversário da Parceria Estratégica Global, sendo que a “confiança política mútua” entre os dois países “foi aprofundada continuamente”, havendo registo de vários tipos de cooperações. Nesse ano, a RPC e Portugal continuaram a manter as comunicações de “alto nível”, por exemplo, aquando da tomada de posse do novo Governo português, em novembro. O primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, felicitou o homólogo António

---

<sup>168</sup> A parceria entre o Instituto de Matéria Médica de Xangai e a Universidade do Minho foi assinada durante a visita de Cavaco Silva à China, em maio de 2014 (Universidade do Minho, 2014).

Costa, assim como o ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, ligou a Augusto Santos Silva. O presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, Zhang Dejiang, também endereçou os parabéns ao novo presidente da Assembleia da República de Portugal, Eduardo Ferro Rodrigues. Além disso, são referidas as mensagens de condolências enviadas pelas autoridades portuguesas, na sequência do naufrágio do cruzeiro Dongfangzhixing, no rio Yangtze, em junho, e das explosões no Porto de Tianjin, em agosto. Ambos os casos ainda abrangeram a presidência de Cavaco Silva e o Governo de Pedro Passos Coelho.

No ano em que se assinalaram os dez anos da Parceria Estratégica Global, destaca-se a visita oficial a Portugal do membro do Politburo e líder do Departamento de Propaganda do PCC, Liu Qibao, em julho. Na sua reunião com Pedro Passos Coelho foi assinado um Memorando sobre cooperação nas áreas da edição de livros, rádio e televisão, envolvendo a RTP e a agência Lusa (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179).

Da parte portuguesa destacam-se duas visitas à China: a do presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia da República, Sérgio Sousa Pinto, que se reuniu com o vice-presidente da Comissão de Relações Externas da Assembleia Popular Nacional, Zhao Shaohua, e com o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Chao, em abril; e a do presidente do PS, Carlos César, em maio. Consultas políticas entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros dos dois países foram realizadas, em Pequim, em novembro, sem que sejam especificados os temas debatidos. Nesse mês, o novo embaixador chinês em Portugal, Cai Ren, entregou as credenciais ao presidente Cavaco Silva (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179).

Durante 2015, a cooperação na área financeira registou desenvolvimentos, já que Portugal aderiu ao Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, enquanto membro fundador. A aquisição do BESI pelo grupo Haitong, assim como a tentativa de compra do Novo Banco pela Anbang e pela Fosun, são assinaladas na publicação do MNE da RPC (2016, pp. 178-179), que sobre a China Three Gorges indica que desenvolveu “ativamente” com a EDP cooperações tripartidas na Europa e na América Latina. A Administração Estatal Oceânica da RPC enviou uma delegação à 3.<sup>a</sup> Conferência Mundial dos Oceanos, organizada em Portugal. O embaixador de Portugal na China, Jorge Torres Pereira, assistiu ao Fórum de Cooperação dos Oceanos entre a RPC e os países do sul da Europa, em Xiamen.

A nível de visitas a Portugal de representantes das províncias chinesas, assistimos à deslocação de delegações de empresários de Hubei e Guangdong à procura de “oportunidades de cooperação” (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179). Como foi supracitado, é possível verificar a emergência da nova paradiplomacia das províncias, regiões autónomas e dos municípios da RPC, com a aprovação do Governo Central, numa clara estratégia nacional de integração no sistema internacional.

Em termos culturais, um novo polo do Instituto Confúcio, o terceiro em Portugal, foi estabelecido na Universidade de Aveiro, em 2015. Esta unidade foi criada também com a missão de contribuir para a implementação do ensino do mandarim nas escolas secundárias portuguesas, sendo que, em setembro, 20 turmas, com capacidade para um máximo de 500 alunos, deveriam estar em funcionamento (Diário de Notícias, 2015). A Universidade de Aveiro tem desempenhado um importante papel em termos de formação sobre a China, já que, em 1997, criou o Centro de Estudos Asiáticos e, um ano mais tarde, o primeiro curso de pós-graduação em língua e cultura chinesa. A instituição, através do seu Departamento de Línguas e Culturas, também está envolvida no projeto-piloto de aulas de mandarim no ensino básico de São João da Madeira. Em 2015, cerca de 750 alunos dos 3.º, 4.º e 5.º anos frequentavam as aulas. Além disso, ministrava aulas a 70 crianças do Centro de Atividades de Tempos Livres do Centro de Infância Arte e Qualidade de Aveiro (Universidade de Aveiro, 2015). No sentido inverso, é de assinalar o crescimento da procura pelo português, enquanto língua estrangeira, na China Continental. Em 2015, estavam identificados 28 cursos (bacharelato, licenciatura e mestrado) no ensino superior chinês, excluindo Macau e Hong Kong. O aumento na oferta está relacionado com a crescente procura de profissionais bilingues chinês-português para atuar nos mercados lusófonos, especialmente no Brasil e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Revista Macau, 2015).

A cooperação expandiu-se ainda a novas áreas, como o desporto. “Vários clubes” de futebol e “jogadores conhecidos portugueses” estabeleceram escolas na China. Por sua vez, jovens atletas e treinadores chineses começaram a receber formação em Portugal (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179).

A comunicação entre as Forças Armadas foi “estreitada”, em 2015. O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Artur Pina Monteiro, visitou a

China, em novembro. Durante a deslocação, mantiveram encontros com o conselheiro de Estado e ministro da Defesa da RPC, Chang Wanquan, e com o Chefe do Estado-Maior-General do Exército de Libertação Popular, general Fang Fenghui. A frota de escolta da marinha chinesa n.º 20 esteve em Portugal, em outubro (MNE da RPC, 2016, pp. 178-179).

A forma como o MNE da RPC se refere ao relacionamento com Portugal espelha a multiplicidade e variedade dos encontros entre as autoridades chinesas e portuguesas. Pequim e Lisboa, enquanto parceiros estratégicos, partilham interesses, nas mais diversas áreas, sendo que a relação é pautada pelo diálogo positivo. Ou seja, nunca é mencionada a existência de pontos discordantes entre as duas partes. A sintonia das mensagens dos diversos líderes, chineses e portugueses, consolidam essa imagem de harmonia e de partilha de objetivos entre os dois países.

É importante realçar que a visita de Hu Jintao a Portugal, pelo simbolismo e dimensão que teve, constituiu um reforço do relacionamento, elevando a efetivação da Parceria Estratégica Global sino-portuguesa. A posterior viagem de Cavaco Silva à China consolidou essa nova fase das relações, baseadas num constante e múltiplo diálogo político-diplomático, que abre portas para inúmeras formas de cooperação económica, tecnológica e cultural.

## **2. Das “Potencialidades” às “Hipóteses Perdidas”**

Neste ponto iremos analisar o que identificamos como “potencialidades” e “hipóteses perdidas” na relação entre a China e Portugal, sendo que as hipóteses perdidas, para nós, são entendidas como negociações e processos já concluídos que poderiam ter tido um desfecho diferente. Tentaremos verificar se Portugal poderia ter obtido algumas concessões das entidades estatais ou privadas da RPC.

A Parceria Estratégica Global e a participação no Fórum Macau são os principais focos da nossa análise realizada a partir das entrevistas efetuadas a cinco personalidades e especialistas: Luís Amado, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na maior parte do período que abrange o presente estudo; António Santana Carlos, embaixador que liderava a missão diplomática portuguesa, em Pequim, em 2005; José Manuel Duarte de Jesus, antigo embaixador em Pequim, docente



universitário e investigador; Rui Pereira, Chefe da Divisão de Relações Internacionais da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia, que participou na negociação da Parceria Estratégica Global, e investigador; Carmen Mendes, docente universitária e investigadora com extensa obra sobre a RPC e Macau; Miguel Santos Neves, docente universitário, investigador e presidente do *think-tank* privado *Network of Strategic and International Studies*. Estas entrevistas apresentam as perspetivas de quem esteve envolvido ou acompanhou de perto as relações entre a RPC e Portugal, durante o período em estudo. Como as fontes de análise ao tema são escassas, as entrevistas apoiam a nossa investigação e permitem-nos avaliar e compreender melhor os acontecimentos passados na relação e perspetivas os que possam vir a ocorrer no futuro.

Para Luís Amado (2016), a relação sino-portuguesa “aprofundou-se bastante”, entre 2005 e 2015, mas a Parceria Estratégica Global “poderia ser mais consolidada”, se houver “um impulso maior nas relações bilaterais a todos os níveis”. O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal nota que o país “tem, hoje, uma dispersão muito grande dos seus objetivos estratégicos” e “não tem, eventualmente, empenhado tantos esforços como aqueles que justificaria empenhar na relação com a China”. Este entrevistado refere ainda que, no geral, “a relação com a Ásia deve merecer maior atenção da parte das autoridades portuguesas”, mas a RPC terá de ser abordada como o “*pivot* fundamental”. A nível económico e comercial, há vantagens que podem ser “maximizadas”, como por exemplo nos setores “agrícola e agroindustrial”, que têm “produtos cuja qualidade permite competir com outros grandes exportadores europeus”.

Segundo Amado (2016), o turismo e o imobiliário também podem ser setores com potencialidades a explorar, sendo que a abertura de ligações diretas entre Lisboa e Pequim será um fator importante nestas áreas<sup>169</sup>. Esta possibilidade foi abordada na última visita oficial de Cavaco Silva à RPC, em maio de 2014, e vai ser efetivada a partir de meados de 2017, representando, tal como Amado referiu, um potencial para o reforço do turismo entre os dois países.

O embaixador Duarte de Jesus (2016) lembra que Portugal está no grupo dos “*old chinese friends*” e, na política externa chinesa, a memória histórica tem “importância”. Por essa razão, o país “devia aproveitar mais” as circunstâncias.

---

<sup>169</sup> O anúncio da rota direta Pequim-Lisboa foi feito pelo atual primeiro-ministro de Portugal, António Costa, durante a visita à RPC, em outubro de 2016. As ligações arrancaram em julho de 2017 (Expresso, 2016).

Contudo, segundo o mesmo, Lisboa “precisa de uma estratégia que não tem”. Ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros é necessário “explorar outras janelas, nomeadamente, a de África e a da Ásia”. Neste último caso, “a China e a Índia estariam em primeiro lugar”. O Japão também é outro país apontado pelo diplomata jubilado. A ausência de *think-tanks* no Ministério dos Negócios Estrangeiros é outro tema a merecer reparos. Todavia, Duarte de Jesus (2016) sublinha que este tipo de estrutura “só faz sentido quando há uma estratégia a prazo”.

De acordo com Carmen Mendes (2015), a Parceria Estratégica Global pode ser não só “rentabilizada de outra forma”, mas também “mais divulgada” e “concretizada” em “ações concretas a nível cultural, académico e até empresarial”. A professora e investigadora da Universidade de Coimbra revela que, através de conversas informais com responsáveis chineses, tem tido a perceção de que “sentem, claramente, que nós [Portugal] não valorizamos da forma como esperavam a existência dessa parceria e, consequentemente, não a rentabilizamos”. À semelhança de Duarte de Jesus, Carmen Mendes (2015) lembra a inexistência de “centros de estudos chineses”, o que revela que “continua a haver um desinteresse absoluto” e “a não ser um tema privilegiado de investigação em Portugal” porque “não é percecionado” como uma área que pode abrir portas a nível profissional.

Na análise sobre a relação da China com Portugal, Miguel Santos Neves (2016) defende que a parte portuguesa tem de ter “objetivos definidos” e “realistas” para “colocar na mesa de negociações”. Por um lado, o professor e investigador da Universidade Autónoma de Lisboa afirma que “deve haver um mínimo de reciprocidade”, de forma a permitir “uma margem” para que os investidores portugueses cheguem ao mercado da China, ainda marcado por alguns condicionamentos<sup>170</sup>. Por outro lado, defende a necessidade do capital chinês “estimular” áreas, “principalmente, na industrialização do país”, com *know-how* que algumas empresas possam dominar. Ou seja, deve imperar “uma concertação de interesses” entre Pequim e Lisboa, até porque os futuros investimentos “podem ser feitos por decisão política” devido ao forte peso do Estado na economia chinesa.

Sobre a necessidade de encontrar estratégias para a RPC, Miguel Santos Neves (2016) sublinha que “tem de haver um processo mais alargado”, “não apenas dentro do

---

<sup>170</sup> Em setembro de 2016, a Câmara do Comércio da União Europeia na China criticou o tratamento desigual e apelou ao fim das interdições impostas ao capital estrangeiro pelas autoridades chinesas, ameaçando com limitações ao acesso ao mercado europeu (RTP, 2016).

Governo e dos ministérios”, mas “com a participação de várias estruturas do sector privado, da sociedade civil, dos *think-tanks*”. A atual lógica, indica, é “de curto prazo”. Para o caso específico da dimensão de plataforma logística que Portugal pretende e “pode desempenhar no quadro da globalização”<sup>171</sup>, o investigador alerta que implica “investimento” e “integração”, ou seja, trata-se de um projeto que deve ser desenvolvido “não apenas em função dos interesses chineses” e da visão geoestratégica que Pequim tem para o Atlântico.

As áreas muito particulares onde se tem concentrado, maioritariamente, o capital chinês levam Rui Pereira (2016) a defender uma “maior diversificação do investimento”, com a possibilidade de criação de emprego em “setores e indústrias transformadoras”, defendendo que “seria importante que isso acontece nos próximos anos”.

No âmbito do Fórum Macau, que referimos em capítulos anteriores, também são apontadas potencialidades por rentabilizar. O Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial (adiante designada por Plano de Ação), aprovado na I Conferência Ministerial, em 2003, privilegiava áreas como: cooperação intergovernamental; comércio; investimento e cooperação empresarial; agricultura e pescas; engenharia e construção de infraestruturas; exploração de recursos naturais; e formação de recursos humanos (Fórum Macau, 2003).

Na II Conferência Ministerial, em 2006, foi acordado um alargamento das áreas: cooperação para o desenvolvimento; identificação, nomeadamente no quadro multilateral, de fontes de financiamento para projetos de interesse comum; estudo de viabilidade para a criação de um mecanismo de cooperação financeira próprio do Fórum de Macau; cooperação turística; estudo de viabilidade para o estabelecimento de ligações aéreas e marítimas diretas, que estimulem o aumento dos fluxos turísticos e comerciais; estabelecimento de uma rede logística; saúde pública; ciência e tecnologia; e intercâmbio cultural (Fórum Macau, 2006). A criação do Centro de Formação do

---

<sup>171</sup> O projeto Portugal Logístico visa a “melhoria da eficiência das cadeias logísticas e de transporte, reforçando a intermodalidade e a utilização racional dos vários modos, bem como a integração nas redes de transportes internacionais”. A iniciativa pretende reforçar a “competitividade da economia e do papel de Portugal como plataforma logística no espaço europeu e mundial” (Diário da República, 2008).

Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa também foi decidida<sup>172</sup>.

Na III Conferência Ministerial, em 2010, o Plano de Ação aprovado confirmava a aposta já exposta, somando-se novas áreas: cooperação, a nível do poder local, através do estabelecimento de geminações e intercâmbios privilegiados entre províncias, municípios e regiões dos países participantes; e promoção de Macau como um dos locais de arbitragem para a resolução de eventuais conflitos decorrentes do intercâmbio comercial entre os empresários da China e dos Estados lusófonos (Fórum Macau, 2010). No encontro, o primeiro-ministro da RPC, Wen Jiabao, apresentou o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, dotado de mil milhões de dólares americanos.

Na IV Conferência Ministerial, em 2014, foi reiterada a questão da cooperação entre as províncias, municípios e regiões dos países integrantes do Fórum Macau. Mas, mais do que o Plano de Ação aprovado, a grande novidade do encontro foi a apresentação de oito medidas pela parte chinesa, onde constava a possibilidade de formas de cooperação trilateral, nos seguintes setores prioritários: educação e formação; agricultura; proteção ambiental; e novas energias (Fórum Macau, 2014)<sup>173</sup>.

Numa perspetiva pessoal e não enquanto quadro da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia de Portugal<sup>174</sup>, Rui Pereira (2016) refere que o Fórum Macau “cria um desequilíbrio que é muito difícil de colmatar”. No caso português, a atuação “acaba por estar limitada”, pela forma como esta estrutura está organizada, já que as iniciativas “são implementadas com o apoio financeiro direto chinês ou da RAEM”. A RPC utiliza o Fórum Macau como um “formato paralelo, complementar à estratégia bilateral” que tem com os países de língua portuguesa. Rui Pereira (2016) destaca ainda que “algumas iniciativas” do Fórum Macau não tiveram “o

---

<sup>172</sup> O Centro de Formação do Fórum Macau foi inaugurado em 2011. Na IV Conferência Ministerial, em 2014, anunciou-se que mais de 400 pessoas receberam formação, ministrada em colaboração com instituições de ensino superior da RAEM. Os seminários, que incluíram temas como o ambiente de investimento e económico da RPC, fazem parte das estratégias de *soft power* e de diplomacia pública de Pequim, tendo por objetivo “promover a compreensão de ideias, instituições, cultura e políticas” do país (Tran & Matias dos Santos, 2015, pp. 105-112).

<sup>173</sup> O pacote de medidas foi apresentado pelo vice-primeiro-ministro da RPC, Wang Yang. Além de prever a questão da cooperação tripartida, integra empréstimos, em “condições favoráveis”, no valor de 1800 milhões de *renminbis* para os Estados africanos e Timor-Leste, partilha da experiência chinesa “bem-sucedida” na implementação de Zonas Especiais Económicas e de Zonas de Desenvolvimento, formação para duas mil pessoas dos países africanos e de Timor-Leste, e 1800 quotas de bolsas de estudo para estudantes de todas as nacionalidades representadas no Fórum Macau (Fórum Macau, 2014).

<sup>174</sup> Rui Pereira representa Portugal na rede de pontos focais do Fórum Macau.

impacto que era esperado”, como o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, que, apesar de ter sido anunciado em 2010, só começou a aceitar propostas em 2013, tendo uma dotação inicial de 125 milhões de dólares americanos (cada candidatura pode obter entre cinco a 20 milhões de dólares). De acordo com a regulamentação, os projetos têm de se situar nos Estados-membros, apresentar prospeção de mercado positiva com potencial de crescimento rápido e estável, ter capacidade de gerar bom fluxo de caixa e rentabilidade financeira, promover o desenvolvimento económico local e melhorar a qualidade de vida das populações (Fórum Macau, 2013). Até 2015, apenas dois projetos foram selecionados, estando localizados em África. Por um lado, Rui Pereira (2016) afirma que os critérios de funcionamento parecem estar um “pouco desajustados face à realidade da maioria dos países que são potencialmente beneficiários”, uma vez que são, “à partida, muito exigentes”. Mas, por outro lado, “os próprios projetos pareciam não reunir os requisitos necessários em termos de credibilidade”. Sobre a possibilidade de o Fórum Macau apadrinhar formas de cooperação tripartida entre alguns países, Rui Pereira (2016) destaca que “faz todo o sentido”, especialmente, a nível empresarial. No entanto, a “vertente mais institucional” dos projetos de cooperação para o desenvolvimento, nos Estados africanos e em Timor-Leste, “com a participação direta de Portugal ou do Brasil”, não deve ser descurada. Sintetizando, Rui Pereira (2016) defende que, atualmente, ainda está por apurar “a verdadeira mais-valia” do Fórum Macau, em termos empresariais. No entanto, destaca que “vale a pena levar a cabo” iniciativas de “capacitação de recursos humanos”, que têm obtido uma grande aceitação.

Miguel Santos Neves (2016) concorda com as limitações da plataforma multilateral, afirmando que o Fórum Macau “até podia ter outro papel, mas está completamente dominado pela iniciativa chinesa”. Além disso, os níveis de representação “mostram a falta de investimento”, tanto de Lisboa como de Brasília, que não têm um representante em exclusivo. O investigador alerta ainda para o “peso enorme” e a “influência” do investimento chinês em Portugal, no Brasil e em Angola, que está a gerar “fenómenos de mal-estar”. Estas questões, defende, “poderiam ser adocicadas” no âmbito do Fórum Macau, com a RPC a tentar “encontrar estratégias para prevenir a formação de anticorpos”.

A cooperação trilateral poderia funcionar neste sentido, mas Carmen Mendes (2015) tem reservas. A estratégia privilegia Portugal ou o Brasil como parceiro da

China num terceiro país do Fórum Macau. “Tipicamente, há um país do Norte que dá o *know-how* e há um país emergente que dá o dinheiro para investir num país do dito Terceiro Mundo em desenvolvimento”, exemplifica a investigadora. No entanto, a ideia “não é bem-vinda” pelos Estados lusófonos. Carmen Mendes (2015) expõe que os países africanos do Fórum Macau “reagiram mesmo muito mal quando veio essa proposta porque disseram que não tinham, de forma alguma, de ser tratados como subalternos de Portugal ou do Brasil”. A ideia “morreu à nascença”, comenta. Além disso, “nem o Brasil nem Portugal estão muito interessados em passar esse *know-how* porque já sentem muita competição chinesa no terreno”. Sobre o papel português na estratégia de internacionalização de Pequim na lusofonia, Carmen Mendes (2015) afirma que “não é relevante”, mas “pode facilitar a operacionalização” da China em determinados países. Ou seja, a balança das vantagens pende mais para o lado chinês.

Ainda no âmbito do Fórum Macau, Luís Amado (2016) explica que Lisboa deve “ter uma ação mais atuante” e “acompanhar mais de perto o que [esta estrutura] representa para a China e o que representa, do ponto de vista das relações, para as economias de todos os Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa”. A ausência de cooperação tripartida entre os Estados-membros do Fórum Macau é justificada pela falta de bons exemplos, já que o sucesso destas iniciativas “é sempre condicionado por uma convergência de interesses que nem sempre ocorre”.

Duarte de Jesus (2016) também defende que Portugal “não tem ligado muito às possibilidades de cooperação com os países de língua portuguesa a partir de Macau”. Além disso, refere que o Fórum Macau “podia ser mais importante para Portugal”, caso houvesse a tentativa de o tornar num “instrumento de política externa portuguesa”. Neste aspeto, o diplomata aponta as possibilidades perdidas ao nível de “muita cooperação triangular”, “que se poderia talvez ter feito em determinados países e que não se fez”.

A iniciativa “Uma faixa, uma rota” também encerra potencialidades para o reforço da relação sino-portuguesa. Apesar de este projeto de Pequim não prever uma dimensão atlântica, tem sido expresso o interesse chinês no Porto de Sines. Na conferência intitulada “A Iniciativa de Uma Faixa e Uma Rota e a Sua Influência”, organizada em Lisboa, no âmbito do “Grande Ciclo de Conferências da China”, desenvolvido pela Embaixada da China em Portugal, em conjunto com o Instituto

Diplomático, o diplomata Lv Fengding<sup>175</sup> (2017) integrou a infraestrutura portuária na sua apresentação, tendo apontado as potencialidades que apresenta. A entrada de capital da RPC no Porto de Sines tem sido referida e existe mesmo um protocolo de cooperação com o Porto de Tianjin. Na visita à China do atual primeiro-ministro português, António Costa, em outubro de 2016, o grupo Haitong assinou com o Governo de Lisboa um acordo para investir na área logística de Sines<sup>176</sup>.

Outro tema de elevado interesse, essencialmente geoestratégico, é a Base das Lajes. Em junho de 2016, o ministro do Mar da RPC, Wang Hong, esteve nos Açores. O primeiro-ministro português, António Costa, admitiu que Pequim tem interesse, caso se confirme a saída dos norte-americanos, para usar a infraestrutura aeronáutica com fins de investigação científica. Além disso, referiu que Portugal vai honrar os compromissos da NATO<sup>177</sup>.

Na área das aquisições, há uma nova vaga de investimentos chineses em perspetiva. Em novembro de 2016, o grupo Fosun, através da empresa Chiado, sediada no Luxemburgo, adquiriu 16,7 por cento do BCP, por 175 milhões de euros (BCP, 2016). Durante o período em análise da presente dissertação, o maior banco privado português tinha despertado o interesse do ICBC. O dossiê da privatização do Novo Banco originou propostas da Fosun e Anbang, sendo que ambas foram rejeitadas. Já no final de 2016, estavam a ser analisadas três ofertas, entre as quais do China Minsheng Bank<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> Lv Fengding é membro do Grupo Consultivo de Política Diplomática do MNE da RPC.

<sup>176</sup> A visita de António Costa à RPC decorreu entre 8 e 12 de outubro de 2016. O investimento do grupo Haitong em Sines, com a participação do Banco para o Desenvolvimento da China, contempla uma área de mais de mil hectares. No entanto, a concessão da infraestrutura portuária pertence ao operador PSA de Singapura e qualquer novo acordo não pode ser feito por ajuste direto (Rádio Renascença, 2016; Expresso, 2016).

<sup>177</sup> António Costa fez esta declaração, em entrevista à Bloomberg, durante a visita que realizou à RPC e a Macau, durante outubro de 2016. No antigo território administrado por Portugal, o primeiro-ministro participou na V Conferência Ministerial do Fórum Macau (Dinheiro Vivo, 2016).

<sup>178</sup> A privatização do Novo Banco contou com três propostas: China Minsheng Bank, Apollo e Lone Star Funds. Esta última empresa acabou por ser a escolhida (Jornal de Negócios, 2016).

## Conclusão

A presente dissertação tem como objeto de estudo a relação entre a China e Portugal, analisada a partir da assinatura da Parceria Estratégica Global, em 2005. Sendo a “parceria estratégica” um instrumento diplomático da política externa chinesa, deve ser enquadrado tanto nos interesses nacionais vitais (*core interests*) como nos interesses globais de Pequim. Através deste mecanismo, a RPC procura elevar e reforçar o relacionamento com determinados parceiros, sejam Estados ou organizações multilaterais, tornando o ambiente mais favorável ao seu contínuo crescimento, em particular a estabilidade regional e o desenvolvimento económico.

É indubitável que a China é um ator cada vez mais influente em termos globais. A relevância do estudo foca-se nesta importância, já que o país tem a segunda maior economia do mundo, não tendo sido afetada pelos efeitos da crise financeira de 2008, o que fez com que direcionasse as enormes reservas de divisas estrangeiras para investimentos no exterior.

O relacionamento entre a China e Portugal tem uma ligação histórica relacionada com Macau. A presença portuguesa neste território foi iniciada em meados do século XVI, marcando a primeira fase das relações sino-ocidentais. O estabelecimento de um entreposto estrangeiro a sul do continente chinês foi enquadrado na chamada “Fórmula Macau”, que tinha por base questões comerciais e de defesa, uma vez que os mercadores lusos ofereciam serviços extras, como a segurança da costa da China. Noutro marco histórico, após a fundação da RPC, em 1949, Lisboa não reconheceu o novo regime chinês, tendo sido encerradas formalmente as relações até 1979. Desde essa data até 1999, o futuro da administração de Macau e a negociação dos termos da transferência de poderes dominaram os contatos. Dois momentos posteriores reforçaram as relações: o primeiro, em 2003, com a criação do Fórum Macau e o segundo, em 2005, com a assinatura da Parceria Estratégica Global.

Este acordo, objeto de estudo da presente dissertação, conferiu a Portugal uma posição de realce, visto que é o nível mais elevado, atribuído por Pequim, numa relação bilateral ou multilateral. Embora as parcerias estratégicas chinesas não apresentem metas ou objetivos definidos, têm como pressupostos a igualdade, a não interferência nos assuntos internos de cada Estado, a partilha de interesses comuns, sejam políticos ou económicos, o desenvolvimento das relações e a cooperação internacional.



Na presente dissertação pretendemos contribuir para o estudo da relação China-Portugal, em particular a partir do estabelecimento da Parceria Estratégica Global sino-portuguesa. Um tema que, por ser muito recente, dispõe ainda de poucos estudos. Estabelecemos como objetivo principal analisar a evolução do relacionamento bilateral entre 2005 e 2015, procurando verificar: *i)* se há avanços na relação, *ii)* se Portugal está integrado naquilo que é apresentado como a estratégia de internacionalização da China; *iii)* se há uma atualização da relação ao longo destes anos; *iv)* se existe uma visão de longo prazo na relação e *v)* se a visão chinesa em relação a Portugal é positiva ou negativa.

Em termos de metodologia, adotámos uma estratégia qualitativa, seguindo um modelo explicativo e compreensivo da contextualização da política externa chinesa e do relacionamento sino-português. Foi também adotada uma estratégia quantitativa para analisar os dados referentes aos investimentos chineses em Portugal e as relações económicas. Efetuámos uma recolha bibliográfica de fontes primárias e secundárias em Macau, na Biblioteca de Cantão, na Biblioteca da Universidade Sun Yat-Sen e na Biblioteca Nacional da China. Como alguma da bibliografia só estava disponível em língua chinesa, recorreremos a uma intérprete-tradutora de língua materna chinesa.

Tendo em conta este enquadramento e os objetivos traçados para a nossa investigação, elaborámos a seguinte pergunta principal: “Como evoluiu a relação entre a China e Portugal desde a assinatura da Parceria Estratégica Global?”. Para apoiar a resposta a esta questão, definimos cinco perguntas derivadas: 1.<sup>a</sup> “Como evoluiu a política externa chinesa desde 1949?”; 2.<sup>a</sup> “Como evoluiu a relação entre a China e Portugal, entre 1949 e 2005?”; 3.<sup>a</sup> “A Parceria Estratégica Global sino-portuguesa atualizou a relação bilateral?”; 4.<sup>a</sup> “Qual é o papel de Portugal no projeto de internacionalização da RPC?”; e 5.<sup>a</sup> “Qual é a perceção chinesa sobre a relação Portugal-China?”.

Em relação à primeira pergunta derivada, traçamos a evolução da política externa chinesa desde 1949, verificando que, desde essa altura, tem evoluído de forma pragmática. Mao Zedong conseguiu influenciar a estrutura bipolar vigente do pós-II Guerra Mundial, fazendo do país um poder estratégico. De aliado da URSS, Pequim passou a cooperante com os EUA, tendo privilegiado sempre o interesse nacional, que integrava três prioridades: segurança interna, desenvolvimento económico e procura de um estatuto internacional. Com a chegada ao poder de Deng Xiaoping, em 1978, esses

pressupostos foram reforçados. No entanto, ao contrário de Mao Zedong, que admitia a “guerra e revolução” nas relações externas, Deng Xiaoping defendia uma estratégia marcada por “paz e desenvolvimento”. É por isso que, a partir da década de 1980, a RPC aprofundou e estabeleceu relações com os países vizinhos. Os acontecimentos de Tiananmen, em 1989, levaram a uma situação de isolamento internacional, quando Pequim tinha a necessidade de gerar dinâmicas de integração. Neste contexto, foi a partir da década de 1990 – mais precisamente em 1993 com o Brasil – que a RPC começou, de forma gradual, a estabelecer “parcerias estratégicas” com outros Estados e organizações multilaterais. Com a terceira e a quarta geração de líderes, enquadradas nos mandatos presidenciais de Jiang Zemin e Hu Jintao, afirmou-se a “nova diplomacia chinesa”, caracterizada por um maior engajamento internacional. O posicionamento da RPC passou a ser ativo, recorrendo ao *soft power* e à estratégia *going out*. Pequim apostou no multilateralismo para promover os interesses comerciais e de segurança, e cunhou o conceito de “desenvolvimento pacífico”. A China também passou a integrar “diálogos estratégicos” de alto-nível com várias grandes potências e enveredou por uma diplomacia económica, que incluía o aprofundamento do comércio bilateral, formas de investimento direto no estrangeiro, acordos de livre comércio e ajuda ao desenvolvimento. A participação em atividades de manutenção da paz das Nações Unidas e intercâmbios de defesa completavam a nova postura chinesa.

Atualmente, a RPC é a segunda maior economia do mundo. O possível aumento do peso na cena internacional tem conduzido as elites a uma discussão que gera em torno de dois vetores principais. Por um lado, a confiança decorrente da ausência de efeitos da crise financeira de 2008 no país pode levar ao assumir de um novo papel; por outro lado, a situação interna – separatismo, desaceleração económica, mudanças sociais, etc. – fazem com que a postura seja mais cautelosa. Apesar de este impasse, a influência chinesa no mundo é crescente, sendo o nosso estudo de caso, Portugal, um bom exemplo.

No que respeita à segunda pergunta derivada, verificamos que as relações entre os dois países foram marcadas de forma inegável pela questão de Macau. A presença portuguesa permanente no território remonta a meados do século XVI, quando as autoridades chinesas autorizaram o estabelecimento de um interposto comercial, mediante o pagamento do “foro do chão” e o cumprimento de algumas tarefas defensivas na costa. A atitude de obediência dos portugueses a estas condições

prolongou-se até ao século XIX. Em 1843, foi requerida a isenção do pagamento do “foro do chão”. O rompimento total com a autoridade chinesa de Macau deu-se através da ação do governador Ferreira do Amaral, que afirmou o poder colonial de Portugal. Em 1928, o Governo nacionalista do Kuomintang revogou os chamados tratados “desiguais”, celebrados entre a China e as potências ocidentais. Entre estes estava um tratado de 1887, que incluía um artigo sobre a “perpétua ocupação e Governo de Macau por Portugal”. No entanto, é importante referir que as fontes chinesas nunca referem a existência de um acordo sino-português a efetivar a cedência do território.

Após a fundação da RPC, em 1949, Portugal não reconheceu o novo regime chinês, que chegou a acusar o Governo português de Macau de apoiar a marinha de guerra dos nacionalistas do Kuomintang. Em traços genéricos, Pequim temia atos de sabotagem a partir do território e também de Hong Kong, enquanto Lisboa receava que o *status quo* de Macau pudesse estar em causa. Apesar de a diferença ideológica entre a RPC e Portugal ser uma realidade, no início de 1950, o então governador de Macau, Albano Rodrigues de Oliveira, recomendou o reconhecimento da RPC. Contudo, António de Oliveira Salazar defendia que Portugal deveria tomar uma decisão em consonância com os EUA e o Reino Unido. A “Guerra da Coreia” levou Portugal a seguir a política de Washington, apoiando o embargo económico e comercial contra o regime comunista.

Lisboa continuou a reconhecer o Kuomintang como Governo legítimo da China, ainda que estivesse refugiado em Taiwan, tendo obtido dessa parte um dos apoios para a entrada na ONU, em 1955. Mas a situação de Macau colocava cada vez mais desafios às autoridades portuguesas. Por um lado, a comunidade internacional aliada dos EUA repetia que o território era um local de contrabando e passagem de mercadorias para a RPC. Por outro lado, a soberania lusa era inviável, se a RPC fechasse as Portas do Cerco, cortando o abastecimento da cidade.

A partir da década de 1960, o eventual reconhecimento do regime comunista da China por parte de Portugal começou a ser equacionado, tendo como principal impulsionador Alberto Franco Nogueira. O então ministro dos Negócios Estrangeiros defendia que esta direção na política externa portuguesa marcaria a independência em relação aos Estados Unidos, que se mostravam contra o colonialismo luso, poderia abrir portas no Terceiro Mundo, assim como iria contribuir para o aumento das exportações de algumas matérias-primas, neste caso, para a China. Os navios mercantes chineses

também passariam a ser abastecidos em Moçambique. Lisboa acabou por recuar, abandonando um “interessante trabalho político-diplomático”, que iria “oferecer boas perspectivas para a política externa portuguesa”, considerava Franco Nogueira. Apesar de este revés, Pequim manteve o *status quo* de Macau. Os sucessivos votos contra de Portugal em relação ao reconhecimento da RPC como legítimo representante da China na ONU também não levaram o regime chinês a mudar de atitude, uma vez que o território era usado para furar o embargo comercial e económico que enfrentava.

No entanto, Pequim começou a exercer maior pressão às autoridades portuguesas, que culminou com a alteração da política em relação aos nacionalistas do Kuomitang, sendo que, em 1965, o comissariado dos Negócios Estrangeiros da ROC em Macau foi encerrado. Nesta altura, a África portuguesa estava em guerra devido à ação dos movimentos de libertação, muitos dos quais tinham apoio da RPC. Em 1966, Macau também passou por um período delicado durante a “Revolução Cultural”, num incidente que ficou conhecido por “1 2 3”. Estes acontecimentos demonstraram a debilidade do poder português e o reforço do papel desempenhado, direta e indiretamente, pelas autoridades chinesas em Macau.

Na década de 1970, a RPC passou a ocupar o lugar da ROC na ONU, tendo Portugal votado a favor da mudança de representação. Pequim continuou a criticar o colonialismo português, mas o 25 de Abril de 1974 levou a uma mudança de paradigma. Em Macau, a redação do projeto do Estatuto Orgânico, iniciada após a chegada do governador Garcia Leandro, deixou claro que as autoridades portuguesas eram apenas administradoras do território.

O processo de restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países acabou por arrancar, em Paris, em agosto de 1975. Para a parte chinesa, a questão de Macau, a descolonização e o futuro posicionamento de Portugal no plano internacional, ou seja, se ficaria ou não sob influência da URSS, eram condições que iriam ditar a normalização dos contatos. O acordo final foi oficializado a 8 de fevereiro de 1979, tendo sido emitido um comunicado conjunto, em que os Governos de Pequim e Lisboa defendiam o respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, da não ingerência mútua nos assuntos internos, da igualdade e das vantagens recíprocas. Portugal reconheceu o regime comunista como o representante legal da China e Taiwan como parte integrante do território chinês.

Numa fase inicial dos contatos, a parte portuguesa revelou falta de experiência para lidar com as questões da China, já que, historicamente, os contatos passaram sempre por Macau. Em relação à primeira visita de um representante de Portugal à China, desde 1949, teve lugar em março de 1980, quando o então governador de Macau, Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio, se deslocou a Pequim, onde foi recebido por Deng Xiaoping.

Em novembro de 1984, o presidente chinês, Li Xiannian, e o ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Wu Xueqian, visitaram Portugal, tendo sido feita referência às negociações para a transferência de poderes de Macau. Mais tarde, em fevereiro de 1985, a questão voltou a ser abordada, durante um encontro entre Li Xiannian e o então governador de Macau, Vasco Almeida e Costa. Em maio do mesmo ano, durante a visita do presidente Ramalho Eanes à China, onde o chefe de Estado português se reuniu com o primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, Jaime Gama e Wu Xueqian, emitiram um comunicado conjunto em que declararam que a questão de Macau iria ser alvo de negociações diplomáticas. Entre 30 de junho de 1986 e 26 março de 1987, foram realizados quatro encontros. O experiente embaixador Rui Medina liderou o lado português, enquanto o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Zhou Nan, chefiou a delegação chinesa.

Durante as negociações, Portugal não incluiu qualquer representante ou residente de Macau e revelou, mais uma vez, falta de experiência para lidar com a China. A postura de Lisboa evitou conflitos, permitindo a Pequim definir a agenda. Entre os principais temas que conduziram a um impasse estiveram a data da transferência e a questão da nacionalidade de entre 80 a 100 mil chineses de Macau, que possuíam passaporte português. No final, Portugal não protegeu os seus interesses em Macau, já que a maior parte dos quadros qualificados nacionais não ficou na máquina da administração e os macaenses não foram apoiados para ocupar cargos de topo antes da transferência de poderes. O êxodo de outros profissionais também foi uma realidade.

O futuro acordo também não fazia referência à aplicação do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, à presença de forças militares chinesas, que acabaram por ser mobilizadas, ou ao estatuto dado à língua portuguesa, como uma das duas

línguas oficiais do território. Os assuntos acabaram por ser levados ao Grupo de Ligação Conjunto.

A cerimónia de assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau realizou-se a 13 de abril de 1987. A data para a transferência de poderes e de soberania para a RPC ficou definida para 20 de dezembro de 1999. Atualmente, Macau, à semelhança de Hong Kong, é uma Região Administrativa Especial da RPC, enquadrada na política “Um país, dois sistemas”, já que dispõe de um elevado grau de autonomia e independência dos poderes executivo, legislativo e judicial. Deng Xiapoing, o arquiteto deste modelo, defendia a mesma solução para a reunificação de Taiwan.

Depois de terminarem as negociações sobre o futuro de Macau, começaram as viagens mais regulares de responsáveis políticos dos dois países. Já os acontecimentos de Tiananmen revelaram uma posição menos dura de Portugal, comparando com outros países, por algumas razões particulares: não perturbação dos trabalhos do Gabinete de Ligação Conjunto e possível obtenção de concessões, como a construção do Aeroporto Internacional de Macau. Portugal também manteve o diálogo militar com a RPC, ao contrário do que acontecia com os restantes países europeus. De notar que o Reino Unido, envolvido na questão de Hong Kong, também manteve os contatos com Pequim.

Depois de ser estabelecida a Região Administrativa Especial de Macau, as relações sino-portuguesas perderam atualidade e dinamismo. Mas, em 2003, Portugal foi integrado no Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a par de outros seis Estados lusófonos. Esta iniciativa chinesa conferiu a Macau o papel de plataforma para a lusofonia.

Na resposta à terceira pergunta derivada, constatamos que o estabelecimento da Parceria Estratégica Global sino-portuguesa marcou uma nova fase nas relações entre os dois países, tendo elevado Portugal na hierarquia dos países com os quais Pequim mantém relações diplomáticas. Como referimos anteriormente, na Europa, só outros três países assinaram um acordo semelhante com a China, designadamente, Reino Unido (2004), França (2004) e Espanha (2005), o que revela a importância da relação com o país lusófono europeu.

Parte do *soft power* da RPC, um acordo de Parceria Estratégica Global tem como objetivo elevar as relações bilaterais ou multilaterais. Não existe um padrão ou

um conjunto de condições *a priori* para a assinatura deste tipo de acordo, mas perspectivam-se sempre benefícios comuns. No caso sino-português, pretendeu-se reforçar a cooperação em diversos domínios: diálogo político, económico, língua, cultura e educação, ciência e tecnologia, justiça e saúde. Por um lado, o estreitar das relações sino-portuguesas pode ser enquadrado na dimensão europeia de Portugal. No âmbito da UE, persistem questões como o embargo de armas à RPC, que vigora desde 1989, e o estatuto de economia de mercado da China. No texto da Parceria Estratégica Global, Lisboa declarou apoio para discutir os temas, mas ainda não foi atingido qualquer resultado. É possível afirmar que, através deste tipo de acordo, Pequim tenta enfraquecer a existência de uma frente unida europeia. Ou seja, procura evitar posições coordenadas em assuntos sensíveis, que também se estendem à implementação dos pactos internacionais em matéria de direitos humanos.

No período em que incidiu a presente dissertação, compreendido entre 2005 e 2015, verificamos que a atualização do relacionamento foi notória com o alargamento da cooperação nas áreas político-diplomática, comercial e de investimento. A nível de contactos bilaterais, registou-se uma intensificação, visível pelo aumento do número e estatuto das visitas de alto nível. Como apresentamos no Capítulo III, considerando presidentes e membros dos Governos com o estatuto de primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro e ministro, foram realizadas cerca de 30 deslocações, entre as quais incluímos escalas técnicas. Se nos cingirmos às viagens presidenciais, é possível estabelecer um paralelismo interessante. De 1979 a 2004, três chefes de Estado portugueses e três chefes de Estado chineses visitaram a RPC e Portugal, respetivamente. Em todas as viagens registadas nestes 25 anos, o dossiê Macau aparecia como pano de fundo. Entre 2005 e 2015, dois presidentes portugueses e dois presidentes chineses deslocaram-se à RPC e a Portugal, respetivamente.

Em termos de relações comerciais, verificamos que, no mesmo período, registaram um aumento exponencial de 253,6 por cento, passando de 1.235.860.000 dólares americanos, em 2005, para 4.370.495.300 dólares americanos, em 2015 (Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa do Instituto de Estudos Regionais da Universidade de Economia e Negócios Internacionais, 2013; Fórum Macau, 2016). Acresce a este facto que, depois da visita de Hu Jintao a Portugal, em 2010, assistiu-se à entrada de capital chinês em setores-chave da economia lusa. Os investimentos surgiram num contexto de “oportunidade” gerado pela crise financeira e não estão relacionados

diretamente com a Parceria Estratégica Global, apesar de o acordo ter favorecido o contexto político-diplomático.

As aquisições e fusões de empresas europeias por grupos chineses configuram uma estratégia de médio-longo prazo, diferente do peso do turismo ou da compra de imóveis, que no caso português é enquadrada no programa de Autorização de Residência para Atividade de Investimento. Seguindo a política *going out* adotada no final da década de 1990 e reafirmada no 12.º Plano Quinquenal 2011-2015, as entidades da RPC, estatais ou privadas, exploram os mercados externos, tendo em vista o aumento das receitas e da competitividade, o acesso a tecnologia e *know-how*. Para Portugal, a entrada de capital chinês cumpre uma necessidade imediata de liquidez. Uma das questões mais criticadas é a quase ausência de criação de postos de trabalho a partir destes investimentos ou a não captação de capitais para desenvolver determinados setores industriais portugueses. Paralelamente, é apontada a falta de reciprocidade, isto é, a dificuldade das empresas portuguesas em aceder ao mercado da RPC.

Em relação à quarta pergunta derivada, confirmamos que o projeto de internacionalização da RPC contempla Portugal e que os novos interesses chineses no país estão alinhados com as diretrizes do Ministério do Comércio da RPC, lançadas em 2011. As áreas e indústrias indicadas como preferenciais para o investimento no exterior passavam por energia, ambiente, seguros e saúde. Na presente dissertação, analisámos com especial enfoque o caso da EDP. A entrada da China Three Gorges na elétrica portuguesa significou acesso da empresa estatal chinesa a tecnologia, especialmente na área das energias renováveis, formação de quadros, mercados onde as entidades da RPC têm dificuldade em penetrar, como é o caso dos EUA, e novas pontes para a lusofonia, com especial destaque para o Brasil.

Tal como os nossos entrevistados referiram, salientando-se Carmen Mendes, Luís Amado, Miguel Santos Neves e Rui Pereira, a questão da tecnologia e formação é importante para entender o interesse das empresas chinesas por Portugal. Os dados que a EDP nos forneceu indicam que 45 quadros da China Three Gorges ou de empresas participadas visitaram e receberam formação na elétrica portuguesa, entre o final de 2011 e setembro de 2016. A companhia está a prestar apoio em diversas áreas, tais como energias renováveis, vertente comercial, distribuição, “trading”, recursos humanos, “corporate finance” e “procurement” (processos de aquisição). Paralelamente, a EDP enviou quatro técnicos para a CTG, por períodos máximos de três meses. Um



funcionário da elétrica de Portugal encontra-se em Macau (EDP Ásia) e outro em Hong Kong (Hydro Global), em regime de “long term assignments”.

O impacto imediato da entrada da China Three Gorges na EDP passou por novas fontes de financiamento, através das entidades estatais Banco para o Desenvolvimento da China (China Development Bank) e Banco da China (Bank of China). A estratégia *going out* é alicerçada pelos incentivos das autoridades centrais, sendo que existe um fundo estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e pelo Export Import Bank, ambos subordinados ao Conselho de Estado, e outro coordenado pelo Ministério da Economia e pelo Ministério do Comércio da RPC. É também possível constatar que, depois do negócio da EDP, a China Three Gorges criou a China Three Gorges Brasil, que está já a participar em leilões de energia no país sem a colaboração da EDP Brasil, subsidiária da elétrica portuguesa.

A aquisição de uma participação da REN por parte da State Grid é outro dos negócios mais significativos. A empresa portuguesa está presente no mercado ibérico e em Moçambique, tendo ainda a totalidade da Energia das Ondas (Enondas), que detém a concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar, entre 2010 e 2045.

Além de terem apostado no setor energético, as empresas chinesas destacaram-se pelos investimentos na banca, nos seguros e na saúde, dos quais são exemplos a aquisição do BES Investimento pelo Haitong e a entrada da Fosun na privatização da Caixa Seguros e, posteriormente, na Espírito Santo Saúde, via Fidelidade. O Banco da China abriu uma sucursal, em Lisboa, e o ICBC tem um escritório de representação na capital portuguesa. Por detrás desta nova presença está o plano de tornar o renminbi numa moeda de referência em termos de relações internacionais.

Portugal regista também a presença das empresas Huawei, Wuhan Zhongye e Zhejiang Huadong. Nestes casos, os negócios representam a criação de postos de trabalho. De realçar ainda a compra da Veolia Water Portugal, a uma empresa espanhola, por parte do Beijing Enterprises Water Group. A aquisição abriu as portas do mercado português e também europeu ao grupo da RPC.

Um dos vários memorandos assinados entre a China e Portugal visava a cooperação financeira, através de uma linha de crédito de 300 milhões de euros para

apoiar as exportações portuguesas para a RPC. No entanto, ao longo da análise, não foi possível constatar efeitos práticos relacionados com o acordo.

A Parceria Estratégica Global contemplava ainda os domínios de língua, cultura e educação. Entre 2005 e 2015, o Instituto Confúcio criou polos na Universidade do Minho, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro (o polo da Universidade de Coimbra nasceu em 2016). As instituições de ensino superior chinesas e de Portugal também estreitaram relações na área da língua portuguesa.

Nos campos da ciência e tecnologia, é importante referir que a EDP e a China Three Gorges estabeleceram o centro de investigação New Energy World, dedicado a novas energias, assistência técnica mútua e ao apoio à participação conjunta em projetos internacionais desenvolvidos por outras entidades. A REN e o China Electric Power Research Institute, em representação da State Grid, também criaram o centro de investigação e desenvolvimento R&D Nester, vocacionado para a energia. Paralelamente, a empresa portuguesa Tekever e o Centro de Engenharia de Microssatélites de Xangai acordaram o desenvolvimento de equipamentos de telecomunicações e microssatélites. A Universidade de Zhejiang acolhe o Centro de Inovação Conjunto em Materiais Avançados Portugal-China, que pretende fortalecer as atividades de investigação, desenvolvimento e transferência de tecnologia.

Na área da saúde, o Instituto de Matéria Médica de Xangai destacou-se ao estabelecer uma parceria com a empresa portuguesa Technophage para o estudo de uma nova molécula para o tratamento da artrite reumatóide. Além disso, assinou um Memorando de Entendimento com a Universidade do Minho para criar uma plataforma conjunta de candidatura a programas de investigação na UE e na China.

O Acordo de Extradição ratificado entre os dois países, em 2007, é um dos objetivos alcançados no âmbito da Parceria Estratégica Global. A nível de justiça, é de salientar as várias visitas de responsáveis da magistratura dos dois países. O contacto entre as forças armadas chinesas e portuguesas também acontece, a um ritmo anual, sendo de destacar que o Navio-Escola Sagres aportou, em Xangai, em 2010, e a frota de escolta da marinha chinesa n.º 20 passou por Portugal, em 2015.

Os aspetos supracitados estão bem expostos na publicação *China's Foreign Affairs* do Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC, analisada nesta tese nas versões disponibilizadas em inglês e

chinês. Estes livros brancos apoiaram a nossa investigação para a resposta à quinta pergunta derivada sobre qual é a perceção chinesa sobre a relação Portugal-China.

Desde a assinatura da Parceria Estratégica Global, é evidenciada a evolução do relacionamento bilateral, reforçado pela defesa da possibilidade de aprofundamento das cooperações no futuro. Na perspetiva oficial de Pequim, constatamos também que os avanços nas relações sino-portuguesas não são acompanhados de fricções, sendo que não constituem polémica os temas mais sensíveis na relação com a UE, como os direitos humanos, a situação no Tibete ou a autonomia de Taiwan. Isto deveu-se à não interferência dos sucessivos Governos portugueses nas questões internas da RPC e à reafirmação constante do princípio de “uma só China”. Nas várias deslocações oficiais, os responsáveis políticos de Pequim e Lisboa têm igualmente referido como exemplar o processo de transferência de poderes de Macau para a RPC, em 1999, uma das demonstrações de que o relacionamento histórico, apesar de ter passado por questões territoriais, foi gerido sem atritos.

Através da análise que fizemos a esta publicação chinesa, verificamos que Portugal é referido como ponte para a lusofonia, sendo também abordada a possibilidade de serem estabelecidas cooperações trilaterais, enquadradas no Fórum Macau. Este plano, sobretudo direccionado para a América Latina e África, pode ser potenciado pelo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, criado em 2010 e dotado de mil milhões de dólares. As formas de cooperação trilateral definidas como prioritárias abrangem educação e formação, agricultura, proteção ambiental e novas energias.

Apesar de Portugal ter *know-how* nas áreas atrás referidas, o Fórum Macau está à mercê da iniciativa chinesa. Esta plataforma multilateral foi criada por Pequim com o objetivo de estabelecer um espaço complementar de contacto entre a RPC e os restantes Estados-membros. Os PALOP têm presença no FOCAC e o Brasil integra o grupo dos BRICS (sigla inglesa para as maiores economias emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Portugal, via UE, está representado no Diálogo Ásia-Europa. Contudo, Timor-Leste ainda não faz parte da ASEAN. Desde 2003, o Fórum Macau tem aprovado Planos de Ação que privilegiam áreas como a cooperação intergovernamental, empresarial, de nível local, turística e para o desenvolvimento; o comércio e investimento; a agricultura e as pescas; a engenharia e construção de

infraestruturas; a exploração de recursos naturais; a formação de recursos humanos; a logística; a saúde pública; o intercâmbio cultural; e a ciência e tecnologia.

Os resultados do Fórum Macau são de difícil medição, já que as relações de cada Estado-membro com a RPC antecedem o surgimento desta plataforma multilateral. No entanto, há uma forte componente de formação de quadros associada às atividades anuais. Em relação aos dois projetos aprovados pelo Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa, até 2015, nenhum integrou Portugal. Uma das características essenciais do Fórum Macau, como referimos, é o facto de estar dependente da iniciativa de Pequim. Para contrabalançar este peso da RPC, que também é visível na Parceria Estratégica Global, será necessário gizar uma estratégia para a China, que deve passar por instâncias governamentais, mas também *think-tanks* públicos ou privados, pela academia e pela sociedade civil. A disciplinação da relação com a China também pode passar pela UE.

A evolução da relação sino-portuguesa tem potencial para evoluir, em particular com a iniciativa “Uma faixa, uma rota”, criada por Pequim, em 2013, e que contempla Portugal na sua vertente atlântica, nomeadamente devido ao grande interesse chinês no Porto de Sines. Enquanto “porta de entrada” na Península Ibérica e também na Europa, a infraestrutura apresenta diversas potencialidades devido às condições que ali se encontram. Além de ser um porto de águas profundas, com capacidade para acolher todo o tipo de navios, tem várias possibilidades de crescimento, já que se encontra numa zona livre de pressões urbanas. Existe já um plano de construção de um segundo terminal de contentores, a Sul do atual, e prevê-se o reforço das ligações rodoferroviárias, com especial destaque para uma linha de comboios com destino a Espanha.

O interesse da RPC no Porto de Sines manifestou-se em acordos, contatos e diversas visitas de delegações chinesas. Em 2007, foi assinado um protocolo de cooperação com o Porto de Tianjin. Em 2011, o ministro dos Transportes da RPC, Li Shenglin, visitou a infraestrutura, tendo-lhe sido apresentados os planos de expansão. Em 2013, foi a vez de uma delegação do Banco para o Desenvolvimento da China (China Development Bank) conhecer as potencialidades de investimento, com especial interesse nos projetos de alargamento da capacidade portuária, como o novo terminal Vasco da Gama. Em 2015, o embaixador da RPC, Cai Run, visitou o Porto de Sines e,

já em 2016, o grupo Haitong assinou com o Governo português um acordo para investir na área logística de Sines.

A iniciativa “Uma faixa, uma rota” tenta recuperar o conceito da antiga Rota da Seda, terrestre e marítima, numa tentativa ligar vários países da Ásia Central, Europa e África, tendo por base infraestruturas viárias, ferroviárias, portuárias, condutas de gás e petróleo. cremos que a vertente atlântica de Portugal, em concreto o potencial do Porto de Sines, se enquadra nos objetivos de Pequim. Esta posição é reforçada pelo diplomata Lv Fengding, membro do Grupo Consultivo de Política Diplomática do MNE da RPC, que referiu a integração da infraestrutura no projeto chinês, abordando as suas potencialidades. Ainda assim, é preciso notar que, do ponto de vista da abrangência geográfica, o Atlântico não está incluído na iniciativa “Uma faixa, uma rota”. Em termos de investimentos, salienta-se já o estabelecimento de uma plataforma logística para produtos chineses, virada para o mercado atlântico, em 2008, pela empresa Nam Kwong.

Outro tema ligado à geoestratégia é a Base das Lajes. Em 2014, o presidente chinês, Xi Jinping, efetuou uma escala técnica na ilha Terceira, onde se encontrou com o então vice-primeiro-ministro português, Paulo Portas. Dois anos antes, o primeiro-ministro chinês da altura, Wen Jiabao, também esteve no arquipélago açoriano. Nesta altura, debate-se o futuro da utilização da base pelos EUA e existe a possibilidade de a China assumir a gestão do espaço deixado pelo exército norte-americano, caso a presença militar seja desmobilizada. O atual primeiro-ministro português, António Costa, garante que o interesse chinês está ligado à área da investigação científica. Contudo, a gestão da zona da base, que depois estará vedada, pode ser usada de outra forma. Do ponto de vista geoestratégico, pela proximidade a África e ao Médio Oriente, a Base das Lajes é uma peça-chave no teatro operacional dos Estados Unidos e da NATO. Passando para a China, ainda que sem aparentes fins militares, constitui um importante reforço da presença internacional da RPC.

Ainda na estratégia internacional de Pequim, Portugal é um dos fundadores do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, uma iniciativa chinesa que pretende ser uma alternativa ao Banco Mundial e está direcionada para a promoção do investimento nos setores de energia, transportes, telecomunicações, entre outros.

Depois de respondidas as cinco perguntas derivadas, estamos aptos a responder à pergunta principal “Como evoluiu a relação entre a China e Portugal desde a assinatura da Parceria Estratégica Global?”. Em primeiro lugar, este tipo de acordo tem uma dimensão simbólica, tendo definido Portugal como parceiro estratégico. A RPC atribuiu importância ao país e elevou o relacionamento bilateral, que, depois de resolvida a questão de Macau, só tinha ficado marcado pela criação do Fórum Macau, em 2003.

Como patenteámos no Capítulo I, este tipo de acordo pretende criar um contexto mais favorável ao desenvolvimento do relacionamento entre as duas partes, numa perspetiva de cooperação a longo-prazo e estável. As parcerias estratégicas da China preveem igualdade, benefícios mútuos e resultados positivos, a partir de interesses convergentes. Ao clarificarmos o conceito, verificámos que se trata de uma ideia abrangente, que potencia diversas formas de cooperação político-diplomática, económico-financeira, securitária, tecnológica e cultural. No caso sino-português, comprovámos vários desenvolvimentos entre 2005 e 2015.

Em termos político-diplomáticos, concluímos que existe uma crescente ação da China em relação a Portugal, como afirmou o antigo ministro português dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado. Do ponto de vista simbólico, Pequim refere-se sempre ao país como uma potência histórica. Neste quadro, de aparente igualdade, a liderança chinesa definiu que Portugal passasse a ser seu parceiro estratégico, estatuto que conferiu a poucos Estados europeus. O interesse chinês está ligado à dimensão de Portugal, enquanto membro da UE, da CPLP e da Comunidade Ibero-Americana. Contudo, é seguro afirmar que o maior peso pende sobre a relação portuguesa com os países lusófonos, distribuídos em três continentes, mas com especial enfoque em África.

A Parceria Estratégica Global sino-portuguesa, sendo um mecanismo da política externa chinesa, potenciou novas formas de cooperação, que foram evoluindo. Entre 2005 e 2010, os principais desenvolvimentos registados são institucionais. Ao longo desse período, Pequim declarou sempre a vontade de expandir e aprofundar as relações, sendo que, do lado português, essa postura foi igualmente afirmada. No entanto, registou-se uma fraca rentabilização do acordo. As consultas políticas passaram a ser regulares, mas não foram acompanhadas de resultados, com exceção da abertura do Consulado-Geral de Portugal em Xangai. Esta nova representação diplomática portuguesa em território chinês – a terceira, depois da Embaixada de Portugal em

Pequim e do Consulado-Geral de Portugal em Macau e Hong Kong – permitiu potenciar novas formas de cooperação, especialmente o nível económico, já que a cidade chinesa é a principal praça financeira da RPC. No entanto, também representaria uma dimensão política e cultural.

A visita à China do então primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, em 2007, ficou marcada pela assinatura do Acordo de Extradução entre os dois países. Na comitiva do líder do Governo português seguiram mais de 50 empresários, mostrando a vontade de expandir as relações comerciais e económicas. Essa vertente também ficou expressa na visita a Portugal de Hu Jintao, em 2010, que terminou a assinatura de vários acordos de cooperação. O MNE da RPC indica que a deslocação do antigo presidente chinês abriu uma nova fase histórica no relacionamento, após um primeiro período marcado pelo aprofundamento dos contatos oficiais. As declarações de Hu Jintao nesta visita sintetizaram as bases do relacionamento bilateral sino-português: a China e Portugal são civilizações antigas, a solução harmoniosa da questão de Macau foi exemplar e entre os dois países não existiam problemas securitários. Na comitiva do antigo presidente chinês seguiu meia centena de empresários e a viagem foi descrita como tendo o objetivo de acertar a compra de dívida soberana portuguesa. A esta deslocação seguiu-se a vaga de investimentos chineses em Portugal, que é favorecida pelo contexto político-diplomático. No entanto, não está relacionada diretamente com o estabelecimento da Parceria Estratégica Global. Por fim, a visita à China de Cavaco Silva, com uma comitiva composta por mais de cem empresários portugueses, encerrou os contatos políticos de alto nível, sendo que foram definidas novas áreas de cooperação.

Outro nível de relacionamento político envolve os Governos locais da RPC. Entre 2005 e 2015, representantes das províncias de Guizhou, Zhejiang, Hubei e Guangdong, e dos municípios de Pequim e de Xangai, estiveram em Portugal. A promoção de determinadas regiões chinesas na Europa tem sido potenciada através de ações de “paradiplomacia” das redes de empresários chineses que emigraram. Estas províncias e estes municípios envolvidos apresentam uma maior prosperidade e um elevado nível de integração na economia mundial. Em Portugal, alguns empresários chineses, que têm cargos em Conselhos Consultivos Provinciais e Municipais, foram nomeados embaixadores económicos informais de cidades da China Continental. Ao abrir esta possibilidade descentralizada de relacionamento, ainda que integrada na

estratégia internacional de Pequim, Portugal pode obter acesso a determinadas regiões chinesas que têm uma dimensão semelhante à do país. No que diz respeito à diplomacia, e tendo em conta este direcionamento, é preciso sublinhar que está em perspetiva a reabertura de um consulado português em Cantão, principal cidade da província de Guangdong, onde Portugal teve uma missão até 1966.

A relação político-diplomática entre a China e Portugal tem sido pautada pela retórica, como já elucidámos. Do lado português, é importante salientar que foi sempre reafirmado o princípio de “uma só China”, assim como o compromisso de Lisboa trabalhar no seio da UE com vista ao levantamento do embargo de armas e à obtenção do estatuto de economia de mercado reclamados pela RPC.

Em termos económico-financeiros, comprovamos que existe um crescimento das trocas comerciais e dos contatos. Quando a Parceria Estratégica Global foi assinada, o então primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, propôs duplicar o comércio bilateral, em três anos, o que acabou por ser registado. Durante o período em análise, o valor das trocas entre os dois países aumentou mais de 250 por cento. Para além disso, assistiu-se à entrada de capital chinês em setores-chave da economia lusa. Os investimentos foram estimulados pela crise financeira, sendo que o processo de privatizações tornou legítima a entrada de interesses da RPC, em Portugal, devido à apresentação das propostas mais vantajosas. A presença de empresas estatais e privadas chinesas, à semelhança do que acontece em toda a Europa, está incluída na estratégia *going out*. Esta política de Pequim apoia a internacionalização das companhias do país, de forma a alcançarem novos mercados, *know-how* e mais receitas. A Constituição do PCC, revista pela última vez em novembro de 2012, reafirma que a China procura o desenvolvimento pacífico e promove uma estratégia de abertura com resultados *win-win*, defendendo a prosperidade comum. Mas o investimento chinês não é, na maior dos casos, gerador de emprego. As empresas da RPC adquirem posições em companhias europeias que apresentam um modelo de negócios consolidado, com rentabilidade, segurança e produtos de qualidade.

O caso da EDP é paradigmático, já que a empresa pertence à área da energia e tem um enfoque especial na área das renováveis, nomeada pela China como prioritária. Além disso, está presente em mercados internacionais, como a lusofonia e também os EUA, onde as companhias chinesas ainda enfrentam dificuldades de entrada neste setor. Todo o *know-how* garantido com esta operação pode ser transposto para a RPC, desde a



gestão até à formação de quadros chineses, como de resto está a acontecer, em Portugal, mas também na China Continental.

As empresas chinesas que estão a atuar em Portugal fazem parte ou do Estado ou são conglomerados com uma vasta operação. Já a entrada de companhias portuguesas em território da China Continental tem menor expressão, em parte devido à dimensão que têm. Portugal poderia aproveitar os 24 acordos de geminação que já foram estabelecidos entre cidades lusas e chinesas, de forma a que as empresas portuguesas se pudessem direcionar para regiões específicas da China, com mercados extensos, mas não tão competitivos como os principais centros urbanos e as províncias mais populosas. A promoção de determinadas localizações, através de ações de “paradiplomacia” das redes de empresários da RPC que emigraram para Portugal, é também uma hipótese a explorar.

Na área da economia, atualmente, verificamos diversas formas de diálogos e de cooperação, como a Comissão Mista Económica, que se reuniu por oito ocasiões, até 2016 (curiosamente, houve um interregno dos encontros, entre janeiro de 1999 e março de 2004), e o Grupo de Trabalho sobre o Investimento Direto, constituído em 2007. A Parceria Estratégica Global também abrangeu o estabelecimento do Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, que entrou em vigor em 2008 para criar condições favoráveis para a realização de investimentos e assegurar, em regime de reciprocidade, o tratamento mais favorável dos investidores e a garantia de proteção e segurança plena dos investimentos já realizados.

O envolvimento crescente entre a China e Portugal tem levado a uma mobilização maior em termos de iniciativas empresariais. A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa tem, hoje, mais associados. Há ainda espaço para o surgimento de estruturas como a Associação de Jovens Empresários Portugal-China.

A cooperação ao nível de estágios para quadros portugueses, em empresas sediadas na China, ao abrigo do programa Inov-Contacto, foi igualmente reforçada. Os dois países acordaram ainda colaborar em estratégias de marketing e incrementar os fluxos turísticos. Neste último caso, as ligações aéreas diretas entre a China e Portugal vão potenciar o número de visitantes chineses e, consequentemente, os gastos que estes vão fazer no país.

A estratégia internacional da RPC tem sempre metas. A nível financeiro, um dos atuais objetivos é a internacionalização do renminbi, com Portugal e os países de língua portuguesa a serem vistos como locais onde pode ser promovido o uso da moeda em transações internacionais. Em 2012, o ICBC, que esteve envolvido na concessão de empréstimos para a injeção de capital na REN, instalou um escritório de representação, em Lisboa. Em 2013, o Banco da China, que esteve envolvido no financiamento da REN e também da EDP, inaugurou uma sucursal na capital portuguesa. O Haitong, na primeira vez que saiu das fronteiras da Ásia, comprou o BESI, num processo concluído em 2015.

O setor segurador e da saúde motivaram igualmente o interesse chinês, sendo que nestes casos há uma intenção de explorar áreas que estão a ser desenvolvidas na China Continental e que dizem respeito à cada vez mais notada classe média chinesa. Em 2014, a Fosun ganhou a privatização da Caixa Seguros, garantindo a aquisição de posições maioritárias na seguradora Fidelidade, na Multicare e na Cares. No mesmo ano, a sociedade de capital de risco Fosun garantiu quase a totalidade do capital da Espírito Santo Saúde, transformando-a em Luz Saúde (já em 2016, a posição aumentou).

Outra face dos investimentos chineses é o programa de Autorização de Residência para Atividade de Investimento. Os cidadãos chineses garantiram a maior parte dos chamados “vistos *gold*”, que possibilitam a circulação livre no Espaço Schengen. O investimento maioritário correspondeu à aquisição de imóveis com um valor superior a 500 mil euros e não a investimentos geradores de emprego.

Em termos securitários, constatamos a ausência de preocupações entre a RPC e Portugal. Na área militar, as relações têm registado um desenvolvimento paulatino, com contatos regulares, potenciado por um engajamento internacional da China cada vez mais notório, como são exemplo a presença em missões de paz da ONU ou as ações de combate à pirataria. De facto, a diplomacia militar da RPC tem crescido de forma quantitativa e qualitativa, incorporando encontros de alto-nível ao abrigo das “parcerias estratégicas”, formação e exercícios. Esta é também uma forma da sofisticação da política externa chinesa, que pretende consolidar a posição de potência global e criar uma imagem de um ator responsável, sustentada pela estratégia de desenvolvimento pacífico.

Em termos tecnológicos, as parcerias também aumentaram, com algumas a resultarem de contrapartidas nos processos de privatizações de empresas portuguesas. Entre estas destacam-se a criação do centro de investigação e cooperação tecnológica NEW, entre a EDP e a CTG, e o centro de investigação e desenvolvimento R&D Nester, entre a REN e a SG. O protocolo para iniciar os estudos de uma nova molécula para o tratamento da artrite reumatóide, entre a Technophage e o Instituto de Matéria Médica de Xangai, e o desenvolvimento de equipamentos de telecomunicações e microssatélites, entre a Tekever e o Centro de Engenharia de Microssatélites de Xangai, configuram esforços no meio empresarial. Quanto ao Centro de Inovação Conjunto em Materiais Avançados Portugal-China, sediado na Universidade de Zhejiang, é fruto de uma parceria na área do ensino superior. Em Portugal, é necessário referir que a Huawei, que está instalada no país desde 2004, criou um centro tecnológico. Por agora, o impacto destas iniciativas ainda está por medir, mas é possível notar duas tendências. As empresas chinesas procuram desenvolver projetos de pesquisa ou estabelecer plataformas de raiz, direcionadas para uma área específica, que no caso português está ligada à energia. Além de potenciar o conhecimento e as novas descobertas, a cooperação tecnológica aumenta a confiança entre os dois países, que se tornam parceiros, de uma forma adicional.

Em termos culturais, a abertura do primeiro Instituto Confúcio, na Universidade do Minho, em 2006, foi discutida aquando da preparação da assinatura da Parceria Estratégica Global sino-portuguesa. No período em análise da presente dissertação, mais dois centros foram inaugurados, na Universidade de Lisboa e na Universidade de Aveiro (a unidade da Universidade de Coimbra abriu portas em 2016). O Instituto Confúcio é um exemplo do *soft power* chinês, que serve para projetar a imagem da RPC no exterior, através da língua e cultura chinesas. No entanto, a existência de alegadas tentativas de interferência no funcionamento das universidades onde estão instalados pode provocar fortes repercussões, uma vez que a instituição está na dependência do Ministério da Educação da China. Em Portugal, é ainda importante referir que o Instituto Confúcio integrado na Universidade de Aveiro tem como função contribuir para a implementação do mandarim nos ensinos básico e secundário.

Paralelamente, assiste-se ao aumento do número de cursos de língua portuguesa (bacharelato, licenciatura e mestrado) na China Continental, sendo que existiam 28, em 2015 (excluindo as Regiões Administrativas Especiais de Macau e

Hong Kong). A crescente oferta tem como motivação a procura por profissionais bilingues chinês-português para atuar nos mercados lusófonos, com especial enfoque no Brasil e nos PALOP. Atualmente, a língua portuguesa é vista na RPC como uma língua de negócios, possibilitando uma presença mais efetiva de atores chineses em países com economias emergentes e com uma população jovem bastante alargada.

A par da vertente da língua, a cooperação cultural é realizada através de meios de comunicação, como a Rádio Internacional da China, com emissões em Portugal desde 2012, e programas de televisão, que resultaram de protocolos assinados entre os canais públicos dos dois países, em 2014. No mesmo ano, ficou acordada a criação recíproca de centros culturais, na RPC e em Portugal. Esta é uma via para estreitar mais as relações sino-portuguesas e que pode servir para promover um maior conhecimento da China. Apesar de existirem várias iniciativas, a realidade chinesa ainda não está disseminada por Portugal. A estrutura política do país, a forma como a liderança de Pequim coordena os interesses das empresas estatais ou privadas nos investimentos no estrangeiro, a diferença entre a China rural e a China urbana ou a cultura milenar do país, que influencia a forma como os chineses fazem negócios ou interagem socialmente, são ainda aspetos pouco conhecidos em Portugal. No geral, a RPC é vista como um país, sem ter em conta que as dinâmicas do poder central devem ser complementadas com o contexto de cada província, região autónoma, município ou Região Administrativa Especial. Por sua vez, estes diferentes ordenamentos têm diferentes formas de autonomia, o que pode gerar maior ou menor integração num plano internacional.

Podemos concluir que existe uma convergência objetiva entre a China e Portugal, ainda que os interesses de ambos sejam díspares. É também possível afirmar que a Parceria Estratégica Global resulta num jogo de soma positiva, em que a cooperação e o intercâmbio são favoráveis: para Portugal, a curto-prazo, o que revela a falta de uma estratégia; para a RPC, satisfaz os interesses do país, que estão enquadrados em políticas muito concretas, desenvolvidas desde a década de 1990 e aprofundadas no século XXI.

Partindo da posição chinesa, verificamos que Pequim tem reafirmado a importância e o interesse em aprofundar a Parceria Estratégica Global com Portugal. Esta afirmação tem como referência a nossa análise à publicação anual *China's Foreign Affairs* do Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios

Estrangeiros da RPC, desenvolvida no Capítulo IV. A política externa chinesa prossegue com o ideal de independência, o que lhe permite estabelecer políticas bilaterais e multilaterais que possam beneficiar o desenvolvimento interno. A penetração de interesses da RPC em áreas como as energias renováveis, seguros ou saúde mostram uma viragem na estratégia de Pequim, não apenas concentrada em satisfazer as necessidades que alavancaram a economia de base exportadora. O modelo até está a ser repensado, uma vez que o PIB do país tem desacelerado nos últimos anos. No futuro, a iniciativa “Uma faixa, uma rota” vai marcar o relacionamento com Portugal, tendo redobrada importância a questão do Porto de Sines, que pode funcionar como ponto de contato entre a rota marítima e a rota terrestre deste plano de Pequim, assim como a influência chinesa no Atlântico.

Do ponto de vista português, analisado pelas entrevistas realizadas a Carmen Mendes, Duarte de Jesus, Miguel Santos Neves e Rui Pereira, verificamos que existem várias potencialidades na relação com a RPC, que deve ser reforçada, desde logo, através de novas formas de promover a Parceria Estratégica Global, com ações empresariais, culturais e académicas. Existe alguma passividade, que contrasta com a ação político-diplomática da China em relação a Portugal. Numa primeira fase, será importante a política externa portuguesa abrir janelas de oportunidades na Ásia, com a China à cabeça. No entanto, os objetivos definidos devem ser realistas. Uma vez que os investimentos das empresas chinesas têm um planeamento político por detrás, o Governo de Lisboa pode exercer influência para captar capitais em determinadas áreas geradoras de emprego, como indústrias transformadoras e agricultura.

Apesar de a publicação *China's Foreign Affairs* ter servido de base à nossa análise da visão oficial chinesa sobre a relação com Portugal, consideramos que estudos futuros devem ampliar as pesquisas, a partir de outras fontes da RPC, nomeadamente, investigadores e responsáveis políticos. A ausência deste tipo de perspetiva é uma limitação da presente dissertação, pois, mesmo tendo sido feitos contatos, não conseguimos autorização de entrada na China para a realização de entrevistas.

Outros trabalhos que merecem ser efetuados passam por estudos comparativos sobre o resultado das Parcerias Estratégicas Globais assinadas pela RPC com Portugal e com outros países, como é o caso do Reino Unido, que também firmou um acordo deste tipo com Pequim e administrou um território chinês, até 1997. Análises económicas à entrada de capital chinês em empresas nacionais também podem sugerir novos

caminhos à investigação na área das relações sino-portuguesas. O envolvimento de Portugal no Fórum Macau e os interesses chineses no Atlântico, englobando Portugal e a recente iniciativa “Uma faixa, uma rota”, são ainda possibilidades de análises futuras.

## Bibliografia

- 中華人民共和國外交部政策規劃司. (2010). *中國外交 2010*. Pequim: 世界知識出版社.
- 中華人民共和國外交部政策規劃司. (2014). *中國外交 2014*. Pequim: 世界知識出版社.
- 中華人民共和國外交部政策規劃司. (2015). *中國外交 2015*. Pequim: 世界知識出版社.
- Açoriano Oriental. (26 de setembro de 2016). "*Primeiro-Ministro chinês faz escala técnica de dois dias na ilha Terceira*". Obtido em junho de 2017, de <http://www.acorianooriental.pt/noticia/primeiro-ministro-chines-faz-escala-tecnica-de-dois-dias-na-ilha-terceira>
- AICEP. (2016). China - Síntese País.
- AIIB. (s.d.). *Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.aiib.org/en/about-aiib/who-we-are/our-work/index.html>
- Škoba, L. (2014). *Chinese investment in the EU*. European Parliamentary Research Service.
- Amado, L. *Entrevista* (junho de 2016). Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP (membro independente).
- Andornino, G. B. (2010). China and Global Governance: Status quo power or challenge to the global order? Em S. Breslin (Ed.), *Handbook of China's International Relations* (pp. 94-105). Londres: Routledge.
- Associação Nacional de Municípios Portugueses. (s.d.). *Geminações de Cidades e Vilas*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.anmp.pt/anmp/pro/mun1/gem10110.php>
- Banco da China. (2 de Julho de 2013). *Bank of China Lisbon Branch Holds Opening Ceremony*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.boc.cn/en/bocinfo/bi1/201307/t20130705\\_2348889.html](http://www.boc.cn/en/bocinfo/bi1/201307/t20130705_2348889.html)
- Banco da China. (s.d.). *Bank of China Europe Branches*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.boc.cn/en/aboutboc/ab6/200812/t20081216\\_494259.html](http://www.boc.cn/en/aboutboc/ab6/200812/t20081216_494259.html)
- Banco Mundial. (s.d.). *China*. Obtido em setembro de 2016, de <http://data.worldbank.org/country/china>

- BCP. (22 de Novembro de 2016). *Banco Comercial Português informa sobre participação qualificada da Chiado, filial da Fosun*. Obtido em novembro de 2016, de [https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/comunicados/2016/Fosun\\_PartQual\\_pt1\\_22112016.pdf](https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Institucional/investidores/Documents/comunicados/2016/Fosun_PartQual_pt1_22112016.pdf)
- BESI. (2014). *Relatório e Contas 2014*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.haitongib.com/media/3352664/rcbesi14.pdf>
- Bijian, Z. (setembro/novembro de 2005). China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*.
- Boletim Oficial. (14 de dezembro de 1987). *Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau*. Obtido em setembro de 2016, de <http://bo.io.gov.mo/bo/i/88/23/dc/pt/>
- Brown, A. (2009). *The Rise and Fall of Communism*. HarperCollins E-books.
- Brzezinski, Z. (1983). *Power and Principle*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux.
- Câmara de Comércio Britânica na China. (s.d.). *China's Twelfth Five Year Plan (2011-2015)*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.britishchamber.cn/content/chinas-twelfth-five-year-plan-2011-2015-full-english-version>
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa. (janeiro de 2014). *Investimento Direto Português no Estrangeiro - Lista Indicativa de Empresas na China*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.ccilc.pt/sites/default/files/idpe\\_-\\_china\\_p.pdf](http://www.ccilc.pt/sites/default/files/idpe_-_china_p.pdf)
- Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. (21 de maio de 2013). *Concelho de Estado - edição 2013 homenageou o dignatário Li Zhaoxing e refletiu sobre a importância da China no contexto atual*. Obtido em junho de 2017, de <http://www.cmav.pt/noticia.php?id=1626>
- Cabestan, J.-P. (2010). China's new diplomacy: old wine in a new bottle? Em S. Breslin (Ed.), *Handbook of China's International Relations* (pp. 1-11). Londres: Routledge.
- Canal Macau. (junho de 2014). *Entrevista ao embaixador Huang Songfu*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.youtube.com/watch?v=lwIJr9kYRTY>
- Cargo News. (30 de maio de 2013). *"Porto de Sines recebeu delegação do China Development Bank"*. Obtido em maio de 2017, de <http://www.cargoedicoes.pt/site/Default.aspx?tabid=380&id=9167&area=Cargo>
- Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa do Instituto de Estudos Regionais da Universidade de Economia e Negócios Internacionais. (2013). *Relatório dos*



*Dez Anos do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa*. Pequim: China Commerce and Trade Press.

Centro de Inovação Conjunto em Materiais Avançados Portugal. (2015). *Concurso para a Apresentação de Propostas de Investigação Conjuntas do Centro de Inovação para Materiais Avançados Portugal-China*. Obtido em outubro de 2016, de [https://www.fct.pt/apoios/protocolos/jicam/2015/Edital\\_JICAM2015-110116.pdf](https://www.fct.pt/apoios/protocolos/jicam/2015/Edital_JICAM2015-110116.pdf)

Chen, J. (2001). *Mao's China and the Cold War*. Chapel Hill: The University of North Carolina.

Chen, J. (2003). A Response: How to Pursue a Critical History of Mao's Foreign Policy. p. 137.

China Daily. (7 de novembro de 2010). *"China, Portugal to boost bilateral ties"*. Obtido em maio de 2017, de [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/07/content\\_11512472.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2010-11/07/content_11512472.htm)

China Daily. (8 de novembro de 2010). *"President Hu winds up European trip"*. Obtido em maio de 2017, de [http://www.chinadaily.com.cn/china/2010hueurope/2010-11/08/content\\_11513954.htm](http://www.chinadaily.com.cn/china/2010hueurope/2010-11/08/content_11513954.htm)

China Internet Information Center. (s.d.). *China Internet Information Center*. Obtido em junho de 2016, de <http://www.china.org.cn/english/congress/229174.htm>

Comissão das Comunidades Europeias. (1998). *Desenvolvimento de uma parceria global com a China*. Obtido em agosto de 2016, de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:1998:0181:FIN:PT:PDF>

Comissão Europeia. (2016). *EU-China "trade in goods" statistics*. Obtido em setembro de 2016, de <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/>. Consultados em setembro de 2016

Conceição, L. M. (1988). *1862-1887 Macau entre Dois Tratados com a China*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. (2006). *World Investment Report*. Obtido em agosto de 2016, de [http://unctad.org/en/docs/wir2006\\_en.pdf](http://unctad.org/en/docs/wir2006_en.pdf)

Congresso dos EUA. (1979). *Taiwan Relations Act*. Obtido em junho de 2016, de <https://www.congress.gov/bill/96th-congress/house-bill/2479>

Constituição do PCC. (2012). *Partido Comunista Chinês*. Obtido em dezembro de 2016, de [http://www.china.org.cn/china/18th\\_cpc\\_congress/2012-11/16/content\\_27138030.htm](http://www.china.org.cn/china/18th_cpc_congress/2012-11/16/content_27138030.htm)

- CTG Brasil. (s.d.). *China Three Gorges Brasil*. Obtido em setembro de 2016, de <http://ctgbr.com.br/a-empresa/>
- CTG Brasil. (s.d.). *CTG Brasil assume operação das hidrelétricas de Ilha Solteira e Jupia*. Obtido em setembro de 2016, de <http://ctgbr.com.br/ctg-brasil-assume-operacao-das-hidreletricas-de-ilha-solteira-e-jupia/>
- Davies, K. (2013). *China Investment Policy: An Update*. OECD Publishing.
- Deng, X. (1994). *Textos Escogidos de Deng Xiaoping Tomo III (1982-1992)* (1ª Edição ed.). Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras.
- Deng, Y. (2005). "International Status" in Chinese Foreign Policy. Em Y. Deng, & F.-L. Wang (Edits.), *China Rising - Power and Motivation in Chinese Foreign Policy*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- Deng, Y. (2008). *China's Struggle for Status: The Realignment of International Relations*. Cambridge: Cambridge.
- Departamento de Estado dos EUA. (1957). *American Foreign Policy 1950-1955*. Washington.
- Departamento de Estado dos EUA. (s.d.). *Chiefs of Mission for China*. Obtido em julho de 2016, de <https://history.state.gov/departmenthistory/people/chiefsofmission/china>
- Departamento de Estado dos EUA. (s.d.). *Departamento de História*. Obtido em julho de 2016, de <https://history.state.gov/departmenthistory/travels/president/bush-george-h-w>
- Departamento de Estado dos EUA. (s.d.). *Joint Statement Following Discussions With Leaders of the People's Republic of China*. Obtido em maio de 2016, de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v17/d203>
- Departamento de Estados dos EUA. (12 de janeiro de 1980). *Foreign Relations of the United States, 1977-1980, Volume XIII, China*. Obtido em junho de 2016, de <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v13/d295>
- Departamento de Planejamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2006). *China's Foreign Affairs 2006*. Pequim: World Affairs Press.
- Departamento de Planejamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2007). *China's Foreign Affairs 2007*. Pequim: World Affairs Press.
- Departamento de Planejamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2008). *China's Foreign Affairs 2008*. Pequim: World Affairs Press.

- Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2009). *China's Foreign Affairs 2009*. Pequim: World Affairs Press.
- Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2011). *China's Foreign Affairs 2011*. Pequim: World Affairs Press.
- Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2012). *China's Foreign Affairs 2012*. Pequim: World Affairs Press.
- Departamento de Planeamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. (2013). *China's Foreign Affairs 2013*. Pequim: World Affairs Press.
- Diário da República. (2008). *Decreto n.º 17/2008*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/InformacaoEconomicaRegulamentar/Anexos/ChinaDecreto17\\_2008APPRI.pdf](http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/InformacaoEconomicaRegulamentar/Anexos/ChinaDecreto17_2008APPRI.pdf)
- Diário da República. (5 de agosto de 2008). *Decreto-Lei n.º 152/2008*. Obtido em outubro de 2016, de <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2008/08/15000/0522805234.pdf>
- Diário de Notícias. (8 de março de 2010). *"Governo estuda privatizar TAP, CTT, EDP, Galp e REN"*. Obtido em maio de 2017, de <http://www.dn.pt/economia/interior/governo-estuda-privatizar-tap-ctt-edp-galp-e-ren-1514177.html>
- Diário de Notícias. (27 de abril de 2015). *"500 alunos começam a aprender mandarim nas escolas"*. Obtido em junho de 2017, de <http://www.dn.pt/portugal/interior/500-alunos-comecam-a-aprender-mandarim-nas-escolas-4534158.html>
- Diário de Notícias. (24 de agosto de 2016). *"EDP assina contrato para construir barragem no Peru"*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/edp-assina-contrato-para-construir-barragem-no-peru-5353277.html>
- Diário Digital. (6 de junho de 2006). *"Portugal-China: Parceria estratégica marca reunião em Lisboa"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=231217](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=231217)
- Diário Digital. (23 de outubro de 2008). *"Vasco Pereira Coutinho abre torrefação em Macau"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=106402](http://dinheirodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=106402)

- Diário do Governo. (1951). *Diário do Governo, I Série, número 117*. Obtido em setembro de 2016, de <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/1951/06/11701/04070412.pdf>
- Diário do Povo. (9 de novembro de 2010). *"New page in China-Portugal relations"*. Obtido em junho de 2017, de <http://en.people.cn/90001/90776/90883/7192352.html>
- Diário do Povo. (21 de junho de 2011). *"Defense Minister pledges to strengthen cooperation with Portuguese army"*. Obtido em maio de 2017, de <http://en.people.cn/90001/90776/90883/7415544.html>
- Diário Económico. (7 de setembro de 2015). *"BESI passa a Haitong mas mantém Ricciardi como CEO"*. Obtido em setembro de 2016, de [http://economico.sapo.pt/noticias/besi-passa-a-haitong-mas-mantem-ricciardi-como-ceo\\_228158.html](http://economico.sapo.pt/noticias/besi-passa-a-haitong-mas-mantem-ricciardi-como-ceo_228158.html)
- Diário Económico. (1 de julho de 2015). *"Euronext assina acordo com banco chinês ICBC"*. Obtido em setembro de 2016, de [http://economico.sapo.pt/noticias/euronext-assina-acordo-com-banco-chines-icbc\\_222537.html](http://economico.sapo.pt/noticias/euronext-assina-acordo-com-banco-chines-icbc_222537.html)
- Dingding, C., & Jianwei, W. (2011). Lying Low No More? China's New Thinking on the Tao Guang Yang Hui Strategy. *China: an International Journal*, 195-216.
- Dinheiro Vivo. (7 de junho de 2014). *"Empresa chinesa Wuhan Industries investe 27 milhões em Portugal"*. Obtido em outubro de 2016, de <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/empresa-chinesa-wuhan-industries-investe-27-milhoes-em-portugal/>
- Dinheiro Vivo. (12 de outubro de 2016). *"António Costa admite interesse chinês na Base das Lajes"*. Obtido em outubro de 2016, de <https://www.dinheirovivo.pt/economia/antonio-costa-admite-interesse-chines-na-base-das-lajes/>
- Direção-Geral de Política de Defesa Nacional. (s.d.). *China*. Obtido em junho de 2017, de <http://dgpdn.blogspot.pt/2013/01/china.html>
- Dittmer, L. (2015). China's Dream, China's World. Em L. Chih-Shian, & A. S. Ding (Edits.), *China Dreams: China's New Leadership and Future Impacts* (pp. 33-55). Singapura: World Scientific.
- EDP. (5 de dezembro de 2011). *"EDP é eleita Empresa de Energia mais Sustentável da América do Sul em 2011"*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.com.br/imprensa/noticias/Paginas/2011/12/EDP-e-eleita-Empresa-de-Energia-mais-Sustentavel-da.aspx>

- EDP. (2012). *EDP e China Three Gorges estabelecem parceria estratégica*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.com/pt-pt/edp-e-china-three-gorges-estabelecem-parceria-estrategica-2/>
- EDP. (2012). *Relatório e Contas 2012*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2012/Relatorio%20e%20Contas%202012/RelatorioContas2012\\_PT.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2012/Relatorio%20e%20Contas%202012/RelatorioContas2012_PT.pdf)
- EDP. (2013). *Relatório e Contas 2013*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2013/Relatorio%20e%20Contas%202013/RC\\_EDP\\_2013\\_PT\\_Final\\_acta.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2013/Relatorio%20e%20Contas%202013/RC_EDP_2013_PT_Final_acta.pdf)
- EDP. (27 de outubro de 2014). *EDP e CTG inauguram centro de investigação NEW*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.pt/pt/media/noticias/2014/Pages/EDPeCTGinauguramcentrodeinvestigacaoNEW.aspx>
- EDP. (2014). *Relatório e Contas 2014*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2014/Relatorio%20e%20Contas%202014/EDP\\_Relatorio\\_Contas\\_2014\\_WEB.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2014/Relatorio%20e%20Contas%202014/EDP_Relatorio_Contas_2014_WEB.pdf)
- EDP. (2015). *Relatório e Contas 2015*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2015/Relatorios%202015/Relat%C3%B3rio%20e%20Contas%202015.pdf>
- EDP. (2016). *Conselho de Administração Executivo da EDP*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.pt/pt/aedp/sobreaedp/gestores/Pages/ConselhodeAdministra%C3%A7%C3%A3oExecutivo.aspx>
- EDP. (2016). *Conselho Geral e de Supervisão da EDP*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.edp.pt/pt/aedp/governosocietario/orgaosgovernosocietario/conselhogeraldesupervisao/Pages/Composi%C3%A7%C3%A3o.aspx>
- EDP. (s.d.). *EDP no Mundo*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.edp.pt/pt/aedp/edpNoMundo/Pages/EDPMundo.aspx>
- Eisenhower Presidential Library. (s.d.). *Annual Message to the Congress on the State of the Union, February 2nd, 1953*. Obtido em março de 2016, de [http://www.eisenhower.archives.gov/all\\_about\\_ike/speeches/1953\\_state\\_of\\_the\\_union.pdf](http://www.eisenhower.archives.gov/all_about_ike/speeches/1953_state_of_the_union.pdf)
- Embaixada da RPC na Irlanda. (23 de setembro de 2011). *Foreign Minister Yang Jiechi Attends the Launch of the Global Counter-terrorism Forum, the International Conference on Afghanistan, and the UN Security Council High-Level Meeting on Preventive Diplomacy*. Obtido em outubro de 2016, de <http://ie.china-embassy.org/eng/NewsPress/t862160.htm>

- Embaixada da RPC no Reino Unido. (12 de maio de 2004). *China-UK Joint Statement about the comprehensive strategic partnership*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.chinese-embassy.org.uk/eng/wjzc/zygx/t101947.htm>
- Embaixada da RPC nos EUA. (1982). *Joint Communiqué of the People's Republic of China and the United States of America ( August 17, 1982)*. Obtido em junho de 2016, de <http://www.china-embassy.org/eng/zmgx/doc/ctc/t946664.htm>
- Expresso. (23 de fevereiro de 2013). *"China, Qatar e Japão com interesse em Alqueva"*. Obtido em maio de 2017, de <http://expresso.sapo.pt/economia/china-qatar-e-japao-com-interesse-em-alqueva=f789055#ixzz2LuXiDE57>
- Expresso. (23 de fevereiro de 2013). *"Nuno Crato em Pequim para fomentar parcerias científicas"*. Obtido em maio de 2017, de <http://expresso.sapo.pt/politica/nuno-crato-em-pequim-para-fomentar-parcerias-cientificas=f789226>
- Expresso. (22 de maio de 2016). *"Chineses vão entrar, até agosto, no consórcio que comprou a TAP"*. Obtido em setembro de 2016, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-05-22-Chineses-vao-entrar-ate-agosto-no-consorcio-que-comprou-a-TAP>
- Expresso. (11 de outubro de 2016). *"Visita de António Costa desbloqueia voo direto entre Portugal e a China"*. Obtido em outubro de 2016, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-10-11-Visita-de-Antonio-Costa-desbloqueia-voo-direto-entre-Portugal-e-a-China>
- Expresso. (15 de outubro de 2016). *"Novo terminal de Sines causa desconforto"*. Obtido em outubro de 2016, de <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-10-15-Novo-terminal-de-Sines-causa-desconforto>
- Feng, Z., & Huang, J. (8 de junho de 2014). China's strategic partnership diplomacy: engaging with a changing world. *The Global Partnerships Grid Series*, 20.
- Fernandes, M. S. (2000). *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas 1945-1995*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Fernandes, M. S. (2002). A iniciativa gorada de Franco Nogueira para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China Continental em 1964. *Revista da Administração*, XV, 559-601.
- Fidelidade. (22 de setembro de 2014). *Anúncio preliminar da oferta pública de aquisição da Fidelidade à Espírito Santo Saúde*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.luzsaude.pt/media/6899733/anuncio\\_preliminar\\_fidelidade.pdf](http://www.luzsaude.pt/media/6899733/anuncio_preliminar_fidelidade.pdf)
- Financial Times. (2009). *China to deploy foreign reserves*. Obtido em agosto de 2016, de <https://www.ft.com/content/b576ec86-761e-11de-9e59-00144feabdc0>

- Fok, K. C. (1996). *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*. Lisboa: Gradiva.
- Força Aérea Portuguesa. (2009). *Comissário-Político da Força Aérea do Exército Popular de Libertação da China visitou a Força Aérea*. Em *Mais Alto*, Julho/Agosto, 380, 54.
- Fórum Macau. (2003). *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2003*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-approved-in-2003/?lang=pt>
- Fórum Macau. (2006). *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2006*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-cooperation-approved-in-2006/?lang=pt>
- Fórum Macau. (2010). *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 3.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2010-2013)*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-3rd-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2010-2013/?lang=pt>
- Fórum Macau. (junho de 2013). *Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2014/10/1.1-20cpdfund2013.compressed.pdf>
- Fórum Macau. (2014). *Oito Novas Medidas Anunciadas pela Parte Chinesa na Cerimónia de Abertura da 4.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau (2014 a 2016)*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/eight-new-measures-to-support-the-development-of-portuguese-speaking-countries-announced-by-china-at-the-opening-ceremony-of-the-4th-ministerial-conference-of-forum-macao-2014-2016/?lang=pt>
- Fórum Macau. (2014). *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 4.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2014-2016)*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-4th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2014-2016/?lang=pt>

- Fórum Macau. (2016). *As Trocas Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa entre Janeiro e Dezembro de 2015*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2016/03/Trade\\_Jan-Dec-2015.jpg](http://www.forumchinaplp.org.mo/wp-content/uploads/2016/03/Trade_Jan-Dec-2015.jpg)
- Fórum Macau. (s.d.). *Dados das trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa do Fórum Macau*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.forumchinaplp.org.mo/category/news/trade-data/?lang=pt>
- Garver, J. W. (2003). The Opportunity Costs of Mao's Foreign Policy Choices. Em *The China Journal* (Vol. 49). The University of Chicago Press.
- Garver, J. W. (2006). China's Decision for War with India in 1962. Em A. I. Johnston, & R. S. Ross (Eds.), *New Approaches to the Study of Chinese Foreign Policy* (pp. 86-130). Stanford: Stanford University Press.
- Gaspar, C. (2013). Conflitos, Convergências e Crises. *Nação e Defesa*, pp. 104-132.
- Gilpin, R. (1981). *Wan and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gonçalves, A. (2009). A política externa portuguesa para a China: 30 anos de relações.
- Gonçalves, A. (2011). A Parceria Estratégica União Europeia-China.
- Governo dos Açores. (2012). *Primeiro-ministro da China esteve hoje na Terceira*. Obtido em outubro de 2016, de <http://www.azores.gov.pt/gacs/noticias/2012/junho/primeiro+ministro+da+china+esteve+hoje+na+terceira.htm>
- Guoguang, W., & Lansdowne, H. (2008). International multilateralism with Chinese characteristics. Em W. Guoguang, & H. Lansdowne (Eds.), *China Turns to Multilateralism: Foreign policy and regional security* (pp. 3-17). Nova Iorque: Routledge.
- Haitong. (2015). *Relatório e Contas 2015*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.haitongib.com/media/3682830/hb\\_rcontas\\_2015.pdf](http://www.haitongib.com/media/3682830/hb_rcontas_2015.pdf)
- Haitong. (s.d.). *Presença internacional do Haitong*. Obtido em setembro de 2016, de <http://www.haitongib.com/en/where-we-are>
- Hamrin, C. L. (1994). Élite Politics and Foreign Relations. Em T. W. Robinson, & D. Shambaugh (Eds.), *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press.
- Harding, H. (1992). *A Fragile Relationship: The United States and China since 1972* (1ª Edição ed.). Massachusetts: The Brookings Institutions.



- Hess, C. A. (2010). Keeping the past alive: the use of history in China's foreign relations. Em S. Breslin (Ed.), *Handbook of China's International Relations* (pp. 47-54). Londres: Routledge.
- Ikenberry, G. J. (2001). *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton : Princeton University Press.
- Ikenberry, G. J. (janeiro/fevereiro de 2008). The Rise of China and the Future of the West. Can the Liberal System Survive? *Foreign Affairs*, pp. 23-37.
- Ilhéu, F. (2010). As relações económicas e comerciais entre Portugal e a área económica chinesa: do ciclo de Macau à entrada da China na OMC. Em *Negócios Estrangeiros* (pp. 171-184). Lisboa: Instituto Diplomático.
- INE. (20 de novembro de 2012). *Censos 2011*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.inr.pt/uploads/docs/recursos/2013/20Censos2011\\_res\\_definitivos.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/recursos/2013/20Censos2011_res_definitivos.pdf)
- Instituto Confúcio. (janeiro de 2016). *Revista Instituto Confúcio*, 12.
- Instituto Diplomático. (2010). Trinta anos de relações diplomáticas luso-chinesas e dez anos sobre a transferência da administração de Macau para a China. *Negócios Estrangeiros*, 16, 19-21.
- Jesus, D. d. (2007). *Faces da China*. Mem Martins: Fundação Jorge Álvares/Edições Inquérito.
- Jesus, D. d. (2013). *Precisará Portugal de uma política externa para a Ásia?* Instituto da Defesa Nacional.
- Jesus, D. d. *Entrevista* (Janeiro de 2016). Embaixador jubilado, investigador e docente universitário.
- Jia, J. X. (2015). *Chinese ODI in Europe: Trends and Implications for the EU*. EU Asia Centre.
- Jianwei, W. (2008). China's New Frontier Diplomacy. Em G. Sujian, & J.-M. F. Blanchard (Edits.), *Harmonious World and China's New Foreign Policy* (pp. 21-38). Plymouth: Lexington Books.
- Jin, G., & Saldanha, A. V. (2000). *Para a Vista do Imperador: Memoriais da Dinastia Qing sobre o Estabelecimento dos Portugueses em Macau (1808-1887)*. Macau: IPOR.
- Jin, G., & Wu, Z. (2007). *Revisitar os primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História* (1ª Edição ed.). Macau: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente.

- Jornal de Negócios. (12 de janeiro de 2005). *"Portugal e China assinam contrato de cooperação económica hoje em Pequim"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal\\_e\\_china\\_assinam\\_contrato\\_de\\_cooperacao\\_economica\\_hoje\\_em\\_pequim](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal_e_china_assinam_contrato_de_cooperacao_economica_hoje_em_pequim)
- Jornal de Negócios. (30 de maio de 2007). *"China aprova compra de 60% da New Liuyuan por parte da Cimpor"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/china\\_aprova\\_compra\\_de\\_60\\_da\\_new\\_liuyuan\\_por\\_parte\\_da\\_cimpor.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/china_aprova_compra_de_60_da_new_liuyuan_por_parte_da_cimpor.html)
- Jornal de Negócios. (29 de outubro de 2008). *"Cimpor adquire empresa na China por 25 milhões de euros"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/cimpor\\_adquire\\_empresa\\_na\\_china\\_por\\_25\\_milhoes\\_de\\_euros.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/cimpor_adquire_empresa_na_china_por_25_milhoes_de_euros.html)
- Jornal de Negócios. (22 de junho de 2012). *"Paulo Portas e Vítor Gaspar vão à China em Julho"*. Obtido em maio de 2017, de <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/paulo-portas-e-viacutetor-gaspar-vatildeo-agrave-china-em-julho>
- Jornal de Negócios. (25 de setembro de 2012). *"EDP foi o maior investimento chinês na Europa no segundo trimestre"*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp\\_foi\\_o\\_maior\\_investimento\\_chinecirs\\_na\\_europa\\_no\\_segundo\\_trimestre.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/edp_foi_o_maior_investimento_chinecirs_na_europa_no_segundo_trimestre.html)
- Jornal de Negócios. (15 de fevereiro de 2012). *"Paulo Portas inaugura investimento de 10 milhões da chinesa Huawei"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/paulo\\_portas\\_inaugura\\_investimento\\_de\\_10\\_milhoes\\_da\\_chinesa\\_huawei.html](http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/paulo_portas_inaugura_investimento_de_10_milhoes_da_chinesa_huawei.html)
- Jornal de Negócios. (18 de junho de 2014). *"Portugal assina três protocolos de cooperação cultural com a China"*. Obtido em junho de 2017, de [http://www.jornaldenegocios.pt/economia/cultura/detalhe/portugal\\_assina\\_tres\\_protocolos\\_de\\_cooperacao\\_cultural\\_com\\_a\\_china](http://www.jornaldenegocios.pt/economia/cultura/detalhe/portugal_assina_tres_protocolos_de_cooperacao_cultural_com_a_china)
- Jornal de Negócios. (7 de outubro de 2016). *"Fidelidade já controla 98,7% da Luz Saúde"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/bolsa/detalhe/fidelidade\\_ja\\_controla\\_987\\_da\\_luz\\_saude](http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/bolsa/detalhe/fidelidade_ja_controla_987_da_luz_saude)
- Jornal de Negócios. (6 de dezembro de 2016). *"Apollo, Lone Star e Minsheng negoceiam Novo Banco"*. Obtido em dezembro de 2016, de <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/banca---financas/detalhe/apollo-lone-star-e-minsheng-negoceiam-novo-banco>
- Jornal de Notícias. (6 de novembro de 2016). *"O homem mais poderoso do Mundo está em Lisboa para comprar dívida"*. Obtido em maio de 2017, de

<http://www.jn.pt/nacional/interior/o-homem-mais-poderoso-do-mundo-esta-em-lisboa-para-comprar-divida-1704629.html>

Jornal Tribuna de Macau. (11 de novembro de 2009). "*Força Aérea portuguesa quer intercâmbio com China*". Obtido em junho de 2017, de <http://arquivo.jtm.com.mo/view.asp?dT=331307001>

Jornal Tribuna de Macau. (22 de abril de 2015). "*Banco da China cria equipa para negócios com países lusófonos*". Obtido em setembro de 2016, de <http://jtm.com.mo/local/banco-da-china-cria-equipa-para-negocios-paises-lusofonos/>

Kai, H. (2008). China's Peaceful Rise and Multilateral Institutions: In Search of a Harmonious World. Em G. Sujian, & J.-M. F. Blanchard (Edits.), *Harmonious World and China New Foreign Policy* (pp. 65-81). Plymouth: Lexington Books.

Kamm, H. (9 de novembro de 1978). Teng Tells the Thais Moscow-Hanoi Treaty Perils World's Peace; Vietnam Called 'Small Hegemonist'. *The New York Times*, p. A9.

Keil, L. (1990). *Jorge Álvares: O Primeiro Português que foi à China (1513)*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Kissinger, H. (2012). *Da China* (2ª Edição ed.). (F. e. Silva, Trad.) Lisboa: Quetzal.

Kurlantzick, J. (2007). *Charm Offensive: How China's Soft Power Is Transforming the World*. New Haven e Londres: Yale University Press.

Lüthi, L. M. (2008). *The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World*. New Jersey: Princeton University Press.

Labor Research Institute. (1957). *Discurso Secreto de Nikita Khrushchev*. Paris: Labor Research Institute.

Lai, H. (2012). The soft power concept and a rising China. Em L. Hongyi, & L. Yiyi (Edits.), *China's Soft Power and International Relations* (pp. 1-18). Londres e Nova Iorque: Routledge.

Lai, S. L. (2007). *The International Environment and China's Twin Models of Development*. Berna: Peter Lang.

Lanteigne, M. (2009). *Chinese Foreign Policy*. Nova Iorque: Routledge.

Lanteigne, M. (2010). Security, strategy and the former USSR - China and the Shanghai Cooperation Organisation. Em S. Breslin (Ed.), *Handbook of China's International Relations* (pp. 166-176). Londres: Routledge.

Le Corre, P., & Sepulchre, A. (2016). *China's Offensive in Europe*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.

- Leandro, J. E. (12 de janeiro de 2008). The Bilateral Relationship Between Portugal and China since 1949. *Negócios Estrangeiros*, pp. 129-134.
- Leandro, J. E. (2011). *Macau nos Anos da Revolução Portuguesa 1974-1979* (1ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Lin, J. Y., Cai, F., & Li, Z. (2003). *The China Miracle: Development Strategy and Economic Reform* (Revised Edition ed.). (J. Y. Lin, F. Cai, & Z. Li, Edits.) Hong Kong: The Chinese University Press.
- Longrun Portugal. (2014). *Relatório e Contas 2014*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.fidelidade.pt/PT/a-fidelidade/QuemSomos/QuemSomos/Documents/Longrun-2014-10-novembro.pdf>
- Lu, D., & Yao, J. (2015). Adjusting to lower growth in the Xi era. Em Y. Zheng, & L. L. Gore (Edits.), *China Entering the Xi Jinping Era* (pp. 93-108). Nova Iorque: Routledge.
- Macauhub. (19 de maio de 2014). *"Macau e Portugal vão reforçar cooperação"*. Obtido em junho de 2017, de <https://macauhub.com.mo/pt/2014/05/19/macau-and-portugal-plan-to-increase-cooperation/>
- Martins, M. A. (dezembro de 2010). Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China: uma perspectiva diplomática. *Negócios Estrangeiros*, pp. 239-270.
- Medeiros, E. S. (2009). *China's International Behavior*. RAND Corporation.
- Medeiros, E. S., & Fravel, M. T. (novembro/dezembro de 2003). China's New Diplomacy. Obtido em maio de 2016, de <http://www.foreignaffairs.com/articles/59362/evan-s-medeiros-and-m-taylor-fravel/chinas-new-diplomacy>
- Mendes, C. A. (2010). A China e a Cooperação Sul-Sul. Em *Relações Internacionais* (pp. 39-46). Lisboa: IPRI.
- Mendes, C. A. (2010). The Significance of the PCA in the Sino-European Relations: A Step Forward or a Stumbling Block? Em J. Men, & G. Balducci (Edits.), *Prospects and Challenges for EU-China Relations in the 21st Century: The Partnership and Cooperation Agreement* (pp. 217-242). Bruxelas: P.I.E. Peter Lang.
- Mendes, C. A. (2013). A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. *Nação e Defesa*, pp. 279-293.

- Mendes, C. A. (2013). *Portugal, China and Macau Negotiations 1986-1999*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Mendes, C. A. *Entrevista* (dezembro de 2015). Investigadora e docente universitária.
- Mierzejewski, D. (2012). The quandary of China's soft-power rhetoric: the "peaceful-rise" concept and internal debate. Em L. Hongyi, & L. Yiyi (Edits.), *China's Soft Power and International Relations* (pp. 64-82). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros de Taiwan. (2016). Obtido em agosto de 2016, de <http://www.mofa.gov.tw/en/AlliesIndex.aspx?n=DF6F8F246049F8D6&sms=A76B7230ADF29736>
- Missão da RPC na UE. (2004). Vigorously Promoting Comprehensive Strategic Partnership Between China and the European Union.
- Mitchell, D., & McGiffert, C. (2007). Expanding the "Strategic Periphery": A History of China's Interaction With the Developing World. Em J. Eisenman, E. Heginbotham, & D. Mitchell (Edits.), *China and the Developing World: Beijing Strategy for the twenty-first century* (pp. 3-28). Londres: Routledge.
- MNE da RPC. (2013). *Foreign Minister Wang Yi on Major-Country Diplomacy with Chinese Characteristics*. Obtido em agosto de 2016, de [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjb\\_663304/zzjg\\_663340/zcyjs\\_663346/xgxw\\_663348/t1054783.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/zcyjs_663346/xgxw_663348/t1054783.shtml)
- MNE da RPC. (s.d.). *Chairman Mao Zedong's Theory on the Division of the Three World and the Strategy of Forming an Alliance Against an opponent*. Obtido em maio de 2016, de [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18008.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18008.shtml)
- MNE da RPC. (s.d.). *China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence*. Obtido em abril de 2016, de [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18053.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18053.shtml)
- MNE da RPC. (s.d.). *Establishment of Sino-French Diplomatic Relations*. Obtido em abril de 2016, de [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18003.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18003.shtml)
- MNE da RPC. (s.d.). *Premier Zhou Enlai's Three Tours of Asian and African countries*. Obtido em abril de 2016, de [http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18001.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18001.shtml)

- MOFCOM. (2006). *2006 Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment*. Obtido em outubro de 2016, de [http://tradeinservices.mofcom.gov.cn/upload/2009/04/10/1239341620797\\_10097466.pdf](http://tradeinservices.mofcom.gov.cn/upload/2009/04/10/1239341620797_10097466.pdf)
- MOFCOM. (2006). *China's direct investment overseas rises to \$6.9 bln*. Obtido em agosto de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/counseloroffice/westernasiaandaficareport/200601/20060101420111.shtml>
- MOFCOM. (2009). *2006 Statistical Bulletin of China's Outward of Foreign Direct Investment*. Obtido em setembro de 2016, de <http://tradeinservices.mofcom.gov.cn/en/c/2009-04-10/70570.shtml>
- MOFCOM. (2012). *Catalogue for the Guidance of Foreign Investment Industries (Amended in 2011)*. Obtido em outubro de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/policyrelease/aaa/201203/20120308027837.shtml>
- MOFCOM. (2016). *Official of the Department of Outward Investment and Economic Cooperation of the Ministry of Commerce Comments on China's Outward Investment and Economic Cooperation in 2015*. Obtido em setembro de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/201602/20160201251488.shtml>
- MOFCOM. (2016). *Official of the Department of Outward Investment and Economic Cooperation of the Ministry of Commerce Comments on China's Outward Investment and Economic Cooperation in 2015*. Obtido em agosto de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/201602/20160201251488.shtml>
- MOFCOM. (2016). *Official of the Department of Outward Investment and Economic Cooperation of the Ministry of Commerce Comments on China's Outward Investment and Economic Cooperation in 2015*. Obtido em setembro de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/201602/20160201251488.shtml>
- MOFCOM. (18 de janeiro de 2016). *Official of the Department of Outward Investment and Economic Cooperation of the Ministry of Commerce Comments on China's Outward Investment and Economic Cooperation in 2015*. Obtido em outubro de 2016, de <http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/policyreleasing/201602/20160201251488.shtml>
- MOFCOM. (s.d.). *MOFCOM*. Obtido em agosto de 2016, de <http://fta.mofcom.gov.cn/english/>

- Monteiro, L. (2011). *Portugal e a China: Uma Relação com Futuro*. Coimbra: Almedina.
- Morbey, J. (1990). *Macau 1999: O Desafio da Transição* (1ª Edição ed.). Lisboa: Edição de autor.
- Morgenthau, H. J. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Myers, J. T., Domes, J., & Yeh, D. M. (1995). *Chinese Politics - Fall of Hua Kuo-Feng (1980) to the Twelfth Party Congress (1982)* (Vol. 4). (J. T. Myers, J. Domes, & M. D. Yeh, Edits.) Columbia: University of South Carolina Press.
- Ness, P. V. (1970). *Revolution and Chinese Foreign Policy - Peking's Support for Wars of National Liberation*. University Of California Press.
- Neves, M. S. *Entrevista* (junho de 2016). Investigador, docente universitário, antigo assessor do governador de Macau, integrado na assessoria diplomática, e experito do Grupo de Ligação Luso-Chinês sobre a questão do estatuto internacional de Macau.
- Neves, M. S., & Rocha-Trindade, M. B. (outubro de 2008). As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global. *Revista Migrações*, pp. 165-189.
- Novo Banco. (8 de dezembro de 2014). *Novo Banco, S.A. informa sobre celebração de contrato de compra e venda da totalidade do capital social do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.* . Obtido em setembro de 2016, de <http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/docs/FR53160.pdf>
- Nye, J. S. (2008). *Liderança e Poder*. Lisboa: Gradiva.
- Observador. (11 de novembro de 2015). *"Caso Vistos Gold. Conheça tudo o que o MP reuniu contra Miguel Macedo"*. Obtido em outubro de 2016, de <http://observador.pt/2015/11/18/caso-vistos-gold-conheca-tudo-mp-reuniu-miguel-macedo/>
- ONU. (1958). Treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations. Em *Treaty Series*. ONU.
- ONU. (1963). *Resolução do Conselho de Segurança da ONU* . Obtido em setembro de 2016, de [http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/81288/S\\_5380-EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repository.un.org/bitstream/handle/11176/81288/S_5380-EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- ONU. (1971). *Restoration of the lawful rights of the People's Republic of China in the United Nations*. Obtido em maio de 2016, de <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/327/74/IMG/NR032774.pdf?OpenElement>

- Ponto Final. (4 de junho de 2014). *"Ana Maria Amaro deixa de organizar fóruns de sinologia"*. Obtido em novembro de 2016, de <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/06/04/ana-maria-amaro-deixa-de-organizar-foruns-de-sinologia/>
- Ponto Final. (28 de julho de 2014). *"Conferência marcada por incidente com Taiwan"*. Obtido em setembro de 2016, de <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/07/28/conferencia-marcada-por-incidente-com-taiwan/>
- Público. (25 e 26 abril de 1993). Memorial Secreto de Franco Nogueira. *Público*.
- Público. (10 de janeiro de 2005). *"Sampaio parte hoje em visita oficial à China"*. Obtido em maio de 2017, de <https://www.publico.pt/2005/01/10/politica/noticia/sampaio-parte-hoje-em-visita-oficial-a-china-1212689>
- Público. (9 de dezembro de 2005). *"Primeiro-ministro chinês propõe duplicar comércio bilateral com Portugal"*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.publico.pt/economia/noticia/primeiroministro-chines-propoe-duplicar-comercio-bilateral-com-portugal-1241480>
- Público. (31 de janeiro de 2007). *"Portugal e China assinam acordo de extradição "*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.publico.pt/2007/01/31/politica/noticia/portugal-e-china-assinam-acordo-de-extradicao-1284130>
- Público. (6 de novembro de 2010). *"Hu Jintao já está em Portugal para visita de dois dias"*. Obtido em maio de 2017, de <https://www.publico.pt/2010/11/06/economia/noticia/hu-jintao-ja-esta-em-portugal-para-visita-de-dois-dias-1464654>
- Público. (28 de março de 2012). *"Energia: Gigante chinês Sinopec fecha acordo de compra de 30% da Petrogal Brasil"*. Obtido em outubro de 2016, de <https://www.publico.pt/economia/noticia/gigante-chines-sinopec-fecha-acordo-de-compra-de-30-da-petrogal-brasil--1539775>
- Público. (23 de março de 2013). *"Chineses entram no negócio da água em Portugal"*. Obtido em setembro de 2016, de <https://www.publico.pt/economia/jornal/chineses-entram-no-negocio-da-agua-em-portugal-26268331>
- Público. (12 de maio de 2014). *"Empresa luso-chinesa investe 13 milhões e cria 86 empregos de raiz"*. Obtido em outubro de 2016, de <https://www.publico.pt/2014/05/12/economia/noticia/empresa-lusochinesa-investe-13-milhoes-e-cria-86-empregos-de-raiz-1635669>



- People's Daily. (2004). *Constituição da RPC adotada em 1982*. Obtido em setembro de 2016, de <http://en.people.cn/constitution/constitution.html>
- Pereira, B. F. (2006). Relações entre Portugal e a República Popular da China. Em *Relações Internacionais* (pp. 65-73). Lisboa: IPRI.
- Pereira, F. G. (2010). *Portugal, a China e a "Questão de Macau"* (2ª Edição ed.). Macau: Instituto Português do Oriente.
- Pereira, R. (2005). Relações Económicas Portugal/China: Análise da Situação Actual e Perspectivas de Evolução Futura. Em A. M. Amaro, & D. Martins (Eds.), *Estudos sobre a China VII* (pp. 419-458). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pereira, R. *Entrevista* (junho de 2016). Chefe de Divisão da Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia.
- Ponto Final. (28 de julho de 2014). *"Conferência marcada por incidente com Taiwan"*. Obtido em setembro de 2016, de <https://pontofinalmacau.wordpress.com/2014/07/28/conferencia-marcada-por-incidente-com-taiwan/>
- Porto de Sines. (s.d.). *Características Gerais*. Obtido em maio de 2017, de <http://www.portodesines.pt/o-porto/caracter%C3%ADsticas-gerais/>
- Qingmin, Z. (2014). Towards an Integrated Theory of Chinese Foreign Policy: bringing leadership personality back in. Em *Journal of Contemporary China* (pp. 902-922). Routledge.
- Qingmin, Z. (2014). Towards an Integrated Theory of Chinese Foreign Policy: Bringing Leadership Personality Back In. Em *Journal of Contemporary China* (pp. 902-922). Routledge.
- Qingmin, Z. (2015). China's Relations with Developing Countries: Patterns, Principles, Characteristics, and Future Challenges. Em C. P. Freeman (Ed.), *Handbook on China and Developing Countries*. Edward Elgar Publishing Limited.
- Queiró, A. R. (1976). *Lições de Direito Administrativo Vol. I*. Coimbra.
- Rádio Internacional da China. (s.d.). *Breve Apresentação sobre CRI*. Obtido em novembro de 2016, de <http://portuguese.cri.cn/623/2009/04/16/1s106059.htm>
- Rádio Renascença. (9 de outubro de 2016). *"Chineses apostam em Sines. Haitong investe em mais de mil hectares na zona"*. Obtido em outubro de 2016, de [http://rr.sapo.pt/noticia/65536/chineses\\_apostam\\_em\\_sines\\_haitong\\_investe\\_em\\_mais\\_de\\_mil\\_hectares\\_na\\_zona](http://rr.sapo.pt/noticia/65536/chineses_apostam_em_sines_haitong_investe_em_mais_de_mil_hectares_na_zona)
- Ramos, J. d. (2016). *Em Torno da China* (1ª Edição ed.). Casal de Cambra: Caleidoscópio.

- REN. (2012). *Relatório e Contas 2012*. Obtido em setembro de 2016, de [http://relatorioecontas2012.ren.pt/media/498695/ren\\_rc\\_2012.pdf](http://relatorioecontas2012.ren.pt/media/498695/ren_rc_2012.pdf)
- REN. (2 de fevereiro de 2012). *REN aprova parcerias estratégicas com State Grid International Development Limited e Oman Oil Company S.A.O.C*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.ren.pt/files/2013-08/2013-08-19103441\\_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0\\$\\$1186e338-8491-4ec8-8135-700e80846608\\$\\$19fb8024-933f-4dc7-86e9-4dd2e3e2e4af\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.ren.pt/files/2013-08/2013-08-19103441_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0$$1186e338-8491-4ec8-8135-700e80846608$$19fb8024-933f-4dc7-86e9-4dd2e3e2e4af$$file$$pt$$1.pdf)
- REN. (2013). *Relatório e Contas 2013*. Obtido em setembro de 2016, de [http://relatorioecontas2013.ren.pt/media/133476/rc-2013\\_pt.pdf](http://relatorioecontas2013.ren.pt/media/133476/rc-2013_pt.pdf)
- REN. (23 de junho de 2014). *Comunicado sobre participação qualificada*. Obtido em setembro de 2016, de [http://www.ren.pt/files/2014-06/2014-06-23181716\\_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0\\$\\$f7ccbca3-1839-4b33-af32-24602a9b0fd3\\$\\$78807874-75a9-4bf6-b7d9-3629fb2425e8\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.ren.pt/files/2014-06/2014-06-23181716_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0$$f7ccbca3-1839-4b33-af32-24602a9b0fd3$$78807874-75a9-4bf6-b7d9-3629fb2425e8$$file$$pt$$1.pdf)
- REN. (2014). *Relatório e Contas 2014*. Obtido em setembro de 2016, de [http://relatorioecontas2014.ren.pt/media/108475/rc\\_ren\\_2014\\_pt.pdf](http://relatorioecontas2014.ren.pt/media/108475/rc_ren_2014_pt.pdf)
- REN. (2015). *Relatório e Contas 2015* . Obtido em setembro de 2016, de <http://relatorioecontas2015.ren.pt/media/35672/ren-rc2015-pt-completo.pdf>
- REN. (6 de novembro de 2015). *Revisão do contrato de financiamento do Banco Industrial e Comercial da China* . Obtido em setembro de 2016, de [http://www.ren.pt/files/2015-11/2015-11-06171150\\_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0\\$\\$f7ccbca3-1839-4b33-af32-24602a9b0fd3\\$\\$ea2ca730-e8ea-400b-8a86-f2a57503041a\\$\\$file\\$\\$pt\\$\\$1.pdf](http://www.ren.pt/files/2015-11/2015-11-06171150_4c65f7f1-2e56-4968-a1af-585420fa64e0$$f7ccbca3-1839-4b33-af32-24602a9b0fd3$$ea2ca730-e8ea-400b-8a86-f2a57503041a$$file$$pt$$1.pdf)
- REN. (28 de julho de 2016). *Revisão do contrato de financiamento do Banco da China* . Obtido em setembro de 2016, de [https://www.ren.pt/pt-PT/media/comunicados/detalhe/ren\\_com\\_resultado\\_liquido\\_de\\_405\\_milhoes\\_d\\_e\\_euros\\_no\\_1\\_semestre/](https://www.ren.pt/pt-PT/media/comunicados/detalhe/ren_com_resultado_liquido_de_405_milhoes_d_e_euros_no_1_semestre/)
- REN. (s.d.). *Enondas*. Obtido em setembro de 2016, de [https://www.ren.pt/pt-PT/o\\_que\\_fazemos/outros\\_negocios/enondas/](https://www.ren.pt/pt-PT/o_que_fazemos/outros_negocios/enondas/)
- Revista Macau. (5 de junho de 2014). *"Visita de Aníbal Cavaco Silva: China tem portas abertas para Portugal"*. Obtido em maio de 2017, de <http://www.revistamacau.com/2014/06/05/visita-de-anibal-cavaco-silva-china-tem-portas-abertas-para-portugal/>
- Revista Macau. (12 de outubro de 2015). *"Cursos superiores em Português na China crescem"*. Obtido em junho de 2017, de

<http://www.revistamacau.com/2015/10/12/cursos-superiores-em-portugues-na-china-crescem/>

- Robinson, T. W. (1994). Chinese Foreign Policy 1940s-1990s. Em T. W. Robinson, & D. Shambaugh (Edits.), *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press.
- Rodhium Group. (2016). *EU-China FDI Monitor - 4Q 2015 Update*. Obtido em setembro de 2016, de [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/march/tradoc\\_154343.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/march/tradoc_154343.pdf)
- RTP. (24 de outubro de 2007). "*Lisboa assina acordo de cooperação com Pequim*". Obtido em novembro de 2016, de [http://www.rtp.pt/noticias/pais/lisboa-assina-acordo-de-cooperacao-com-pequim\\_n51534](http://www.rtp.pt/noticias/pais/lisboa-assina-acordo-de-cooperacao-com-pequim_n51534)
- RTP. (1 de setembro de 2016). "*Empresas da UE na China apelam ao fim de tratamento 'desigual'*". Obtido em outubro de 2016, de [http://www.rtp.pt/noticias/economia/empresas-da-ue-na-china-apelam-ao-fim-de-tratamento-desigual\\_n944272](http://www.rtp.pt/noticias/economia/empresas-da-ue-na-china-apelam-ao-fim-de-tratamento-desigual_n944272)
- Ruggie, J. G. (1998). *Constructing the World Polity*. Londres: Routledge.
- Sá, T. M. (2015). *A Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santana Carlos, A. *Entrevista* (Janeiro de 2016). Embaixador jubilado.
- Schmidt, A. (2010). Strategic Partnerships – A Contested Policy Concept. 1-10. Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik.
- Schram, S. (1989). *The Thought of Mao Tse-Tung*. Cambridge University Press.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (s.d.). *Autorização de Residência para Atividade de Investimento*. Obtido em outubro de 2016, de [http://www.sef.pt/portal/V10/PT/aspx/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id\\_Linha=6269](http://www.sef.pt/portal/V10/PT/aspx/apoioCliente/detalheApoio.aspx?fromIndex=0&id_Linha=6269)
- Setúbal na Rede. (15 de outubro de 2016). "*Porto de Sines recebe Embaixador da China em Portugal*". Obtido em outubro de 2016, de <http://setubalnarede.pt/breves/porto-de-sines-recebe-embaixador-da-china-em-portugal-10132/>
- Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Shirk, S. L. (2007). *China Fragile Superpower*. Oxford University Press.

- Snow, P. (1994). China and Africa: Consensus and Camouflage. Em T. W. Robinson, & D. Shambaugh (Edits.), *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press.
- Sonae Sierra. (22 de abril de 2014). "*Sonae Sierra entra no mercado chinês através de parceria com CITIC Capital*". Obtido em outubro de 2016, de <https://www.sonae.pt/pt/media/press-releases/sonae-sierra-entra-no-mercado-chines-atraves-de-parceria-com-citic-capital/>
- Sousa, F. d. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento.
- Souza, M. L. (2014). The Logic of the China's Strategic Partnerships: Foundations and Motivations. Katmandu.
- Su, H. (2009). Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs. Em M. Iida (Ed.), *China's Shift: Global Strategy of the Rising Power* (pp. 29-55). Tóquio: The National Institute for Defense Studies.
- Taylor, I. (2010). A challenge to the global liberal order? The growing Chinese relationship with Africa. Em S. Breslin (Ed.), *Handbook of China's International Relations* (pp. 187-199). Londres: Routledge.
- Tran, É., & Matias dos Santos, J. C. (2015). The Seminars of the Macao Forum: An Illustration of China's Soft-Power Diplomacy towards the Portuguese-Speaking Countries. (B. Chou, Ed.) *China: An International Journal*, 13 (China), 105-112.
- Transportes & Negócios. (11 de novembro de 2011). "*Ministro dos Transportes chinês visita Sines*". Obtido em maio de 2017, de <http://www.transportesenegocios.pt/ministro-dos-transportes-chines-visita-sines/>
- Truman Library. (s.d.). *Truman Library*. Obtido em março de 2016, de <http://www.trumanlibrary.org/publicpapers/viewpapers.php?pid=800>
- TVI. (21 de maio de 2013). "*Cristas: produtores já podem exportar leite para a China*". Obtido em maio de 2017, de <http://www.tvi24.iol.pt/economia/exportacoes/cristas-produtores-ja-podem-exportar-leite-para-a-china>
- United Press International. (1972). *Nixon Goes to China*. Obtido em maio de 2016, de [http://www.upi.com/Audio/Year\\_in\\_Review/Events-of-1972/Nixon-Goes-to-China/12305688736666-5/](http://www.upi.com/Audio/Year_in_Review/Events-of-1972/Nixon-Goes-to-China/12305688736666-5/)
- Universidade de Aveiro. (24 de abril de 2015). *Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro já está de portas abertas*. Obtido em junho de 2017, de <https://uaonline.ua.pt/pub/detail.asp?c=42263>
- Universidade do Minho. (15 de maio de 2014). *UMinho e Instituto de Matéria Médica de Shanghai assinam acordo de colaboração*. Obtido em outubro de 2016, de

<http://noticias.universia.pt/atualidade/noticia/2014/05/15/1096766/uminho-instituto-materia-medica-shanghai-assinam-acordo-colaboraco.html>

- Vieira, P. (2010). *Todos os portos a que cheguei* (1ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Visão. (17 de agosto de 2010). " *Navio Escola Sagres impedido de atracar em Macau por ser navio de guerra*". Obtido em outubro de 2016, de <http://visao.sapo.pt/actualidade/mundo/navio-escola-sagres-impedido-de-atracar-em-macau-por-ser-navio-de-guerra=f569435>
- Vogel, E. F. (2011). *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Vogt, R. (2012). Limitations for Europe's Partnership with China. Em R. Vogt (Ed.), *Europe and China: Strategic Partners or Rivals?* (pp. 59-). Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Wankun, F. Z., & Yu-shek, J. C. (1998). Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis. Em *Public and Social Administration Working Paper Series* (pp. 91-114). Hong Kong: City University of Hong Kong.
- Whiting, A. S. (1994). 1964-1965: Support for Vietnam Against the United States. Em T. W. Robinson, & D. Shambaugh (Edits.), *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Claredon Press.
- Wilson Center. (s.d.). *During a speech at the Moscow Meeting of Communist and Workers' Parties of 1957, Mao Zedong proclaims that "the east wind prevailing over the west wind". This version of the speech was edited by Mao for publication*. Obtido em março de 2016, de <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121559>
- Wilson Center. (s.d.). *Stalin informs Kim Il Sung of the decision to approve of North Korean request of arms, equipment and specialist requests, per his March 4 message*. Obtido em março de 2016, de <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/110683>
- Wilson Center. (s.d.). *Wilson Center*. Obtido em março de 2016, de <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/111240>
- Wilson Center. (s.d.). *Wilson Center*. Obtido em abril de 2016, de <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/121623.pdf?v=e1cd06384e2e67bdf11f809ead78849>
- Wu, D. (2015). China's trade and investment relations with the European Union. Em Y. Zheng, & L. L. Gore (Edits.), *China Entering in the Xi Jinping Era* (pp. 128-148). Nova Iorque: Routeledge.

- Xi, J. (2014). *Xi Jinping: A Governança da China*. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras.
- Xiaofei, L. (2010). *China's Outward Foreign Investment: A Political Perspective*. Lanham: University Press of America.
- Xinhua. (16 de janeiro de 2006). *China, Portugal to further ties between armed forces*. Obtido em dezembro de 2016, de Xinhua: [http://news.xinhuanet.com/english/2006-01/16/content\\_4057946.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2006-01/16/content_4057946.htm)
- Xinhua. (20 de março de 2007). *Senior Chinese leader stresses cooperation with Portugal*. Obtido em novembro de 2016, de Xinhua: [http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/20/content\\_5869638.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/20/content_5869638.htm)
- Xinhua. (15 de abril 2013). *Chinese naval escort fleet arrives for visit to Portugal*. Obtido em novembro de 2016, de Xinhua: [http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/15/c\\_132311151.htm](http://news.xinhuanet.com/english/china/2013-04/15/c_132311151.htm)
- Xinquan, T., & Huiping, M. (2015). China's Developing Country Identity - Challenges and Future Prospects. Em C. P. Freeman (Ed.), *Handbook on China and Developing Countries* (pp. 89-108). Edward Elgar Publishing.
- Yafeng, X. (2008). The Cold War and Chinese Foreign Policy. *E-International Relations*.
- Yee, H. S. (2001). *Macau in Transition: From Colony to Autonomous Region*. Houndmills: Palgrave.
- Yong, D. (2008). *China's Struggle for Status: The Realignment of International Relations*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Yun-han, C., Chih-cheng, L., & Myers, R. H. (2004). The 16th Party Congress: New Leaders, New China. Em C. Yun-han, L. Chih-cheng, & R. H. Myers (Edits.), *The New Chinese Leadership: Challenges and Opportunities after the 16th Party Congress* (pp. 1-9). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zhiqun, Z. (2010). *China's New Diplomacy* (1ª Edição ed.). Surrey: Ashgate Publishing Limited.

## **Anexo I. Declaração Conjunta dos Governos da República Portuguesa e da República Popular da China sobre o Reforço das Relações Bilaterais**

### **DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS GOVERNOS DA REPÚBLICA PORTUGUESA E DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE O REFORÇO DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

A convite de Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Eng.º José Sócrates, Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Popular da China, Senhor Wen Jiabao, efectuou uma visita oficial a Portugal nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2005. Durante a visita, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao manteve também encontros com Sua Excelência o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, e com Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama.

Os dirigentes dos dois países expressaram satisfação pelos desenvolvimentos crescentes no relacionamento bilateral entre Portugal e a China, marcados por uma tradicional amizade assente no respeito mútuo destacando em especial o processo negocial que conduziu à transferência de poderes em Macau, a 20 de Dezembro de 1999, avaliando positivamente a forma como decorreram os primeiros anos de existência da Região Administrativa Especial de Macau e manifestam-se convictos de que Macau continuará a contribuir para estreitar as relações entre Portugal e a China.

Os dois países assinalam que, no contexto da actual situação internacional,

devem reforçar a cooperação e promover o desenvolvimento comum com o objectivo de criar condições de benefício mútuo. As Nações Unidas desempenham um papel insubstituível na salvaguarda da paz e do desenvolvimento do mundo, bem como na resposta às ameaças e aos desafios de hoje. Portugal e a China concordaram em continuar a trabalhar activamente em importantes questões globais, como a reforma das Nações Unidas, o reforço do sistema multilateral, o combate ao terrorismo, a luta contra o tráfico de droga, a prevenção de catástrofes naturais e o controlo das doenças transmissíveis.

Os dois países consideram que os alicerces das suas relações bilaterais são sólidos, encerrando o seu desenvolvimento um enorme potencial pelo que deverão envidar esforços conjuntos, conferindo uma dinâmica e um conteúdo ainda mais reforçados ao relacionamento dos dois países, designadamente através do aprofundamento do diálogo político, das relações económicas e culturais e do estreitamento da cooperação nas áreas da educação, ciência e tecnologia, justiça e saúde, com o fim de trazer

maiores benefícios e bem-estar para os dois povos, contribuindo para a promoção da prosperidade comum.

Portugal e a China concordam em estabelecer uma Parceria Estratégica Global entre os dois países, desejando reforçar a cooperação especialmente nos seguintes domínios:

### **DIÁLOGO POLÍTICO**

1. Portugal e a China concordam em intensificar os encontros de Alto Nível incluindo a organização nos momentos apropriados de visitas recíprocas dos Chefes de Estado ou de Governo;
2. Os dois países desejam incrementar as consultas políticas regulares, tendo nomeadamente em vista possibilitar a realização de uma visita anual pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou de outros responsáveis de nível ministerial dos Governos da República Portuguesa e da República Popular da China e aproveitar os contactos políticos regulares ao nível governamental e de altos funcionários realizando, sempre que conveniente para ambos os países, encontros bilaterais à margem da AGNU e do diálogo no âmbito ASEM;
3. Portugal reitera a sua continuada adesão à política de uma só China e opõe-se à adopção de quaisquer acções unilaterais que Taiwan possa empreender contrárias a esse princípio, preconizando que as relações entre as duas margens do Estreito devem assentar num diálogo construtivo, a fim de se encontrar uma resolução pacífica para a questão de Taiwan e assegurar a estabilidade e prosperidade na região.
4. Portugal manifesta a sua disponibilidade para continuar a trabalhar no seio da União

Europeia com vista ao levantamento do embargo de armas da União Europeia à China com base nas conclusões do Conselho Europeu. Portugal reconhece os progressos da China no sentido de desenvolver uma economia de mercado e continuará a trabalhar com a Comissão Europeia para a obtenção do estatuto de economia de mercado por parte da China.

5. Os dois países destacam a importância do diálogo entre a União Europeia e a China em matéria de direitos humanos na base da igualdade e do respeito mútuo. Em conformidade com as respectivas situações internas, os dois países sublinham a necessidade de se promover a defesa e a protecção dos direitos humanos de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Tratados Internacionais no âmbito das Nações Unidas.
6. Os dois países estão dispostos a colaborar mais estreitamente na prossecução dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento em todas as suas vertentes, com especial atenção para a promoção de resolução dos problemas que ainda afectam muitos dos países e povos do continente africano.

### **ECONOMIA**

7. Portugal e a China empenhar-se-ão em intensificar os contactos governamentais e empresariais e em aprofundar a cooperação económica e comercial, com o objectivo de desenvolver as relações bilaterais nos domínios do comércio, do investimento e do turismo, aproveitando de forma plena os mecanismos existentes de consulta e de intercâmbio, tais como a Comissão Mista Económica e o Conselho Empresa-



rial. Os dois países acordam na realização da sexta reunião da Comissão Mista Económica Luso-Chinesa no decurso do próximo ano.

8. Portugal e a China congratulam-se com a assinatura da versão revista do Acordo de Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, que irá proporcionar mecanismos de protecção acrescida aos investidores de ambos os países. Tendo em vista incentivar a promoção do investimento recíproco, os dois países discutiram a criação de um Grupo de Trabalho sobre Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a funcionar no âmbito da Comissão Mista Económica.

9. Os dois países irão igualmente analisar a possibilidade de estabelecer, no quadro da Comissão Mista Económica, grupos de trabalho em domínios de interesse comum, tendo em vista alargar e diversificar a cooperação económica bilateral.

10. Portugal e a China conferem especial importância ao intercâmbio acrescido entre as empresas dos dois países, incluindo as Pequenas e Médias Empresas, destacando o papel que o Conselho Empresarial poderá desempenhar neste contexto, nomeadamente na promoção de encontros empresariais conjuntos com periodicidade regular. Os dois países incentivam ainda o estabelecimento de parcerias conjuntas e/ou consórcios no âmbito da candidatura a concursos públicos nos dois países.

11. Portugal e a China salientam o importante papel de plataforma desempenhado pelo Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa no desenvolvimento das relações de cooperação económica e

comercial, tanto a nível institucional como empresarial, entre os dois países. Os dois países saúdam a realização de duas importantes iniciativas em Portugal no próximo ano, o Encontro de Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa e o Seminário de Reflexão sobre o Futuro do Fórum, e antecipam os votos de sucesso para a Segunda Conferência Ministerial do Fórum, a realizar em Macau, no segundo semestre de 2006.

12. Os dois países reconhecem a importância de programas como o actual Inov-Contacto, que prevê a realização de estágios de recém-licenciados portugueses em empresas sediadas na China, e declaram-se dispostos a contribuir para o seu sucesso.

13. Portugal e a China estão dispostos a cooperar em estratégias de marketing e em incrementar os fluxos turísticos recíprocos, criando documentação de promoção nas respectivas línguas e procurando desenvolver o intercâmbio e colaboração entre os agentes do turismo dos dois países, através dos meios de comunicação social oficiais, em particular das televisões, na divulgação de programas de promoção dos respectivos países como destinos turísticos.

#### **LÍNGUA, CULTURA E EDUCAÇÃO**

14. Portugal e a China concordam em reforçar a cooperação no ensino das respectivas Línguas e Culturas, quer optimizando e ampliando os meios de docência da Língua Portuguesa existentes na China, nomeadamente através do aprofundamento da cooperação entre o Instituto Camões/Instituto Português do Oriente

com Instituições de Ensino chinesas, quer ampliando a dimensão e elevando a qualidade do ensino da Língua Chinesa em Portugal, desde logo através da acção do Instituto Confúcio.

15. Os dois países concordam com o lançamento gradual de um projecto-piloto do ensino e aprendizagem do Chinês em Portugal e do Português na China, como línguas estrangeiras, integradas no currículo dos alunos do Ensino Básico e Secundário dos dois países.

16. Os dois países acordam na utilização das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) no ensino da língua e outras aplicações técnicas da linguagem, apreciando o trabalho conjunto já existente envolvendo empresas de ambos os países, nomeadamente no domínio do *software*, bem como a temática da educação científica.

17. Portugal e a China comprometem-se a aprofundar o intercâmbio nos domínios da literatura, arquitectura, cinema e audiovisual, artes plásticas e do espectáculo e na área da conservação, defesa e valorização do património cultural móvel e imóvel, bem como dos direitos de autor e direitos conexos;

18. Portugal e a China decidem ampliar a realização de eventos educativos em meio escolar que aumentem o conhecimento mútuo dos alunos dos dois países na área da história, educação e cultura;

19. Os dois países estão dispostos a desenvolver uma colaboração reforçada ao nível do Ensino Superior, considerando que foi dado um importante passo com a assinatura do Acordo sobre o Reconhecimento de Graus Académicos e de Períodos de

Estudos de Ensino Superior, e a promover um maior intercâmbio entre as respectivas instituições de Ensino Superior, especialmente ao nível da pós-graduação e doutoramento, em áreas científicas e técnicas.

## **CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

20. Portugal e a China destacam o papel positivo desempenhado pelo Centro China-Portugal para a História das Ciências na promoção do intercâmbio histórico, científico e tecnológico entre os dois países e estão decididos a apostar no seu reforço e consolidação, apoiando a sua actividade futura.

21. Os dois países vão continuar a levar a cabo iniciativas com vista ao aprofundamento e dinamização da cooperação científica e tecnológica, concretamente:

a) Iniciar um novo ciclo de Workshops de Cooperação Científica e Tecnológica, a realizar numa base regular e alternadamente nos dois países, para identificar novas oportunidades para a investigação e desenvolvimento a nível científico e industrial;

b) Lançar um programa de conferências de alto nível por cientistas seniores portugueses e chineses, a levar a cabo em instituições dos dois países;

c) Estimular a colaboração entre instituições portuguesas e chinesas na formação avançada de recursos humanos em Ciência e Tecnologia, na Indústria e Universidades, em domínios prioritários de cooperação, nomeadamente: Tecnologias da Informação e Comunicações; Biotecnologia e Investigação Biomédica, Ciências da Física e do Espaço, Ciências dos Materiais, Ambiente e Oceanografia.

## **JUSTIÇA**

22. Portugal e a China vão definir em conjunto um programa de intercâmbio e cooperação no domínio da Justiça, estreitando as relações entre as respectivas autoridades e promover um melhor conhecimento recíproco dos sistemas jurídicos dos dois países, o qual incidirá prioritariamente nos domínios do Direito Penal e Processual Penal, do Direito Penitenciário, do reforço do Estado de Direito, do desempenho dos sistemas de administração da Justiça, do apoio judiciário, do combate ao terrorismo e à criminalidade transnacional e da cooperação judiciária em matéria penal e em matéria civil e comercial. A execução do programa revestirá formas como a visita de responsáveis ou de funcionários dos Ministérios da Justiça dos dois países, a partilha de informação jurídica, legislativa e jurisprudencial ou a troca de experiências sobre o trabalho desenvolvido em organizações internacionais.

23. Os dois países esforçar-se-ão em concluir com brevidade os procedimentos internos necessários à entrada em vigor do Acordo de Auxílio Judiciário Mútuo em

Matéria Penal entretanto assinado e manifestam o seu interesse em prosseguir negociações tendo em vista a futura celebração de um Acordo de Extradução e de um Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.

## **SAÚDE**

24. Portugal e a China estão dispostos a promover iniciativas de comunicação, de intercâmbio de boas práticas, de concepção de projectos de cooperação e de trabalho conjunto entre grupos de profissionais e entre as Instituições de Saúde dos dois países, acordando na constituição das seguintes redes de cooperação em saúde: epidemiologia, prevenção e controlo das doenças transmissíveis, saúde materna e infantil, emergência médica, segurança alimentar e educação para a saúde, virologia, política do medicamento, administração hospitalar e medicina tradicional chinesa.

LISBOA, 9 DE DEZEMBRO DE 2005

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

O PRIMEIRO-MINISTRO

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O PRIMEIRO-MINISTRO DO CONSELHO DE ESTADO

## **Anexo II. Guião das Entrevistas**

- A Parceria Estratégica Global, assinada entre China e Portugal, em 2005, atualizou a relação entre os dois países, depois da transferência de poderes de Macau?
- A Parceria Estratégica Global assinada entre Portugal e China é diferente das outras que a China assinou com países europeus?
- O que é que a China procura quando assina “parcerias estratégicas” com países europeus, como Portugal?
- Portugal ganhou o quê com a assinatura desta Parceria Estratégica Global?
- A China ganhou o quê com a assinatura desta Parceria Estratégica Global?
- A Parceria Estratégica Global deveria ser rentabilizada de outra forma? Qual?
- Pequim criou o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos. Até que ponto Portugal é importante na estratégia de internacionalização da China na lusofonia?
- Desde 2011, empresas chinesas investiram em vários sectores da economia portuguesa, como o energético e financeiro. Qual é a razão de se terem direcionado para áreas tão específicas?

### Quadro I. Parcerias estabelecidas pela RPC\*

<b>Denominação da Parceria Estratégica</b>	<b>País ou organização (ano)</b>
<i>Long term and strategic partnership</i>	Brasil (1993)
<i>Strategic partnership of mutual trust and mutual benefit</i>	Austrália (2013)
<i>Comprehensive strategic partnership of coordination</i>	Rússia (1996)
<i>Building toward a constructive strategic partnership</i>	EUA (1997)
<i>Comprehensive strategic partnership</i>	União Europeia (2003), México (2003), França (2004), Reino Unido (2004), Perú (2004), Espanha (2005), Portugal (2005), Cazaquistão (2005), Indonésia (2005), Grécia (2006), Dinamarca (2008), Sérvia (2009), Bielorrússia (2013), Argélia (2014)
<i>Strategic partnership</i>	Coreia do Sul (2003), Argentina (2004), Canadá (2005), Chile (2004), Nigéria (2005), Camboja (2006), Angola (2010), Turquia (2010), Mongólia (2011), Ucrânia (2011), Polónia (2011), Uzbequistão (2012), Emirados Árabes Unidos (2012), Tajiquistão (2013), Turquemenistão (2013), Quirguistão (2013)
<i>New type of strategic partnership</i>	União Africana (2006)
<i>Comprehensive strategic partnership</i>	África do Sul (2004), Malásia (2013)
<i>Strategic partnership for common development</i>	Venezuela (2001)
<i>Close and lasting comprehensive strategic partnership</i>	França (2014)
<i>All-dimensional strategic partnership</i>	Alemanha (2004)
<i>Stable, friendly, long-term and sustainable strategic partnership</i>	Itália (2004)
<i>Strategic partnership of mutual benefit</i>	Irlanda (2012)

<i>All-weather strategic partnership</i>	Paquistão (2005)
<i>Strategic and cooperative partnership for peace and prosperity</i>	Índia (2005)
<i>Comprehensive strategic cooperative partnership</i>	Vietname (2008), Mianmar (2011), Tailândia (2012)
<i>Comprehensive strategic partnership of cooperation</i>	Laos (2009)
<i>Strategic and cooperative partnership</i>	Afeganistão (2012), Sri Lanka (2013)
<i>Strategic partnership for peace and security</i>	ASEAN (2003)
<i>Strategic partnership featuring mutual respect and common development</i>	Fiji, Micronésia, Samoa, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Ilhas Cook, Tonga e Niue (todos em 2014)

Fonte: Produção do autor, adaptada de Feng & Huang (2014).

\*Nota: A denominação das “parcerias estratégicas” assinadas pela RPC é mantida em língua inglesa.